

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2008

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**

O nosso negócio é o desenvolvimento



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

— João Emílio Gazzana

— Luiz Carlos Everton de Farias

— Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva

— Oswaldo Serrano de Oliveira

— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

— Pedro Rafael Lapa

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Gerente)

Antônio de Castro Queiroz Serra
(Gerente Executivo - Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)

Airton Saboya Valente Júnior
(Gerente Executivo) - Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais.

Equipe Responsável

Autores: Adila Maria Barbosa Pinto, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Assuéro Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira, Carlos Alberto Figueiredo Junior, Francisco Diniz Bezerra, Francisco Raimundo Evangelista, Inez Sílvia Batista Castro, Laura Lúcia Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas, Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto Sousa Miranda e Wendell Márcio Araújo Carneiro.
Estagiários: Deborah Régis de Almeida, Francisco Joelândio de Souza Rodrigues e Tiago Almeida Saraiva.

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

Revisão Vernacular

Maria de Fátima Ribeiro Moraes

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino (Bibliotecária-CRB3/921)

Diagramação

Acesso - Assessoria Documental

BNB/Etene

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Passaré
CEP 60.740-000 Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 16 (jan. - mar. 2008) - . - Fortaleza:
Banco do Nordeste do Brasil, 2008 -
n. il.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

05	1. AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1. Avaliação do Crediamigo, o Grameen Bank Brasileiro
09	2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
13	3. NÍVEL DE ATIVIDADE
13	3.1. PIB - Produto Interno Bruto
23	3.2. Produção Industrial
30	3.2.1. Produção Industrial do Nordeste
39	3.3. Nível de Utilização da Capacidade Instalada
43	3.4. Comércio
43	3.4.1. O Desempenho do Comércio no Brasil
46	3.4.2. O Comércio no Nordeste
50	3.5. Produção Agropecuária
50	3.5.1. Agronegócio
50	3.5.1.1. Desempenho do PIB e faturamento
55	3.5.1.2. Balança Comercial do Agronegócio
58	3.5.2. Agricultura
69	3.5.3. Pecuária
77	4. EMPREGO E RENDIMENTO
77	4.1. Brasil
79	4.2. Nordeste
85	5. SETOR EXTERNO
85	5.1. Balança Comercial Brasileira
87	5.1.1. Exportações
90	5.1.2. Importações

94	5.2. Balança Comercial Nordestina
94	5.2.1. Exportações
104	5.2.2. Importações
105	5.3. Balanço de Pagamentos
111	6. FINANÇAS PÚBLICAS
111	6.1. Governo Federal
111	6.1.1. Resultado Fiscal do Governo Central
113	6.1.2. Dívida Pública Federal
114	6.1.3. Necessidade de Financiamento do Setor Público
115	6.2. Estados e Municípios do Nordeste
115	6.2.1. Transferências Constitucionais
117	6.2.2. Transferências Voluntárias
117	6.2.3. Arrecadação de ICMS
121	7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
121	7.1. A Intermediação Financeira no Âmbito das Contas Nacionais
122	7.2. Brasil - Depósitos e Operações de Crédito
124	7.3. Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito
127	7.4 BNB - Depósitos e Operações de Crédito

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Avaliação do Crediamigo, o grameen bank brasileiro

Marcelo Néri

mcneri@fgv.br

Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV,

A avaliação do Crediamigo é resultado de uma parceria entre o ETENE, o Ambiente de Microfinanças, ambos vinculados ao Banco do Nordeste, e o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas para estudar o microcrédito em suas múltiplas dimensões, a partir da teoria e prática do programa Crediamigo, abordando tanto os seus clientes ativos como seu mercado potencial, formado por trabalhadores por conta-própria e pequenas unidades empregadoras do Nordeste urbano brasileiro. O estudo abrange as relações dos clientes presentes e futuros do microcrédito com a informalidade e o mundo financeiro com ênfase em mecanismos de garantia das operações e na complementaridade com outros serviços de microfinanças. Outro ponto perseguido é a relação entre microcrédito e combate à pobreza em termos empíricos, conceituais e de desenho de políticas públicas. A análise explicita quem são os clientes do microcrédito e o impacto deste em seus negócios e em suas vidas.

O objetivo final é subsidiar a aplicação de ações de incremento do acesso a crédito e da qualidade do acesso a crédito nas atividades microempresariais urbanas nordestinas. Além de um livro a ser editado pela editora da Fundação Getúlio Vargas, que trata da avaliação do desempenho dos clientes do Crediamigo e do microcrédito na área urbana do Nordeste, elaborou-se um sítio na Internet que permitirá a generalização das análises a um amplo conjunto de usuários de forma interativa e amigável. Apresenta-se a seguir uma síntese dos principais resultados da pesquisa. Resultados preliminares podem ser acessados no sítio www.fgv.br/cps/crediamigo.

i) Aspecto Urbano – Antes de traçar o paralelo proposto, é interessante começar pelas ortogonalidades. Há uma diferença básica entre o *Grameen* e o Crediamigo. O nome *Grameen* deriva de *gram* (vila), e significa quando adjetivado rural ou de vila rural, refletindo o seu foco de atuação, enquanto o Crediamigo é um programa

de cobertura urbana. Agora esta diferença fundamental não é dos programas, mas do caso brasileiro (e latino-americano, neste aspecto) *vis-à-vis* o caso de Bangladesh (e do sudeste asiático) onde boa parte da população, em particular o produtor pobre, vive no campo. No Brasil, 85,8% da população mora em áreas urbanas (sendo 32% em cidades metropolitanas) e apenas 14,2% nas áreas rurais.

As áreas rurais absorvem cerca de 30% dos pobres do País, enquanto que as áreas urbanas acolhem 70%. No Nordeste, cerca de 53,2% dos pobres residem em áreas urbanas. Em suma, um programa urbano tem potencial de ganhos de bem estar em geral e de redução da pobreza maior do que se fosse restrito à área rural. Em suma, o fato de o Crediamigo ser urbano reflete adaptação à paisagem em que o *Grameen* tupiniquim está inserido.

ii) Aval Solidário – O crédito produtivo não cria em si oportunidades, mas permite que as boas – e as más - oportunidades de negócio sejam aproveitadas. O que não é tarefa trivial dada a tênue linha divisória entre as finanças empresariais, pessoais e familiares, um verdadeiro Tratado de Tordesilhas. A abordagem à carência de garantias dos pobres do *Grameen Bank* denominada aval solidário ou colateral social também é utilizada pelo Crediamigo. Neste esquema, cada membro de um grupo de tomadores de empréstimo garante o pagamento dos demais membros do grupo. Vizinhos conhecem melhor os detalhes da capacidade de pagamento do que uma instituição financeira jamais poderia sonhar. A disposição de se entrar num esquema do tipo “um por todos e todos por um” informa tudo o que os credores gostariam de saber sobre os devedores, sem precisar investigar. O esquema de aval solidário é ilustrativo da possibilidade de soluções simples e baratas para afrouxar a restrição de crédito dos pobres.

iii) Sustentabilidade do Programa – A característica mais fundamental de um programa de crédito bem sucedido é o retorno propiciado aos agentes envolvidos. Se os ganhos da transação penderem muito para o lado dos intermediários financeiros, a transação não é favorável para os clientes, podendo ser danosa ao emprestador ao atrair um cliente de pior qualidade - como no exemplo de seleção adversa que deu o Nobel de Economia, Joseph Stiglitz. Por outro lado, se o empréstimo embute *spreads* de juros negativos, como no caso de experiências de crédito subsidiado, o programa não será sustentável. No caso do Crediamigo o lucro é positivo, mas não abusivo, pois fica na média de R\$ 50 por operação, o que gera sustentabilidade da relação entre clientes. O Crediamigo completa dez anos com movimento ascendente de quem está começando, projetando taxas de crescimento de sua clientela em torno de 30% ao ano até 2011, que é uma trajetória diversa daquela assumida por programas públicos curto prazistas.

iv) Retorno dos Clientes – Constata-se na avaliação das pequenas unidades produtivas servidas pelo programa, taxas de crescimento de faturamento e de lucro entre o primeiro e o último empréstimo da ordem de 35%, de taxas de aumento de consumo familiar da ordem de 15%, com redução da dependência de outras fontes de rendas, sem que haja subsídio implícito ou explícito na operação. Exercícios controlados pelas características do empresário e do seu negócio indicam que houve melhora significativa das principais variáveis relativas ao desempenho dos negócios, tanto em termos de fluxo quanto de estoque. O lucro bruto médio dos clientes passou de R\$ 1.166,00 para R\$ 1.576,00, crescimento de 35,1%, resultado de uma expansão de 34,6% na média de recebimento de vendas. A única variável que apresentou queda entre os períodos foi justamente a que não possui relação direta com a ampliação do acesso ao crédito. Observa-se

uma redução de 5,6% nas outras rendas da família, indo de uma média de R\$ 359,00 quando do primeiro empréstimo do cliente para uma média de R\$ 339,00, em 2006, que pode ser considerada uma emancipação de outras fontes de renda, incluindo as públicas.

Além disso, verifica-se aumento de 28,2% nas despesas pessoais dos clientes e suas famílias. Em média, passaram de R\$ 364,00 para R\$ 466,00, assim como seus valores medianos, que também se elevaram, embora um pouco menos, 22,8%, de R\$ 289,00 para R\$ 355,00. Uma análise controlada apontou para um crescimento de 13% destas despesas relativas ao consumo das famílias entre os períodos.

As duas medidas de retorno utilizadas, por sua vez, apresentaram maior alteração. O retorno sobre o investimento (ROI) obteve incremento de 4,4% para 4,8% ao mês, enquanto o retorno sobre o patrimônio líquido se ampliou de 4,5% para 5% ao mês, indicando algum grau de advancement financeira dos resultados. Todos estes representam valores de retorno de investimento bastante elevados.

No que se refere a variáveis de estoque, observou-se pelo balanço que a média do ativo total de um cliente do Crediamigo apresentou considerável crescimento de 18,1%, de R\$ 20.987,00 no momento de sua adesão ao programa a R\$ 24.782,00, em dezembro de 2006. O cliente mediano, por sua vez, experimentou incremento de 39% no valor de seu ativo total, o que demonstra que houve uma convergência entre os ativos dos clientes do programa, isto é, uma melhoria relativa dos que tinham ativos mais reduzidos. Ou seja, observou-se a acumulação de capital dos clientes que é a chave da porta de saída da pobreza, ou o ingresso ao crescimento sustentável e a preços populares.

v) Foco nas mulheres – Aproximadamente 62% da clientela do Crediamigo é composta de mulheres, contra 38% de homens, o que inverte a proporção entre os sexos dos empreendedores urbanos, que, são compostos em 65% de homens e 35% de mulheres. Ou seja, as proporções entre homens e mulheres no Crediamigo e no segmento de nanoempresários urbanos nordestinos estão basicamente trocadas.

Os dados sobre a *performance* dos clientes do programa indicam que as mulheres em geral apresentam um lucro operacional 21,2% inferior ao dos homens, mas entre os dois períodos tiveram crescimento relativo de 4,1% acima dos homens. Este tipo de resultado é generalizado para as demais variáveis econômicas do negócio. Um outro dado a ser destacado se refere ao aumento das despesas familiares dos clientes, ou seja, aquelas não associadas ao negócio. Apesar de se mostrarem 12,3% menores nas famílias das microempresárias em relação às de microempresários, as primeiras registraram melhoria relativa de desempenho de 2,1% em relação aos últimos. O consumo representa um indicador importante do ponto de vista de bem estar social, na medida em que capta não apenas a situação de suprimento de necessidades presentes como expectativas de cumprimento destas necessidades no futuro.

vi) Combate à Pobreza – Os resultados do programa de empréstimos do Crediamigo em termos de redução de pobreza dos beneficiários são expressivos: apenas 1,5% dos não miseráveis cruzaram no sentido descendente a linha de pobreza, enquanto 60,8% daqueles que se situavam abaixo da linha de pobreza saíram desta condição de miserabilidade. Reporta-se aqui os resultados a partir da linha de R\$ 117,00 regionalizados pelo custo de vida calculados a partir da linha da FGV, mas que são robustas para linhas de outras instituições como o IPEA, ou usando o

salário-mínimo como linha de corte. Observa-se também que a proporção de clientes em situação reversa, ou seja, reduções de renda ao nível de pobreza foram muito pequenas, sugerindo uma alta eficácia líquida do programa em retirar as pessoas da condição de pobreza inicial na qual se encontravam.

Em suma, dadas as características de aval solidário, sustentabilidade, retorno privado, retorno social (leia-se emancipação da pobreza), foco e retorno das mulheres e o fato de ocupar mais de 60% do mercado brasileiro de microcrédito, o Crediamigo pode ser considerado como o autêntico *Grameen Bank brasileiro*.

O Grameen Brasileiro

O Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste (Crediamigo) começou a operar em abril de 1998, fruto de uma parceria com o Banco Mundial com o objetivo de implementar um projeto de desenvolvimento local integrado a um sistema de microcrédito. Na concepção do programa, o Banco do Nordeste utilizou como premissa o fato de o microcrédito ser um negócio com largo alcance social.

O Programa tem aumentado continuamente os valores contratados, o mesmo ocorrendo isoladamente em cada Estado. Foram R\$ 2,8 bilhões no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007. A carteira ativa, em dezembro/07, atingiu a R\$ 234,7 milhões. O Crediamigo detém aproximadamente 60% do mercado de microcrédito direcionado do Brasil.

O número de clientes evoluiu desde a criação do Programa, tendo hoje uma carteira de 300 mil. Registre-se que a clientela potencial de microfinanças no Nordeste é estimada em 3 milhões de microempreendedores. Quanto à taxa de retenção dos clientes, ou seja, a capacidade de manutenção do cliente, o Crediamigo apresentou cifra de 79% em dezembro último.

Na mesma data, a inadimplência do Programa foi de apenas 0,8%.

Considerando que a área urbana de cobertura da pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF) corresponde à mesma área de atuação do Crediamigo, associado ao Banco do Nordeste, e dada à importância relativa do programa em termos regionais e nacionais, os impactos do Crediamigo no acesso a crédito, constitui candidato maior à solução do mistério nordestino. As evidências dos microdados da ENCIF não nos permitem rejeitar a hipótese do Crediamigo, que completa dez anos de atuação, como responsável-chave pelo crescimento diferenciado do microcrédito nas áreas urbanas nordestinas. A presente avaliação utilizou um grupo de tratamento (os clientes do Crediamigo) e um grupo de controle (microempresários que atuam na área de atuação do BNB, mas não são clientes do Crediamigo).

O fato do microcrédito se difundir mais nas cidades brasileiras da região mais pobre é admirável, mas para ser considerada virtude é preciso permitir que as boas oportunidades de negócios floresçam e que as más oportunidades, preferencialmente não. É preciso avaliar não só a equidade como a eficiência alocativa da concessão de microcrédito.

O Crediamigo aplica em larga escala a metodologia de colateral solidário de empréstimos de grupo que deu o Nobel da Paz de 2006 ao Grameen Bank e a seu fundador, Muhammad Yunus. Neste ponto o Crediamigo pode ser chamado de o "*Grameen Bank brasileiro*", não só por usar tecnologia similar de aval solidário, também chamado de colateral social, como pelo foco e resultados obtidos pelo programa.

Airton Saboya Valente Junior,
coordenador da Área de Avaliação
de Políticas e Programas do BNB-ETENE

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

Entre 2003 e 2006, a economia mundial apresentou crescimento significativo, expandindo-se à taxa média anual de 4,6%. Esse forte aumento foi possível em função do dinamismo dos países emergentes, particularmente da Ásia em desenvolvimento, que vinha se beneficiando do bom desempenho da economia norte-americana. Os Estados Unidos se comportam como “consumidores de última instância” de economias dinâmicas, a exemplo da China e da Índia, na medida em que se constituem fonte líquida de demanda efetiva para esses países, por meio de seu crescente déficit comercial.

Diante da crise imobiliária, as previsões da recente edição da Perspectiva Econômica Mundial do Fundo Monetário Internacional para 2008 e 2009 são de crescimento próximo a zero (0, 5 % a.a.) nos Estados Unidos, associado a aumento da inflação.

Ante a desaceleração norte-americana, a reação do Governo foi vigorosa, mobilizando os instrumentos fiscais e monetários. Nos últimos meses, entre agosto de 2007 e março de 2008, o Banco Central americano realizou seis reuniões do *Federal Open Market Committee* não agendadas previamente. Como resultado, houve declínio da taxa básica de juros em cerca de 300 pontos, passando, desta forma, de 5,25 % a.a. para 2,25% a.a.

Na dimensão fiscal, o projeto do Governo previu a distribuição de cheques de restituição de impos-

to de renda a famílias de renda média e incentivo à compra de suprimentos pelas empresas.

Com essas medidas, o Governo pretende estimular o crédito que se restringiu substancialmente em função das perdas patrimoniais dos bancos americanos.

No que se refere à Zona do Euro, o cenário também não é muito otimista. Na avaliação do FMI, o crescimento nessa região deverá ficar em 1,4% em 2008 e 1,2% em 2009. Vale destacar que os bancos europeus detinham investimentos em ativos financeiros americanos, o que acarretou uma redução importante do volume de crédito. Ademais, o Banco Central Europeu tem adotado uma atitude mais ortodoxa frente à crise, mantendo os juros básicos inalterados diante da ameaça de inflação.

Em contrapartida, o panorama para as economias emergentes e em desenvolvimento continua otimista, com destaque para a Ásia, que deverá crescer 6,7% este ano, liderada pela China (9,3%) e Índia (7,9%). Entretanto, mesmo com o dinamismo desses países, a previsão do FMI (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2008) é de redução do crescimento da economia mundial, de 4,9% em 2007, para 3,7% em 2008 e 3,8% em 2009. Esse fato relativiza a tese de descolamento das economias emergentes em relação às economias desenvolvidas, no sentido de que a desaceleração que se configura nessas últimas não traria impactos negativos nas emergentes.

A instabilidade do cenário internacional pode afetar a economia brasileira em vários aspectos. A redução da taxa de crescimento mundial pode se refletir sobre as exportações nacionais, e o maior diferencial de juros entre a economia brasileira e o restante do mundo pode acarretar uma maior atração de capitais voláteis, mantendo a trajetória de apreciação do câmbio. Ademais, cumpre destacar, no cenário mundial, o comportamento recente dos preços de produtos vinculados ao setor primário, como metais e grãos. Esta aceleração do nível de preços levou a *The Economist* a forjar o termo “agflation”, para ressaltar o impacto dos preços destes produtos sobre a inflação mundial.

O preço do petróleo, por exemplo, teve aumento de 70% nos últimos 12 meses, e de 24% apenas em 2008. O processo de desvalorização da moeda americana frente às principais moedas e a relutância da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em expandir a produção contribuem para a manutenção das cotações elevadas. Ademais, a especulação financeira tem sido importante na formação dos preços do petróleo.

Do lado da demanda, a Agência Internacional de Energia estima que o consumo global por petróleo aumentará em torno de 1,3 milhão de barris por dia este ano. A forte demanda de mercados emergentes pressiona ainda mais o preço desse insumo estratégico. Vale destacar que Brasil, Índia, China e Rússia são atualmente responsáveis por grande parte do aumento no consumo de derivados de petróleo e de metais.

No caso brasileiro, o governo reajustou os preços de derivados do petróleo (gasolina e diesel) para as refinarias, procurando neutralizar o reajuste da gasolina com uma redução da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Tendo em vista que muitos insumos agrícolas são derivados da indústria petroquímica e, ainda, que a produção de alimentos se realiza em núcleos

(rurais) distanciados da região de consumo (aglomerados urbanos), o impacto do preço do petróleo sobre o segmento de alimentos é imediato. Adicionalmente, as adversidades climáticas têm afetado várias áreas produtivas, prejudicando a oferta global. No que se refere à demanda por alimentos, o crescimento da economia mundial nos últimos anos, em especial nas grandes economias emergentes, permitiu a expansão do consumo para milhões de pessoas.

Essa escalada dos preços dos alimentos é agravada pelo “protecionismo às avessas” praticado por alguns governos, impedindo as exportações de alimentos ou impondo barreiras para que os produtores priorizem o abastecimento do mercado interno. Objetivando o controle inflacionário interno, essas restrições podem acabar impulsionando ainda mais a inflação mundial.

A redução da taxa de crescimento mundial e o processo de apreciação da moeda nacional têm causado efeitos substanciais sobre as exportações brasileiras. Grande parte da alta nas vendas internacionais em 2008 resultou do incremento dos preços, sobretudo dos produtos de base, e não do volume exportado. Este aumento dos preços das *commodities* permitiu a manutenção do ritmo de crescimento das exportações. Resta verificar se a inflação de *commodities* poderá compensar a queda da importação em volume dos países desenvolvidos decorrente da desaceleração econômica. Por outro lado, constata-se uma expansão do ritmo de importações, impulsionada pelo processo de valorização da moeda nacional e pelo dinamismo do consumo interno.

O encolhimento do saldo comercial afetou significativamente o resultado em transações correntes, que registrou déficit de US\$ 10,7 bilhões no acumulado dos três primeiros meses do ano, ante um superávit de US\$ 241 milhões no mesmo período de 2007. O relatório Focus do Banco Central prevê saldo de US\$ 25 bilhões para a balança

comercial e um déficit de US\$ 16,6 bilhões na conta de transações correntes. Entretanto, se a entrada de capitais superar as expectativas, com impactos significativos sobre o câmbio, é provável que esses resultados sejam reavaliados.

Dois fatores podem levar ao crescimento substancial da entrada de capitais no País. O primeiro está relacionado com o aumento do diferencial de juros em função das recentes quedas da taxa básica americana e do aumento de 0,5 ponto percentual na Selic, que certamente deve estimular os investimentos de portfólio direcionados para as aplicações a juros.

Adicionalmente, deve-se destacar o otimismo do mercado financeiro com a obtenção do grau de investimento pelo Brasil, aumentando substancialmente a perspectiva de crescimento do influxo de recursos no País. Entre os fatores que permitiram à economia brasileira conquistar essa posição pela agência de avaliação de risco Standart & Poors estão a menor vulnerabilidade externa do País, o comportamento favorável do PIB nos últimos anos e a estabilidade monetária.

O *investment grade* pode permitir uma ampliação do investimento direto estrangeiro (IDE) no País, além de facilitar o acesso de empresas e instituições brasileiras aos recursos de financiamento no exterior. Ademais, a captação de recursos das empresas brasileiras nos mercados de capitais tenderá a se elevar. A forte entrada de capital estrangeiro acentuaria o processo de apreciação da moeda nacional, dificultando ainda mais o combate à deterioração do saldo comercial e o crescimento dos déficits em transações correntes.

Com relação ao Nordeste, a inflação de alimentos e o processo de apreciação cambial podem afetar tanto o comércio quanto a produção industrial da Região. Os programas de transferência de renda do Governo Federal desempenham um papel importante na expansão do consumo das

famílias no Nordeste. Além do efeito dinamizador sobre o consumo dos estratos mais modestos da população, as políticas de rendas dinamizam as economias locais com baixo nível de atividade. Também o aumento do poder de compra do salário-mínimo é crucial para o aquecimento do mercado doméstico nordestino, dada a predominância de trabalhadores que recebem até um salário mínimo na Região.

A escalada dos preços dos alimentos compromete substancialmente o poder de compra desses segmentos, pois os gastos com alimentação são mais significativos nos seus orçamentos que para os estratos de renda mais elevada.

Na dimensão industrial, a possibilidade de intensificação da apreciação do real frente ao dólar trará impactos negativos importantes em diversos subsectores da matriz industrial nordestina. Já se constata o esforço de segmentos industriais locais, como o calçadista, por exemplo, no sentido de reduzir o preço final do produto por meio de ganhos de produtividade. Entretanto, uma apreciação significativa do real pode não ser compensada por incrementos de produtividade.

Desta forma, a perda de competitividade dos fabricantes da Região pode elevar as importações de produtos finais e componentes. Esse fenômeno tem sido marcante nos segmentos intensivos em mão-de-obra. Por outro lado, a valorização da moeda nacional permite o crescimento das importações de bens de capital, com reflexos positivos na modernização de segmentos vinculados à indústria de bens intermediários.

Outro aspecto a ser ressaltado sobre a indústria regional é a redução do diferencial de tarifas de energia elétrica no Nordeste em relação ao resto do País. Esta tendência de alta nas tarifas deve permanecer em razão do aumento da participação das usinas termelétricas movidas a gás natural e óleo combustível na geração de energia.

Nos setores de agricultura e pecuária nordestinos, alguns elementos auspiciosos para o ano de 2008 merecem ser mencionados. Há grande dinamismo na atividade sucroalcooleira, com incremento da área plantada e demanda crescente. Leite e carne bovina também têm apresentado demanda crescente no mercado internacional, e a seca na Oceania reduziu a oferta mundial desses produtos. A carne de frango, por sua vez, tem sido favorecida pela expansão da demanda no mercado interno (em virtude do aumento da remuneração média do trabalhador) e internacional.

No que concerne ao segmento de turismo, se por um lado o comportamento cambial foi desfavorável, por outro lado o Ministério do Turismo sinaliza para o Nordeste previsão de investimentos em projetos no valor de R\$ 1,9 bilhão. Este montante representa 53,8% dos investimentos programados para o País no segmento da hotelaria, com aumento estimado de 10.964 unidades habitacionais até 2009, confirmando o potencial da Região em atrair investimentos. Por outro

lado, há potencial de atrair turistas no mercado brasileiro, com o aumento da renda nacional.

Já o comércio nordestino apresentou ampla expansão no período recente. De 2004 a 2007, o volume de vendas dos três maiores mercados na Região (Ceará, Pernambuco e Bahia) tem crescido acima da média nacional. Em 2007, já se verificam algumas alterações neste comportamento. O diferencial de crescimento entre o Nordeste e o Brasil reduziu-se, e o segmento de hipermercados e supermercados, que apresentou relevante aumento em 2006, comparativamente a 2005, teve seu crescimento mais atenuado. Como já salientado, o efeito da inflação de alimentos deve se refletir de forma mais intensa na região nordestina, onde está concentrada a maior proporção de pobres do País.

Desta maneira, as expectativas de crescimento do PIB nordestino em 2008 são de menor taxa de expansão que a brasileira (prevista em torno de 5%), particularmente em virtude do comportamento da produção industrial da Região.

REFERÊNCIAS



INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook:** housing and business cycles, april 08. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/01/index.htm>>.

Acesso em: 08 maio 2008.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - PIB - Produto Interno Bruto

A economia brasileira cresceu 5,4% em 2007, o maior incremento desde 2004, o que equivale em valores a R\$ 2,6 trilhões. Esse desempenho resultou do aumento de 4,8% do valor adicionado a preços de mercado e da elevação de 9,1% nos impostos sobre produtos. Com isso, o PIB per

capita alcançou crescimento real de 4% em 2007 (Gráfico 01).

No que se refere aos resultados para o último semestre de 2007, constata-se que o incremento do PIB está se acelerando nas comparações inte-

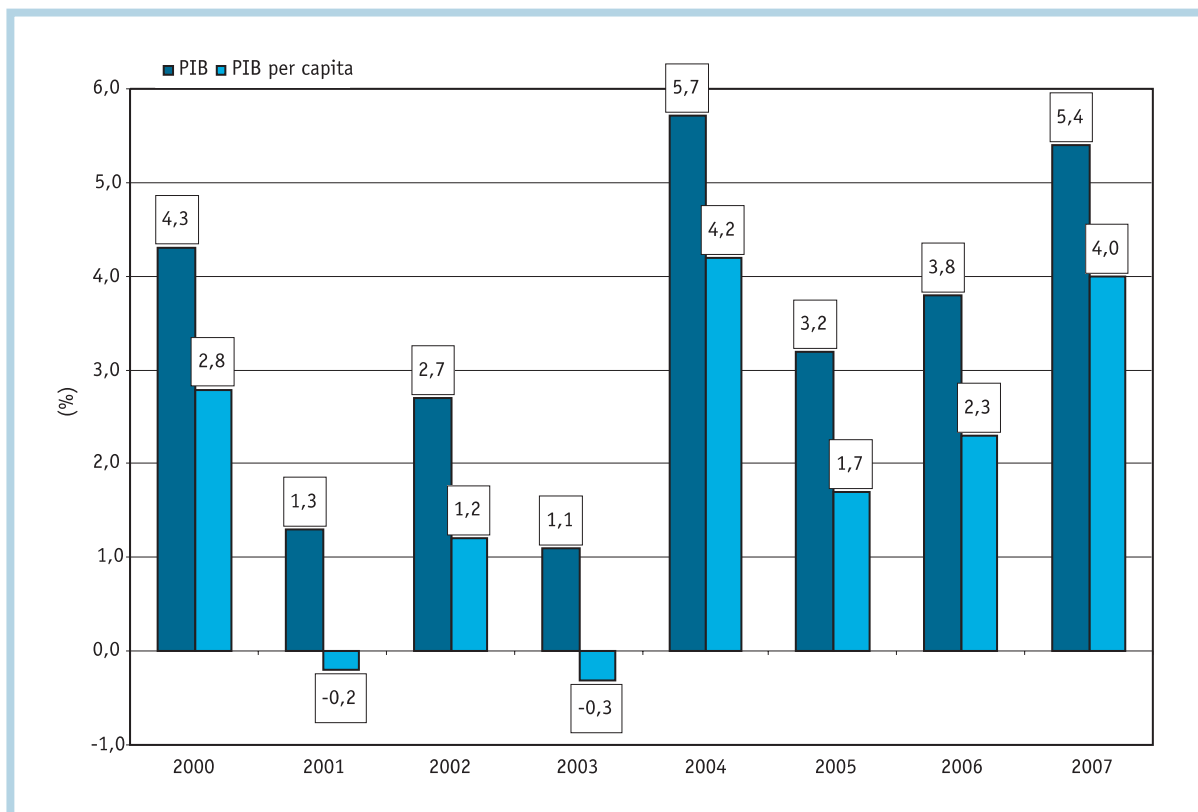


Gráfico 01 – Brasil. PIB e PIB Per Capita – Taxa de Crescimento (2000-2007)

Fonte: (IBGE, 2008b).

ranuais – o indicador mensal (6,2%) cresce mais do que o acumulado do ano (5,4%). Ou seja, os resultados mais recentes são melhores do que os antigos. Esse forte crescimento do quarto trimestre implica elevação do *carry-over* para 2008.

Analisando pela ótica da demanda, observa-se que as variáveis vinculadas ao mercado interno exercem um papel determinante na composição da taxa de crescimento do PIB. O consumo das famílias assinalou acréscimo de 6,5% - o quarto ano consecutivo de alta desse componente (Gráfico 02).

O desempenho satisfatório do item consumo das famílias reflete as condições favoráveis de expansão do crédito e a elevação da massa salarial. Em dezembro de 2007, a relação entre o crédito disponível para as famílias e o PIB alcançou 11,8% - incremento de três pontos percentuais em relação aos 8,8% obtidos em dezembro de 2005. Já o crédito direcionado para a habitação passou de 1,3% para 1,7% nessa mesma base de comparação (Tabela 01).

Esse dinamismo das operações de crédito para as pessoas físicas permanece em janeiro de 2008. Segundo o Banco Central do Brasil (2008b), o estoque de crédito do sistema financeiro, considerando os recursos livres e direcionados, somou R\$ 944,2 bilhões em janeiro – expansão de 0,9% no mês e 27,9% em doze meses. Esse resultado refletiu, principalmente, o desempenho das carteiras com recursos livres, responsável por 70,7% da carteira total de crédito. Em janeiro, esse segmento atingiu R\$ 667,9 bilhões – aumento de 0,9% no mês e 33,2% em doze meses. Somente as carteiras correspondentes às pessoas físicas alcançaram R\$ 323,4 bilhões nesse período, incremento de 1,8%.

Já o custo médio dos empréstimos destinados a pessoas físicas foi de 48,8% em janeiro, alta de 4,9 pontos percentuais no mês. Esse valor refletiu os acréscimos de 7,3 e 6,9 pontos percentuais nas modalidades de crédito pessoal e cheque especial.

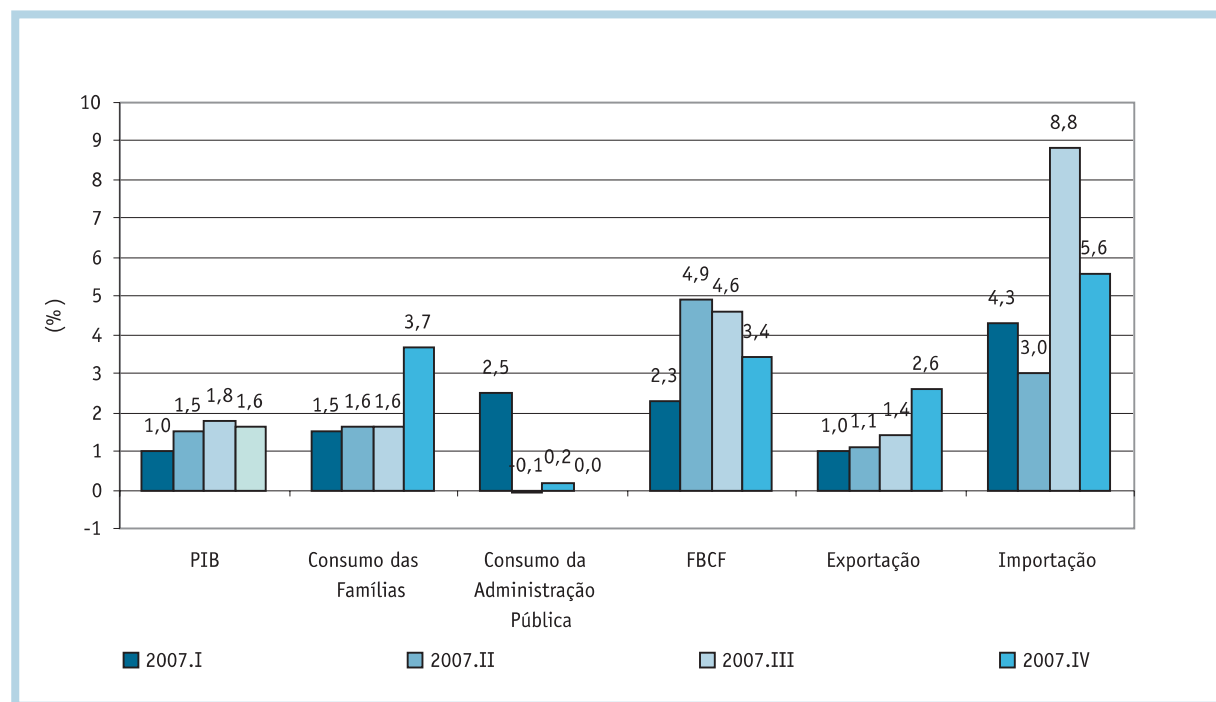


Gráfico 02 - Brasil. Componentes da Demanda (com Ajuste Sazonal) Taxa (%) do Trimestre em Relação ao Trimestre Imediatamente Anterior
Fonte: (IBGE; 2008b).

Tabela 01 - Brasil. Operações de Crédito do Sistema Financeiro - % PIB

	Pessoa Física (A)	Habitação Com Recursos Direcionados (B)	(A) + (B)
Dez/05	8,8	1,3	10,1
Jan/06	8,9	1,4	10,3
Fev/06	9,1	1,4	10,5
Mar/06	9,2	1,4	10,6
Abr/06	9,3	1,4	10,7
Mai/06	9,5	1,4	10,9
Jun/06	9,5	1,4	10,9
Jul/06	9,6	1,5	11,1
Ago/06	9,7	1,5	11,2
Set/06	9,7	1,5	11,2
Out/06	9,8	1,5	11,3
Nov/06	9,9	1,5	11,4
Dez/06	10,0	1,5	11,5
Jan/07	10,1	1,5	11,6
Fev/07	10,2	1,5	11,7
Mar/07	10,3	1,6	11,9
Abr/07	10,5	1,6	12,1
Mai/07	10,9	1,6	12,5
Jun/07	10,9	1,6	12,5
Jul/07	11,2	1,6	12,8
Ago/07	11,3	1,6	12,9
Set/07	11,4	1,6	13,0
Out/07	11,6	1,7	13,3
Nov/07	11,8	1,7	13,5
Dez/07	11,8	1,7	13,5

Fonte: (IEDI; [2008]).

O aumento do custo das operações foi determinante para a elevação dos índices de inadimplência no início de 2008. De acordo com o Indicador Serasa de Inadimplência de Pessoa Física², a inadimplência do consumidor cresceu 7,5% no primeiro bimestre na comparação com os dois primeiros meses de 2007. Em termos de participação na inadimplência, destaque para as dívidas dos bancos (42,8% no indicador), seguidas pelas dívidas com cartão de crédito (31,1%), os cheques devolvidos (23,8%) e, finalmente, os títulos protestados (2,3%).

Conforme o Serasa, o aumento da inadimplência deve-se também ao maior endividamento das famílias que carrega o parcelamento das compras do Dia das Crianças e do Natal, além da forte pressão das despesas típicas de início do ano como IPVA, IPTU, matrículas e compras de materiais escolares (SERASA, 2008).

O crescimento da massa salarial também tem sido crucial para a expansão do consumo das famílias. De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, [2008]), a

2 O indicador Serasa de Inadimplência Pessoa Física reflete o comportamento da inadimplência em âmbito nacional. O modelo estatístico de múltiplas variáveis considera as variações registradas no número de cheques sem fundo, títulos protestados, dívidas vencidas com instituições financeiras e cartões de crédito e financeiras.

Tabela 02 – Crescimento Anual da Massa Real de Rendimentos – Brasil e Regiões Metropolitanas Nordestinas – 2004 – 2007 – Acumulado do Ano

Ano	Brasil	Recife	Salvador
2004	1,91	-1,76	1,45
2005	4,59	4,38	6,29
2006	6,36	7,64	7,96
2007	6,25	3,28	7,85

Fonte: (IBGE; [2008p]).

massa salarial teve um incremento de 20,4% no período 2004/07, reflexo da expansão do emprego formal e do rendimento médio das ocupações.

É importante destacar o bom desempenho da massa real de rendimentos nas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas. Em Salvador, cresceu 7,8% contra apenas 1,4% em 2004. Foi a segunda maior elevação da massa salarial em 2007 entre as regiões pesquisadas. Recife vem apresentando taxas positivas de crescimento nos últimos três anos, após o recuo observado em 2004 (-1,7). Esse desempenho decorre tanto do aumento do pessoal ocupado como do rendimento real médio.

Vale salientar que o cálculo da massa salarial exclui os rendimentos oriundos dos programas de transferência de renda e do sistema de previdência e pensões que têm sido fundamentais para a expansão do mercado interno no Nordeste (Tabela 02).

A expansão no emprego dos trabalhadores com carteira tem sido fundamental para o aumento da massa salarial nas regiões nordestinas pesquisadas. Comparando janeiro de 2003 e janeiro de

2007, Salvador e Recife assinalaram incremento dos trabalhadores com carteira de, respectivamente, 15% e 24,6%. Ou seja, o crescimento do pessoal ocupado está associado a uma melhoria da qualidade do emprego nas regiões nordestinas pesquisadas (Tabela 03).

Dados da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2008q) mostram a continuação desse dinamismo do mercado de trabalho no início de 2008. O contingente de pessoas ocupadas assinalou um aumento de 3,6% em janeiro de 2008 no confronto com janeiro de 2007. Já com relação ao mês anterior, houve um pequeno recuo de 0,6%, fato considerado normal nesse período do ano. Vale salientar que a queda do pessoal ocupado no indicador mês/mês anterior costuma ser proporcionalmente bem maior nos meses de janeiro.

Esses resultados decorrem, principalmente, da expansão do emprego formal. As informações das seis regiões investigadas pelo IBGE mostram acréscimo de 0,7% dos trabalhadores com carteira em janeiro na comparação com o mês anterior. Em contrapartida, os “sem carteira” registraram forte decréscimo nessa base de comparação

Tabela 03 - Evolução dos Trabalhadores com Carteira nos Meses de Janeiro (2004-2008) - Recife, Salvador e Total das Áreas

	Total das Áreas	Recife	Salvador
Jan/03	8.307	447	546
Jan/04	8.259	444	562
Jan/05	8.269	481	573
Jan/06	9.131	493	596
Jan/07	9.505	517	649
Jan/08	10.259	553	665

Fonte: (IBGE, 2008n).

(3,4%) - o maior recuo desde janeiro de 2005. Comparativamente a janeiro de 2007, o quadro foi de crescimento dos “com carteira” (8,7%) e de estabilidade dos “sem carteira”.

No recorte regional, Recife e Salvador apresentaram estabilidade no número de empregados com carteira em janeiro de 2008, em relação ao mês anterior. Entretanto, Recife se destaca com uma variação de 8,3% ante janeiro de 2007.

O rendimento médio real efetivo recebido pelos trabalhadores das seis regiões foi estimado em R\$ 1.172,50 em janeiro de 2008, sem alteração em relação ao mês anterior. Já na comparação com o mesmo mês de 2007, o rendimento médio aumentou 3,4%.

Com relação às regiões nordestinas pesquisadas, Recife exibe um pequeno recuo de 0,4% do rendimento real em relação ao mês anterior. Na comparação com janeiro de 2007, ocorreu uma recuperação do poder de compra de 1,9%. Salvador registra uma queda de 1,2% do rendimento médio real em relação ao mês anterior e incremento de 4,5% comparativamente a janeiro de 2007.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) assinalou aumento significativo de 13,4% - o maior incremento do ano desde o início da série em 1996 e duas vezes e meia superior à evolução do PIB. Esse desempenho elevou a taxa de investimento para 17,6% do PIB, o maior nível desde o ano 2000.

Vale destacar que a expansão do investimento expande também a demanda e a oferta agregadas, contribuindo para o crescimento sustentado da economia. Os resultados em termos de ampliação da capacidade produtiva permitem uma maior sintonia entre expansão econômica e controle inflacionário.

O desempenho da FBCF reflete tanto o aumento das importações como da produção local de

bens de investimentos. De acordo com a Funcex (2008a), o *quantum* das importações de bens de capital avançou 32,1% em 2007, reflexo do aquecimento da atividade econômica e do processo de apreciação cambial. Esse ritmo acelerado de crescimento nas importações de máquinas e equipamentos permanece em 2008. No primeiro bimestre, as importações de bens de capital cresceram 52,7%, sendo ultrapassadas somente pelas importações de bens duráveis (124,5%).

O aumento da produção de máquinas permite que a estrutura industrial brasileira aumente o potencial técnico e produtivo, com reflexos significativos na sua competitividade. Vale salientar que esse nível de importações não vem comprometendo o desempenho da produção local de bens de equipamentos.

De fato, a produção local de bens de capital expandiu-se 19,5% em 2007. A queda da taxa básica de juros de 15,1% a.a. (2006) para 11,9% a.a. (2007) e a expansão nominal de 27,1% do crédito para pessoas físicas foram cruciais para esse desempenho.

Todos os subsetores da indústria de bens de capital assinalaram incrementos no indicador acumulado do ano, com ênfase para os segmentos bens de capital peças agrícolas (170,8%) e bens de capital agrícolas (48,4%). Esse resultado reflete o forte desempenho do setor agropecuário que registrou a maior taxa de crescimento entre os setores de atividade em 2007 (5,3%) (Tabela 04).

A produção de bens de capital para infra-estrutura (construção, energia elétrica, equipamentos de transportes) também teve aumentos significativos em 2007. A boa performance desse segmento torna-se crucial para evitar o aparecimento de gargalos na infra-estrutura, o que limitaria a expansão da economia nos próximos anos. Os investimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vêm contribuindo

Tabela 04 – Brasil. Produção Física. Índices Especiais de Bens de Capital

Segmentos	Mensal		Acumulado	
	Dez./07	Jan./08	Jan.-Dez./07	Jan.-Jan./08
Bens de Capital Para Fins Industriais	24,0	4,7	16,9	4,7
Bens de Capital Para Fins Industriais Seriadados	26,0	3,6	18,5	3,6
Bens de Capital Para Fins Industriais Não-Seriados	11,4	10,8	7,3	10,8
Bens de Capital Agrícolas	61,3	76,7	48,4	76,7
Bens de Capital Peças Agrícolas	193,8	261,1	170,8	261,1
Bens de Capital Para Construção	16,0	10,9	18,6	10,9
Bens de Capital Para o Setor de Energia Elétrica	36,0	19,7	26,0	19,7
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	8,0	36,0	18,0	36,0
Bens de Capital de Uso Misto	19,9	98,9	15,4	-1,1

Fonte: (IBGE, 2008f).

decisivamente para incrementar a demanda por bens de capital para infra-estrutura.

Vale destacar que os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor de infra-estrutura já superaram o valor direcionado para a indústria. Nos últimos doze meses encerrados em janeiro, o desembolso totalizou R\$ 25,8 bilhões – aumento de 62% em relação ao período anterior. Desse total, R\$ 5 bilhões foram destinados a obras do PAC. Em termos de participação, as liberações do BNDES para infra-estrutura passaram de 29% em 2003 para 39,9% em 2007. A continuidade dos desembolsos para infra-estrutura fica evidente no crescimento de 74% nos últimos doze meses das aprovações para o setor, o que equivale a 46% do valor total aprovado no período (BNDES, 2008a).

A demanda por bens de capital se fortalecerá ainda mais com o anúncio pelo governo da nova política industrial que deverá concentrar-se em medidas para ampliar a desoneração tributária na compra bens de capital e de depreciação acelerada de máquinas e equipamentos para efeito da apuração de tributos sobre o lucro. Essa depreciação de máquinas e equipamentos seria de apenas

um ano nas regiões de influência da Sudene e da Sudam.

Com relação especificamente aos investimentos em infra-estrutura, as medidas em estudo visam suspender a cobrança de tributos (PIS, COFINS) para a compra ou aluguel de máquinas e equipamentos para a construção de portos privados, já que estes empreendimentos serão incluídos no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi). De acordo com a Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), existe a possibilidade desse regime especial contemplar um maior número de bens de equipamentos (ABDID, 2008)³.

A nova política industrial pretende não somente aumentar as vendas externas do país, mas também promover um processo de substituição de importações, estimulando a instalação de unidades de produção no Brasil para a fabricação de insumos ou bens de capital. Quatro grandes metas estão definidas para 2010: incrementar a proporção dos investimentos em relação ao PIB, dos atuais 17% para 21%; ampliar os investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento, de 0,51% do total

3 Lançado em janeiro de 2007 como um dos instrumentos do PAC para estimular as inversões privadas, o Reidi tem com finalidade suspender a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS) na compra de máquinas e equipamentos novos, material de construção e serviços relacionados com obras de infra-estrutura.

Tabela 05 – Valor das Exportações Brasileiras – US\$ Milhões FOB - Variação Percentual

	Total Exportado	Classe de Produtos			Categorias de Uso				
		Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo		Combustíveis
							Duráveis	Não-Duráveis	
Jan 08/Dez 07	-6,7	-18,1	12,5	-5,3	-33,2	0,3	2,5	7,9	-29,6
Jan 08/Jan 07	20,9	25,0	15,9	17,9	26,9	16,2	25,1	32,4	18,8
Acumulado no Ano	20,9	25,0	15,9	17,9	26,9	16,2	25,1	32,4	18,8
Acumulado 12 Meses	16,8	28,6	10,5	12,1	20,0	15,0	5,1	21,0	23,6

Fonte: (FUNCEX, 2008a).

dos investimentos (em 2005) para 0,65%; elevar a participação das vendas internacionais brasileiras em relação ao total mundial, de 1,15%, em 2006, para 1,25% e fazer crescer o número de micro e pequenas empresas exportadoras.

Com relação ao mercado externo, as vendas internacionais registraram incremento de 6,6% em 2007, bastante inferior ao crescimento das compras internacionais (20,7%). Vale salientar que o crescimento das importações supera o das exportações desde 2006.

O superávit na balança comercial em 2007 alcançou US\$ 40 bilhões – queda de 13,8% em relação a 2006. Em janeiro de 2008, a maior elevação das importações (45,6%) em relação às exportações (20,9%) engendrou um forte recuo de 62,5% do excedente comercial comparativamente ao mesmo mês do ano anterior (US\$ 944 milhões). O valor do superávit da balança comercial foi o menor desde julho de 2002 (FUNCEX, 2008b).

Os produtos básicos foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações, com

expansão de 25% em janeiro de 2008, resultado da elevação de 34% dos preços internacionais, enquanto as quantidades embarcadas caíram 6,6% (Tabela 05).

Esse desempenho reflete o forte crescimento dos preços das *commodities* em 2007. Dados da *Commodity Research Bureau* reproduzidos pelo IEDI mostram que os índices de preços à vista registraram forte variação nos últimos doze meses, com destaque para o índice de preço da energia (373,6%), seguido pelos metais (266,5%) e óleos vegetais (163,52%) (Tabela 06).

Três fatores são apontados como responsáveis para essa *performance*. A forte demanda mundial por *commodities*, particularmente das economias asiáticas, sobretudo China e na Índia. Os analistas acreditam que essa demanda aquecida continuará, já que as grandes economias emergentes (Brasil, Índia, China e Rússia) não seriam significativamente afetadas pela queda do ritmo de crescimento dos Estados Unidos. A tese que predomina é de que o crescimento dessas economias

Tabela 06 – Índices de Preços de Commodities Seleccionadas – Ano Base 1967

Commodities	18/3/2008	Um Ano Atrás	Variação (%)
Metais	1.056,40	789,82	266,58
Matérias-Primas Industriais	544,47	459	85,47
Alimentos	389,64	295,34	94,3
Óleos Vegetais	460,89	297,37	163,52
Energia	977,96	604,29	373,67

Fonte: (Commodity Research Bureau, [2008]).

seria sustentado, sobretudo, pelo dinamismo do mercado interno e, portanto, se a crise financeira não assumir grandes proporções, o efeito deslocamento prevalecerá.

Ademais, o mercado de *commodities* se constitui uma alternativa de investimento frente à redução da rentabilidade dos ativos financeiros em função da desvalorização do dólar e queda das taxas de juros na economia americana. Essa corrida para a “qualidade” pode estar sendo responsável pela formação de nova bolha especulativa. As quedas recentes registradas nos preços das *commodities* estariam sinalizando um movimento de correção dos preços em função da percepção de que a economia americana está desacelerando, com impactos negativos sobre os preços das matérias-primas. Além disso, existe a necessidade de venda de posições nos mercados de *commodities* por parte dos fundos de investimentos e de *hedge* que buscam a liquidez do dinheiro vivo para cobrir saques de seus cotistas.

As importações foram mais acentuadas nos segmentos de bens de consumo duráveis e bens de capital que apresentaram expansão de respectivamente, 138,8% e 61%. O forte crescimento das importações tem sido determinante para evitar maiores pressões inflacionárias. O processo de valorização da moeda nacional e o forte crescimento doméstico constituem-se no principal responsável pelo desempenho das importações em 2007 (Tabela 07).

Diante do cenário de recuo do superávit comercial, o governo anunciou medidas para estimular as exportações e conter o ingresso de dólares no país. Ficou decidida a aplicação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1,5% sobre os investimentos estrangeiros direcionados para as aplicações em renda fixa. O IOF será cobrado na entrada dos recursos e objetiva compensar o aumento da rentabilidade dada a essas aplicações com o fim da CPMF e a isenção do Imposto de Renda (IR) concedido pelo governo em fevereiro de 2006.

O objetivo do governo é desestimular a entrada de recursos de curto prazo, de caráter mais especulativo. O fato dos investidores estrangeiros continuarem atraídos pelo diferencial das taxas de juros domésticas e internacionais constitui o grande obstáculo para reduzir o influxo de capital de curto prazo. Algumas operações não serão tributadas, como as aplicações em bolsas de valores, os investimentos diretos estrangeiros e as transações no mercado derivativo para fazer *hedge*. Nos cálculos do governo, a arrecadação com a nova taxa deverá aumentar R\$ 600 milhões.

A exigência de cobertura cambial para as exportações também foi suprimida. As empresas poderão deixar no exterior 100% das receitas provenientes das exportações e não apenas 30% como determinava a regra vigente desde agosto de 2006. O governo pretende com essa medida reduzir os custos bancários da internalização dos

Tabela 07 – Valor das Importações Brasileiras – US\$ Milhões FOB - Variação Percentual

	Total Importado	Categorias de Uso				
		Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo		Combustíveis
				Duráveis	Não-Duráveis	
Jan 08/Dez 07	16,4	19,8	30,8	-1,3	2,1	-19,5
Jan 08/Jan 07	45,6	61,0	47,5	138,8	22,3	18,3
Acumulado no Ano	45,6	61,0	47,5	138,8	22,3	18,3
Acumulado 12 Meses	33,3	38,3	31,7	58,1	29,9	30,9

Fonte: (FUNCEX, 2008a).

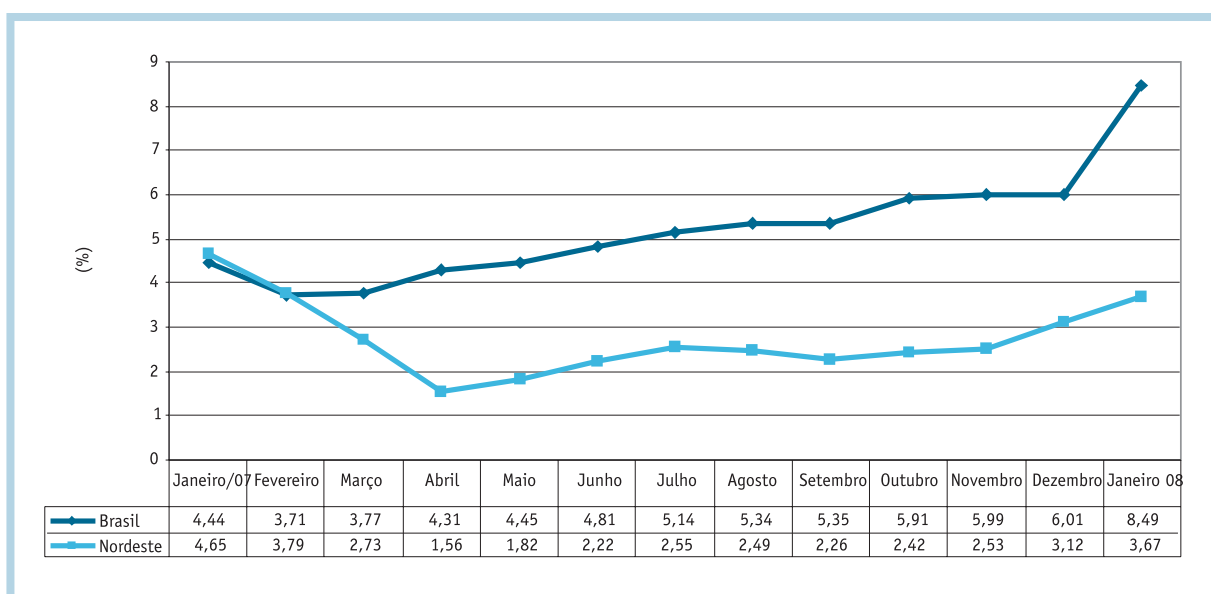


Gráfico 03 – Brasil e Nordeste– Produção Física Industrial – Indústria Geral. Acumulado do Ano
 Fonte: (IBGE, 2008e).

recursos. Ou seja, as empresas com dívidas no exterior evitam pagar a diferença entre a cotação do câmbio para a venda e para a compra ao entrar e posteriormente sair com os recursos do País.

Entretanto, a medida não reduzirá significativamente do ingresso de dólares no curto prazo, já que os exportadores vão preferir os rendimentos da receita em reais do que aplicar os dólares no exterior.

Finalmente, o Conselho Monetário Nacional (CMN) retirou o IOF de 0,38% das vendas internacionais. A medida visa, sobretudo, estimular o *quantum* das exportações que registrou em 2007 uma evolução modesta de 5,5%. O destaque negativo foi a categoria de semimanufaturados que cresceu apenas 0,7% em 2007.

De uma perspectiva setorial, o aumento do PIB está relacionado, sobretudo, com o desempenho do setor agropecuário, com crescimento de 5,3% em 2007. O segmento agrícola foi o grande responsável por esse resultado, com destaque para a produção de trigo (62,3%), algodão herbáceo (33,5%), milho em grão (20,9%), cana (13,9%) e soja (11,1%).

A indústria teve expansão de 4,9% no ano passado – variação acima do verificado em 2006. O resultado positivo da indústria reflete, principalmente, a performance da indústria manufatureira (5,1%). Entretanto, diferente do ano de 2004, quando o ritmo de crescimento da indústria estava vinculado, principalmente, ao dinamismo da indústria de bens de consumo, a variável dinâmica passa a ser o ramo de bens de capital. A expansão da produção de bens de capital foi acima da média da indústria em 2007.

Já o Nordeste registrou aumento da produção industrial de 3,1% em 2007, abaixo da média nacional (6%). Vale destacar que em 2006 a expansão da indústria nordestina ultrapassou a nacional. Quanto à indústria de transformação, em especial, a taxa de crescimento da indústria da Região foi também inferior à nacional, em 2007, diferentemente dos dois anos anteriores (Gráfico 03).

Como constatado na Conjuntura Econômica nº 15 (seção Produção Industrial do Nordeste), os resultados positivos nos dois anos precedentes estão relacionados ao maior dinamismo dos setores de bens intermediários e bens semiduráveis e

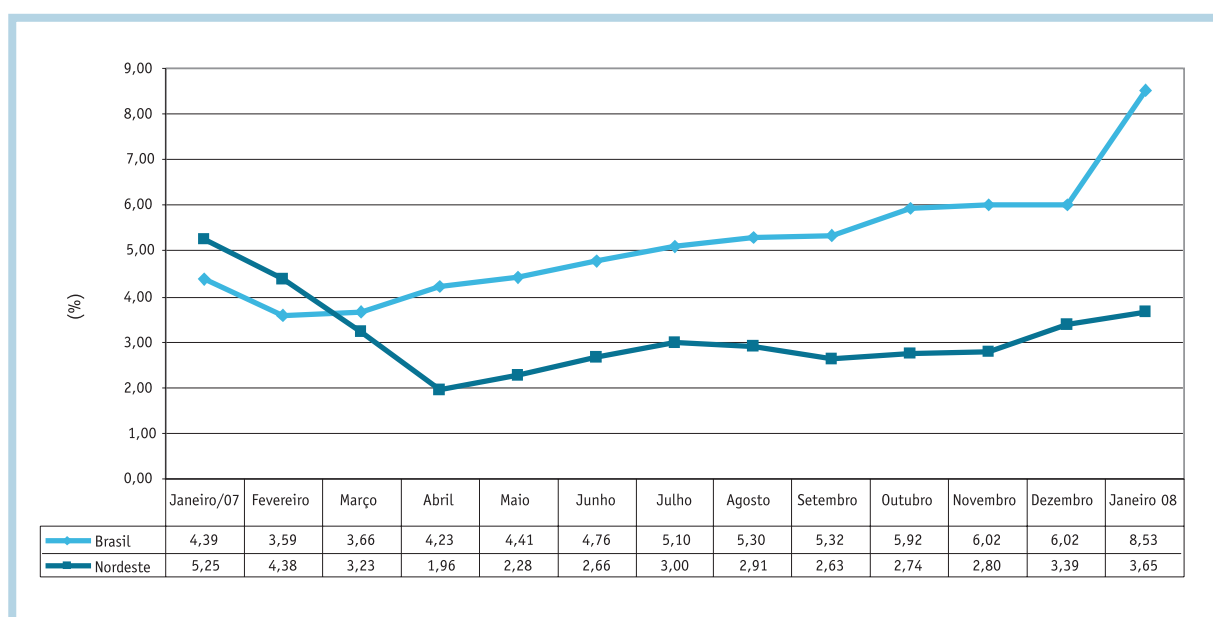


Gráfico 04 – Brasil e Nordeste – Produção Física Industrial – Indústria Manufatureira. Acumulado do Ano

Fonte: (IBGE, 2008e).

não-duráveis, com peso significativo na estrutura industrial nordestina.

Com o ritmo de crescimento apoiado, principalmente, no mercado interno em detrimento das vendas externas em 2007, os setores de bens de capital e bens de consumo duráveis, que se encontram especialmente concentrados nas regiões Sul e Sudeste, foram amplamente beneficiados (Gráfico 04).

Finalmente, o setor de serviços assinalou um incremento de 4,7% no ano de 2007. As principais contribuições positivas vieram de intermediação financeira e seguros (13%), serviços de informação (8%) e comércio (7,6%).

Com relação ao comércio, os setores que mais influenciaram esse desempenho foram os segmentos vinculados à expansão do crédito, com destaque para equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação (22,8%), ve-

ículos e motos, partes e peças (22,6%) e móveis e eletrodomésticos (15,4%). No recorte regional, vale mencionar que seis dos nove estados nordestinos assinalaram taxas de crescimento do comércio varejista acima da média nacional. Esse dinamismo do comércio nordestino tem estimulado investimentos de expansão por parte de redes varejistas.

Um exemplo é o financiamento de R\$ 38,1 milhões concedido pelo BNDES para a Deib Otch S.A (BNDES, 2008b)⁴. O crédito é destinado à ampliação da rede varejista, com a abertura de dez lojas na região Nordeste e Norte no período 2008/09. Os estados contemplados com novas lojas serão Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Sergipe e Pará. A estimativa é de geração de 840 empregos diretos e quatro mil indiretos. Atualmente, 60% dos fornecedores do grupo são micro, pequenas e médias empresas, em sua maioria, de confecções, artesanato

⁴ O grupo Deib Otch atua comércio varejista, com as lojas “Esplanada” e “By Expresss”, principalmente nos ramos de confecções de modas feminina, masculina, infantil, artigos de cama, mesa e banho, artigos de decoração, calçados, perfumaria, CDs, relógios, artigos para viagem, entre outros.

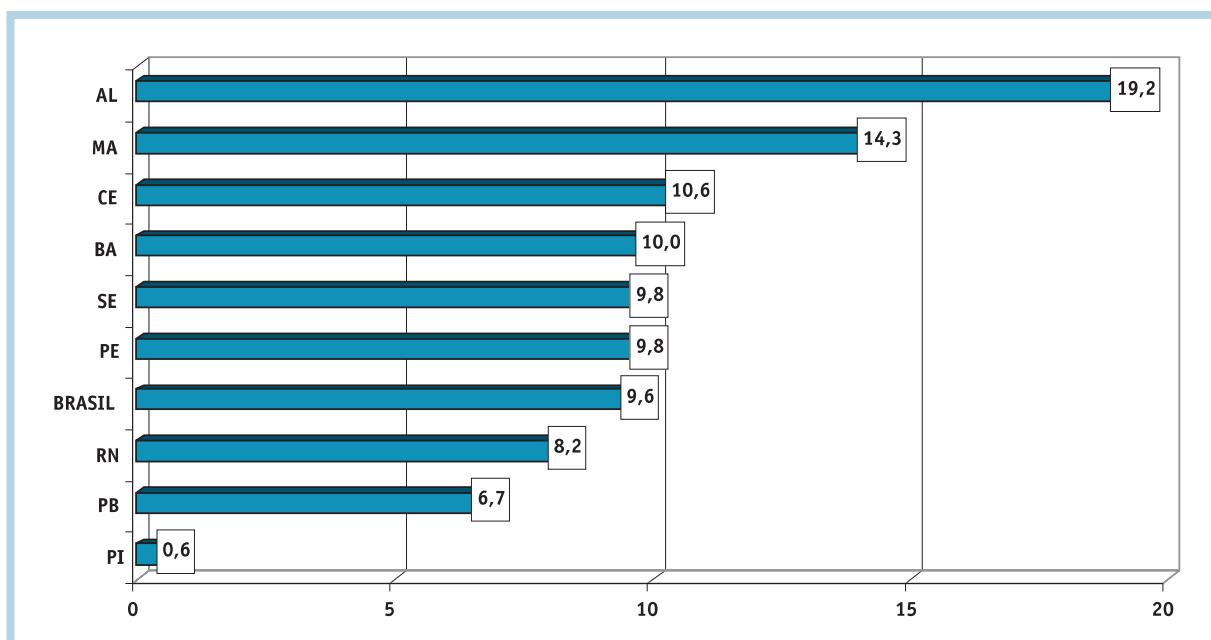


Gráfico 05 – Brasil e Nordeste. Volume de Vendas do Varejo Ordenadas Segundo o Posicionamento em Relação a Média Nacional

Fonte: (IBGE, 2008)

e prestação de serviços e 62% da própria Região (Gráfico 05).

O forte crescimento da economia brasileira em 2007 foi sustentado, principalmente pela demanda interna. O incremento da formação bruta de capital foi duas vezes maior que o aumento do PIB, repercutindo positivamente na oferta agre-

gada e favorecendo o crescimento econômico sem pressões inflacionárias. Por outro lado, a elevação das importações em grau superior ao das exportações reflete o processo de valorização da moeda nacional. Esse descompasso é preocupante na medida em que pode engendrar desajustes no Balanço de Pagamentos.

3.2 – Produção Industrial

A produção industrial do Brasil registrou pequeno decréscimo de 0,5% em fevereiro de 2008, comparativamente ao mês de janeiro, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), após variação positiva de 1,7% no mês anterior. Apesar do resultado negativo, a indústria acumula aumento de 9,1 % no primeiro bimestre – o mais forte desempenho para esse período desde 2000. Em fevereiro de 2008, comparativamente ao mesmo mês de 2007, houve ex-

pansão de 9,7% da indústria, influenciada pelo forte ritmo de crescimento do mercado interno e a aceleração dos investimentos.

Vale salientar que o incremento da indústria está se acelerando nas comparações interanuais, ou seja, o indicador mensal (9,7%) cresce mais do que o acumulado do ano (9,1%) e esse mais do que o acumulado em doze meses (6,8%) (Tabela 08).

Tabela 08 - Brasil. Produção Industrial - Variação

Percentual					
Discriminação	2007			2008	
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Indústria Geral					
Mesmo Mês do Ano Anterior	10,5	6,7	6,3	8,5	9,7
Acumulado do Ano	5,9	6,0	6,0	8,5	9,1
Acumulado em 12 Meses	5,3	5,5	6,0	6,3	6,8
Indústria de Transformação					
Mesmo Mês do Ano Anterior	10,9	6,9	6,0	8,5	9,7
Acumulado do Ano	5,9	6,0	6,0	8,5	9,2
Acumulado em 12 Meses	5,3	5,5	6,0	6,3	6,8
Extrativa Mineral					
Mesmo Mês do Ano Anterior	4,2	3,5	10,6	7,9	9,3
Acumulado do Ano	5,6	5,4	5,9	7,9	8,4
Acumulado em 12 Meses	6,1	5,6	5,9	6,1	6,3

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008c).

O desempenho da indústria de embalagens traduz o dinamismo da produção industrial. O segmento registrou incremento de 5,4% no indicador mensal e de 4,2 % no acumulado do ano, taxas de crescimento superiores ao observado nos últimos 12 meses (2,7%), refletindo uma intensificação das encomendas.

Desde o segundo semestre do ano passado, o segmento de embalagens registra elevados índices de crescimento. A indústria de embalagens de material plástico obteve o melhor desempenho no acumulado janeiro-fevereiro (6,2%). A indústria de embalagens semi-rígidas de material plástico (9,1%) e a de embalagem rígida de material plástico, 8,7%, seguida pela indústria de embalagens de metal (4,9%). Esse crescimento substancial decorre, principalmente, do aumento da demanda interna de bens de consumo, materiais de construção e insumos agropecuários (Tabela 09).

Para 2008, a continuidade do aumento da demanda e o maior grau de utilização da capaci-

dade instalada, forçando a realização de novos investimentos, serão decisivos para a manutenção do dinamismo do setor. O nível de utilização da capacidade instalada atingiu 87% em janeiro de 2008, taxa de utilização considerada elevada, exigindo a realização de novos investimentos. Nesse sentido, a Cromus, empresa que atua no ramo de embalagens desde 1993, inaugurou uma nova unidade de produção em Mauá, na grande São Paulo, com mais do dobro da área da fábrica anterior. A ampliação da capacidade de produção está associada à introdução de novas tecnologias, com duas impressoras de última geração (NO SETOR..., 2008).

O atual ciclo de expansão industrial deve-se, sobretudo, ao bom desempenho da indústria manufatureira. Em fevereiro de 2008, observou-se aumento de 9,7% nessa área sobre fev./07. No acumulado do ano, frente ao mesmo período de 2007, o acréscimo foi de 9,2%. Ao longo dos últimos 12 meses, a expansão foi de 6,8%, superior

Tabela 09 - Índices Conjunturais da Indústria de Embalagens

Grupos Seleccionados	Período Igual Período do Ano Anterior		
	Fevereiro 08	Jan.-Fev. 08	Acumulado em 12 Meses
Embalagens de Vidro	107,5	99,9	101,9
Embalagens de Metal	104,8	104,9	104,6
Embalagens de Madeira	83,2	79,8	91,7
Embalagem de Papel e Papelão	105,0	104,1	100,7
Embalagens Flexíveis de Papel e Papelão	101,0	93,5	95,2
Caixas de Papel Corrugado	107,2	103,8	101,5
Embalagens Semi-Rígidas de Material Plástico	104,1	109,1	102,2
Embalagens de Material Plástico	106,7	106,2	104,9
Embalagens Flexíveis de Material Plástico	96,9	96,5	103,2
Embalagens Rígidas de Material Plástico	109,3	108,7	105,4
Total de Embalagens	105,4	104,2	102,7

Fonte: (IBGE, 2008d).

ao percentual registrado nas posições de jan./08 e dez./07, o que sinaliza aceleração de ritmo de crescimento.

Vale destacar, também, os bons resultados da indústria extrativa com acréscimo de 9,3% no indicador mensal e 8,4% no acumulado do ano. Contribui para essa performance a manutenção dos preços das *commodities* em níveis elevados e a forte demanda mundial, principalmente de países emergentes como China e Índia. Ademais, diante da crise nos mercados financeiros mundiais, as *commodities* estão sendo utilizadas como opção de investimento.

No que se refere às *commodities* metálicas, constata-se elevação substancial das cotações do minério de ferro, grande responsável pelo crescimento da receita de exportação com *commodities*. Esse cenário positivo beneficia significativamente grandes empresas exportadoras vinculadas à indústria extrativa, como a Vale do Rio Doce. Segundo levantamento da consultoria Econômica, a empresa apresentou o maior lucro anual em 2007 entre as companhias de capital aberto nos últimos 22 anos. Com esses resultados, a compa-

nhia se tornou a segunda maior mineradora do mundo, superando a anglo-australiana Rio Tinto e atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton (GLOBAL 21, 2008c).

Segundo cenário elaborado pela Vale, as mudanças estruturais por que passam as economias emergentes têm fortes implicações na demanda por minerais e metais. A companhia destaca o plano de urbanização da China cujo objetivo é transferir 300 milhões de pessoas (20 milhões/ano) do campo para a cidade até 2020, aumentando o consumo de aço para infra-estrutura, moradias, bens duráveis e outros produtos industrializados.

A avaliação é de que a expansão da economia chinesa é cada vez mais decorrente do dinamismo do mercado doméstico e, portanto, o país é menos vulnerável aos ciclos da economia americana. Vale destacar que a China foi responsável por 49% do consumo mundial de minério de ferro, 33% de alumínio, 24,2% de níquel e 26,3% de cobre. Para 2011, a Vale estima que o crescimento econômico chinês deverá absorver 54% de minério de ferro, 31% de níquel, 41% de alumínio e 30% de cobre (VALE..., 2008).

Analisando por categoria de uso, vale destacar a boa *performance* dos segmentos de bens de capital e bens de consumo duráveis em fevereiro comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. Já no acumulado dos dois primeiros meses do ano todos os setores registraram alta, com bens de capital (19,9%) e bens de consumo duráveis (18,1%) liderando, vindo em seguida os bens intermediários (9,2%). Bens de consumo semiduráveis e não duráveis (3,5%) registraram alta abaixo da média nacional (9,2%), reflexo do desempenho ainda insatisfatório de alguns segmentos em função do processo de intensificação da concorrência externa, beneficiada pela apreciação cambial (Gráfico 06).

A expansão da indústria de capital no acumulado janeiro-fevereiro superou em mais de duas vezes a média nacional, com reflexos positivos na ampliação da capacidade produtiva do país. Esse desempenho reflete, sobretudo, a conjuntura favorável de crescimento da renda agrícola e de aceleração dos investimentos industriais.

Nessa perspectiva, constata-se aumento significativo da produção de bens de capital agrícola-

las e peças agrícolas no primeiro bimestre. Dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2008a) indicam forte crescimento de 56,2% da produção de máquinas agrícolas automotrizes no acumulado janeiro-março.

Já a produção de bens de capital direcionados à indústria cresceu substancialmente nos dois primeiros meses do ano, reflexo de incrementos tanto na fabricação de bens de capital seriado (12,6%) quanto de não-seriados (13,9%).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ, 2008), o faturamento do setor apresentou uma alta de 39,8% em relação ao mesmo período de 2007, alcançando R\$ 10,9 bilhões. Esse desempenho decorreu do forte incremento do consumo aparente de máquinas e equipamentos que atingiu o maior patamar para esse período do ano, totalizando R\$ 13,6 bilhões – incremento de 49,9% em relação ao primeiro bimestre do ano anterior.

As informações da Abimaq também revelam que a expansão do consumo beneficiou substan-

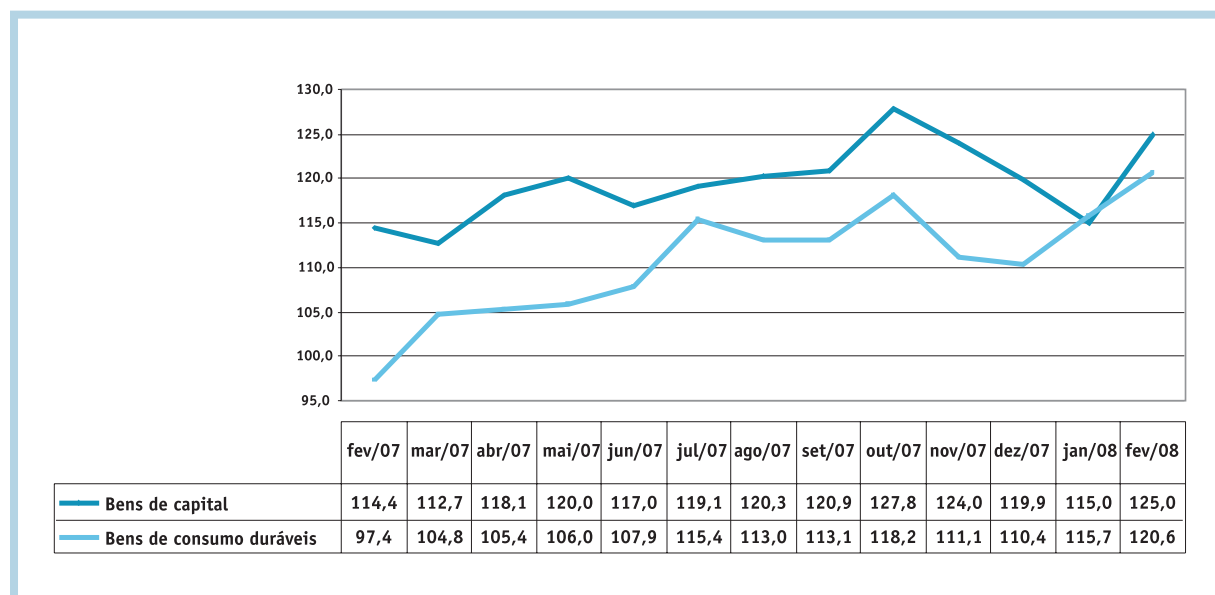


Gráfico 06 - Brasil. Produção Física Industrial de Bens de Capital e de Consumo Duráveis.
Índice Mensal: Igual Mês do Ano Anterior = 100
 Fonte: (IBGE, 2008d).

cialmente as importações, que tiveram elevação de 66,1% no acumulado dos dois primeiros meses do ano, somando US\$ 3,3 bilhões. Vale destacar a forte presença das importações originadas da China, que chegaram a US\$ 364 milhões, alta de 147,8%.

A indústria de bens de consumo duráveis registrou aumento de 18,1% no primeiro bimestre de 2008 na comparação com idêntico período do ano anterior, com ênfase para a indústria automobilística. A expansão do crédito e o aumento da massa salarial estão sendo decisivos para o desempenho desse segmento.

No caso da indústria automobilística, as informações da Anfavea mostram que foram produzidos 280,6 mil veículos em março – incremento de 13,4% no confronto com mesmo mês do ano anterior. No primeiro trimestre, a produção totalizou 783 mil veículos, aumento de 19,3% em relação a correspondente período do ano passado.

Esse desempenho está associado, principalmente, à boa *performance* das vendas internas que aumentaram 31,4% no acumulado do ano. Já

as exportações assinalaram recuo de 2,1% nessa mesma base de comparação.

Chama a atenção o crescimento substancial da participação de veículos importados no total de licenciamento, atingindo 12,1% em março de 2007 contra 9,9% no mesmo mês de 2007. O incremento das importações, beneficiado pelo processo de valorização do Real, responde à intensificação das vendas internas (Gráfico 07).

As condições favoráveis de financiamento estão sendo decisivas para a continuidade do dinamismo interno, expresso pela intensificação da demanda. Segundo levantamento da Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (ANEF, 2008), o saldo das carteiras de financiamento e arrendamento de veículos para pessoas físicas teve um acréscimo de 43,5% em 2007, alcançando R\$ 110,7 bilhões. Desse total, R\$ 81,6 bilhões correspondem ao crédito direto ao consumidor (CDC) e R\$ 29,1 bilhões às operações de leasing. Já no primeiro bimestre de 2008, o saldo de crédito para veículos cresceu 44,9% (FUNCEX, 2008c).

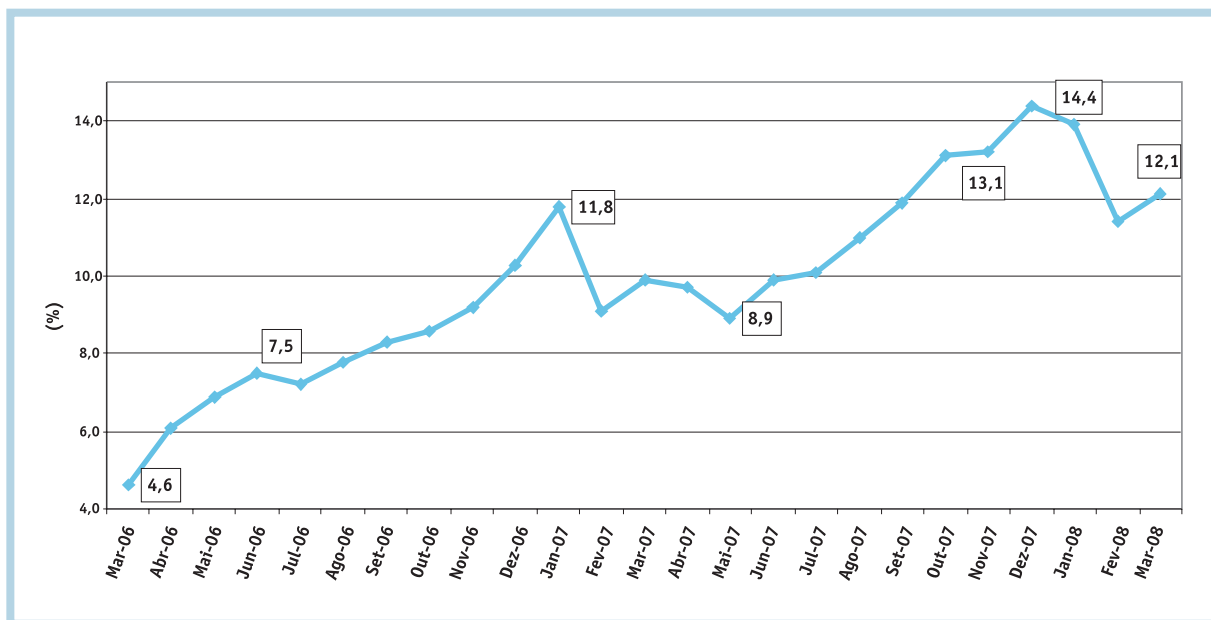


Gráfico 07 - Brasil. Participação dos Veículos Importados no Licenciamento

Fonte: (ANFAVEA, {2008b}).

Com relação aos planos de financiamento, o plano médio para financiamento em 2007 e nos primeiros dois meses do ano alcançou 42 meses, ante 36 meses em 2006. Vale destacar também que 72% dos veículos comercializados em 2007 foram a prazo, sendo 38% financiados por CDC, 30% por leasing, 4% através de consórcio e 28% à vista.

No setor de bens intermediários, vários segmentos apresentaram crescimento acima da média nacional da indústria tanto no indicador mensal quanto no acumulado do ano. As principais contribuições são veículos automotores, produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos), outros produtos químicos, borracha e plástico e refino de petróleo e produção de álcool (Tabela 10).

O desempenho do segmento de borracha será beneficiado pela implantação de uma nova fábrica da Michelin direcionada para a fabricação de pneus de mineração e terraplenagem. Os investimentos na construção dessa nova unidade de produção chegaram a US\$ 200 milhões. Com

capacidade de produção equivalente a mais de 40 mil toneladas de pneus por ano, a maior parte da produção, cerca de 80%, será destinada às exportações, principalmente para os mercados da América do Sul (GLOBAL 21, 2008a)..

Com relação ao setor de plásticos, vale destacar a renovação do projeto de incentivos às exportações do setor pela Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil) e pelo Instituto Nacional do Plástico (INP). Serão destinados R\$ 9,2 milhões para ações de fomento às exportações, objetivando elevar de 66 mil toneladas para 121 mil toneladas a quantidade embarcada de plástico transformado pelas empresas. De acordo com a Apex, 78 empresas dos ramos de rafia (usado no acondicionamento de produtos a granel), embalagens flexíveis e utilidades domésticas fazem parte do programa (EXPORT PLASTIC, 2008).

A boa *performance* do segmento de refino de petróleo está relacionada com os resultados positivos da estatal brasileira Petrobras que terminou

Tabela 10 - Brasil. Índices Conjunturais do Segmento de Consumo Intermediário

Bens de Consumo Intermediário por Atividade	Período Igual Período do Ano Anterior		
	Fevereiro/08	Jan.-Fev./08	Acumulado em 12 Meses
Indústrias Extrativas	109,3	108,5	106,3
Alimentos	108,3	105,6	101,4
Têxtil	103,0	100,5	101,7
Celulose	108,6	106,4	102,3
Refino de Petróleo e Produção de Álcool	110,8	108,2	103,4
Outros Produtos Químicos	111,6	111,9	105,8
Borracha e Plástico	112,1	111,4	108,1
Minerais Não-Metálicos	108,4	109,8	106,5
Metalurgia Básica	111,7	109,0	106,9
Produtos de Metal - Exclusive Máquina e Equipamentos	115,3	113,1	109,1
Veículos Automotores	117,6	118,6	115,6
Demais Atividades	107,1	105,3	102,2

Fonte: IBGE, 2008d).

2007 como a décima primeira companhia petrolífera do mundo, valendo US\$ 241,6 bilhões em bolsa – incremento de 124,1% em relação a 2006. O processo de internacionalização da empresa e os bons resultados nos últimos anos em termos de receita e lucro são apontados como responsáveis por esse resultado (GLOBAL 21, 2008b).

Nesse contexto de aceleração industrial, o único setor que cresceu abaixo da média nacional em fevereiro no confronto com igual período do ano anterior foi o de bens de consumo semi e não-duráveis (1% contra 9,7%). Entretanto, esse é o décimo quarto resultado positivo consecutivo nessa base de comparação. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), o destaque ficou por conta da indústria de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico, sobretudo pela maior produção de itens vinculados ao consumo interno como biscoito, carnes e aves, café, açúcar refinado, massas e leites.

Contudo, o desempenho do setor decorre também do dinamismo das exportações de alimentos industrializados e dos planos de internacionalização de grandes grupos nacionais ligados à indústria alimentícia. A Sadia, por exemplo, iniciou a internacionalização de suas operações no ano passado, com a implantação de uma unidade de produção na Rússia, o principal mercado consumidor da empresa na Eurásia e o quinto maior mercado no exterior. Em 2007, esse país absorveu 8% das vendas internacionais da companhia. Para 2008, estão previstos R\$ 100 milhões na cons-

trução de uma fábrica nos Emirados Árabes. Esse processo de internacionalização segue uma tendência já iniciada por outras grandes companhias do setor, como Perdigão e JBS – Friboi (SADIA, 2008).

Ademais, os segmentos intensivos em mão-de-obra vêm apresentando uma recuperação importante no início de 2008, com taxas de crescimento positivas tanto no confronto mês/mesmo mês do ano anterior como no acumulado do ano. No setor de calçados, apesar da transferência de parte da produção para outros países em melhores condições competitivas, as empresas têm procurado enfrentar as condições adversas de intensa concorrência e câmbio valorizado, redirecionando a produção para o mercado interno e procurando introduzir novas técnicas de produção e atuando em nichos de maior valor agregado (Tabela 11).

Essas novas estratégias estão surtindo os efeitos esperados. A Grendene, empresa de calçados com forte presença na região Nordeste, obteve o maior lucro líquido de sua história em 2007 (R\$ 258,6 milhões), resultado apenas 1% superior ao registrado em 2006. Vale destacar que esse resultado ocorre num momento de retração de 2,9% no consumo de calçados no Brasil.

A estratégia da Grendene combinou uma elevação de preços no mercado externo com uma política de retração de preços no mercado doméstico. As exportações cresceram 27,2% em 2007, apesar do câmbio apreciado, e as vendas internas tiveram um aumento de 21,1%. A alta do preço

Tabela 11 – Setores Intensivos em Mão-de-Obra – Indicador Mensal e Acumulado do Ano

Seções e Atividades	Período Igual Período do Ano Anterior		
	Fevereiro 08	Jan.-Fev. 08	Acumulado em 12 Meses
Têxtil	105,6	103,1	104,3
Vestuário e Acessórios	107,3	111,3	107,0
Calçados e Artigos de Couro	104,7	102,2	99,1

Fonte: (IBGE, 2008g).

permitiu a empresa amenizar o impacto cambial, além de reduzir os efeitos negativos da alta do dólar no mercado internacional. Vale salientar que a Grendene utiliza a resina PVC (cloreto de polivinila), derivada do petróleo, na fabricação de seus sapatos (BBC BRASIL, 2008).

Os resultados da produção industrial no primeiro bimestre de 2008 mostram a liderança do setor de bens de capital, com reflexos na amplia-

ção da capacidade produtiva, e de bens de consumo duráveis. A continuidade desse processo de expansão industrial sem pressões inflacionárias vai depender da manutenção dos investimentos em máquinas e equipamentos. Por enquanto, os dados da Fundação Getúlio Vargas relativos ao Nível de utilização da Capacidade Instalada (NUCI) não justificam altas na taxa básica de juros (Selic) no sentido de desacelerar o crescimento da indústria e da economia.

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional (PIM-PF Regional) – Fevereiro/2008, publicada pelo IBGE, o Nordeste apresentou taxas de crescimento positivas nos quatro indicadores pesquisados: variação mês/mês (fev.-2008/jan.-2008), variação mensal (fev..2008/fev.2007), variação acumulada no ano e variação acumulada nos últimos 12 meses, conforme se depreende da Tabela 12, que destaca o

desempenho da produção industrial do Brasil, do Nordeste e de alguns estados, dentre os quais Ceará, Pernambuco e Bahia, em fev./08.

Comparativamente ao mês anterior, o desempenho regional em fevereiro de 2008 apresentou expansão de 2,7%, correspondendo ao terceiro melhor índice dentre as regiões pesquisadas, e ficando à frente do Brasil, que registrou taxa de crescimento negativa de meio ponto percentual.

Tabela 12 - Variação da Produção Industrial (em %)

Região	Fev.08 / Jan. 08 (Mês/Mês)	Fev.08 / Fev. 07 (Mensal)	Acumulado do ano (Fev. 08)	Acumulado 12 Meses
Amazonas	-2,4	17,4	17,7	7,5
Pará	1,9	13,0	9,6	2,8
Região Nordeste	2,7	12,2	7,7	3,8
Ceará	3,4	6,6	2,1	0,9
Pernambuco	0,1	18,8	15,6	6,5
Bahia	2,8	11,7	5,7	2,4
Minas Gerais	-1,6	10,7	10,5	9,5
Espírito Santo	1,0	16,3	14,1	8,7
Rio de Janeiro	-0,9	8,1	6,5	3,1
São Paulo	-1,5	10,1	11,5	7,4
Paraná	-1,5	12,0	15,3	8,1
Santa Catarina	0,0	6,7	4,9	5,7
Rio Grande do Sul	0,4	12,0	10,5	8,2
Goiás	2,1	18,1	11,8	2,8
Brasil	-0,5	9,7	9,2	6,9

Fonte: (IBGE, 2008c).

Em relação a fev./07, a expansão industrial nordestina alcançou 12,2% em fev./2008, superando o desempenho brasileiro (9,7%). O incremento na produção industrial nordestina decorreu, em grande parte, dos resultados positivos de nove dos onze segmentos pesquisados pelo IBGE. Os quatro maiores destaques foram papel e celulose (28,8%), refino de petróleo e álcool (18,1%), alimentos e bebidas (16,8%) e minerais não-metálicos (13,8%). Por outro lado, pressionaram negativamente a formação desse índice os segmentos de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-6,5%) e vestuário e acessórios (-5,3%), como indicado na Tabela 13.

No acumulado do ano, correspondente ao primeiro bimestre, ocorreu expansão na indústria nordestina de 7,7%, contra 9,2% na nacional. Para a formação deste indicador, nove das onze atividades pesquisadas apresentaram variações positivas, com ênfase para os segmentos de papel e celulose (25,7%), calçados e artigos de couro (13,1%) e alimentos e bebidas (12,1%). Exercendo influências negativas figuraram os segmentos de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,4%) e o setor têxtil (-8,1%).

Com relação à taxa anualizada, referente aos últimos 12 meses (mar./07-fev./08), o crescimento industrial do Nordeste, de 3,8%, foi menor que o verificado para o Brasil (6,9%), que recebeu forte influência do setor de máquinas e equipamentos, atividade pouco expressiva na região nordestina. Este setor foi decisivo para o bom desempenho industrial brasileiro no índice acumulado dos últimos 12 meses, porquanto apresentou taxas de crescimento muito favoráveis, a exemplo do segmento de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, que registrou incremento de 14,5%, enquanto o Nordeste obteve desempenho negativo (-7,3%) (Gráfico 08).

Em uma análise mais abrangente, de 2000 a 2007, é possível observar melhor o desempenho industrial do Nordeste comparativamente ao brasileiro. Nesta série histórica (Gráfico 09), constata-se que a diferença entre as taxas de crescimento industrial brasileira e nordestina, que em 2000 era 224% maior no Brasil, foi paulatinamente sendo reduzida até se inverter em 2006, ano em que a taxa de crescimento industrial do Nordeste foi 17% maior do que a nacional. Em 2007, no entanto, essa tendência

Tabela 13 - Nordeste: Indicadores da Produção Industrial por Setores e Atividades de Indústria (Percentual)

Setores e Atividades	Fev.-08 / Fev.-07	Acumulado Jan.-Fev./08	Últimos 12 Meses
Indústria geral	12,2	7,7	3,8
Indústria extrativa	8,1	6,0	1,2
Indústria de transformação	12,5	7,8	4,0
Alimentos e bebidas	16,8	12,1	6,5
Têxtil	1,8	-8,1	3,1
Vestuário e acessórios	-5,3	9,4	2,2
Calçados e artigos de couro	9,5	13,1	6,9
Celulose, papel e produtos de papel	28,8	25,7	3,5
Refino de petróleo e álcool	18,1	11,0	2,8
Produtos químicos	9,3	2,5	2,1
Minerais não metálicos	13,8	10,1	10,6
Metalurgia básica	7,0	4,4	1,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-6,5	-10,4	-7,3

Fonte: (IBGE, 2008i). Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica

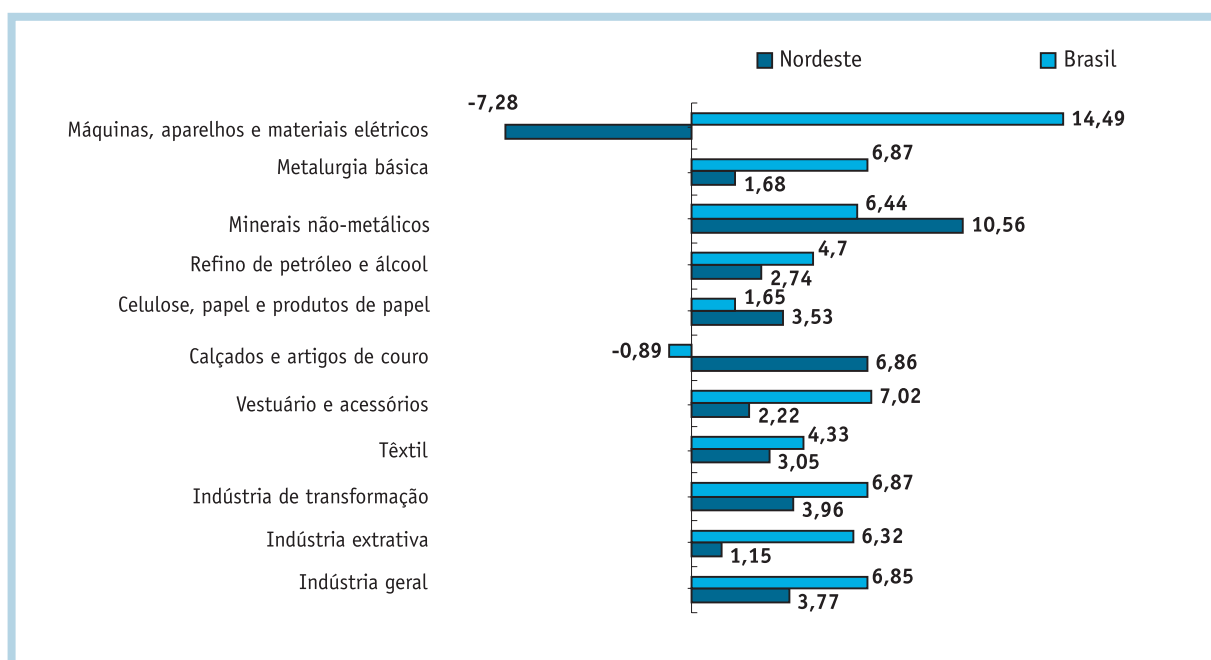


Gráfico 08: Brasil e Nordeste: Produção Física Acumulada - Variação Acumulada Últimos 12 Meses (Mar. a Feb. 2007)

Fonte: (IBGE, 2008u). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

foi interrompida, tendo sido o crescimento brasileiro 93% maior que o nordestino.

O desempenho industrial do Brasil e do Nordeste, tanto no ano de 2007 como no primeiro bimestre de 2008, pode ser explicado, em grande parte, pelo aumento do consumo interno, proporcionado pela melhoria do poder aquisitivo da população em geral, principalmente das classes menos favorecidas. Este incremento no poder aquisitivo resulta de quatro fatores principais: ganho real do poder de compra do salário mínimo; aumento no número de empregos no País e no Nordeste; elevação no nível da renda familiar, contribuindo inclusive para a migração de elevado contingente de pessoas das classes D e E para a classe C; e transferências de renda realizadas por meio dos programas sociais governamentais, que têm proporcionado maior acesso ao consumo a milhões de pessoas, principalmente no Nordeste, região mais beneficiada.

Este incremento no consumo fica evidente quando se observa o expressivo aumento das

vendas físicas do comércio varejista no Brasil e nos estados do Nordeste, em 2007 e no primeiro bimestre deste ano. Considerando que não houve deflação nesses dois períodos, o aumento do volume de vendas no varejo somente foi possível graças à elevação da renda dos brasileiros (Tabela 14).

Apesar do incremento verificado na produção industrial do Nordeste e do Brasil, alguns setores de semiduráveis demonstram preocupação com o aumento das importações, principalmente as provenientes da China, em função da forte concorrência deste país e da apreciação do real em relação à moeda norte-americana. Os setores têxtil e calçadista, por exemplo, de grande representatividade no Nordeste, têm sido muito afetados com o crescimento das importações brasileiras.

Esta ansiedade é procedente, em virtude do ritmo acelerado de crescimento das importações nos últimos anos. De fato, as importações brasileiras de produtos têxteis e de confecções evoluíram de US\$ 2,14 bilhões em 2006 para

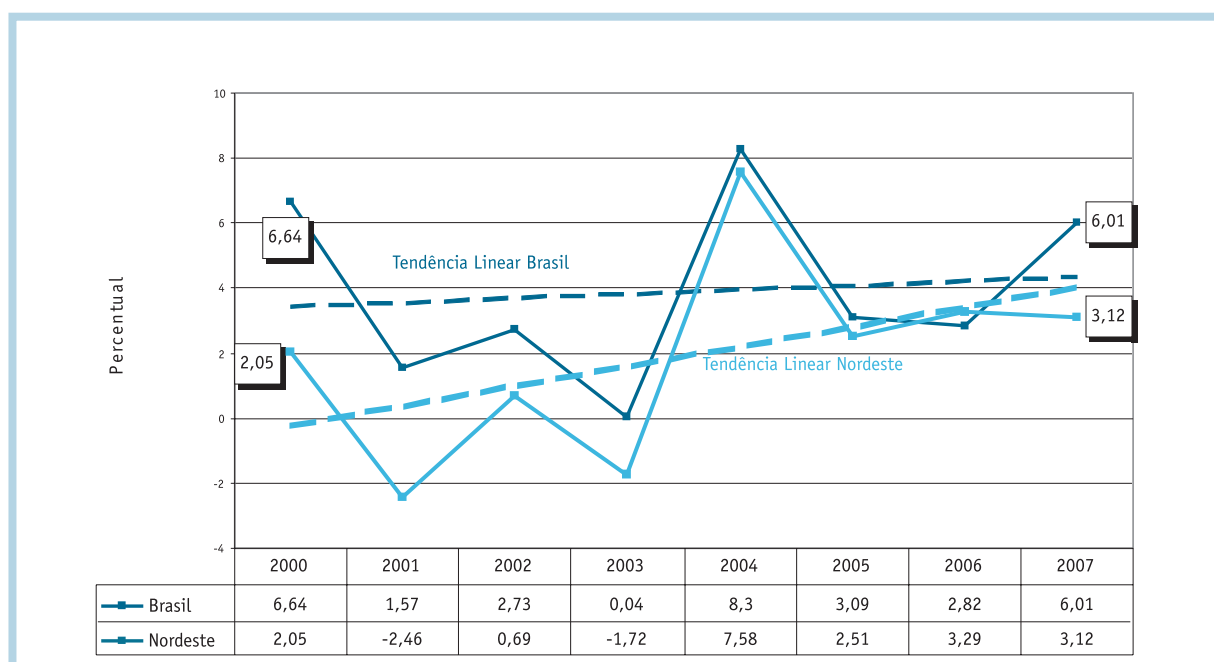


Gráfico 09 - Brasil e Nordeste: Taxas de Crescimento da Indústria Geral (2000 - 2007)

Fonte: (IBGE, 2008h). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

US\$ 3,01 bilhões em 2007, apresentando variação de 40% em apenas um ano. Já as importações do setor de calçados cresceram quase 50%, passando de US\$ 140,7 milhões (18,6 milhões de pares) em 2006 para US\$ 209,5 milhões (28,7 milhões de pares) em 2007, dos quais US\$ 148,8 milhões (71%) provenientes somente da China. Ressalte-se que o impacto do aumento das importações brasileiras de têxteis, confecções e calçados nas empresas nordestinas tem sido inferior à média nacional,

afetando mais intensamente as empresas desses setores localizadas no Sul/Sudeste.

A pesquisa Nordeste – Indicadores Industriais, realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), através do Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (INDI), também revela informações importantes sobre o desempenho da indústria nordestina. De acordo com a última pesquisa, contendo dados relativos ao mês de jan./2008, o Nordeste apresentou comportamento crescente na sua indústria de transforma-

Tabela 14 - Índice de Volume de Vendas no Comércio Varejista Não Ampliado*

Brasil e Estados do Nordeste	Acumulado 2007 (%)	Acumulado 1o. bimestre/2008 (%)
Brasil	9,68	11,99
Maranhão	14,26	14,27
Piauí	0,64	11,04
Ceará	10,61	7,34
Rio Grande do Norte	8,22	19,96
Paraíba	6,68	17,39
Pernambuco	9,85	12,47
Alagoas	19,24	6,34
Sergipe	9,82	5,04
Bahia	9,99	8,85

Fonte: (IBGE, 2008k). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: * Não inclui “veículos e motos e suas partes e peças” e “material de construção”.

Tabela 15 - Nordeste e Brasil - Variação de Vendas, Pessoal Empregado, Salários Líquidos e Horas Trabalhadas em Setores Selecionados - janeiro-2008/janeiro-2007 (Valores em %)

Setores	Vendas Totais	Pessoal Empregado	Salários Líquidos	Horas Trabalhadas na Produção
Minerais não-metálicos	59,7	7,2	12,3	11,3
Metalúrgica	8,0	3,9	-4,1	6,1
Química	-3,8	11,1	-2,1	15,2
Têxtil	-17,8	16,8	-7,3	15,4
Vestuário	51,6	9,1	-3,2	-2,1
Produtos Alimentícios	10,4	15,4	3,6	11,8
Total da Indústria Nordeste	6,7	12,9	1,4	11,5
Total da Indústria Brasil	19,7	5,2	6,9	6,4

Fonte: (FIEC, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: Os totais da indústria nordestina e do Brasil incluem outras indústrias, além das discriminadas na tabela. Dados dos setores referem-se ao Nordeste.

ção para todas as variáveis analisadas em comparação ao mesmo mês do ano anterior (Tabela15). Nessa pesquisa, os indicadores divulgados pelo INDI corroboram os índices apresentados na pesquisa do IBGE, já comentados.

De fato, na pesquisa INDI, o indicador “vendas totais da indústria de transformação” apresentou incremento de 6,7%, em função do desempenho extraordinário dos segmentos de minerais não-metálicos (59,7%), vestuário, calçados e artigos de tecidos (51,6%) e produtos alimentares

(10,4%). Por outro lado, pressionaram negativamente os setores têxtil (-17,8%) e químico (-3,8%). Apesar do bom desempenho nordestino, o Brasil apresentou crescimento muito mais expressivo no índice de vendas totais da indústria de transformação, atingindo 19,7% (Gráfico 10).

A variável “pessoal total empregado” cresceu no Nordeste também de forma expressiva, alcançando 12,9% em janeiro, desempenho melhor do que o registrado para o Brasil (5,2%). Nesta variável, todos os setores pesquisados apresentaram

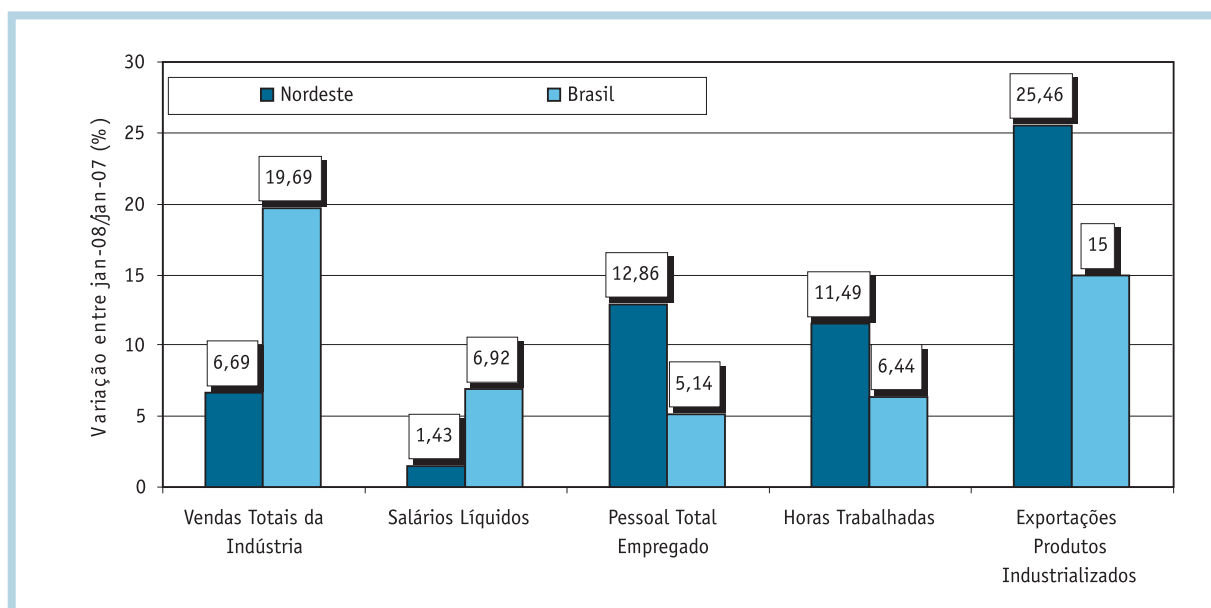


Gráfico 10 - Nordeste e Brasil: Indicadores Gerais da Indústria de Transformação (Variações Reais - Janeiro-2008 / Janeiro-2007)

Fonte: (FIEC, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

incremento positivo, sendo os principais: têxtil (16,8%), produtos alimentares (15,4%) e químico (11,1%).

Analisando os indicadores de vendas reais e de pessoal contratado do setor têxtil em um período mais amplo, observa-se um comportamento ascendente entre estas duas variáveis. De fato, as vendas reais avançaram 4,6% no período de 12 meses correspondente a fev./07-jan./08 em relação ao mesmo período anterior, enquanto o número pessoas ocupadas cresceu 6,3%.

Outras variáveis pesquisadas pelo INDI – “horas trabalhadas” (11,5%) e “salários líquidos” (1,4%) –, também apresentaram comportamento ascendente em jan./08 relativamente ao mesmo mês do ano anterior.

Mais destacado ainda foi o desempenho das exportações de produtos industrializados, que apresentaram taxa de crescimento de 25,5%, atingindo no mês de janeiro a soma de US\$ 1,086 bilhão, apesar da valorização cambial da moeda brasileira. Este montante representou 84,6% das exportações totais do Nordeste em janeiro, correspondentes a US\$ 1,283 bilhão. Os dados indicam que o Nordeste não é mais um mero exportador de matérias-primas, como foi no passado, detendo atualmente um parque industrial diversificado em que sobressaem os segmentos automobilístico, petroquímico, têxtil, vestuário e de calçados, dentre outros.

Ceará, Pernambuco e Bahia

O levantamento do IBGE divulgado através da PIM-PF Regional abrange também alguns estados da Federação, dentre os quais Ceará, Pernambuco e Bahia.

O desempenho do Ceará no primeiro bimestre deste ano, comparativamente ao mesmo período de 2007, foi modesto, apresentando incremento de apenas 2,1%. Contudo, em fev./08, a produção industrial do Ceará, ajustada sazonalmente, avançou 3,4% em relação ao mês imediatamente anterior, sendo este o estado que apresentou melhor resultado dentre as regiões pesquisadas pelo IBGE. Já no indicador acumulado de 12 meses (mar./07-fev./08), o Ceará obteve desempenho muito abaixo da média nacional, crescendo apenas 0,9%. Quanto ao índice mensal, que compara fevereiro de 2008 com fevereiro de 2007, o Ceará evoluiu 6,6% (vide Tabela 12).

Ressalte-se que, se por um lado o Ceará obteve, dentre as regiões pesquisadas, o melhor resultado em fevereiro, no comparativo com janeiro, os demais índices não são favoráveis, pois os indicadores acumulados no bimestre, nos últimos 12 meses ou em relação a fevereiro de 2007 colocam o Estado na última posição do *ranking* brasileiro, demonstrando que a indústria cearense está na contramão do ritmo que vem tomando a indústria nacional.

Neste sentido, os resultados positivos de fevereiro não representam recuperação da indústria cearense, principalmente se considerarmos que a realidade não mudou para alguns dos principais segmentos que compõem o setor industrial no Estado, quando são comparados aos meses de retração. De fato, os setores têxtil (-7,3%) e de confecções (-15,4%) continuam tendo desempenho negativo, impactando desfavoravelmente o índice, porquanto participam, em conjunto, com cerca de 16%⁵ do valor bruto da produção industrial do Estado (Tabela 16).

5 Em função de não estarem disponíveis informações mais recentes, foi considerado o Valor Bruto da Produção Industrial no ano de 2005, correspondente a 10,3% para o setor de “fabricação de produtos têxteis” e 6,1% para o setor de “confecção de artigos de vestuário e acessórios”. Os demais percentuais de participação do Valor Bruto da Produção Industrial apresentados no texto são relativos a 2005.

Com relação ao setor de refino de petróleo e álcool, que participa com cerca de 5% da produção industrial cearense, a influência no indicador de fevereiro foi expressiva, em função de a queda ter sido muito acentuada, correspondente a 52,8%.

A atividade que contribuiu mais fortemente para o desempenho cearense no mês de fevereiro foi o setor de alimentos e bebidas (19,9%), pois essa indústria representa aproximadamente 26% da produção estadual de industrializados. O crescimento na produção destes itens justifica-se pelo aumento da renda da população cearense, porquanto os alimentos e bebidas são os principais beneficiados com a elevação do consumo, principalmente das classes mais baixas.

Os calçados e artigos de couro também foram importantes para o desempenho cearense, com alta de 14,8%. Este resultado deve-se, em parte, à melhoria das exportações do segmento de calçados, que evoluiu 21,3% em peso e 16,9% em

valor, passando de US\$ 79,9 milhões no primeiro trimestre de 2007 para US\$ 93,5 milhões nos três primeiros meses deste ano. Este resultado positivo da indústria de calçados do Ceará está em consonância com a tendência nacional de recuperação do setor.

Dois fatores possibilitam essa reação. O primeiro está relacionado com o aquecimento do consumo interno, levando os empresários do setor a redirecionar parte da produção para o mercado brasileiro; e o outro com a reorientação do perfil exportador para fugir da concorrência asiática e compensar a perda de rentabilidade que resulta da valorização da moeda nacional. Para tanto, as empresas estão ofertando produtos de maior valor agregado, com melhor design e conteúdo de moda em diversos mercados. Essa mudança de estratégia permite que as empresas deste setor pratiquem preços mais elevados.

Na pesquisa INDI, por sua vez, que traz informações relativas ao mês de jan./08, o Ceará

Tabela 16 - Ceará, Pernambuco e Bahia: Desempenho de Setores Selecionados da Indústria em Fevereiro de 2008 em relação a Fevereiro de 2007.

Setores Selecionados	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Cresceu	Decresceu	Cresceu	Decresceu	Cresceu	Decresceu
Indústria geral	6,6	-	18,8	-	11,7	-
Indústria Extrativa	-	-	-	-	10,8	-
Indústria de Transformação	6,6	-	18,8	-	11,7	-
Alimentos e Bebidas	19,9	-	31,1	-	2,3	-
Têxtil	-	-7,3	-	-7,0	-	-
Vestuário e Acessórios	-	-15,4	-	-	-	-
Calçados e Artigos de Couro	14,8	-	-2,6	-	-	-
Celulose, Papel e Produtos de Papel	-	-	-	-16,1	34,1	-
Refino de Petróleo e Álcool	-	-52,8	161,7	-	9,0	-
Produtos Químicos	19,0	-	11,1	-	12,1	-
Borracha e Plástico	-	-	-	-1,3	5,0	-
Minerais Não-Metálicos	12,9	-	7,7	-	10,2	-
Metallurgia Básica	25,9	-	13,5	-	5,5	-
Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	39,8	-	3,1	-	-	-
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	19,0	-	-	-1,1	-	-
Veículos Automotores	-	-	-	-	58,7	-

Fonte: (IBGE, 2008t). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

apresentou, em comparação com igual mês do ano de 2007, desempenho excepcional em vendas nos setores de química (137,5%) e minerais não-metálicos (90,6%), e aumento no número de empregados em todas as atividades pesquisadas, principalmente nos setores têxtil (23,0%) e químico (19,6%) (Tabela 17).

Pernambuco apresentou, no primeiro bimestre de 2008, comparativamente ao mesmo período de 2007, uma forte expansão de 15,6%. Já a produção industrial ajustada sazonalmente, que relaciona fevereiro a janeiro, ficou estável, apresentando variação de 0,1%. No acumulado dos últimos 12 meses, ao passar de 5,6% em janeiro para 6,5% em fevereiro, prossegue em trajetória ascendente desde dezembro de 2007 (vide Tabela 12).

No confronto do indicador mensal de fevereiro de 2008 em relação a igual mês de 2007, Pernambuco registrou expressivo crescimento de 18,8%, quinta taxa positiva consecutiva e o maior avanço desde março de 1995 (23,6%). Para a formação deste índice, o setor de alimentos e bebidas, que tem um peso de 37% na produção industrial de Pernambuco, cresceu 31,1%, alavancada pelo aumento da fabricação de açúcar cristal e demerara. Além disto, conforme já comentado, a melhoria na renda da população também contribuiu fortemente para o aumento da demanda de alimentos e bebidas.

Outro setor que teve um impacto positivo foi o de fabricação de álcool, com incremento de 161,7%, apesar de participar apenas com 1% do valor da produção industrial do Estado. Ambos foram favorecidos pelas melhores condições climáticas da safra 2007/08, que provocaram o prolongamento da produção de cana-de-açúcar no Estado.

O setor de metalurgia básica, que participa com aproximadamente 8% da produção de industrializados do Estado, também apresentou crescimento positivo de 13,5%, em virtude da maior produção de chapas e tiras de alumínio e vergalhões de aços de carbono, favorecidos com o crescimento da construção civil.

Na pesquisa INDI, Pernambuco obteve em janeiro bom desempenho nas vendas nos setores de vestuário (75%) e produtos alimentícios (15,9%), favorecidos em grande parte pela melhoria na renda da população. Também alcançaram resultado de vendas positivo o setor de minerais não-metálicos (25,8%), graças ao crescimento da construção civil; e a indústria metalúrgica (14,8%), pelas razões já comentadas (vide Tabela 17).

A indústria baiana avançou 5,7% no acumulado do ano referente ao primeiro bimestre. Em fev./08, a produção industrial da Bahia cresceu 2,8% em relação a janeiro, já descontados os

Tabela 17 - Ceará, Pernambuco e Bahia: Variação de Vendas Reais e Pessoal Empregado em Setores Selecionados da Indústria de Transformação - janeiro-2008/janeiro-2007 (Valores em %)

Setores	CEARÁ		PERNAMBUCO		BAHIA	
	Vendas Reais	Pessoal Empregado	Vendas Reais	Pessoal Empregado	Vendas Reais	Pessoal Empregado
Minerais Não-Metálicos	90,6	5,8	25,8	-2,8	11,5	21,2
Metalúrgica	26,6	1,6	14,8	1,9	2,1	5,6
Química	137,5	19,6	-10,9	7,3	-6,5	10,8
Têxtil	-16,9	23,0	-48,4	3,5	-19,0	12,7
Vestuário	-2,3	8,8	75,0	3,7	29,0	16,0
Produtos Alimentícios	6,7	5,8	15,9	19,1	-3,6	11,7
Total da Indústria	20,9	9,6	3,2	13,9	1,0	14,2

Fonte: (FIEC, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

efeitos sazonais. No indicador acumulado nos últimos doze meses, a indústria da Bahia cresceu 2,4% em fevereiro, acelerando frente ao resultado de janeiro, mês em que teve incremento de 1,5%.

Já no indicador mensal, que relaciona o desempenho de fevereiro de 2008 ao de 2007, a indústria baiana cresceu 11,7%, registrando a maior taxa desde novembro de 2004 (30,0%). O segmento que mais contribuiu para este índice foi o de veículos automotores (58,7%), que participa com 13% do valor da produção industrial do Estado. Para entender este forte crescimento é necessário observar que em fevereiro de 2007 a indústria automobilística retraiu sua produção em 56,9%, o que indica que em fevereiro último este setor industrial conseguiu compensar a retração verificada anteriormente. Outro fator que atesta o maior dinamismo deste setor é o crescimento de mais de 30% nas vendas de automóveis no Brasil, de janeiro a março deste ano, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

Também contribuíram para o desempenho industrial baiano de fevereiro de 2008, em relação ao mesmo mês do ano precedente: a expansão do setor de papel e celulose (34,1%), atividade que corresponde a 2,5% do valor da produção de industrializados, favorecida em parte pelo aumento das exportações, que cresceram 76,3%, atingindo US\$ 223,5 milhões; e o setor de petróleo e derivados (crescimento de 9%), que participa com 18% do valor da produção industrial, beneficiado, sobretudo, com o incremento das exportações em 151,3%, alcançando US\$ 213,8 milhões.

Na pesquisa INDI, a Bahia obteve em janeiro bom desempenho nas vendas nos setores de vestuário (29%) e de minerais não-metálicos (11,5%). A indústria de alimentos, apesar da queda nas vendas, realizou aumento de 11,7% nas contratações de pessoal. Na contramão, apresentaram resultados negativos de vendas principalmente o setor têxtil (-19%) e setor químico (-6,5%). Todos os setores pesquisados, contudo, tiveram crescimento no número de pessoas empregadas, sendo os dois mais expressivos o de

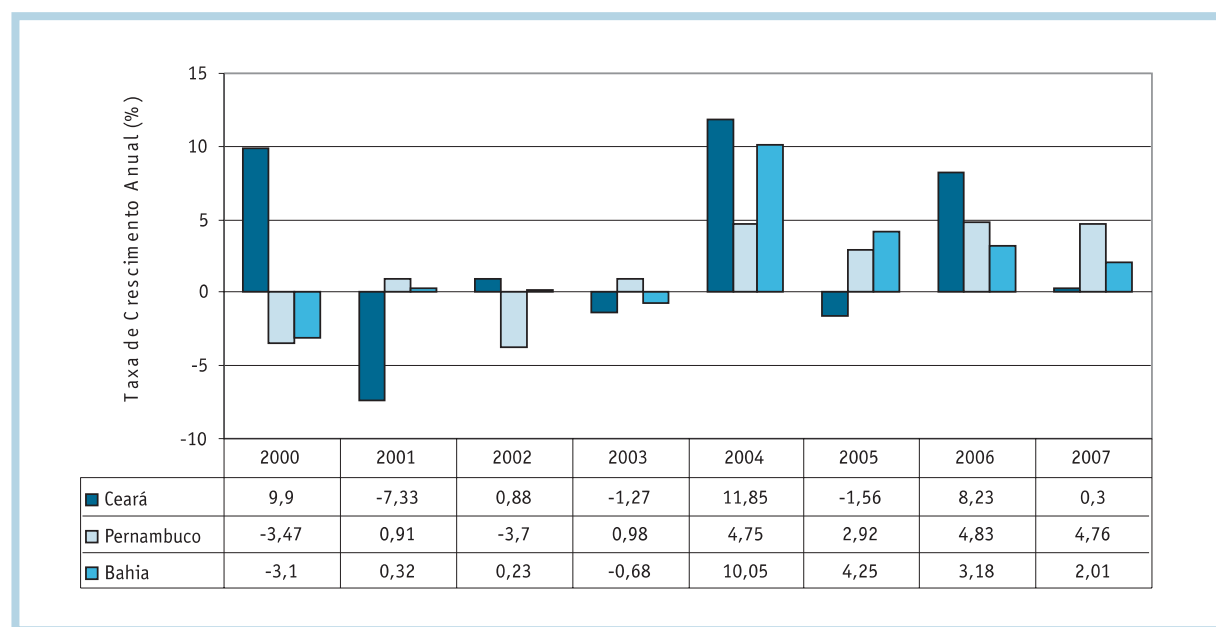


Gráfico 11 - Ceará, Pernambuco e Bahia: Taxa de Crescimento Anual da Indústria Geral - 2000 - 2007.

Fonte: (IBGE, 2008h). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

minerais não-metálicos (21,2%) e o de vestuário (16%) (vide Tabela 17).

Numa análise do comportamento das indústrias do Ceará, de Pernambuco e da Bahia, envolvendo uma série histórica mais longa (2000/07), observa-se um desempenho não-uniforme para esses estados, ora apresentando crescimento positivo, ora negativo (Gráfico 11). No período analisado, o Ceará cresceu, em média, 2,6% por ano; Pernambuco, 1,5% por ano; e a Bahia, 2% por ano, todos abaixo do crescimento brasileiro (média de 3,9% por ano). Isto é uma caracterís-

tica da forte concentração da produção industrial em poucos setores.

Assim, quando estes setores são afetados por alguma crise, a produção industrial cai drasticamente. No caso do Ceará, a indústria de calçados e artigos de couro, juntamente com a de alimentos e bebidas, representa quase 50% da produção industrial; em Pernambuco, apenas o segmento de alimentos e bebidas é responsável por 37% do PIB industrial; e na Bahia, o setor de produtos químicos e petroquímicos representa cerca de 29% do PIB industrial, em dados de 2005.

3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

Dados da Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada pela Fundação Getúlio Vargas, revelam que o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da indústria nacional atingiu 85,2 % em março de 2008 ante 83,1% no mesmo período do anterior e 84,3%

em janeiro último, sinalizando o aquecimento da produção industrial. O aumento de 9,2% nos dois primeiros meses do ano e os primeiros resultados do mês de março apontam para uma retomada da atividade industrial, após pequeno recuo observado em fevereiro (Gráfico 12).

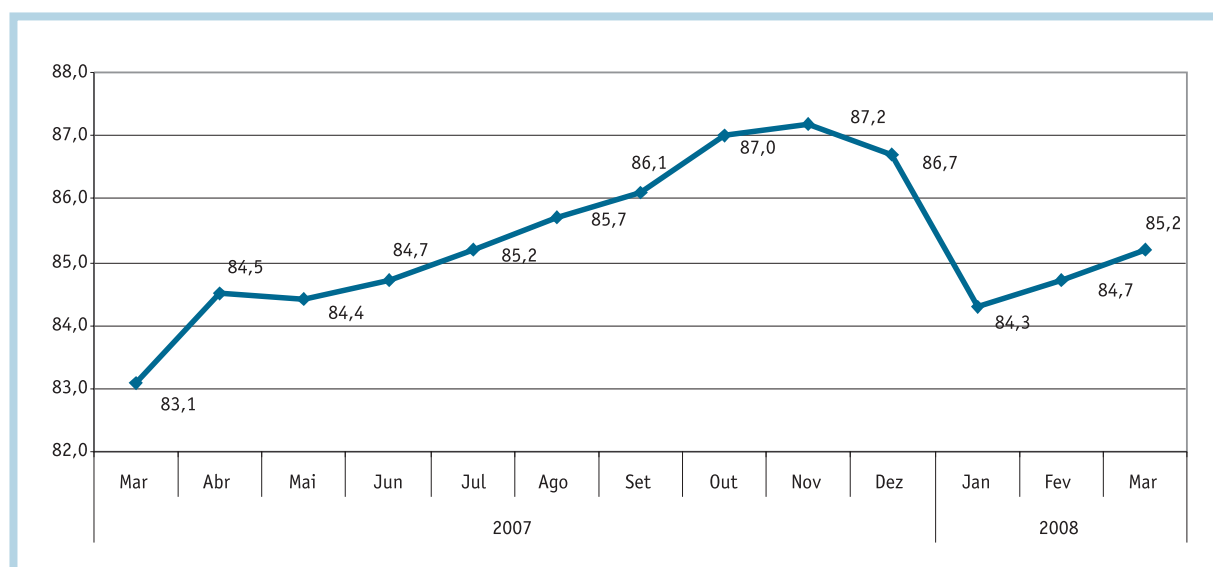


Gráfico 12 - Brasil : Nível de Utilização da Capacidade Instalada – Março/2007 – Março/2008
Fonte: (FGV, 2008a).

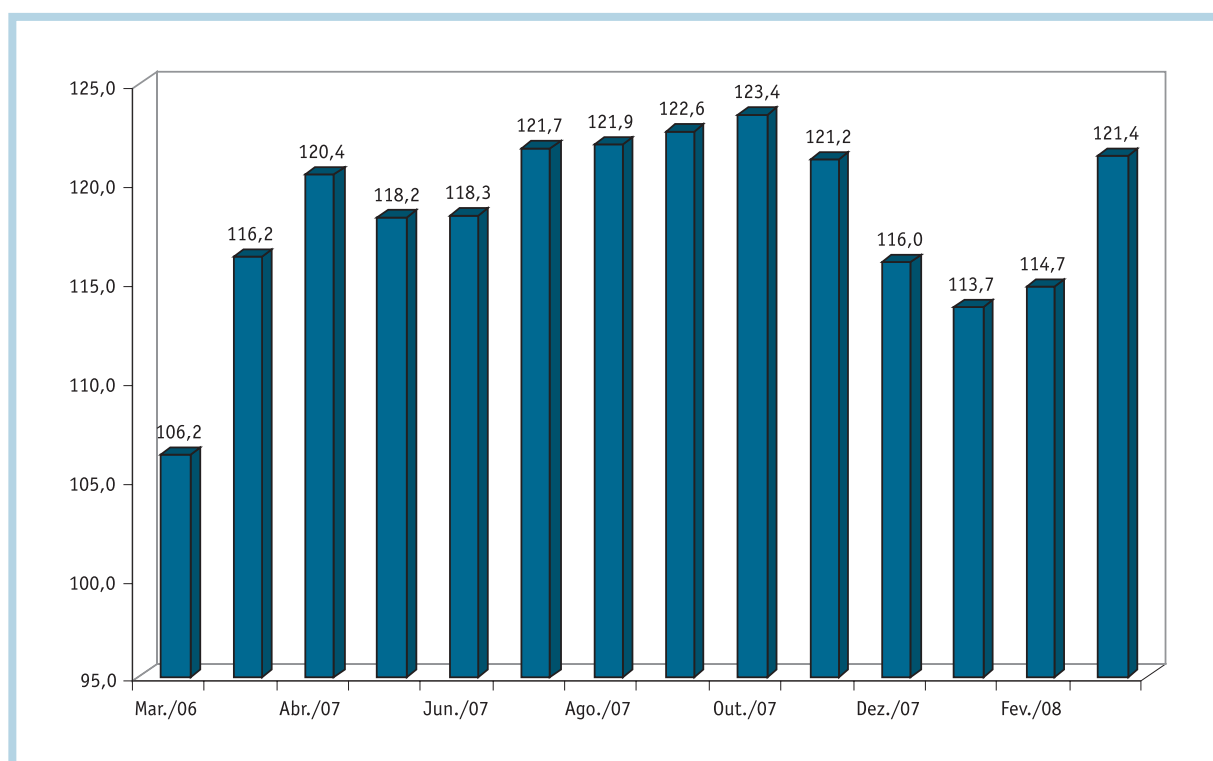


Gráfico 13 - Brasil. Índice de Confiança da Indústria

Fonte: (FGV, 2008b).

Já a sondagem industrial da indústria de transformação de março revela uma situação bastante favorável do ambiente empresarial. O índice de confiança da indústria passou de 114,7 em fevereiro para 121,4 pontos em março, com alta de 5,8%, variação acima da observada em março de 2007, de 5,1% (Gráfico 13).

O levantamento indica que a percepção dos empresários com relação à demanda por produtos industriais continua otimista. De um total de 1.068 empresas investigadas, 31% estão avaliando como forte o nível atual de demanda, enquanto apenas 7% acreditam que o nível atual é fraco.

Diante desse cenário, resta verificar a capacidade do setor industrial de acompanhar a expansão da demanda no País. A julgar pelas estatísticas de investimento, a expectativa é de que não se constate problemas de insuficiência de capacidade produtiva nos próximos meses. A produção de bens de capital continua aquecida, com

aumento de 19,9% no acumulado do primeiro bimestre e de 20% nos últimos 12 meses. Adicionalmente, as importações aumentaram 52,7% no intervalo janeiro 2008/07 e 34,1% no acumulado dos últimos 12 meses.

Essas importações estão sendo direcionadas, principalmente para incrementar a oferta local, já que as exportações aumentaram apenas 17,1% no período janeiro 2008/07 e 14,3% nos últimos 12 meses.

Nessa perspectiva, os desembolsos do BNDES foram cruciais para incrementar os investimentos do setor manufatureiro. Entre 2006 e 2007, o montante de empréstimos direcionados para a indústria de transformação foi de R\$ 51 bilhões, 32% superior ao do biênio anterior. Já as aprovações atingiram R\$ 72 bilhões entre 2006/07, ante R\$ 40 bilhões nos dois anos anteriores, aumento de 80%.

Em 2007, o banco financiou a construção de 49 novas unidades de produção e a ampliação de outras 69 unidades, com destaque para grandes projetos na área de siderurgia, petroquímica e mineração. Vale destacar também os desembolsos para investimentos em expansão do setor metalúrgico e automotivo nesse período.

Ademais, observa-se uma disposição do setor empresarial em elevar os investimentos em máquinas e equipamentos. De acordo com a Sondagem da Indústria de Transformação – Quesitos Especiais (investimentos), realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV⁶, a expectativa é de ampliação da capacidade produtiva, o que permitiria o crescimento da produção industrial sem ocasionar pressões inflacionárias.

A expansão da capacidade instalada prevista para este ano é de 11% em média – o maior percentual nos últimos cinco anos. Para o período 2008/11, o aumento da capacidade de produção projetada é de 22%, o maior desde janeiro de 2005 (Tabela 18).

O levantamento constatou que 87% das empresas avaliam o nível atual da demanda interna como determinante para a execução de investimentos em capital fixo neste ano, enquanto apenas 2% percebem a demanda doméstica exercendo influência negativa. Vale lembrar que a demanda

interna foi o principal fator que impulsionou os investimentos em 2007.

Para 52% das empresas entrevistadas, a demanda externa é considerada fator de influência positiva nas decisões de investimentos de 2008. Já 10% do conjunto a avaliam como negativa.

Conforme a pesquisa, a expectativa de rentabilidade constitui-se a principal razão para investir em 2008. O quesito foi apontado por 88% das empresas, contra 85% em 2007. Já as condições de financiamento foram consideradas satisfatórias por 38% das empresas. O maior obstáculo apontado pelos empresários foi a taxa de juros, considerada fator de influência negativa para 36% dos entrevistados, percentual superior aos que indicam influência positiva (28%).

Analisando por categoria de uso, constatou-se que o NUCI do setor produtor de bens de capital, que alcançou 89,9% em março, foi o maior valor observado da série histórica. Comparativamente a março de 2007, a expansão da utilização da capacidade instalada foi de 8,1%, reflexo do excelente desempenho da produção de bens de capital no país. Portanto, o setor que opera no seu recorde histórico é justamente o setor do qual depende a ampliação da capacidade produtiva. Por outro lado, esses investimentos possibilitarão a todos os setores da indústria ampliar sua oferta (Tabela 19).

Tabela 18 – Brasil. Taxas Médias de Expansão da Capacidade de Produção Existentes – Em Percentuais

	No Ano					No Triênio				
	2004	2005	2006	2007	2008	2004/ 2006	2005/ 2007	2006/ 2008	2007/ 2009	2008/ 2010
Indústria de Transformação	5,0	7,0	8,0	7,0	11,0	16,0	21,0	16,0	16,0	22,0

Fonte: (FGV; IBRE, 2008).

⁶ A pesquisa foi realizada entre os dias 3 de janeiro e 28 de fevereiro. Para os quesitos relativos à expansão da capacidade produtiva, foram consideradas apenas as previsões das 381 empresas que os responderam nos últimos cinco anos. Já 710 companhias responderam a perguntas sobre os fatores que influenciavam os investimentos. FGV/IBRE. Sondagem da Indústria de Transformação – Quesitos Especiais (Investimentos). Janeiro/Fevereiro de 2008.

Tabela 19 – Brasil. Utilização Média da Capacidade Instalada por Categoria de Uso

Setores	Mínimo desde 1995	Máximo desde 1995	2007										2008		
			Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Bens de Consumo	Jan 2002	Nov 2007	79,3	81,6	82,3	81,7	83,5	84,1	84,6	86,4	87,7	87,2	83,5	82,2	83,6
Bens de Capital	Jan 1998	Mar 2008	85,5	85,2	84,8	85,5	85,4	86,6	87,3	86,6	85,5	86,8	85,5	88,9	89,9
Material de Construção	Abr 1999	Fev 2008	83,5	85,8	83,5	83,3	82,4	82,9	86,7	86,8	87,3	87,1	86,4	88,2	86,9
Bens Intermediários	Jan 1999	Out 2004	87,4	88,3	87,8	88,1	88,2	87,9	87,5	88,4	88,2	87,2	86,5	87,2	87,6

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

Já o NUCI do setor de bens de consumo atingiu 83,6% em março, superando em 5,4% o patamar observado em 2007. Porém, esse resultado está 4,6% abaixo do pico histórico observado em nov./07, apesar da manutenção de taxas positivas de crescimento dos bens duráveis. Diante dos fatores impulsionadores da demanda interna (ampliação do crédito e aumento da massa salarial), os empresários do setor estão investindo substancialmente para expandir a capacidade de produção. Ademais, o crescimento de 56,9% das importações de bens de consumo duráveis nos últimos 12 meses tem sido crucial para evitar estrangulamentos de oferta.

No caso do setor de bens intermediários, os níveis elevados de produção e ocupação da capacidade resultam da forte demanda interna e da trajetória ascendente dos preços da maioria das *commodities* metálicas no mercado internacional. Essa conjuntura estimulou a realização de grandes investimentos em segmentos da indústria de bens intermediários.

Em resumo, o crescimento do NUCI em março de 2008 revela que a demanda interna está crescendo mais do que a oferta, porém, o cenário para a expansão da oferta é extremamente positivo, não se justificando, por enquanto, aumentos na taxas de juros.

Com relação ao Nordeste, o índice médio de utilização da capacidade instalada divulgado pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (INDI/FIEC, 2008b) para a indústria regional alcançou 74,8% - inferior aos 75,1% de janeiro de 2007. Vale salientar que esse índice encontra-se bem abaixo dos 81,3% da indústria nacional em janeiro de 2008 calculado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No recorte regional, destaca-se o crescimento do uso da capacidade instalada das indústrias de produtos alimentares e produtos químicos. Por outro lado, as indústrias de minerais não-metálicos, vestuário, calçados e artigos de tecidos, e metalúrgica registraram queda no índice (Tabela 20).

Tabela 20 - Nordeste: Índice de Utilização da Capacidade Instalada – Percentual Médio

Setores	Jan./08	Dez./07	Jan./07
Minerais Não-Metálicos	72,28	92,24	82,59
Metalúrgico	83,29	93,38	89,34
Químico	79,5	78,15	78,79
Têxtil	82,89	83,54	89,94
Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	70,86	69,21	79,43
Produtos Alimentares	72,13	71,35	65,98
Total da Indústria do Nordeste (1)	74,86	76,08	75,16
Total da Indústria do Brasil (1)	81,6	81,34	79,54

Fonte: (FIEC; INDI, 2008).

(1) Os totais da indústria Nordestina e do Brasil incluem outras indústrias, além das discriminadas na tabela.

A redução do nível de utilização da capacidade instalada não reflete absolutamente um quadro recessivo na região. Na verdade, na comparação janeiro 2008/07, os indicadores “vendas totais da indústria”, “pessoal empregado” e “horas trabalhadas” registraram incrementos significativos. Essa configuração revela a realização de importantes investimentos de ampliação na

indústria de bens intermediários e a reação dos setores intensivos em mão-de-obra à conjuntura cambial adversa. Nesse sentido, destaque-se a recuperação do setor de vestuário, calçados artigos de tecidos na Região, com crescimento de 51,3% das vendas e 9,7% no pessoal empregado (Tabela 21).

Tabela 21 - Nordeste: Indicadores Gerais da Indústria de Transformação – Variações Reais, em %

Indicadores	Jan.08/ Dez.07	Jan.08/ Jan.07
Vendas Totais da Indústria	-1,35	6,69
Salários Líquidos	-12,99	1,43
Pessoal Total Empregado	-0,15	12,86
Horas Trabalhadas	-1,23	11,49
Exportações Produtos Industrializados	29,58	25,46
Utilização da Capacidade Instalada (Nível %)	74,86 (a)	76,08 (b)

Fonte: (FIEC; INDI, 2008).

3.4 - Comércio

3.4.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O comércio varejista do País, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE referente a fevereiro de 2008, registrou queda de 1,5% no volume de vendas e de 1,4% na receita nominal, comparativamente ao mês anterior com ajuste sazonal. Para o IBGE, esses resultados expressam uma acomodação no ritmo de vendas após as significativas expansões registradas em janeiro passado (Tabela 22).

Segundo o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV, 2008), os setores mais dependentes do crédito apresentaram melhor desempenho que aqueles mais dependentes do rendimento real da população. Com efeito, na comparação fevereiro/janeiro de 2008, na série com ajuste sazonal,

houve queda no volume de vendas nos segmentos: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-3,9%); tecidos, vestuário e calçados (-4%); e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-2,8%),

Por outro lado, na análise da série sem ajustamento, o volume de vendas e a receita nominal do comércio varejista em fev./08 avançaram 12,2% e 16,7%, respectivamente, sobre o mesmo mês de 2007.

No primeiro bimestre de 2008 a taxa de crescimento acumulada foi de 12% no volume de vendas e de 16,6% na receita nominal em relação ao

Tabela 22 - Brasil: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC - (fev./08)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Fev. /08**	Acumulado**		Indicador mês/mês anterior*	Fev. /08**	Acumulado**	
			Jan.-Fev. /08	12 Meses			Jan.-Fev. /08	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	-1,4	16,7	16,6	13,1	-1,5	12,2	12,0	10,2
1. Combustíveis e Lubrificantes	2,4	5,8	4,2	2,1	2,0	7,2	5,1	5,3
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-3,0	17,2	18,2	14,6	-3,9	7,2	7,8	6,7
2.1. Super e Hipermercados	-2,1	16,9	18,0	14,8	-3,1	7,1	7,8	7,0
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	-4,0	16,6	17,9	15,7	-4,0	12,7	14,1	11,8
4. Móveis e Eletrodomésticos	1,2	17,8	14,4	11,4	1,8	22,3	18,8	15,1
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	-2,5	14,9	15,7	12,0	-2,8	14,1	15,2	10,5
6. Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	9,8	17,6	11,6	11,7	12,4	38,9	31,6	31,4
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	3,6	19,1	14,2	10,6	2,7	17,9	12,7	9,0
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	0,5	31,7	32,9	23,5	0,4	27,5	28,6	24,1
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	1,5	22,4	20,4	16,6	1,0	18,1	16,2	14,4
9. Veículos e Motos, partes e peças	2,2	33,5	28,0	23,9	5,2	30,5	25,4	23,9
10. Material de Construção	4,4	25,4	19,9	16,2	3,6	19,0	13,9	11,8

Fonte: (IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Série com ajuste sazonal

(**) Comparação a mesmo período do ano anterior.

mesmo período do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa de variação do volume de vendas e da receita nominal do setor varejista foi de 10,2% e 13,1%, respectivamente.

Considerando o comércio varejista ampliado⁷ que engloba também a venda de veículos e motos, partes e peças e material de construção, o volume de vendas do varejo do País cresceu 1% e a receita nominal 1,5% em fev./08, comparativamente ao mês anterior com ajuste sazonal. Na série sem ajustamento, comparativamente a fev./07, as taxas atingiram expansão de 18,1% no volume de vendas e 22,4% na receita nominal. Nos últimos 12 meses, o volume de vendas expandiu 14,4% e a receita nominal 16,6%.

Todas as atividades que compõem o comércio varejista ampliado relacionadas na PMC apresen-

taram, em fevereiro, crescimento real no volume de vendas sobre fev./07. Entretanto, os segmentos que apresentaram avanço superior à taxa média do comércio varejista ampliado foram equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, outros artigos de uso pessoal e doméstico, veículos e motos, partes e peças, móveis e eletrodomésticos e material de construção.

Por outro lado, a maior contribuição para a composição da taxa de crescimento do volume de vendas do comércio varejista ampliado foi a atividade de veículos e motos, partes e peças (50,5%) seguida das atividades de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (13,2%) e de móveis e eletrodomésticos (11,7%) (Tabela 23).

O segmento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação foi responsável

⁷ O Comércio Varejista Ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10 da tabela 22.).

Tabela 23 - Brasil - Composição da Taxa* de Variação do Volume de Vendas do Comércio Varejista, por atividade - Fevereiro de 2008**

ATIVIDADES	COMÉRCIO VAREJISTA			COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO		
	Taxa	Comp. da taxa		Taxa	Comp. da taxa	
		absoluta	relativa		absoluta	relativa
Taxa Global	12,2	12,2	100,0	18,1	18,1	100,0
1. Combustíveis e lubrificantes	7,2	0,8	6,6	7,2	0,5	2,9
2. Hiper, supermercados, prods. alimentícios, bebidas e fumo	7,2	3,7	30,5	7,2	2,4	13,2
3. Tecidos, vestuários e calçados	12,7	0,9	7,1	12,7	0,6	3,1
4. Móveis e eletrodomésticos	22,3	3,3	27,1	22,3	2,1	11,7
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	14,1	0,8	6,3	14,1	0,5	2,7
6. Equip. e mat. para escritório, informática e comunicação	38,9	0,6	4,5	38,9	0,4	1,9
7. Livros, jornais, revistas e papelaria	17,9	0,2	1,8	17,9	0,2	0,8
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	27,5	2	16	27,5	1,3	6,9
9. Veículos e motos, partes e peças	-	-	-	30,5	9,1	50,5
10. Material de construção	-	-	-	19,0	1,1	6,1

Fonte: (IBGE, 2008). Elaboração BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Corresponde à participação dos resultados setoriais na formação da taxa global.

(**) Comparado ao volume de vendas de fevereiro de 2007.

pela maior taxa de variação (38,9%) no volume de vendas na comparação fevereiro 2008/07. Relativamente ao primeiro bimestre de 2008, o volume comercializado do segmento apresentou expansão de 31,6 % e de 31,4% nos últimos 12 meses. Segundo o IBGE, além da redução dos preços dos produtos de informática e de comunicação e da facilidade de financiamento, a importância destes produtos nos hábitos de consumo das famílias justifica o desempenho positivo do segmento.

A atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico que compreende as lojas de departamento, óticas, joalherias, artigos esportivos, brinquedos, etc. também registrou expressivo aumento de 27,5% no volume de vendas em fevereiro deste ano sobre fevereiro de 2007, de 28,6% no acumulado do ano e de 24,1% no acumulado dos últimos 12 meses.

Responsável por metade da taxa global do varejo ampliado, o segmento veículos e motos, partes e peças registrou crescimento de 30,5% no volume de vendas em fevereiro comparativamente a fevereiro de 2007. No acumulado do ano e dos últimos 12 meses o setor apresentou taxas

de variação de 25,4% e 23,9%, respectivamente. Segundo a PMC (fev./08), a redução das taxas de juros e a ampliação dos prazos de financiamento, aliadas às expectativas positivas quanto à manutenção do emprego, determinaram o ritmo de crescimento da atividade.

O segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, responsável por 13,2% de participação na formação da taxa geral do varejo ampliado, cresceu 7,2% no volume de vendas. No acumulado do bimestre, o acréscimo foi de 7,8% e nos últimos 12 meses, de 6,7%. O desempenho abaixo da média do setor deve-se ao aumento dos preços dos alimentos.

O volume de vendas de móveis e eletrodomésticos, responsável pelo terceiro maior impacto na formação da taxa do setor, avançou 22,3% em fevereiro comparativamente ao mesmo mês do ano passado. No acumulado do bimestre e nos últimos 12 meses o incremento foi de 18,8% e 15,1%, respectivamente. O relatório da PMC atribui esses resultados à expansão do crédito, à redução de preços dos eletroeletrônicos e à melhoria da massa de salários da população ocupada.

3.4.2 - Comércio no Nordeste.

O bom desempenho do comércio brasileiro e nordestino em anos recentes não esteve associado somente ao maior acesso da população a bens de consumo não duráveis, como alimentos e itens de higiene pessoal.

Pesquisa de 2007, encomendada pela financeira Cetelem ao Instituto Ipsos revela ampliação da parcela da população brasileira que pertence à classe econômica C, considerados critérios de acesso a bens duráveis, como televisores, rádios, automóveis e geladeiras, nível de escolaridade e de renda⁸.

Um bom exemplo deste processo no Nordeste foi a ampliação do percentual de domicílios que passou a ter acesso a televisores e geladeiras em todos os estados, entre 2005 e 2006, constatável na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, o que configura modificação do padrão de acesso a bens de consumo duráveis.

O ano de 2007 foi particularmente bom para o comércio no Brasil devido ao crescimento mais acentuado do volume de vendas total, 13,5% em 2007 contra 6,5% em 2006. Esta situação proporcionou diminuição da diferença entre os desempenhos nacional e dos três principais estados nordestinos⁹ (Tabela 24).

Vale lembrar que cinco estados da Região apresentaram taxas de expansão do volume de vendas acima da constatada no País e um obteve desempenho semelhante.

Alagoas (20,5%) e Maranhão (19,4%), destacaram-se como terceiro e sexto colocados no Brasil em termos de expansão do volume de vendas em 2007.

No primeiro bimestre de 2008 todos os estados obtiveram desempenhos positivos, mas apenas um deles, Rio Grande do Norte, obteve ex-

Tabela 24 - Variações Percentuais do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste (2007 e 1º. Bimestre de 2008)*

Unidade da Federação	Comércio Varejista Ampliado	
	2007	Jan.-Fev. /08
BRASIL	13,5	16,2
Maranhão	19,4	15,2
Piauí	6,4	14,1
Ceará	14,3	14,1
Rio Grande do Norte	12,8	22,5
Paraíba	13,5	16,0
Pernambuco	13,9	14,9
Alagoas	20,5	15,2
Sergipe	14,5	11,0
Bahia	12,4	13,9

Fonte: (IBGE, 2007 e 2008). Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

⁸ No mesmo período, entre 2006 e 2007, constatou-se movimento paralelo de redução da parcela da população classificada como D ou E. Estes movimentos são semelhantes aos ocorridos entre 2005 e 2006: diminuição da participação das classes D e E, de 51,0% para 46,0% e elevação da participação da classe C, de 34,0% para 36,0%.

⁹ No ano de 2006, a Bahia apresentou elevação de 11,5% do volume de vendas, o Ceará 15% e Pernambuco 9,4% enquanto o Brasil obteve crescimento de 6,5%.

pansão acima da média brasileira, com 22,5% de crescimento do volume de vendas em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Números referentes à receita do comércio varejista também corroboram o bom desempenho da atividade na Região em 2007. Em sete estados a ampliação da receita foi maior do que a média nacional (15,1%). Apenas Bahia (14%) e Piauí (7,6%) apresentaram taxas menores (Tabela 25).

Alagoas (23%) e Maranhão (20,4%) mais uma vez destacaram-se pelas elevadas taxas de expansão, respectivamente, primeiro e segundo lugares entre os estados brasileiros. Já no primeiro bimestre de 2008 apenas quatro estados obtiveram incrementos da receita nominal acima da média brasileira.

A PMC não fornece dados referentes ao desempenho por atividade para todos os estados nordestinos. Todavia, no Maranhão, particularmente, um setor tem se destacado: a construção civil. O consumo aparente de cimento¹⁰ em 2007 cresceu 17,7% contra 10,1% no Brasil. Em para-

lelo, segundo dados do Caged¹¹, houve ampliação de 17,1% do saldo de empregos desta atividade – informações que denotam o aquecimento deste setor, intensivo em mão-de-obra, e com efeitos multiplicadores não restritos ao comércio de insumos para construção.

Na capital alagoana, pesquisa mensal do IFEPD constatou elevação do percentual de consumidores que se declararam mais dispostos a adquirir bens, comparação entre fevereiro de 2008/07 – em consonância com o bom desempenho comercial do Estado. Esta tendência foi observada em todas as classes mas, particularmente na C, houve maior elevação deste percentual. Ainda segundo a pesquisa, fatores como desemprego em queda e o cenário político favorável influenciaram na formação de boas perspectivas pelos consumidores.

A importância e o alcance que os programas de transferência de renda representam na dinamização do comércio regional é outro ponto a ser ressaltado. Em pesquisa de 2006, o IBGE verificou que o Nordeste apresenta o maior percentual

Tabela 25 - Variações Percentuais da Receita Nominal de Vendas no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste (2007 e Jan.-Fev. /08)*

Unidade da Federação	Comércio Varejista Ampliado	
	2007	Jan.-Fev. /08
BRASIL	15,1	20,4
Maranhão	20,4	20,2
Piauí	7,6	18,5
Ceará	15,8	18,7
Rio Grande do Norte	13,7	27,7
Paraíba	16,6	23,0
Pernambuco	16,6	21,3
Alagoas	23,0	22,1
Sergipe	17,2	17,0
Bahia	14,0	16,8

Fonte: (IBGE, 2007 e 2008). Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

10 Compreende a soma dos despachos das empresas associadas ao Sindicato Nacional das Industrias de Cimento para o mercado interno, acrescida de cimento branco, ajustes e importações do produto.

11 O Caged, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, elaborado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, leva em consideração apenas os números referentes à admissão e desligamentos dos empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT; exclui, portanto, estatutários, avulsos e temporários e serve para acompanhar as movimentações conjunturais do mercado formal.

de domicílios particulares atendidos por programas sociais e, dos dez estados em que há maior percentual de domicílios atendidos por algum programa social, oito são nordestinos.

Dados mais atuais (março de 2008) do Ministério do Desenvolvimento Social dão conta de que são beneficiadas, por ano, considerando os programas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar, mais de 4,6 milhões de pessoas no Maranhão e 2,1 milhões em Alagoas, mobilizando recursos da ordem de R\$ 1,46 bilhão e R\$ 715 milhões, respectivamente.

O relatório da PMC disponibiliza, regionalmente, somente para os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará informações sobre o desempenho das dez atividades comerciais pesquisadas pelo IBGE.

Analisada a Pesquisa neste nível de detalhamento, constata-se que o segmento outros arti-

gos de uso pessoal e doméstico, no ano de 2007, apresentou desempenho acima do observado no comércio em geral. Elevações de 26,7% no volume de vendas e 28,9% da receita nominal na Bahia exemplificam o bom desempenho desta atividade que inclui desde lojas de departamentos e magazines até o comércio de relógios, bijuterias jóias e brinquedos (Tabela 26).

Veículos e motos, partes e peças também vem se destacando por apresentar desempenho melhor do que o resto do comércio, tanto no volume de vendas como em receita nominal. No início de 2008, em comparação com o mesmo período de 2007, o volume de vendas elevou-se 29,9% no Ceará e na Bahia e 20,1% em Pernambuco, dinamismo semelhante ao do ano anterior¹² (Tabela 27).

O particular crescimento do volume de vendas da atividade equipamentos, materiais para escritório, informática e comunicação em 2007 e

Tabela 26 - Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade nos Estados, Ceará, Pernambuco e Bahia (2007)*

Atividades	2007					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	14,3	15,8	13,9	16,6	12,4	14,0
1. Combustíveis e Lubrificantes	12,7	8,6	-7,0	-9,4	6,1	5,3
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	3,1	9,4	10,4	15,9	5,5	10,9
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	11,5	14,8	3,2	7,2	19,4	22,6
4. Móveis e Eletrodomésticos	15,1	11,5	14,1	12,7	18,3	15,2
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	8,2	11,0	27,9	32,2	12,6	16,7
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	2,1	3,9	8,0	8,8	19,4	20,4
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	76,1	44,6	9,4	-0,4	-2,0	-14,6
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	17,2	17,6	21,0	24,5	26,7	28,9
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	21,3	21,1	25,1	27,2	21,0	20,0
10. Materiais de Construção	23,5	33,2	4,1	10,6	5,1	11,2

Fonte: (IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

¹² No período de janeiro a dezembro de 2007, segundo a Anfavea, houve acréscimo de 26,6% no número de automóveis nacionais comercializados no atacado, enquanto que entre os importados este volume praticamente triplicou no mesmo período, indicando que as importações têm exercido papel importante no atendimento da demanda interna por estes bens.

Tabela 27 - Variações Percentuais de Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade nos Estados, Ceará, Pernambuco e Bahia (Jan.-Fev. /08)*

Atividades	Jan.-Fev. /08					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Ven- das	Receita Nominal	Volume de Ven- das	Receita Nominal	Volume de Ven- das	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	14,1	18,7	14,9	21,3	13,9	16,8
1. Combustíveis e Lubrificantes	14,5	16,0	1,7	2,0	13,5	8,4
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-5,0	5,1	15,6	28,6	-1,5	8,9
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	5,9	9,4	3,9	8,3	12,4	15,7
4. Móveis e Eletrodomésticos	11,5	7,8	14,1	12,4	23,0	16,0
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	11,6	14,4	14,0	18,8	16,1	16,8
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	24,7	26,0	9,3	9,2	22,8	21,6
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	81,1	50,8	5,2	-9,2	10,1	-5,4
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	19,8	21,4	16,8	18,8	26,1	29,6
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	29,9	35,1	20,1	27,1	29,9	32,3
10. Materiais de Construção	15,3	26,7	13,1	19,5	14,1	17,2

Fonte: (IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

início de 2008, no Ceará, merece alguns comentários adicionais.

Em período mais recente, de 2003 até 2006, conforme a PNAD, houve crescimento nos percentuais de domicílios com computadores e celulares na Bahia, Pernambuco e no Ceará, indicando que o acesso da população a estes bens vem se ampliando a despeito do desempenho intra-regional diferenciado desta atividade comercial.

Tais fatos levam a crer que outros canais de distribuição têm suprido a demanda de bens de informática, como os computadores, e de comunicação, como celulares para os estados da Bahia e Pernambuco¹³.

Estes dados comprovam, portanto, que o bom do desempenho do comércio nesses estados se espalhou para outras atividades, não se restringindo ao comércio de alimentos. Estabilidade do

emprego, importação de insumos e produtos mais baratos aliados à expansão do crédito têm sido os responsáveis pelo bom desempenho das atividades comerciais, principalmente aquelas em que os bens têm maior valor agregado.

No caso do crédito, por exemplo, o saldo de recursos direcionados a pessoa física para aquisição de veículos avançou 27,2% e o volume destinado ao setor imobiliário cresceu 69,8% no período 2006/07, segundo o Banco Central.

Não obstante, a estabilidade de emprego tem possibilitado às famílias maior horizonte de planejamento financeiro, inclusive para assumir dívidas de prazos mais longos.

Neste sentido, dados do DIEESE sobre as regiões metropolitanas das duas principais capitais nordestinas apontam um cenário favorável no mercado de trabalho. Na Região Metropolitana de

¹³ Em comentários sobre a PMC de janeiro de 2007, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia atribui o fraco desempenho do comércio especializado em itens de informática a maior participação de supermercados e lojas de móveis na comercialização destes itens na Bahia. Tal colocação está de acordo não somente com a elevação do percentual de lares possuidores de bens de informática e comunicações, mas também com as elevações do volume de vendas das atividades citadas, móveis e eletrodomésticos, cujo volume de vendas expandiu-se 42,7% (2004) e 39,7% (2005) e hipermercados e supermercados que obteve elevação de 23,3%, em 2006.

Salvador, o desemprego recuou 8,1% em 2007 e a segunda menor taxa de desemprego, para o mês de fevereiro, ocorreu em 2008 (recoo de 6,3% com relação ao mesmo período do ano anterior).

Em Recife, no ano de 2007, a taxa de desemprego diminuiu pelo quarto ano consecutivo, atingindo o menor patamar desde 1998. Em fevereiro de 2008, apesar da elevação do desemprego com relação a janeiro, houve queda na comparação com fev./07.

Cabe observar que em 2007 houve um arrefecimento da atividade hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo¹⁴, ocasionada, em parte, pela elevação dos preços de itens como feijão, leite e carne. Há de se ponderar, entretanto, que o período utilizado para mensurar a elevação do volume de vendas (2006) possui base elevada, haja vista o contínuo crescimento desta atividade desde 2004, impulsionado pelos ganhos reais do salário-mínimo e programas de transferência de renda.

3.5 - Produção Agropecuária

3.5.1 - Agronegócio

3.5.1.1 - Desempenho do PIB e do Faturamento

Conforme o número 84 do boletim Indicadores Rurais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2008b), no qual é divulgado o desempenho do agronegócio do País, o Produto Interno Bruto do setor registrou, em 2007, crescimento de 7,9% em relação a 2006. O efeito do aumento dos preços foi fundamental nesse crescimento. Para 2008, os prognósticos são otimistas, apesar das precariedades da infra-estrutura, que, combinadas com pressões nos custos, constituem sérias limitações à continuidade da expansão do produto interno.

As duas subdivisões básicas do agronegócio experimentaram crescimento significativo: a agricultura acumulou aumento de 6,8%, e a pecuária – que em 2006 havia recuado 4,71% – registrou

expansão maior, totalizando 10,7% no acumulado do ano em seu PIB, puxada principalmente pelo firme crescimento do frango e do leite (Gráfico 14 e Tabela 28).

Ao analisar estritamente as atividades típicas da agricultura e da pecuária (atividades “dentro da porteira”), o que pode ser feito colocando-se à parte três dos quatro segmentos de análise do agronegócio (produção de insumos, indústria de transformação de produtos agropecuários e distribuição), e focando a atenção apenas nas suas produções percebe-se que a agricultura cresceu 12,3% e a pecuária 12,1% no ano (Tabela 29).

A indústria de beneficiamento de produtos agrícolas, também integrante do agronegócio, conti-

14 No acumulado de 2006 o volume de vendas desta atividade cresceu 7,3% no Ceará, 10,4% em Pernambuco e 14,1% na Bahia, enquanto que em 2007 as taxas apresentadas foram 3,1% (Ceará), 10,4% (Pernambuco) e 5,5% (Bahia).

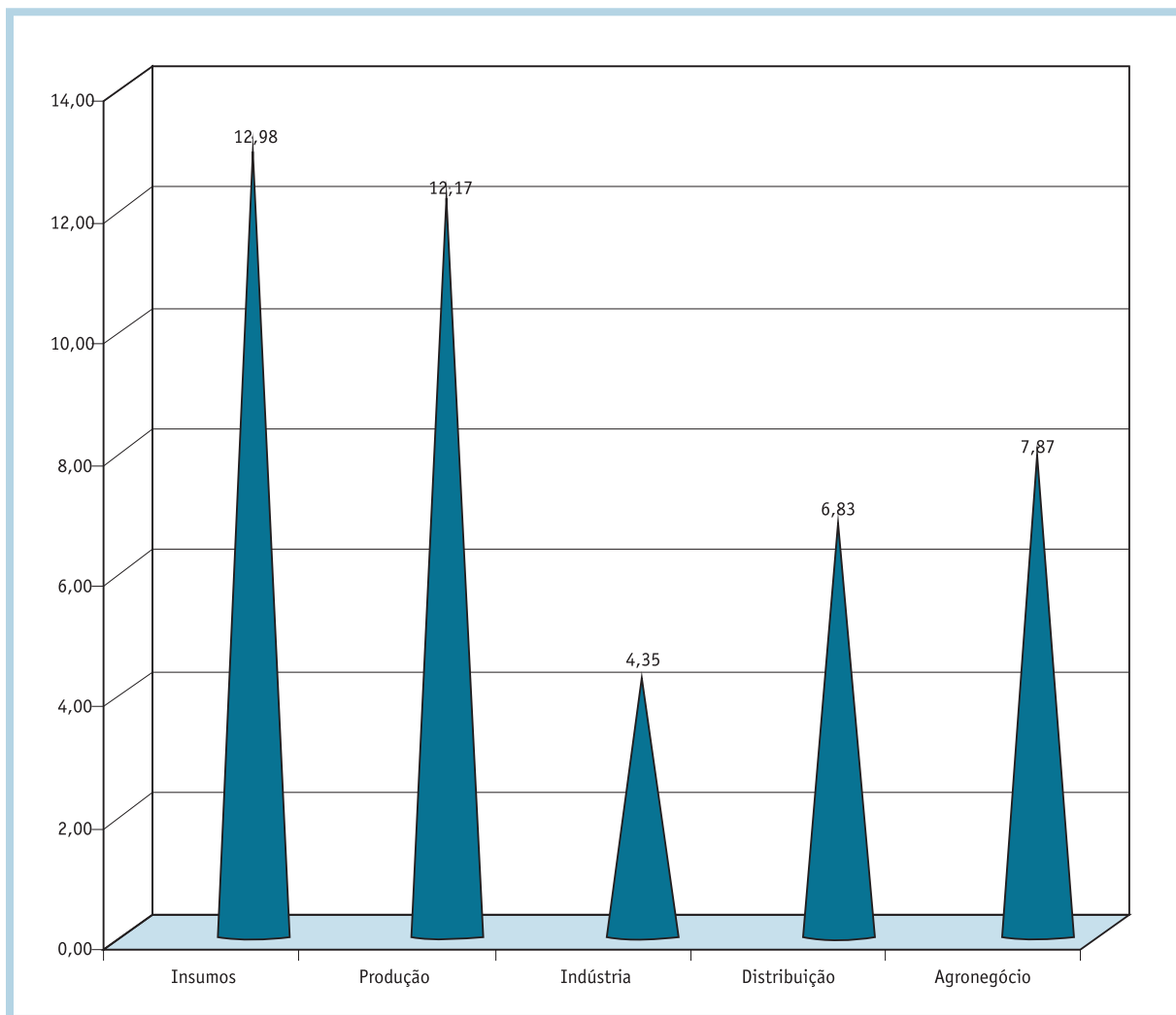


Gráfico 14 - Brasil - PIB do Agronegócio - Variação (%) Acumulada em 2007

Fonte: (CNA, 2008b).

nua seu movimento de expansão, com crescimento acumulado no ano de 4,4%. Apesar de mostrar sinais consistentes de recuperação de preços em 2008, a indústria do açúcar fechou o ano passado com crescimento negativo de 36,1%, consequência da queda de preços, que chegou a 35% entre 2006 e 2007. Tal redução, porém, não comprometeu o crescimento da indústria processadora vegetal, de 3,8% em 2007. Por outro lado, a indústria de abate de animais, aquecida pelo aumento das exportações, acumulou expansão de 12,1% no período.

O processo de recuperação de preços dos produtos do agronegócio continuou de forma intensa em 2007. Como mostra a Tabela 30, conjuntamente os produtos da lavoura temporária

registraram aumento de 14,0% no Valor Bruto da Produção (VBP), enquanto os que compõem a lavoura permanente tiveram crescimento mais discreto (3,2%). O aumento do *quantum* e do preço da maior parte dos produtos agrícolas e pecuários gerou expansão de 12,0% no VBP, se comparado a 2006, passando de R\$ 189,8 para R\$ 212,5 bilhões em 2007. As previsões da CNA para 2008 são alvissareiras, esperando-se o dobro do crescimento observado em 2007, tanto para os produtos agrícolas (22,7%) quanto para os pecuários (25,6%), totalizando incremento de 23,8% para o VBP da agropecuária.

O Valor Bruto da Produção da agropecuária nordestina deverá alcançar R\$ 34,7 bilhões em 2008,

Tabela 28 - Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2006-2007 (%)

AGROPECUÁRIA					
2006/2007	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Janeiro	0,05	0,24	0,10	0,16	0,15
Fevereiro	0,12	0,25	0,05	0,16	0,14
Março	0,82	0,99	0,04	0,36	0,45
Abril	0,92	0,79	0,26	0,52	0,54
Maio	0,87	0,66	0,11	0,30	0,38
Junho	1,04	0,81	0,05	0,10	0,35
Julho	1,59	1,41	0,32	0,87	0,89
Agosto	1,47	1,22	0,35	0,61	0,76
Setembro	1,26	1,09	0,23	0,58	0,66
Outubro	1,06	1,00	0,82	0,78	0,87
Novembro	0,97	1,11	0,63	0,71	0,81
Dezembro	2,11	1,98	1,31	1,48	1,61
Acumulado em 2007	12,98	12,17	4,35	6,83	7,87
AGRICULTURA					
2006/2007	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Janeiro	0,13	0,39	0,15	0,26	0,23
Fevereiro	0,25	0,34	0,00	0,10	0,12
Março	0,96	0,95	0,01	0,25	0,35
Abril	0,93	0,57	0,20	0,34	0,38
Maio	1,09	0,72	0,07	0,20	0,32
Junho	1,10	0,56	0,23	0,25	0,37
Julho	1,76	1,27	-0,12	0,10	0,38
Agosto	1,64	1,21	0,20	0,33	0,56
Setembro	1,44	1,22	0,09	0,40	0,53
Outubro	1,00	1,23	0,93	0,98	1,01
Novembro	0,77	1,26	0,67	0,73	0,81
Dezembro	2,01	1,91	1,33	1,39	1,52
Acumulado em 2007	13,87	12,26	3,81	5,45	6,77
PECUÁRIA					
2006/2007	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Janeiro	-0,06	0,03	-0,18	-0,09	-0,06
Fevereiro	-0,07	0,13	0,34	0,31	0,20
Março	0,60	1,05	0,22	0,63	0,71
Abril	0,91	1,10	0,68	0,97	0,96
Maio	0,53	0,57	0,37	0,54	0,52
Junho	0,95	1,15	-1,06	-0,26	0,30
Julho	1,32	1,59	3,17	2,78	2,19
Agosto	1,20	1,25	1,28	1,29	1,26
Setembro	0,98	0,92	1,05	1,01	0,98
Outubro	1,15	0,69	0,13	0,31	0,54
Novembro	1,28	0,92	0,38	0,67	0,80
Dezembro	2,26	2,08	1,22	1,68	1,84
Acumulado em 2007	11,60	12,08	7,81	10,26	10,71

Fonte: (CNA, 2008b). Obs: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio.

Tabela 29 - Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2006 e 2007 (R\$ bilhões, a preços de 2006)

Atividades	Anos		Variação	
	2006	2007	(%)	Abs.
Agricultura	84,97	90,73	6,78	5,76
Pecuária	64,82	71,77	10,72	6,95
Agropecuária	149,80	168,05	12,18	18,25
Agronegócio	540,06	582,67	7,89	42,61
Outros segmentos	390,26	390,26	0,00	0,00

Fonte: (CNA, 2008b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

conforme a tabela a seguir, o que significará crescimento de 14% em relação a 2007. Essa expectativa se deve muito mais ao crescimento esperado do VBP da pecuária (27,2%) – mercê especialmente da expansão dos preços – que ao da agricultura (8,2%). No rol dos produtos agrícolas, espera-se um desempenho melhor das lavouras temporárias (crescimento de 13,6% no Valor Bruto da Produção), ao passo que o VBP das lavouras permanentes deverá sofrer um recuo de 2,3%. Uma vez que o crescimento do VBP do Brasil para 2008, estimado com base nos produtos constantes na Tabela 31, será maior que o do Nordeste (lembrando que a lista de produtos daquela tabela é maior que a uti-

lizada pela CNA (2008b), espera-se uma pequena redução da participação regional, de 1,06%.

Em termos de distribuição do Valor Bruto da Produção entre os estados do Nordeste, o destaque continuará com a Bahia (42%), seguida por Pernambuco (12,4%) e pelo Ceará (11,2%), que juntos respondem por 65,7% do VBP da agropecuária nordestina (Tabela 32). Cabe ressaltar, entretanto, a participação significativa do Estado do Maranhão (10,2%), que chega a ser o segundo mais importante nas lavouras temporárias (13,1%) e é o quarto mais importante na pecuária (11,8%) quase alcançando a participação do Ceará.

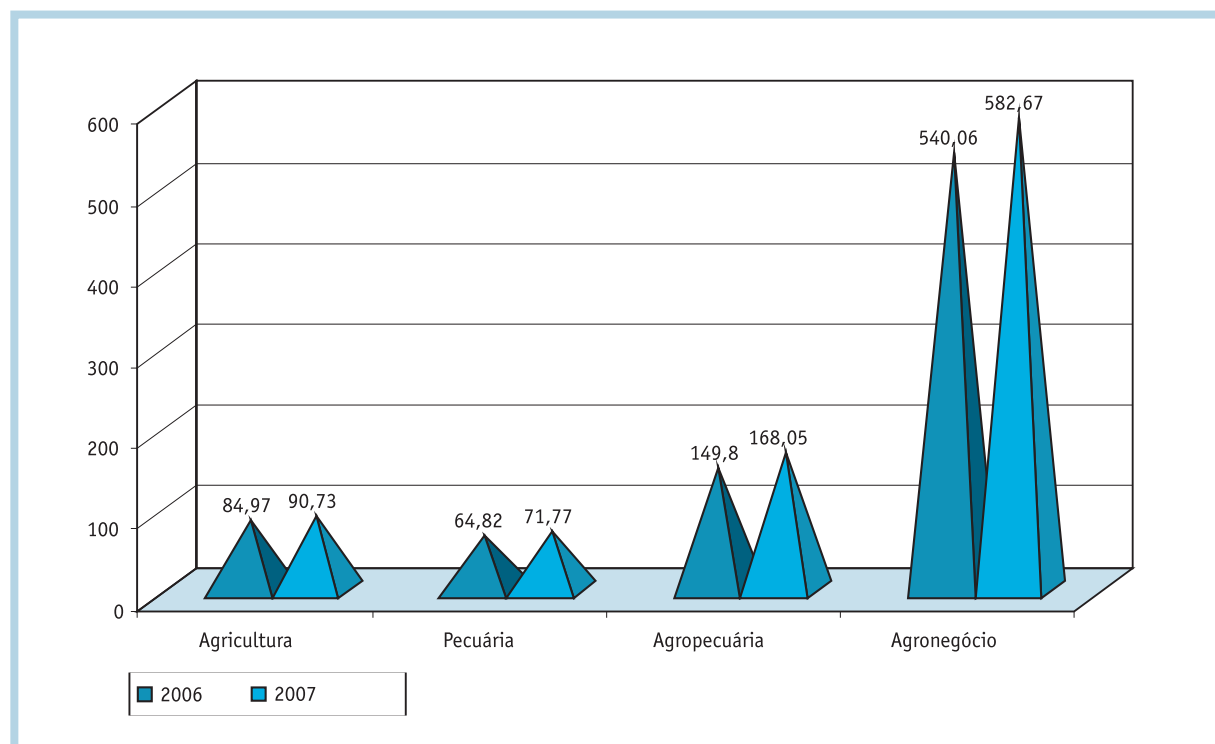


Gráfico 15 - Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2006)

Fonte: (CNA, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 30 - Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) - 2006, 2007 e 2008

Produtos	Valor Bruto da Produção (VBP) R\$ Milhões			Variação 2006/2007		Variação 2007/2008	
	2006	2007	2008	%	Abs.	%	Abs.
Agrícolas	117.689,6	131.693,1	161.626,4	11,9	14.003,5	22,7	29.933,3
Lav. Temporária (1)	94.812,5	108.095,0	134.813,0	14,0	13.282,5	24,7	26.718,0
Lav. Permanente (2)	22.877,1	23.598,1	26.813,4	3,2	721,0	13,6	3.215,3
Pecuarí	72.056,6	80.779,4	101.491,8	12,1	8.722,8	25,6	20.712,4
Carnes (3)	56.030,6	61.893,0	77.865,0	10,5	5.862,4	25,8	15.972,0
Deriv. Prod. Animal (4)	16.026,0	18.886,4	23.626,8	17,8	2.860,4	25,1	4.740,4
Total	189.746,2	212.472,5	263.118,2	12,0	22.726,3	23,8	50.645,7

Fonte: (CNA, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(1) algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, soja, tomate e trigo.

(2) banana, cacau, café, laranja, sisal e uva.

(3) bovina, suína e de frango.

Tabela 31 - Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2007 e 2008

Continua

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (mar/08)		VBP (mil reais)	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
Lavoura temporária (a)							
Brasil						111.199.633	140.193.354
Nordeste						14.002.929	15.905.978
Abacaxi	Mil frutos	797.485	796.158	0,67	0,61	534.315	485.656
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.109.828	1.286.497	1,08	0,88	1.198.614	1.132.117
Alho	Tonelada	5.683	5.143	2,88	2,88	16.367	14.812
Amendoim (em casca)	Tonelada	13.151	13.883	1,06	0,83	13.940	11.523
Arroz (em casca)	Tonelada	1.039.765	1.217.896	0,68	0,65	707.040	791.632
Batata - doce	Tonelada	181.470	181.470	0,41	0,41	74.403	74.403
Batata - inglesa	Tonelada	277.105	215.791	1,08	1,26	299.273	271.897
Cana-de-açúcar	Tonelada	68.736.750	68.635.106	0,04	0,04	2.810.646	2.590.975
Cebola	Tonelada	333.778	257.442	0,86	0,89	287.049	229.123
Fava (em grão)	Tonelada	14.128	14.128	1,80	1,80	25.430	25.430
Feijão (em grão)	Tonelada	829.306	1.103.461	1,57	1,81	1.302.010	1.997.264
Fumo (em folha)	Tonelada	30.389	30.558	3,16	3,16	96.029	96.563
Mamona (baga)	Tonelada	80.394	111.306	0,65	0,73	52.256	81.253
Mandioca	Tonelada	10.053.546	10.219.685	0,17	0,17	1.720.162	1.731.419
Melancia	Tonelada	560.817	560.817	0,39	0,35	218.719	196.286
Melão	Tonelada	480.658	480.658	0,81	0,62	389.333	298.008
Milho (em grão)	Tonelada	3.194.214	4.382.424	0,49	0,52	1.565.165	2.278.860
Soja (em grão)	Tonelada	3.908.978	4.403.079	0,52	0,67	2.032.669	2.950.063
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	111.579	158.730	0,34	0,34	37.937	53.968
Tomate	Tonelada	522.329	540.657	1,19	1,10	621.572	594.723
Lavoura permanente (b)							
Brasil						29.011.482	31.373.933
Nordeste						7.183.262	7.016.239
Abacate	Tonelada	9.773	9.773	0,75	0,99	7.330	9.675
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	675	675	1,10	1,10	743	743
Banana	Tonelada	2.758.045	2.849.681	0,53	0,43	1.461.107	1.225.363
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	27.756	27.756	1,75	1,75	48.573	48.573
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	148.703	142.032	4,09	4,10	607.700	582.331
Café (beneficiado)	Tonelada	146.239	166.054	2,31	3,05	337.812	506.465
Caqui	Tonelada	61	61	2,66	2,66	162	162
Castanha-de-caju	Tonelada	138.765	277.140	1,06	1,06	147.091	293.768
Coco-da-baía	Mil frutos	1.302.988	1.380.116	0,63	0,55	820.882	759.064
Dendê (coco)	Tonelada	176.089	176.089	0,17	0,17	30.040	30.040
Figo	Tonelada	85	85	2,84	2,84	241	241
Goiaba	Tonelada	135.988	135.988	0,56	0,56	76.153	76.153
Guaraná (semente)	Tonelada	1.885	1.945	3,05	3,05	5.749	5.932
Laranja	Tonelada	1.669.797	1.705.299	0,40	0,26	671.714	443.378
Limão	Tonelada	71.881	71.881	0,59	0,59	42.410	42.410
Maçã	Tonelada	15	15	1,81	1,81	27	27
Mamão	Tonelada	1.074.330	1.074.330	0,79	0,78	848.721	837.977
Manga	Tonelada	953.217	953.217	0,81	0,86	772.106	819.767
Maracujá	Tonelada	377.136	377.136	1,08	0,95	407.307	358.279
Marmelo	Tonelada	75	75	2,26	2,26	170	170
Palmito	Tonelada	18.127	18.127	0,36	0,36	6.526	6.526
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.365	4.662	3,53	3,53	15.408	16.457
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	249.271	248.423	1,05	0,95	261.735	236.002
Tangerina	Tonelada	42.415	42.415	1,16	0,66	49.201	27.994
Urucum (semente)	Tonelada	2.771	2.771	2,33	2,33	6.456	6.456
Uva	Tonelada	295.184	280.776	1,89	2,43	557.898	682.286

Tabela 31- Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2007 e 2008

Conclusão

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (mar/08)		VBP (mil reais)	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
Agricultura (c)							
Brasil						140.211.115	171.567.286
Nordeste						21.186.190	22.922.216
Pecuária (d)							
Brasil						80.697.526	101.391.700
Nordeste						9.285.624	11.816.699
Carne bovina	Tonelada	1.174.840	1.200.380	3,57	4,84	4.190.263	5.809.839
Frango	Tonelada	771.599	844.866	2,13	2,12	1.643.506	1.791.116
Leite	milhões de litros	3.223	3.319	0,56	0,71	1.804.706	2.356.668
Ovos	mil cx. De 30 dúzias	11.048	11.562	1,71	1,72	630.695	664.708
Suínos	Tonelada	423.640	448.000	2,40	2,67	1.016.454	1.194.368
Agropecuária (c + d)							
Brasil						2006	2007
Nordeste						220.908.641	272.958.986
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						12,59	11,35
Lavoura permanente (b)						24,76	22,36
Agricultura (c)						15,11	13,36
Pecuária (d)						11,51	11,65
Agropecuária (c + d)						13,79	12,73

Fontes: (CNA, 2008; IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica

Obs: (1) As quantidades foram obtidas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA (03/2008); Produção Agrícola Municipal - PAM (2006) e CNA (2008).

(2) Os preços foram obtidos de CNA (2008), Sistema de Informações para o Gerenciamento de Mercados Agropecuários do Nordeste - SIGMAN (2008 e 2007) e PAM (2006), corrigidos para mar/2008.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional, cfe. a Pesquisa Pecuária Municipal - PPM(2006).

(4) As quantidades de carne de bovinos, aves e suínos do NE foram calculadas com base na participação regional estimada por FNP-2006.

Tabela 32 - Nordeste - Estimativa da Participação dos Estados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2008

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Ma	2.096	13,17	78	1,11	2.174	9,48	1.393	11,79	3.567	10,27
Pi	1.272	8,00	105	1,49	1.377	6,01	721	6,10	2.098	6,04
Ce	1.674	10,52	700	9,97	2.374	10,36	1.517	12,84	3.891	11,20
Rn	607	3,82	229	3,27	837	3,65	506	4,29	1.343	3,87
Pb	862	5,42	277	3,95	1.139	4,97	582	4,93	1.722	4,96
Pe	1.480	9,31	871	12,41	2.351	10,26	1.974	16,71	4.326	12,45
Al	1.174	7,38	84	1,20	1.258	5,49	551	4,66	1.809	5,21
Se	541	3,40	375	5,35	916	4,00	472	4,00	1.388	4,00
Ba	6.199	38,98	4.297	61,24	10.496	45,79	4.100	34,69	14.596	42,02
Ba+Ce+Pe	9.354	58,81	5.868	83,63	15.221	66,40	7.591	64,24	22.812	65,67
Demais	6.552	41,19	1.149	16,37	7.701	33,60	4.226	35,76	11.927	34,33
Soma	15.906	100,00	7.016	100,00	22.922	100,00	11.817	100,00	34.739	100,00

Fontes: (CNA, 2008c; IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.5.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

As exportações do agronegócio brasileiro alcançaram, em 2007, US\$ 58,4 bilhões, enquanto as importações foram de apenas US\$ 8,7 bilhões, resultando num saldo de US\$ 49,7 bilhões, como mostrado na tabela adiante. Esse saldo foi 24% superior ao saldo da balança co-

mercial total do Brasil, confirmando a importância dos produtos de origem agropecuária – processados ou não – para as contas externas nacionais. Os produtos que mais contribuíram para o resultado das exportações foram os do complexo soja (19,5% do total exportado), as

carnes (19,3%), os produtos florestais (15,1%) e os produtos do complexo sucroalcooleiro (11,3%). Todos eles – exceto os do complexo sucroalcooleiro – registraram crescimento do valor exportado em relação a 2006.

O saldo da balança comercial do agronegócio nordestino foi também superior ao da balança comercial total do Nordeste, mas numa proporção muito maior: quase três vezes. As exportações do agronegócio nordestino atingiram US\$ 4,9 bilhões e as importações US\$ 1,3 bilhão, gerando US\$ 3,6 bilhões de saldo (Tabela 33). As exportações do agronegócio regional cresceram 12,9% em relação a 2006; já as importações aumentaram 51,4%, diferenciando-se tanto do agronegócio nacional (cujas importações cresceram 30,2%) quanto da balança comercial total nordestina e brasileira (com crescimentos das importações de 33,1% e 32%, respectivamente).

O posicionamento dos estados, nas exportações, não sofreu alteração de 2006 para 2007. Bahia, Ceará e Alagoas, nessa ordem, continuam sendo os maiores exportadores, respondendo, conjuntamente, por 73% das exportações regionais de 2007 (72% em 2006). O *ranking* dos principais importadores, entretanto, modificou-se: Bahia superou Pernambuco e passou a ocupar a primeira posição. Os três maiores importadores, Bahia, Pernambuco e Ceará, responderam por 83,5% das importações (81,3% em 2006). Em termos de saldo, também não houve alteração na ordem, com Bahia, Alagoas e Ceará respondendo por 78,5% do saldo gerado em 2007 (76,5% em 2006).

Os principais destaques nas exportações do agronegócio nordestino, em 2007, foram os grupos: produtos florestais, com US\$ 932,1 milhões; complexo sucroalcooleiro, com US\$ 874,2 milhões; frutas – US\$ 709,7 milhões; complexo soja – US\$ 667,5; e fibras e produtos têxteis – US\$ 524,5. Esse

conjunto totalizou US\$ 3.708 milhões, ou 74,9% das exportações do agronegócio regional.

Nos produtos importados, destacaram-se: cereais, farinhas e preparações, com US\$ 622,1 milhões; fibras e produtos têxteis – US\$ 165,6 milhões; cacau e seus produtos – US\$ 161,5 milhões; produtos florestais – US\$ 133,8 milhões e couros, produtos de couro e peles – US\$ 60,7 milhões, totalizando US\$ 1.144 milhões, ou 85,8% das importações do agronegócio regional.

Os maiores responsáveis pela geração de saldo comercial positivo foram o complexo sucroalcooleiro (US\$ 874,2 milhões); os produtos florestais (US\$ 798,3 milhões) e as frutas (US\$ 704,4 milhões). Com saldo comercial negativo, o destaque foi dos grupos cereais, farinhas e preparações (US\$ 621,6 milhões); bebidas (US\$ 38 milhões) e produtos oleaginosos (exclusive soja) (US\$ 18,4 milhões).

Cabe chamar a atenção para a importância que vem adquirindo o agronegócio dos produtos florestais (borracha e gomas naturais; celulose, madeira e papel), nos últimos anos. O saldo gerado pelo setor passou de US\$ 242,9 milhões em 1999 para US\$ 849,4 milhões em 2007, crescimento de 249,75% no período, resultando na surpreendente taxa de 16,9% a.a. As exportações cresceram de US\$ 254,8 milhões para US\$ 911,7 milhões, no mesmo período. A presença desse agronegócio é destaque na Bahia, onde representou 41,1% das exportações e 47,5% do saldo comercial gerado pelos agronegócios do Estado (Gráfico 16).

Se levarmos em consideração somente as informações de janeiro e fevereiro, comparadas com o mesmo período de 2007, o destaque em todos os indicadores (exportações, importações e saldo) continua sendo a Bahia, responsável pela geração de 35% do saldo da balança comercial do agronegócio nordestino (Tabela 34).

Tabela 33 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2006 e 2007

US\$ milhões - Dados de janeiro a dezembro de cada ano

Região/Estado	2006			2007		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	137.807,5	91.350,8	46.456,6	160.649,1	120.620,9	40.028,2
Brasil – Agroneg.(b)	49.423,6	6.695,5	42.728,0	58.420,4	8.719	49.701,1
Nordeste – Total (c)	11.629,1	8.854,8	2.774,4	13.086,2	11.789,6	1.296,6
Nordeste – Agroneg. (d)	4.383,1	880,4	3.502,7	4.950,5	1.332,8	3.617,7
Alagoas	641,5	20,6	620,9	599,2	23,8	575,5
Bahia	1.802,4	236,8	1.565,6	2.218,4	429,3	1.789,2
Ceará	703,1	208,6	494,5	780,3	303,4	476,9
Maranhão	252,7	17,6	235,2	290,6	26,7	263,9
Paraíba	136,9	51,3	85,6	154,8	92,1	62,7
Pernambuco	448,1	270,5	177,6	460,2	380,6	79,6
Piauí	38,7	3,4	35,4	44,0	4,7	39,3
Rio Grande do Norte	303,0	45,8	257,2	317,7	42,9	274,8
Sergipe	56,6	25,8	30,8	85,3	29,6	55,8
VARIAÇÕES 2006/2007						
Brasil – Total				16,6	32,0	-13,8
Brasil – Agroneg.				18,2	30,2	16,3
Nordeste – Total				12,5	33,1	-53,3
Nordeste – Agroneg.				12,9	51,4	3,3
Alagoas				-6,6	15,3	-7,3
Bahia				23,1	81,3	14,3
Ceará				11,0	45,4	-3,6
Maranhão				15,0	51,9	12,2
Paraíba				13,0	79,4	-26,7
Pernambuco				2,7	40,7	-55,2
Piauí				13,6	39,1	11,1
Rio Grande do Norte				4,9	-6,3	6,8
Sergipe				50,7	14,4	81,2
RELAÇÕES						
b/a	35,9	7,3	92,0	36,4	7,2	124,2
d/c	37,7	9,9	126,3	37,8	11,3	279,0
d/b	8,9	13,1	8,2	8,5	15,3	7,3

Fonte: Ministério da Agricultura (2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

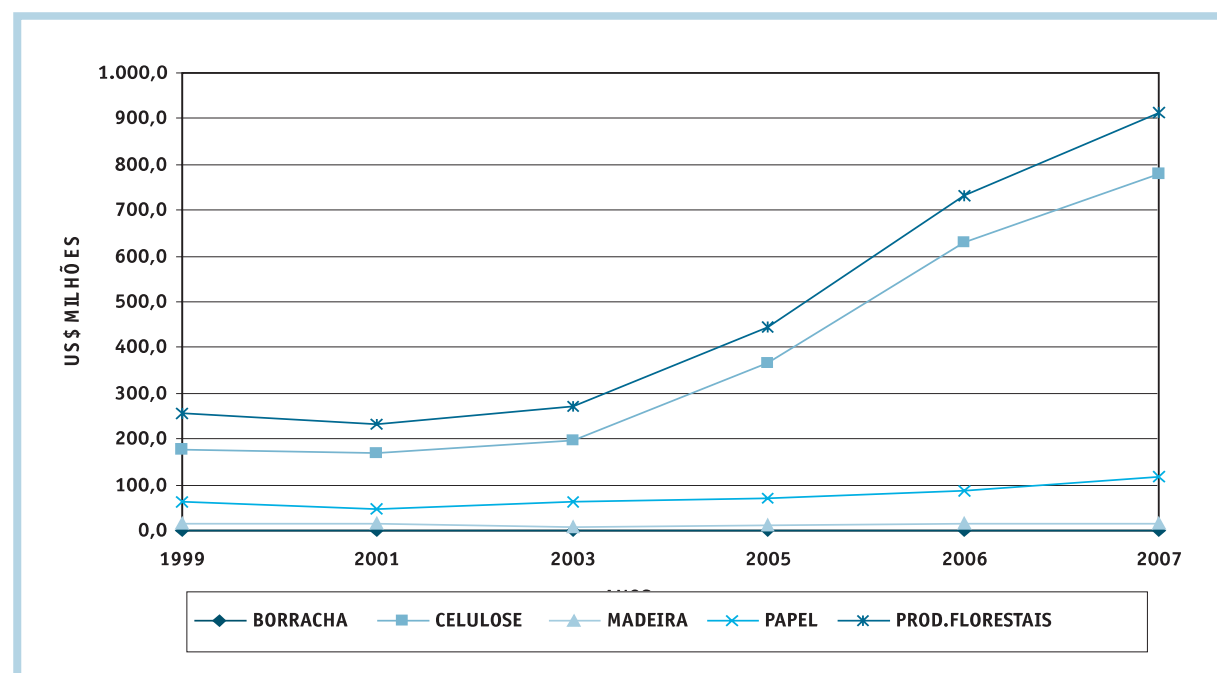


Gráfico 16 - Nordeste - Exportações dos Produtos Florestais em Anos Selecionados

Fonte: Ministério da Agricultura (2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Tabela 34 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2007 e 2008

US\$ milhões

Dados de janeiro a fevereiro de cada ano

Região/Estado	2007			2008		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	21.113,4	15.698,6	5.414,8	26.076,8	24.252,1	1.824,7
Brasil – Agroneg.(b)	7.306,0	1.246,0	6.060,0	9.124,0	2.172	6.952,0
Nordeste – Total (c)	2.006	1.484	521,7	2.328,7	2.362,2	-33,6
Nordeste – Agroneg. (d)	837,5	200,5	637,0	929,1	370,2	558,9
Alagoas	224,4	4,8	219,6	203,0	13,1	189,9
Bahia	290,9	70,4	220,5	389,9	128,5	261,4
Ceara	114,2	52,3	61,9	133,0	64,7	68,3
Maranhão	17,6	5,7	11,9	8,6	4,0	4,6
Paraíba	30,6	10,4	20,2	22,7	18,6	4,1
Pernambuco	82,7	44,6	38,1	84,2	116,6	-32,4
Piauí	6,9	1,0	5,9	9,0	1,3	7,7
Rio Grande do Norte	57,9	5,3	52,6	59,4	7,0	52,4
Sergipe	12,3	6,0	6,3	19,3	16,4	2,9
VARIAÇÕES 2007/2008						
Brasil – Total				23,5	54,5	-66,3
Brasil – Agroneg.				24,9	74,3	14,7
Nordeste – Total				16,1	59,2	-106,4
Nordeste – Agroneg.				10,9	84,6	-12,3
Alagoas				-9,5	172,9	-13,5
Bahia				34,0	82,5	18,5
Ceara				16,5	23,7	10,3
Maranhão				-51,1	-29,8	-61,3
Paraíba				-25,8	78,8	-79,7
Pernambuco				1,8	161,4	-185,0
Piauí				30,4	30,0	30,5
Rio Grande do Norte				2,6	32,1	-0,4
Sergipe				56,9	173,3	-54,0
RELAÇÕES						
b/a	34,6	7,9	111,9	35,0	9,0	381,0
d/c	41,8	13,5	122,1	39,9	15,7	-1665,0
d/b	11,5	16,1	10,5	10,2	17,0	8,0

Fonte: Ministério da Agricultura (2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.5.2 - Agricultura

De acordo com o Sétimo Levantamento de Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos 2007/2008, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2008), a área destinada ao cultivo de grãos no Brasil deverá aumentar 1,1% em relação à safra 2006/07, representando 46,7 milhões de hectares. Ressalte-se que esse valor contempla as áreas já implantadas com todas as culturas, exceto a 2ª safra do feijão, cujo plantio está sendo concluído no Centro-Sul e em fase inicial na região Nordeste.

Apesar do atraso no período de chuvas nos meses de preparo do solo e plantio das principais culturas (setembro e outubro), este não comprometeu o desenvolvimento das lavouras, havendo expectativa de aumento na produção brasileira de grãos em torno de 6,8%, atingindo um recorde histórico de 140,8 milhões de toneladas (Tabela 35).

As maiores elevações na área plantada correspondem ao milho e à soja (3% e 2,3%, respectivamente), impulsionadas pela melhoria nos preços internacionais dessas *commodities*.

O Nordeste tende a acompanhar o aumento da área destinada ao plantio de grãos, atingindo 8,2 milhões de hectares, área 1,5% superior à da safra 2006/07. O otimismo pela não-repetição das condições climáticas desfavoráveis verificadas no ciclo anterior projeta uma produção de 11,5 milhões de toneladas de grãos no Nordeste, aumento de 16,7%. Essa produção, porém, deverá ser pressionada para baixo, tendo em vista as perdas decorrentes das fortes chuvas e inundações em vários municípios nordestinos nos meses de março e abril/08, cujos prejuízos ainda não foram mensurados.

Algodão

Com o plantio do algodão¹⁵ concluído na região Centro-Sul, que representa 64,8% da área destinada a essa lavoura no Brasil, e bem adiantado na região Nordeste, a previsão é de cultivo de 1,1 milhão de hectares, representando leve queda de 0,2% em

relação à safra 2006/07, fruto, principalmente, do atraso do plantio no Centro-Sul. A produtividade tende a se elevar, dada a melhoria nas condições pluviométricas após a implantação da cultura, conduzindo a uma produção total de quatro milhões de toneladas de algodão no Brasil (Tabela 36).

O Nordeste do Brasil tende a produzir, aproximadamente, 1,4 milhão de toneladas de algodão (aumento de 10,8%), em 385 mil hectares (aumento de 9,1%), com destaque para o crescimento de 8,3% em área e de 6,6% em produção da Bahia (maior produtor regional e segundo maior produtor nacional), atingindo 1,2 milhão de toneladas.

Quanto ao mercado do algodão, o comportamento interno tem apresentado pouca movimentação, o que mostra cautela tanto por parte dos vendedores quanto dos compradores. Para os primeiros, os preços praticados não são interes-

Tabela 35 - Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos(*). Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	1.661,70	1.667,90	0,4	2.164	2.332	7,8	3.595,90	3.890,00	8,2
NORDESTE	8.027,90	8.150,60	1,5	1.224	1.503	22,8	9.828,40	12.251,40	24,7
MA	1.357,00	1.387	2,2	1.694	1.786	5,5	2.298,30	2.477,70	7,8
PI	917,2	941,5	2,6	945	1.664	76,0	867,10	1.566,90	80,7
CE	1.293	1.389,20	7,4	424	1.000	135,6	548,90	1.388,90	153,0
RN	190,2	175	(8,0)	537	679	26,4	102,20	118,9	16,3
PB	423,3	370,6	(12,4)	302	739	145,0	127,70	273,8	114,4
PE	632,1	588,5	(6,9)	437	540	23,7	276,00	317,9	15,2
AL	197,5	203	2,8	560	610	8,9	110,60	123,9	12,0
SE	204,4	220,8	8,0	1.379	2.194	59,1	281,80	484,4	71,9
BA	2.813,10	2.874,70	2,2	1.854	1.913	3,2	5.215,80	5.499	5,4
CENTRO-OESTE	14.229,10	14.863,00	4,5	3.071	3.234	5,3	43.697,90	48.070,10	10,0
SUDESTE	4.995,80	4.778,70	(4,3)	3.266	3.456	5,8	16.314,50	16.517,00	1,2
NORTE/NORDESTE	9.689,60	9.818,50	1,3	1.385	1.644	18,7	13.424,30	16.141,40	20,2
CENTRO-SUL	36.523,00	36.882,90	1,0	3.240	3.379	4,3	118.325,80	124.633,10	5,3
BRASIL	46.212,60	46.701,40	1,1	2.851	3.014	5,7	131.750,10	140.774,40	6,8

Fonte: (CONAB, 2007a). (*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale. Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica

15 Algodão em caroço. Do volume total produzido, aproximadamente 39% equivalem a algodão em pluma e 61% a caroço de algodão.

Tabela 36 - Algodão em Carvão. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	0,7	-	(100,0)	3750	-	(100,0)	2,6	-	(100,0)
NORDESTE	353,0	385,0	9,1	3447	3501	1,6	1217,1	1348,0	10,8
MA	7,3	12,3	68,5	3750	3750	-	27,4	46,1	68,2
PI	13,2	18,4	39,4	1900	3330	75,3	25,1	61,3	144,1
CE	7,3	6,8	(6,8)	500	739	47,8	3,7	5	35,8
RN	12,7	9,9	(22,0)	665	661	(0,6)	8,4	6,5	(22,2)
PB	5,1	5,1	0,0	370	597	61,4	1,9	3,1	61,2
PE	2,9	3,1	6,9	480	545	13,5	1,4	1,7	21,5
AL	11	11,6	5,5	405	357	(11,9)	4,5	4,2	(7,8)
BA	293,5	317,8	8,3	3900	3840	(1,5)	1144,7	1.220,2	6,6
CENTRO-OESTE	665,9	663,7	(0,3)	3701	3769	1,8	2464,2	2501,4	1,5
SUDESTE	64,5	39,5	(38,8)	3038	3261	7,4	195,9	128,8	(34,2)
SUL	12,7	6,9	(45,7)	2190	2451	11,9	27,8	16,9	(39,2)
NORTE/NORDESTE	353,7	385	8,9	3448	3501	1,5	1219,7	1348,0	10,5
CENTRO-SUL	743,1	710,1	(4,4)	3617	3728	3,1	2687,9	2647,2	(1,5)
BRASIL	1.096,80	1.095,10	(0,2)	3563	3648	2,4	3907,6	3995,2	2,2

Fonte: (CONAB, 2008f). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica

santes, preferindo manter o algodão em estoque. Já os compradores esperam maior redução dos preços, em virtude de o mercado internacional ter apresentado queda nos últimos meses.

Em 9 de abril deste ano, a cotação da arroba da pluma de algodão foi de R\$ 46,96 em São Paulo, elevação de 5,3% no ano, porém queda de 0,7% em relação à semana anterior e estável em relação a jan./08. Em Barreiras (BA), o algodão estava cotado a R\$ 41,34 a arroba (3,1% inferior ao mês anterior) e em Fortaleza (CE), a R\$ 42,99 a arroba (2,9% inferior ao mês anterior) (Gráfico 17).

Apesar da expectativa interna de redução de preços, o cenário internacional para o preço do algodão é de alta nos próximos meses. Segundo o ICAC (*International Cotton Advisory Committee*), a previsão de oferta mundial de algodão para a safra 2007/08 é de 27,1 milhões de toneladas, contra uma demanda estimada em 26 milhões de toneladas. Em virtude disto, os estoques serão reduzidos, exercendo pressão sobre os preços do algodão. Os

contratos na Bolsa de Nova York (NYBOT) para entrega em maio e julho/09 estão com valores 18,3% e 14,5%¹⁶, respectivamente, de 2008, o que evidencia uma evolução positiva nos contratos.

Feijão

Concluída a primeira safra do feijão para o ciclo 2007/08, observa-se redução de aproximadamente 16,0% na área plantada, sendo a leguminosa produzida em 1,3 milhão de hectares, e colheita de 1,3 milhão de toneladas, volume 17,3% inferior ao do ciclo 2006/07. Essa retração em área e produção deve-se aos baixos preços auferidos pelos produtores na primeira safra de 2006/07, bem como à migração de produtores para culturas mais rentáveis, além da queda de produção verificada pelas condições climáticas desfavoráveis. Todos esses fatores contribuíram para uma surpreendente elevação no preço do feijão no último trimestre de 2007, que subiu até 343,9% em Irecê (BA), conforme analisado na edição nº15 desta revista.

¹⁶ Valores referentes a 10 de Abril de 2008.

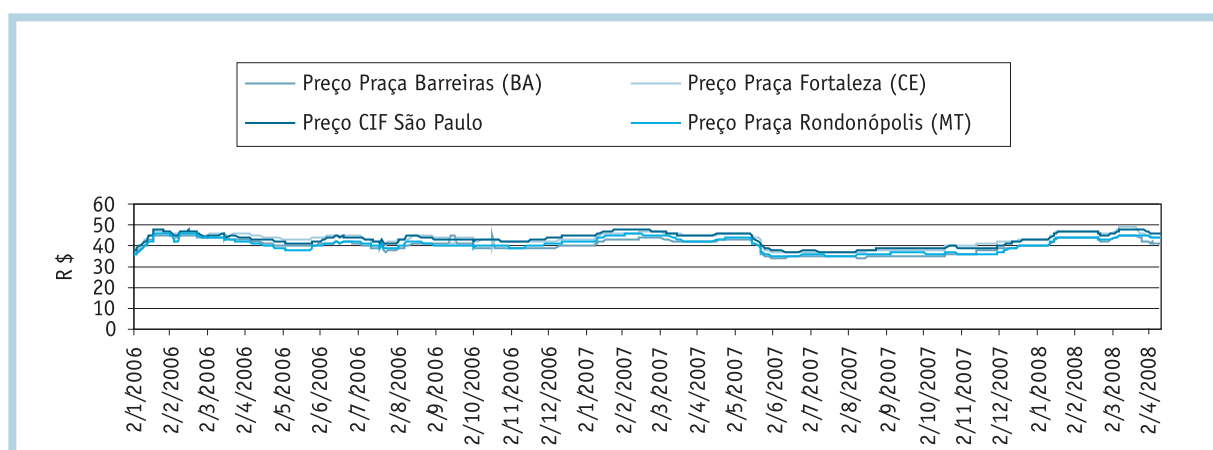


Gráfico 17 - Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2006 a abril/2008.

Fonte: (CMA, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

A subida dos preços animou os produtores da segunda safra, prevendo-se aumento de 39,6% na produção. Dados consolidados para as três safras do feijão no ciclo 2007/08 sinalizam uma produção de 3,4 milhões de toneladas (aumento de 2,9%), apesar da redução em 6,3% da área destinada ao cultivo (área plantada total igual a 3,8 milhões de hectares), em virtude do aumento

da produtividade, favorecida pela melhoria nas condições climáticas (Tabela 37).

O Nordeste, que tradicionalmente concentra sua produção na 2ª e 3ª safras, aponta para um incremento de 40% na quantidade colhida, atingindo 1,1 milhão de toneladas, apesar da redução da área plantada para 2,2 milhões de hectares (2,7% infe-

Tabela 37 - Feijão Total (1ª, 2ª e 3ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	178	156,7	(12,0)	767	737	(3,9)	136,6	115,6	(15,4)
NORDESTE	2.255,0	2.194,4	(2,7)	355	511	43,9	801,40	1.122,20	40,0
MA	86,8	85,8	(1,1)	455	471	3,6	39,5	40,4	2,3
PI	218,1	230,9	5,9	193	444	130,4	42	102,4	143,8
CE	563,2	604,3	7,3	221	491	122,0	124,6	296,8	138,2
RN	80,1	73,9	(7,8)	401	511	27,4	32,1	37,8	17,8
PB	214,3	184,7	(13,8)	230	579	151,5	49,3	106,9	116,8
PE	310,8	267,1	(14,0)	367	502	36,7	114,2	134,2	17,5
AL	99,6	105	5,4	478	500	4,6	47,6	52,5	10,3
SE	46,9	47,3	0,9	630	605	(4,0)	29,5	28,6	(3,1)
BA	635,2	595,3	(6,3)	508	542	6,7	322,6	322,6	-
CENTRO-OESTE	210,2	166,7	(20,7)	1957	2044	4,4	411,4	340,7	(17,2)
SUDESTE	634,3	603,1	(4,9)	1324	1316	(0,6)	839,8	793,6	(5,5)
SUL	810,30	710,00	(12,4)	1420	1500	(5,7)	1.150,50	1.065,20	(7,4)
NORTE/NORDESTE	2.433,00	2.351,10	(3,4)	386	526	36,5	938,00	1.237,80	32,0
CENTRO-SUL	1.654,80	1.479,70	(10,6)	1451	1486	2,4	2.401,70	2.199,50	(8,4)
BRASIL	4.087,80	3.830,80	(6,3)	817	897	9,8	3.339,70	3.437,30	2,9

Fonte: (CONAB, 2008f). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica

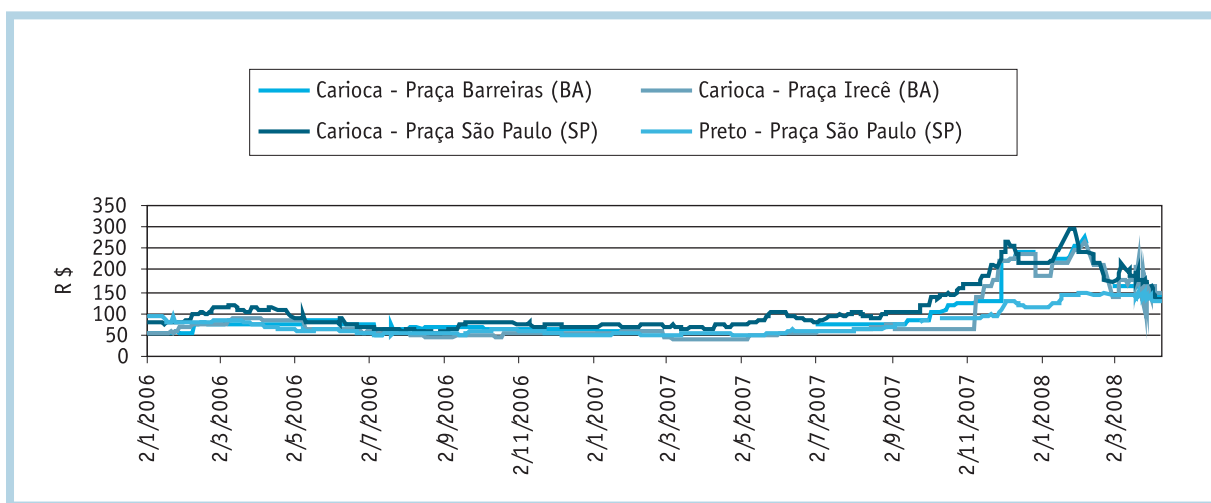


Gráfico 18 - Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2006 a abril/2008.

Fonte: (CMA, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

rior). O aumento da produção reflete a recuperação da produtividade em estados fortemente afetados pela seca no ciclo 2006/07, a exemplo do Piauí, Ceará e Paraíba, que apresentam incrementos de 143,8%, 138,2% e 116,8%, respectivamente. A expectativa de produção para a safra 2007/08 supera em 2,8% a obtida na safra 2005/06, última safra sem a influência negativa da seca.

Os preços internos do feijão carioca tipo 1, que vinham em forte ascensão desde o segundo semestre de 2007, provocada pela queda de produção na safra 2006/07, apresentaram fortes oscilações neste início de ano, como mostra o gráfico adiante. Com a recuperação da oferta do feijão carioca tipo 1 no mercado interno, os preços da saca de 60kg recuaram, chegando a R\$ 145,00 em Barreiras (BA), R\$ 150,00 em Irecê (BA) e R\$ 132,50 em São Paulo¹⁷, com diferenças de -35,6%, -30,2% e -40,4%, respectivamente, se comparados à mesma semana de janeiro/08 (Gráfico 18).

No caso do feijão preto, houve melhora no preço em 4,1%, na praça de São Paulo, de R\$ 122,50 para R\$ 127,50, no mesmo período. Este último não apresentou o mesmo comportamento

do feijão carioca, com seus preços em ascensão desde o final de 2006, haja vista seu mercado possuir outra dinâmica (grande volume de importações e produção concentrada fora da região Nordeste, a qual sofreu com problemas climáticos na safra anterior).

Com estes resultados, teme-se redução na 3ª safra do feijão carioca (2007/2008), em virtude de os produtores esperarem os mesmos patamares de preços alcançados na safra anterior, o que não vem ocorrendo. Assim, as áreas antes destinadas ao plantio do feijão poderão ser ocupadas com culturas mais rentáveis, como milho, trigo, ervilha, frutas ou hortaliças.

Milho

O bom nível de preço motivou o aumento de aproximadamente 3% na área destinada ao cultivo do milho no Brasil em relação à safra 2006/07, sendo o cereal cultivado em 14,5 milhões de hectares. A produção deverá crescer 9,5%, alcançando 56,2 milhões de toneladas, motivada pelo aumento da produtividade, dada a melhoria das condições climáticas (Tabela 38).

¹⁷ Valores referentes a 08 de Abril de 2008.

Tabela 38 - Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	564,5	553,1	(2,0)	2.202	2.329	5,8	1243,0	1288,5	3,7
NORDESTE	2.961,6	2.992,1	1,0	1.049	1.465	39,7	3.106,2	4.382,4	41,1
MA	367,1	361,1	(1,6)	1.218	1.297	6,5	447,1	468,5	4,8
PI	295,3	289,6	(1,9)	606	1.470	142,5	179	425,9	137,9
CE	673,9	710,4	5,4	498	1.330	167,1	335,6	944,8	181,5
RN	82,6	79,4	(3,9)	459	693	51,0	37,9	55	45,1
PB	195,1	172	(11,8)	363	889	145,0	70,8	152,9	116,0
PE	286,2	286,1	(0,0)	334	440	31,7	95,6	126	31,8
AL	83,7	83	(0,8)	550	650	18,3	46	54	17,4
SE	144,6	160	10,7	1.366	2.500	83,0	197,5	400	102,5
BA	833,1	850,5	2,1	2.037	2.064	1,3	1.696,70	1.755,30	3,5
CENTRO-OESTE	3.259,7	3.535,0	8,4	3.986	4.158	4,3	12.994,1	14.698,8	13,1
SUDESTE	2.404,6	2.320,5	(3,5)	4.306	4.604	6,9	10.353,2	10.684,0	3,2
SUL	4.864,5	5.069,0	4,2	4.867	4.967	2,1	23.673,4	25.179,5	6,4
NORTE/NORDESTE	3.526,10	3.545,20	0,5	1.233	1.600	29,7	4.349,20	5.670,90	30,4
CENTRO-SUL	10.528,80	10.924,60	3,8	4.466	4.628	3,6	47.020,70	50.562,30	7,5
BRASIL	14.054,90	14.469,80	3,0	3.655	3.886	6,3	51.369,90	56.233,20	9,5

Fonte: (CONAB, 2008f). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica

Na região Nordeste, a expectativa inicial seria acompanhar o movimento nacional no que tange ao aumento da área cultivada, alcançando 3 milhões de hectares de milho (1% mais que no ciclo passado). Ainda na expectativa de não se repetir a seca enfrentada na safra 2006/07, estimava-se colher 4,4 milhões de toneladas (aumento de 41,1%). Estados como o Ceará, Piauí e Paraíba esperavam recuperar seus níveis de produção, aumentando, respectivamente, 181,5%, 137,9% e 116% suas quantidades produzidas. A Bahia deverá continuar como maior produtor regional, participando com 39,3% da produção. A safra nordestina de 2007/08, porém, sofrerá grande influência das fortes chuvas ocorridas nos meses de março e abril, comprometendo significativamente a produção. Dados preliminares apontam grandes prejuízos nas safras cearense e piauiense de milho.

Para o primeiro semestre de 2008, espera-se uma situação mais confortável no mercado do

milho, não ocorrendo forte pressão da demanda, com substancial elevação dos preços. Está-se no momento pleno da colheita do milho, o que tem aumentado a oferta do produto no mercado interno. Com isso, os preços tendem a se reduzir. De janeiro a abril de 2008, houve redução dos preços da saca de 60kg do milho de 17% em Barreiras (BA), 5,7% em Fortaleza (CE), 21,4% em Cascavel (PR) e 23,3% em São Paulo (Preço CIF)¹⁸, cotados a R\$ 22,00, R\$ 33,00, R\$ 22,00 e R\$ 25,30, respectivamente (Gráfico 19).

Apesar disto, os preços continuam firmes e em patamares elevados, por conta do mercado externo aquecido e da alta paridade de exportação. Comparativamente a abril de 2007, os preços da saca de 60 kg do milho elevaram-se em 37,5% em Barreiras (BA), 26,9% em Fortaleza (CE), 29,4% em Cascavel (PR) e 31,8% em São Paulo (Preço CIF).

No cenário internacional, o mercado do milho continua aquecido por conta de diferentes de-

¹⁸ Valores referentes a 08 de Abril de 2008.

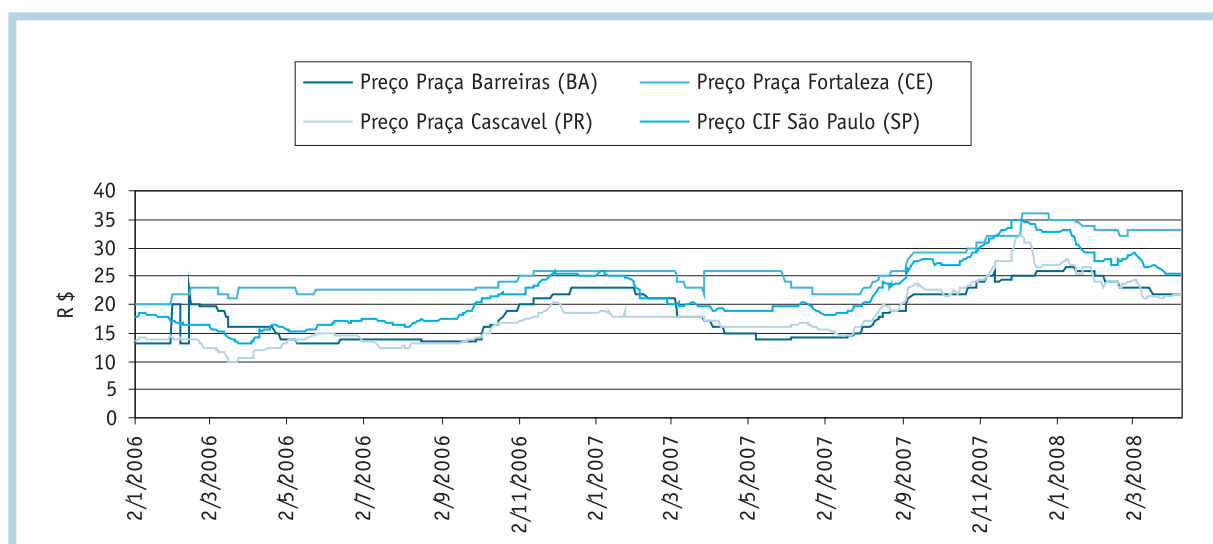


Gráfico 19 - Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2006 a abril/2008.

Fonte: (CMA, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

mandas: produção de combustível e alimentação. Na Bolsa de Chicago (CBOT), os contratos com vencimento em maio e julho de 2009 estão com valores 4,7% e 3,4% superiores aos mesmos meses de 2007 (posição de 10 de abril de 2008).

Soja

Concluído o plantio da safra 2007/08, estima-se o cultivo de 21,2 milhões de hectares de soja no Brasil, com aumento de 2,3% em relação ao ciclo passado, impulsionado, principalmente pelo preço internacional da *commodity*. Em fase bastante adiantada da colheita, a produção deverá

ser 2,7% superior à da safra passada, atingindo 60 milhões de toneladas (Tabela 39).

Com 1,6 milhão de hectares de soja plantados e produção esperada de 4,4 milhões de toneladas, o Nordeste deverá apresentar crescimento em relação à safra 2006/07 bem superior ao registrado na média brasileira, estimando-se aumento de 7,9% na área cultivada e de 13,8% na produção, este último em virtude da elevação de produtividade verificada na Região. Destaques para o avanço da área no cerrado do Piauí (14,2%) e Maranhão (8,7%), e para o aumento da produtividade no Piauí (34,8%).

Tabela 39 - Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safra 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	410,6	492,5	20,0	2630,0	2834,0	(7,7)	1079,9	1395,6	29,2
NORDESTE	1454,9	1569,7	7,9	2658,1	2804,0	5,5	3867,2	4402,1	13,8
MA	384,4	417,8	8,7	2820,0	2923,0	3,7	1084,0	1221,3	12,7
PI	219,7	250,9	14,2	2212,1	2982,0	34,8	486,0	748,1	53,9
BA	850,8	901,0	5,9	2700,0	2700,0	0,0	2297,2	2432,7	5,9
CENTRO-OESTE	9105,1	9549,5	4,9	2909,9	3058,0	5,1	26494,8	29202,7	10,2
SUDESTE	1468,8	1411,0	-3,9	2727,0	2781,0	2,0	4005,4	3923,6	-2,0
SUL	8247,4	8135,8	-1,4	2782,0	2589,0	-6,9	22943,9	21064,8	-8,2
NORTE/NORDESTE	1.865,50	2.062,20	10,5	2651,9	2150,0	(18,9)	4.947,10	5.797,70	17,2
CENTRO-SUL	18.821,30	19.096,30	1,5	2839,6	2838,0	(0,1)	53.444,10	54.191,10	1,4
BRASIL	20.686,80	21.158,50	2,3	2822,6	2835,0	0,4	58.391,20	59.988,70	2,7

Fonte: (CONAB, 2008f). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica

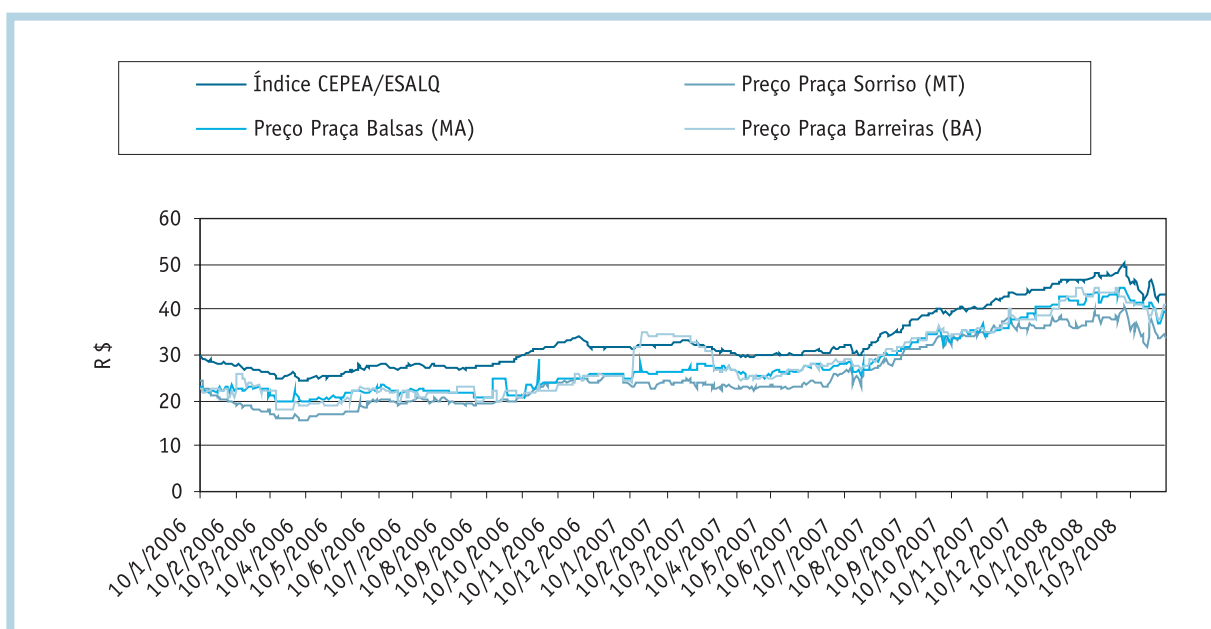


Gráfico 20 - Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2006 a abril/2008.

Fonte: (CMA,2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Os preços interno e externo do grão continuam apresentando alta volatilidade, porém situando-se ainda bem acima dos observados em safras anteriores. No início de 2007, os preços da soja apresentaram declínio em virtude do anúncio do USDA (*United States Department of Agriculture*), de aumento de 11,5% da área plantada nos Estados Unidos para a safra 2008/09, o que afetou também os preços internos. Em um mês (de março a abril de 2008), o Índice CEPEA/ESALQ recuou 7,5%, registrando-se também queda de 1,2% em Barreiras (BA), 8,1% em Balsas (MA) e 11,8% em Sorriso (MT).

Comparativamente a abril de 2007, evidenciase, no entanto, que os preços da saca de 60 kg da soja mantêm-se firmes, com alta de 52,4% em Barreiras (BA) (R\$ 41,00), 47,6% em Sorriso (MT) (R\$ 47,60), 46,3% em Balsas (MA) (R\$ 39,50) e 42,9% no Índice CEPEA/ESALQ (R\$ 43,42)¹⁹ (Gráfico 20).

Espera-se, ainda, que os preços internacionais continuem em patamares elevados, em virtude de

vários fatores favoráveis: redução dos estoques mundiais, forte demanda externa, principalmente da China, e sucessivas altas do petróleo. No entanto, se as previsões do USDA se confirmarem, a tendência é que ocorra certa redução dos preços da soja no segundo semestre de 2008. Os preços dos contratos futuros para a soja na CBOT, que vinham evoluindo até fev./2008, recuaram a partir de então. Da primeira semana de fev./2008 à primeira semana de abr./2008, os preços dos contratos com vencimento em mai./2008 recuaram 5,2%, enquanto os com vencimento em jul./08 recuaram 5%.

Café

A Primeira Estimativa da CONAB para a Safra 2008 de Café (CONAB, 2008b), divulgada em jan./08, prevê 2,1 milhões de hectares destinados ao plantio, área 2,9% superior à da safra 2007. A produção deverá atingir 42,7 milhões de sacas de café, sendo 32,6 milhões de café arábica e 10,1 milhões de café robusta. Quando comparada

¹⁹ Valores referentes a 08 de Abril de 2008.

Tabela 40 - Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2007 e 2008(*)

UF/Região	Área (em mil ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
				Safr 2007			Safr 2008			Var. %
	Safr 2007	Safr 2008	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robus- ta	Total	
Minas Gerais	1.016,4	1.042,3	2,5	15.450,0	36,0	15.486,0	21.366,5	36,0	21.402,5	0,4
Sul e Centro-Oeste	506,6	325,8	3,8	6.825,0	-	6.825,0	10.953,5	-	10.953,5	0,6
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	155,3	158,8	2,3	3.061,0	-	3.061,0	4.263,5	-	4.263,5	0,4
Zona da mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	354,5	357,6	0,9	5.564,0	36,0	5.600,0	6.149,5	36,0	6.185,5	0,1
Espírito Santo	471,4	497,3	5,5	2.016,0	7.567,0	9.583,0	2.596,0	7.225,0	9.821,0	0,0
São Paulo	168,7	170,6	1,1	2.632,0	-	2.632,0	4.350,0	-	4.350,0	0,7
Paraná	97,4	98,5	1,1	1.622,0	-	1.622,0	2.230,0	-	2.230,0	0,4
Bahia	95,0	101,3	6,6	1.315,0	517,0	1.832,0	1.621,5	532,0	2.153,5	0,2
Oeste	10,5	23,8	1,3	385,0	-	385,0	585,0	-	585,0	0,5
Planalto	70,2	49,8	(0,3)	930,0	-	930,0	1.036,5	-	1.036,5	0,1
Atlântico	14,3	27,7	0,9	-	517,0	517,0	-	532,0	532,0	0,0
Rondônia	153,3	153,3	-	-	1.482,0	1.482,0	-	1.678,0	1.678,0	0,1
Mato Grosso	16,2	16,2	-	11,0	141,0	152,0	13,0	162,5	175,5	0,2
Pará	15,1	15,1	-	-	266,0	266,0	-	260,0	260,0	(0,0)
Rio de Janeiro	14,0	13,8	(1,8)	269,0	12,0	281,0	250,5	13,5	264,0	(0,1)
Outros	25,5	25,4	(0,0)	162,0	242,0	404,0	159,5	237,0	396,5	(0,0)
BRASIL	2.073,0	2.134,0	2,9	23.477,0	10.263,0	33.740,0	32.587,0	10.144,0	42.731,0	0,3

Fonte: (CONAB, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica. (*) Os dados para a safra 2008 são previsões.

à da safra 2007, essa produção apresenta um leve acréscimo de 0,3%. A região Nordeste deverá produzir 2,2 milhões de sacas, em 101,3 mil hectares, mantendo-se a região baiana do Planalto de Vitória da Conquista como maior produtor regional (Tabela 40).

Os preços internacionais do café, apesar da baixa observada no início de 2008, continuam atrativos. Os contratos futuros de café arábica com vencimento em maio alcançaram os maiores valores dos últimos dez anos na Bolsa de Nova York. A expectativa de oferta mais ajustada, principalmente no Brasil, maior produtor mundial, contribuiu para sustentar estas cotações. Porém, alguns acontecimentos têm influenciado negativamente o preço do café, bem como de outras *commodities*, no mercado externo: crise das hipotecas nos Estados Unidos (os investidores procuraram outras formas mais seguras de investimento), além de outras informações negativas

sobre o setor financeiro norte-americano (quebra do banco de investimento Bear Sterns).

No mercado interno, o comportamento dos preços segue a tendência mundial (Gráfico 21). O Índice CEPEA/ESALQ iniciou o mês de abril de 2008 cotado a R\$ 254,72 a saca de 60 kg para o café arábica, queda de 4,6% em comparação ao mês anterior, porém 3,5% superior a igual período de 2007. O Índice para o café conillon está cotado a R\$ 225,65 a saca de 60 kg, estável em relação ao mês anterior e 11% superior ao ano de 2007. Em Vitória da Conquista (BA), os preços ficaram em R\$ 210,00 para o café Bica Rio T.6/7 (queda de 4,5% em relação a 2007), R\$ 225,00 para o café Bica Dura T.6/7 (queda de 2,2% em relação a 2007) e R\$ 245,00 para o café despolpado (alta de 2,1% em relação a 2007)²⁰.

Apesar das recentes variações negativas no preço do café, continua a expectativa de alta de

20 Valores referentes a 09 de Abril de 2008.

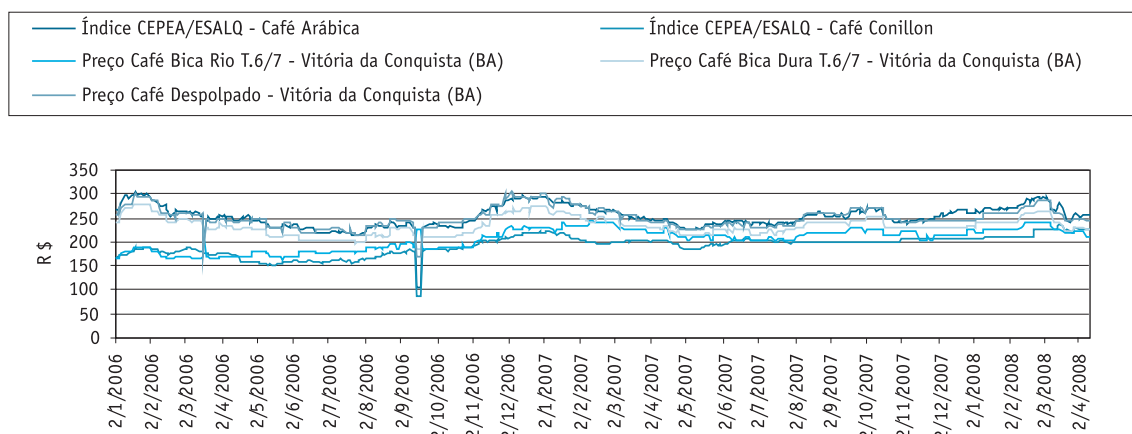


Gráfico 21 - Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despolpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de janeiro/2006 a abril/2008.

Fonte: (CMA, 2008; CEPEA; ESALQ, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

preços, em virtude de não ter ocorrido modificações significativas nos fundamentos deste mercado: demanda crescente, estoques reduzidos e produção estabilizada.

Mamona

Mesmo com os incentivos do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), a área destinada ao cultivo no Brasil deverá sofrer uma retração de 0,8%, sendo a mamona cultivada em

154,3 mil hectares. O Nordeste representa 94,8% dessa área, com a expectativa de cultivar 146,3 mil hectares (redução de 3,2%). O único Estado que tende a obter um incremento expressivo na área plantada é o Ceará: incentivado pelo Governo estadual, o cultivo de mamona deverá alcançar 26,3 mil hectares, área 174% superior à da safra passada. Com a instalação da usina da Petrobras no norte de Minas Gerais, este Estado também vislumbra aumento de área e produção (Tabela 41).

Tabela 41 - Mamona. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORDESTE	151,2	146,3	(3,2)	575	758	31,9	86,9	111	27,7
PI	13,4	4,1	(69,6)	338	733	117,0	4,5	3	(33,3)
CE	9,6	26,3	174,0	614	857	39,6	5,9	22,6	283,1
RN	0,7	0,1	(85,7)	630	847	34,4	0,4	0,1	(75,0)
PE	6,4	6,7	5,2	530	524	(1,1)	3,4	3,5	2,9
BA	121,1	109,1	(9,9)	600	749	24,9	72,7	81,8	12,5
SUDESTE	4,3	8	87,1	1535	1663	8,3	6,6	13,3	101,5
SUL	0,1	-	(100,0)	1670	-	(100,0)	0,2	-	(100,0)
NORDESTE	151,2	146,3	(3,2)	575	758	31,9	86,9	111	27,7
CENTRO-SUL	4,4	8	82,9	1537	1658	7,9	6,8	13,3	95,6
BRASIL	155,6	154,3	(0,8)	602	805	33,7	93,7	124,3	32,7

Fonte: (CONAB, 2008f). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica

Mesmo com a redução da área plantada, a produção nacional deverá ser 32,7% superior à da safra 2006/07; e a safra nordestina 27,7%, atingindo 124,3 mil e 111 mil toneladas, respectivamente. Com o aumento da área, o Ceará espera produzir 22,6 mil toneladas, contra apenas 5,9 mil toneladas da safra passada, o que representa aumento de 283,1%. Fato principal que deve ser observado é a melhoria na produtividade, em virtude da expectativa de melhores condições climáticas, tratos culturais e utilização de sementes selecionadas.

Cana-de-Açúcar

De acordo com o Terceiro Levantamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar divulgado pela CONAB (2007), a área de cultivo deverá aumentar 13% na safra 2007/08 em relação à safra passada, alcançando 7 milhões de hectares. A produção estimada é de 549,9 milhões de toneladas, 15,8% superior à da safra 2006/07. As condições climáticas favoreceram a produção, bem como a melhoria dos tratos culturais da irrigação e a introdução de variedades mais produtivas, gerando um incremento aproximado de 2,5% na produtividade. Do volume produzido, 475,1 milhões de toneladas (86,4%) serão destinados à indústria sucroalcooleira e os 74,8 milhões restantes (13,6%) destinar-se-ão à fabricação de cachaça, à alimentação animal, a sementes e outros fins.

Em virtude da expansão do mercado brasileiro de veículos bicomcombustíveis (movidos a gasolina ou álcool), a produção de álcool hidratado deverá ser superior à da safra 2006/07 em aproximadamente 37,6%, sendo produzidos 12,7 bilhões desse combustível, enquanto a produção de álcool anidro deverá recuar aproximadamente 0,4% (produção de 8,2 bilhões de litros). Segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), o consumo de álcool hidratado no mês de fevereiro já superou o consumo do álcool anidro (CIRILO JUNIOR, 2008).

O Nordeste aparece como segunda região produtora, destacando-se Alagoas e Pernambuco. A área destinada ao cultivo na Região é de 1,2 milhão de hectares (7,4% superior à da safra 2006/07), gerando uma produção 16% superior (72,9 milhões de toneladas).

Quanto aos preços da cana-de-açúcar, espera-se uma retração neste início de ano, em virtude do aumento de produção nos principais países produtores e de queda da demanda dos principais países importadores. Com a euforia em relação aos biocombustíveis, houve aumento substancial de produção, não acompanhado pela demanda, apesar de também crescente. Os preços pagos no País pelo ATR (Açúcar Total Recuperável) foram 31,4% inferiores em 2007 (R\$ 24,23/t contra 35,31/t em 2006) (Gráfico 22).

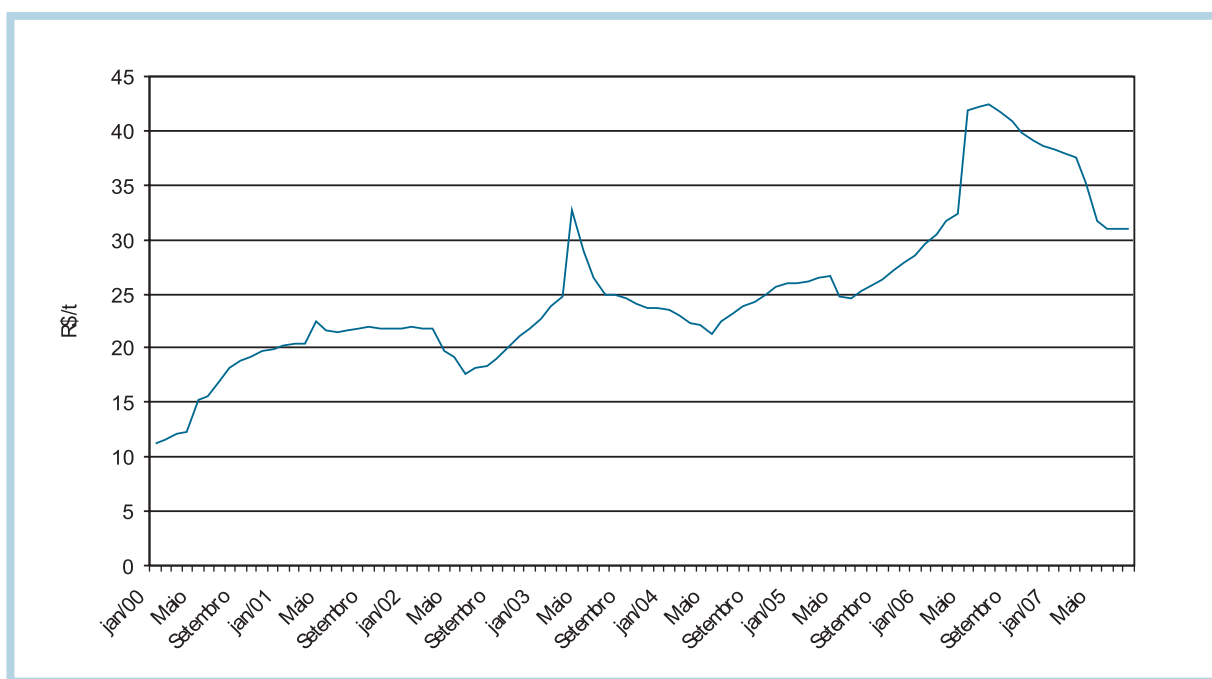


Gráfico 22 - Evolução dos Preços da Tonelada da Cana-de-Açúcar, de janeiro/2000 a dezembro/2007 (R\$/t)

Fonte: (UDOP, 2008). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica

3.5.3 - Pecuária

No dia 14 de março do corrente ano, a União Européia reconheceu oficialmente o controle de substâncias do mel brasileiro, cujo monitoramento de resíduos e contaminantes foi considerado equivalente ao europeu. Este reconhecimento derruba o embargo praticado desde março de 2006 pelos europeus, habilitando novamente o Brasil como exportador de mel para os países do bloco.

A produção de mel nacional experimenta crescimento consistente há vários anos: só em 2006, o crescimento experimentado foi, segundo o IBGE (2008), da ordem de 7,2% em relação ao ano anterior (Tabela 42). Apesar da elevada participação da região Sul (45,4% da produção nacional em 2006), o Nordeste vem logo depois, com 12,1 mil toneladas, o que representa um terço da produção total do País. Ressalte-se o vigor do crescimento da produção nordestina: enquanto o Sudeste experimentou crescimento de 13% nos últimos cinco anos, o Nor-

deste – cuja produção em 2002 era de apenas 5,6 mil toneladas – crescia intensamente (117,7%).

Segundo o IBGE, o Brasil ocupou, em 2006, o posto de quarto maior exportador mundial de mel, apesar do embargo dos países europeus. Estes países figuram, junto com os Estados Unidos, entre os principais compradores do mel brasileiro. Em 2007, foram exportadas 28 mil toneladas, o que corresponde a mais de 40% do total da produção nacional, sendo o Nordeste a região responsável pela maior parte da receita brasileira com exportações do produto, tanto em 2006 (64%) quanto em 2007 (60,1%) (Tabela 43).

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC (2008), as exportações de carne bovina pelo Brasil cresceram 12,8% em receita e 6% em volume em 2007, o que fez o País responder por nada menos que um terço de toda a carne exportada no mundo no

Tabela 42 - Produção de Mel do Brasil e dos Estados do Nordeste em 2005 e 2006

Estado	Produção		Variação 2006/2005 (%)	Participação (%)	
	2006	2005		2006	2005
Brasil	36.193.868	33.749.666	7,2	100,0	100,0
Nordeste	12.102.924	10.910.916	10,9	33,4	32,2
Piauí	4.195.910	4.497.392	-6,7	11,6	13,3
Ceará	3.053.053	2.311.626	32,1	8,4	6,8
Bahia	2.046.930	1.775.414	15,3	5,7	5,3
Pernambuco	1.161.579	1.028.772	12,9	3,2	3
Rio Grande do Norte	585.366	447.882	30,7	1,6	1,3
Maranhão	558.775	517.533	8,0	1,5	1,5
Paraíba	263.964	87.607	201,3	0,7	0,3
Alagoas	163.885	183.946	-10,9	0,5	0,5
Sergipe	73.462	60.744	20,9	0,2	0,2

Fonte: (IBGE, 2008s). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

período. Mesmo com o embargo europeu imposto à carne brasileira no final de janeiro de 2008, não houve perdas de receita para os exportadores nos meses de janeiro e fevereiro.

No que diz respeito aos custos de produção da pecuária, um estudo feito pela CNA (2008a) revelou que os aumentos nos custos totais no ano

de 2007 foram os maiores em todo o período da pesquisa, iniciada em 2003, acumulando alta de 11,6%. Do lado da receita, a arroba do boi gordo experimentou, no mesmo período, valorização de 36,7%, aliviando um pouco as perdas sofridas pelos produtores em anos anteriores.

Tabela 43 - Exportações de Mel do Brasil e dos Estados do Nordeste - 2005, 2006 e 2007

Estado	2007				2006				2005			
	Valor (US\$)	%	Peso (kg)	%	Valor (US\$)	%	Peso (kg)	%	Valor (US\$)	%	Peso (kg)	%
Brasil	46.741.073	100,0	27.947.926	100,0	52.702.449	100,0	32.733.062	100,0	38.801.844	100,0	28.691.489	100,0
Nordeste	28.095.629	60,1	16.145.609	57,8	33.727.959	64,0	20.951.293	64,0	31.354.495	80,8	23.311.338	81,2
Piauí	11.452.430	24,5	6.848.116	24,5	12.191.706	23,1	7.878.196	24,1	14.284.871	36,8	11.744.328	40,9
Ceará	12.894.187	27,6	6.925.801	24,8	18.780.509	35,6	11.169.861	34,1	15.852.266	40,9	10.761.318	37,5
Pernambuco	286.824	0,6	151.792	0,5	228.292	0,4	148.240	0,5	965.108	2,5	605.492	2,1
Rio Grande do Norte	3.462.188	7,4	2.219.900	7,9	2.527.452	4,8	1.754.996	5,4	252.250	0,7	200.200	0,7

Fonte: BRASIL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

ABDIB. **Portal Abdib**. Disponível em: <<http://www.abdib.org.br>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

ABIEC. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

ABIMAQ. **Consumo de máquinas cresce 50% no 1º bi**. Disponível em: <<http://www.abimaq.com.br>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

ANEF. **Saldo das carteiras de financiamento de automóveis atinge R\$ 110,7 bilhões em 2007**.

Disponível em: <<http://www.anef.org.br>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

ANFAVEA. **Carta da Anfavea**, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.anfavea.org.br>>. Acesso em: 08 abr. 2008a.

_____. **Carta da Anfavea**, n. 263, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: [abr. 2008b].

_____. **Vendas atacado mercado interno tipo: nacionais e importados**. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2007/autoveiculos/tabela06_vendas.xls>. Acesso em: abr. 2008c.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 09 abr. 2008a.

_____. Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. **Notas para a imprensa**, 26 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2008b.

_____. **Relatório de inflação**, mar. de 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2008c.

BBC BRASIL. **Grendene tem o maior lucro de sua história**. Disponível em: <<http://www.bbc-brasil.com>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

BNB. **Revista Conjuntura Econômica**. Fortaleza, n. 15, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

BNB; ETENE. **Sistema de informações para o gerenciamento de mercados agropecuários do nordeste - SIGMAN**. Fortaleza: BNB, 2008. Acesso em: 04 abr. 2008.

BNDES. **Apoio do BNDES à infra-estrutura cresce 62% e atinge R\$ 25,8 bilhões nos últimos doze meses**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2008a.

_____. **BNDES aprova crédito de R\$ 38,1 milhões a Deib Otoch para expansão de rede varejista nas regiões norte e nordeste**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2008b.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 14 abr. 2008a.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI. 2008b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programas do MDS chegam a 2,1 milhões de pessoas em Alagoas**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/paginas/alagoas>>. Acesso em: 15 abr. 2008c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programas do MDS chegam a 4,6 milhões de pessoas no Maranhão**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/paginas/maranhao>>. Acesso em: 15 abr. 2008d.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Conceitos e conteúdo das bases de dados**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Estudiosos-Pesquisadores/PDET/faq/conteudo/bases.asp#2>>. Acesso em: 15 abr. 2008e.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Evolução do emprego por subsetores de atividades econômicas: dezembro 2007**. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br/consulta.aspx?mesCPT=12&a noCPT=2007>>. Acesso em: 15 abr. 2008f.

CBIC. **Consumo anual de cimento: por estados, regiões geográficas e total Brasil**. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/files/tabela069.xls>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

CEPEA; ESALQ. **Indicador de algodão**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/02_fevereiro/Algodao.htm>. Acesso em: 08 abr. 2008a.

_____. **Indicador de café.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/02_fevereiro/Cafe.htm>. Acesso em: 08 abr. 2008b.

_____. **Indicador de milho.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/02_fevereiro/Milho.htm>. Acesso em: 08 abr. 2008c.

_____. **Indicador de soja.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/02_fevereiro/Soja.htm>. Acesso em: 08 abr. 2008d.

CETEM. **O barômetro.** [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.cetem.com.br/portal/elementos/pdf_barometro2008.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2007.

CIRILO JÚNIOR. ANP confirma que consumo de álcool superou o da gasolina em fevereiro. **Folha on line**, 10 abr. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u390998.shtml>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

CMA – Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A. **Trading Analysis Information.** São Paulo: CMA, 2008.

CNA. **Indicadores pecuários regionais.** Brasília: CNA, 2008. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 01 abr. 2008a.

_____. **Indicadores rurais**, n.84, mar. 2008. Brasília: CNA, 2008. Disponível em <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 01 abr. 2008b.

COMMODITY RESEARCH BUREAU. In.: IEDI. Conjuntura internacional: commodities: da valorização à volatilidade. **Análise IEDI**, 20 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: [mar. 2008].

CONAB. **Conjuntura Semanal:** algodão, 31 mar. 2008 a 04 abr. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em 08 abr. 2008a.

_____. **Conjuntura Semanal:** café, 17-20 mar. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2008b.

_____. **Conjuntura Semanal:** feijão, 31 mar./04 abr. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em 08 abr. 2008c.

_____. **Conjuntura Semanal:** milho, 31 mar./04 abr. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em 08 abr. 2008d.

_____. **Conjuntura Semanal:** soja, 31 mar./04 abr. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em 08 abr. 2008e.

_____. **Levantamento:** abr. 2008f.

_____. **Primeira estimativa da safra brasileira de café 2008**, jan. 2008. Brasília: CONAB, 2008g.

_____. **Sétimo levantamento de intenção de plantio da safra 2007/2008**, abr. 2008. Brasília: CONAB, 2008h.

_____. **Terceiro levantamento de acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar 2007/2008.** CONAB, Brasília: 2007.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego da região metropolitana de Recife**, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedrmrAnual2007.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2008a.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego da região metropolitana de Recife**, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedrmr0208.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2008b.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Salvador**, dez. 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssa_2007.xml#>. Acesso em: 15 abr. 2008c.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Salvador**, fev. 2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssa_2008.xml#>. Acesso em: 15 abr. 2008d.

EXPORT PLASTIC. **O programa export plastic**. Disponível em: <<http://www.exportplastic.com.br>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

FGV. **Indicadores econômicos**. Disponível em: <<http://www.fgv.br>>. Acesso em: 09 abr. 2008a.

_____. **Sondagem da indústria de transformação: índice de confiança da indústria**, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ibre.fgv.br>>. Acesso em: 12 abr. 2008b.

FGV; IBRE. **Sondagem da indústria de transformação: quesitos especiais**, jan./fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ibre.fv.br>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

FIEC; INDI. **Nordeste: indicadores industriais**. Fortaleza: FIEC/INDI, 2008.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior**, ano 12, n. 1, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.fun-cex.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008a.

_____. **Boletim de Comércio Exterior**, ano 12, n. 2, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.fun-cex.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008b.

_____. Indústria automobilística descarta bolha de crédito. **Sistema de Informações IEA/Funcex**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 05 abr. 2008c.

GLOBAL 21. **Michelin inaugura nova fábrica de pneus para engenharia civil no Brasil**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2008a.

_____. **Petrobras se torna a décima primeira do mundo em 2007**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 16 mar. 2008b.

_____. **Vale: companhia se torna a segunda maior mineradora**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 16 mar. 2008c.

IBGE. **Banco SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2008a.

_____. **Contas nacionais trimestrais**, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 mar. 2008b.

_____. Indicadores IBGE. **Pesquisa industrial mensal: produção física regional**, fev. 2007). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2008c.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 abr. 2008d.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2008e.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física Brasil**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008f.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física**, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 abr. 2008g.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física regional**, fev. 2008h.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física regional**, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2008i.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2008j.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2008k.

_____. **Pesquisa mensal de comércio.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008l.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2008m.

_____. **Pesquisa mensal de emprego.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 mar. 2008n.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2008o.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, fev. 2008. In.: IEDI. Comércio: a base do dinamismo do varejo. **Análise IED**, 20 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: [mar. 2008p].

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2008q.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** suplemento acesso a transferências de renda de programas sociais - 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2008r.

_____. **Produção da pecuária municipal**, v. 34, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2008s.

_____. **SIDRA:** base de dados agregados, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2008t.

_____. **SIDRA:** base de dados agregados, jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2008u.

_____. **SIDRA:** comércio. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008v.

_____. **SIDRA:** pesquisa nacional por amostra de domicílios. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008w.

IEDI. Comércio: a base do dinamismo do varejo. **Análise IED**, 20 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: [mar. 2008]

IFEPD. **Pesquisa do consumidor de Maceió:** fevereiro 2008. Disponível em: <<http://www.fecomercio-al.com.br/legba/arquivo.asp?vCod=52>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

INDI; FIEC. **Nordeste:** indicadores industriais: jan. 2008a.

_____. Nordeste: indicadores industriais: jan. 2008. **Sumário Executivo**, mar. 2008b.

INDÚSTRIA baiana cresce 11,7% em fevereiro. **Invest NE**, 08 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.investne.com.br>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO DO VAREJO. **Conjuntura e comércio varejista**, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.idv.org.br/conjuntura-ccv-texto.aspx?IdTextoCCV=297>>. Acesso em: 16 de abr. de 2008.

NO SETOR de embalagens, o maior crescimento desde 2004. **Diário do Comércio**, 14 mar. 2008.

SADIA prepara ofensiva no exterior com aquisições ou novas fábricas. **Exame**, 10 abr. 2008.

SEI. **Comércio mantém crescimento das vendas**, fev. 2008. disponível em : <http://www.sei.ba.gov.br/conjuntura/index_conj_pmc.php>. Acesso em: 16 abr. 2008.

SERASA. **Serasa aponta alta na inadimplência dos consumidores no primeiro bimestre de 2008.** Disponível em: <<http://www.serasa.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

SNIC. **PressKit 2007:** 2007. Disponível em: <http://www.snic.org.br/pdf/presskit_SNIC_2007.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2008.

SRI; MAPA. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

UDOP. **Preço da cana no campo.** Disponível em: <http://www.udop.com.br/geral.php?item=cana_00_05>. Acesso em: 11 abr. 2008.

VALE prevê cenário promissor para metais de ferro até 2012. **Valor Econômico**, 16 mar. 2008.

4 - Emprego e Rendimento

4.1 - Brasil

O cenário favorável da economia brasileira, desde o ano passado, tem refletido na consistência do crescimento do emprego que vem sendo registrado nos primeiros meses de 2008. As estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) são de que a economia brasileira mantenha um ritmo positivo, com projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e elevação da expectativa do consumo das famílias, tudo isto por conta da estabilidade da taxa de juros, da redução do número de desocupados e do aumento do rendimento real dos trabalhadores.

De acordo com o Banco Central do Brasil, o PIB deve crescer 4,8% em 2008, mantida a continuidade do dinamismo pecuário e a projeção da produção de grãos, além do aumento da produção industrial e dos reflexos positivos do setor de serviços, resultantes do aquecimento da demanda interna. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor industrial acumulou expansão de 9,2% nos dois primeiros meses deste ano e um crescimento de 6,9% nos últimos 12 meses. A Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) aponta que, em fevereiro de 2008, a indústria cresceu a uma taxa de 9,7%, ante o mesmo mês de 2007, garantindo a expansão do setor pelo 20º mês consecutivo e reduzindo o risco de pressão inflacionária.

Diante da atual conjuntura é possível verificar um quadro positivo para o mercado de trabalho,

não apenas no aspecto quantitativo, mas principalmente qualitativo, tendo em vista o crescimento da formalização do emprego, a redução do número de desocupados e o aumento do rendimento real do trabalhador.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (BRASIL, 2008a) mostram que, nos últimos 12 meses, foram criados 1.711.789 novos empregos formais, ou seja, um crescimento de 6,12% em relação ao período anterior. No que se refere aos meses de janeiro e fevereiro de 2008, o emprego com carteira assinada continua crescendo de forma significativa em todos os setores analisados.

No mês de janeiro, mesmo com uma variação negativa no setor de comércio (0,22%), com a extinção de 14.144 empregos, explicada pela sazonalidade relativa ao encerramento das festas de final de ano, o crescimento do emprego formal atingiu 0,49% em relação a dezembro de 2007. Nesse contexto, o setor industrial foi o que mais cresceu, batendo recorde em 6 dos seus 12 ramos. Os dinamismos dos setores de serviços e construção civil também merecem destaque, com a geração de 49.077 e 38.643 empregos, respectivamente.

Ainda segundo os dados do CAGED, em fevereiro deste ano o crescimento do emprego formal alcançou novo recorde, com aumento de 0,7% em relação a janeiro do mesmo ano, o que equiva-

le à criação de 204.963 novos empregos, 38,4% acima do volume gerado em fevereiro de 2007. Destaque para o setor da construção civil, que cresceu aproximadamente 400% em relação a fevereiro do ano passado.

O aumento do nível de emprego na construção civil decorre, provavelmente, do aumento do crédito e da melhoria da qualidade do financiamento destinado à construção da casa própria, além da redução das taxas de juros. Mantendo este nível de crescimento em 2008, é certo que sua participação no PIB deve crescer favoravelmente, em especial devido à expansão dos financiamentos imobiliários e à execução de obras importantes previstas no Programa de Aceleração do Crescimento.

Em termos absolutos, serviços continua sendo o setor que mais cresce no conjunto das atividades consideradas. Nos últimos 12 meses, seu crescimento atingiu 5,35%, o que equivale à geração de 600.478 novos empregos formais. Os serviços de intermediação financeira (bancos e seguradoras) apresentaram o melhor desempenho

registrado ao longo do período, principalmente devido ao aumento do volume de crédito comercial e imobiliário desde o ano de 2007.

No acumulado de 2008, foram criados 347.884 novos postos de trabalho, o maior acréscimo desde o início da série do CAGED para o primeiro bimestre do ano. O gráfico 23 mostra que houve significativo crescimento do volume de empregos formais no primeiro bimestre de 2008, comparado ao mesmo bimestre de 2007, nos setores da construção civil, da indústria de transformação e de serviços. Embora o acumulado do setor agropecuário nos dois primeiros meses de 2008 tenha apontado volume de emprego formal menor que no mesmo bimestre de 2007, o mês de fevereiro deste ano bateu recorde em relação ao mesmo mês dos anos anteriores, com a criação de 25.239 novos postos de trabalho (BRASIL, 2008a).

É importante ressaltar, ainda, que em fevereiro de 2008 todas as atividades econômicas apresentaram variações positivas, inclusive o comércio, que vem sinalizando importante recuperação, com uma variação de 0,21%, ou seja, a criação

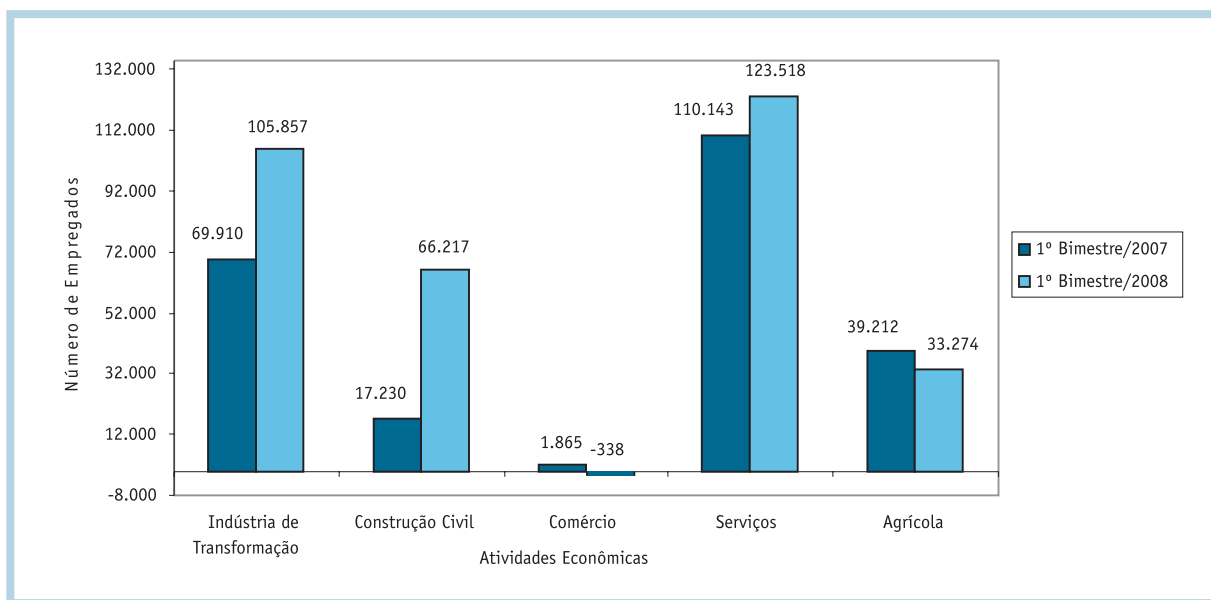


Gráfico 23 - Acumulado das Principais Atividades Econômicas nos Primeiros Bimestres de 2007 e 2008

Fonte: (IBGE, 2008d). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

de 13.806 empregos. Em fevereiro os setores de serviços (74.441), indústria de transformação (46.812) e construção civil (27.574) foram os que mais geraram empregos.

A Pesquisa Mensal de Emprego - PME (IBGE, 2008d) estimou que em fevereiro deste ano a taxa de desocupação (8,7%) das principais regiões metropolitanas do Brasil ficou estável, se confrontada aos 8% verificados em janeiro, fato decorrente, principalmente, da evolução do emprego formal. Considerando que, normalmente, no primeiro trimestre do ano há um aumento do número de desempregados, relativo à dispensa dos empregados temporários contratados para suprir a demanda de final de ano e ao retorno de certo contingente de trabalhadores em busca de uma ocupação, este fato pode ser considerado favorável, sobretudo porque, em relação ao primeiro bimestre de 2007, a taxa caiu 2,5 pontos percentuais.

A taxa de ocupação de 3,6%, acumulada nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, sinaliza

um aumento do nível de ocupação em relação ao mesmo bimestre de 2007. Esta informação tem sido compatível com a evolução do número de contratações que vem ocorrendo desde o último trimestre do ano passado. Mantida esta projeção, é provável que, até o final do ano, ocorra um aumento desta taxa.

Ainda de acordo com a PME divulgada em março de 2008, o rendimento real médio da população, de R\$ 1.162,00, apresentou aumento de 2,5% no confronto com fevereiro do ano passado e de 3,1% em relação à média dos rendimentos obtidos em 2007. A taxa de crescimento de 2,9% obtida no primeiro bimestre, com relação ao último trimestre de 2007, pode ser considerada satisfatória, dado que, naquele trimestre, o crescimento foi de 2% com relação ao terceiro trimestre de 2007. O rendimento real não cresce na mesma evolução que o emprego formal e a taxa de ocupação, mas sinaliza que pode estar havendo uma retomada do nível de crescimento do rendimento real da população ocupada.

4.2 - Nordeste

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego indica que o Nordeste contabilizou aproximadamente 6,2 milhões de empregos formais em 2006, representando 17,6% dos empregos formais do País.²¹ Destes, pouco mais de um terço estava vinculado à administração pública (34,5%), com percentuais que variavam de 31,1%, no Ceará, a 46,7%, na Paraíba.

Quanto aos setores de atividade, destacaram-se comércio varejista (13,4%), serviços relacionados ao turismo – alojamento e alimentação (7,4%) e indústria de alimentos e bebidas (5,1%). A construção civil, por sua vez, respondeu por 5,1% dos empregos formais da Região. Já o setor agrícola, por apenas 3,8%. O setor de transformação, que envolve atividades que agregam maior valor aos produtos, detém 13,6% dos em-

21 A RAIS é um registro administrativo do MTE, de periodicidade anual, com cobertura de 97% dos estabelecimentos formais do País. Suas características permitem o conhecimento da estrutura do mercado formal de trabalho no País. A última versão da RAIS refere-se a dados para o ano de 2006.

pregos formais da Região, percentual equivalente ao da região Norte. No âmbito nacional, o setor de transformação respondia, em 2006, por 18,8% dos empregos formais, percentual que chegava a 27,3% na região Sul.

Bahia, Pernambuco e Ceará respondem por 62% dos empregos formais do Nordeste, com 27,2%, 18,8% e 16%, respectivamente. É possível identificar, ainda, especificidades ao nível dos estados, na medida em que se verificam concentrações do emprego em determinadas atividades, em relação às características médias de emprego da Região. Nesse sentido, destacam-se, no Maranhão, a indústria metalúrgica e a de madeira e mobiliário; no Piauí, os serviços médicos e de ensino; no Ceará, a indústria têxtil e a de calçados; no Rio Grande do Norte, a indústria extrativa mineral e a têxtil; na Paraíba, a indústria de papel e gráfica e a de calçados; em Pernambuco, a indústria de equipamentos elétricos e de comunicações e a de alimentos e bebidas; em Alagoas, a indústria química e a de alimentos e bebidas; em Sergipe, a indústria extrativa mineral e a química; e na Bahia, a indústria mecânica e a de material de transportes.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE estimou em 23,4 milhões o quantitativo de ocupações formais e informais no Nordeste em 2006, o que corresponde a 26,2% das ocupações do Brasil.²² Quanto à divisão setorial das ocupações, a PNAD indica padrão semelhante ao apresentado pela RAIS, com exceção para o setor agrícola e para a administração pública. Na PNAD, que considera os empregos formais e informais, o setor agrícola é o principal empregador da Região, com 33,8% das ocupações. A

administração pública, por sua vez, responde por apenas 4,8% das ocupações, quando se consideram todos os vínculos de trabalho.

Após essa breve apresentação de algumas características estruturais do mercado de trabalho no Nordeste, vejamos os aspectos conjunturais mais recentes do emprego na Região, considerando as principais fontes de pesquisa de emprego.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), feita em fevereiro pelo IBGE estimou em 11% a taxa de desocupação²³ naquele mês, para a Região Metropolitana (RM) de Recife, representando um contingente de 163 mil desocupados. Para a Região Metropolitana de Salvador, a taxa de desocupação foi estimada em 12,2%, com um contingente de 210 mil desocupados. Para o Brasil, a taxa ficou em 8,7% (Gráfico 24). Vale destacar que essas são as menores taxas para o mês de fevereiro desde 2004. Além disso, a RM de Recife teve redução no contingente de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no setor privado (14,8%), mas houve elevação na RM de Salvador (11,5%). Quanto aos empregos com carteira assinada no setor privado, houve estabilidade anual nas duas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas.

A Pesquisa Ocupação e Desemprego, realizada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Trabalho (IDT) na Região Metropolitana de Fortaleza, indica que o desemprego²⁴ atingiu 11,2% da população economicamente ativa, com um contingente de 161.497 pessoas desocupadas. Contudo, a taxa vem apresentando uma tendência decrescente desde setembro de 2007 (12,7%).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Es-

22 A PNAD é uma pesquisa que coleta amostra representativa da população e permite fazer inferências a respeito de diversas características socioeconômicas, como migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento.

23 Desocupação, na metodologia da PME, diz respeito a pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos trinta dias anteriores ao da entrevista e que não exerceram trabalho nos últimos sete dias. Esse é o conceito de desemprego aberto.

24 Desemprego, na metodologia da Pesquisa de Ocupação e Desemprego, diz respeito ao desemprego aberto.

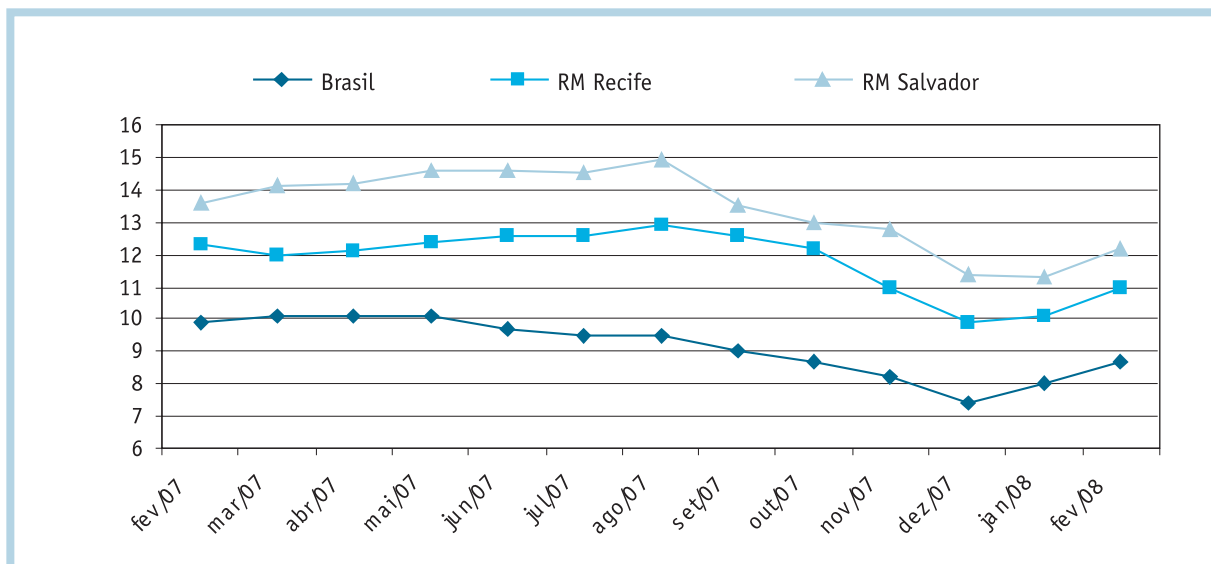


Gráfico 24 - Taxa de Desocupação (%)

Fonte: (IBGE, 2008d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

tudos Socioeconômicos – DIEESE, mostrou que a taxa de desemprego²⁵ caiu de 20,4% para 18,9% na Região Metropolitana de Recife, com contingente de desempregados estimado em 312 mil pessoas; e de 22,3% para 20,9% na Região Metropolitana de Salvador, com contingente de desempregados estimado em 388 mil pessoas. No conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, a taxa de desemprego reduziu-se de 15,9% para 14,5%.

O Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) do MTE registrou alta de 5,6% no estoque de empregos formais²⁶ entre fevereiro de 2007 e de 2008 na região Nordeste, tendo sido de 6,1% o aumento para o Brasil. Entre os estados nordestinos o destaque ficou como Pernambuco (8%), a maior alta entre todos os estados brasileiros. Entre as regiões metropolitanas, o destaque regional foi Recife, com alta de 6,4%.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE indicou elevação de 2,4% do emprego formal na indústria²⁷ em Pernambuco, entre fevereiro de 2007 e de 2008, e elevação de

2,5% na Bahia. No Ceará, o emprego se manteve praticamente estável. Para o Brasil, foi estimada alta de 2,7%.

Os dados apresentados mostram que o emprego formal no Nordeste cresceu; um pouco abaixo, porém, do ritmo médio nacional, segundo o CAGED e a PIMES. Além disso, os números indicam redução nas taxas de desemprego nas RMs de Recife e Salvador, mas permanecendo em patamares maiores do que a média nacional, segundo a PME e a PED. Outro dado positivo é quanto à formalização do trabalho, segundo o CAGED, que mostra elevação no estoque de empregos formais para todos os estados nordestinos, com destaque para Pernambuco (8%). No entanto, as participações do emprego formal nas duas maiores regiões metropolitanas do Nordeste, Recife (38%) e Salvador (38,1%), são menores do que a taxa para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas (44%), segundo a PME.

Com relação à evolução do emprego formal nos estados do Nordeste, o CAGED permite ain-

²⁶ Empregos com carteira assinada

²⁷ Empregos com carteira assinada na indústria

²⁵ Desemprego, na metodologia da PED, inclui o desemprego aberto e desemprego oculto (por trabalho precário ou por desalento).

da identificar o comportamento do emprego nas diversas atividades da economia em cada um dos estados. A análise a seguir envolve o período de janeiro de 2007 a janeiro de 2008.

Na Bahia, foram gerados 57.165 novos postos de trabalho formais, alta de 4,9%, com destaque para a construção civil (11.629) e o comércio varejista (11.657). Na indústria, o destaque ficou com o setor de calçados, com 3.020 novos postos de trabalho gerados. O emprego no setor de construção civil cresceu 13,5% em 12 meses.

Em Pernambuco, foram gerados 53.403 empregos formais, alta de 8%, com destaque para a indústria de produção de alimentos e bebidas, que gerou 10.654 postos de trabalho. Vale destacar o crescimento dos empregos na construção civil (16,7%), setor que gerou 7.374 novos postos de trabalho no período de um ano.

No Ceará, foram gerados 38.219 empregos formais, alta de 5,6%, com destaque para o comércio varejista (8.636) e a construção civil (5.313). Na indústria de transformação, coube destaque para o setor têxtil e de vestuário (4.833) e o de calçados (3.604). O setor de construção civil cresceu 15% em 12 meses.

No Maranhão foram gerados 16.106 empregos formais, alta de 5,6%, com destaque para o comércio varejista (3.984) e a construção civil (3.172), que cresceu 16,2%. Na indústria de transformação, cabe destaque para o setor mecânico (1.425), que cresceu 137,8% em um ano.

Na Paraíba, foram gerados 14.154 postos de trabalho, alta de 6%, com destaque para a indústria de produtos alimentícios e bebidas (3.709), que cresceu 23,8% em 12 meses, e o comércio varejista (3.662).

No Piauí, foram gerados 8.381 empregos formais, alta de 3,6%, com destaque para o comércio varejista (2.326) e os serviços relacionados ao turismo

– alimentação e alojamentos (1.400). O setor de construção civil cresceu 24,8% em 12 meses.

No Rio Grande do Norte, foram gerados 14.292 empregos formais, alta de 4,9%, com destaque para o comércio varejista (5.258) e a indústria de têxteis e vestuário (4.276), que cresceu 19,5% em um ano.

Em Sergipe, foram gerados 9.264 empregos, alta de 5,1%, com destaque para a construção civil (1.813), com alta de 10,1%, e a indústria de calçados (696), alta de 31,4%.

No Estado de Alagoas, foram gerados 9.247 empregos formais, alta de 3,7%, com destaque para a indústria de alimentos e bebidas (5.385), que cresceu 6,8% em 12 meses, e o comércio varejista (1.179). O setor de construção civil cresceu 3,7% em 12 meses.

Nos estados do Nordeste, os setores responsáveis pelo maior número de contratações foram a indústria de produção de alimentos e bebidas, a construção civil, o comércio varejista e os serviços relacionados ao turismo e os técnico-administrativos prestados a empresas, além do setor agrícola.

Os 204.310 postos de trabalho formal registrados em todos os estados nordestinos em 2007 representam crescimento de 22,4% em relação ao ano anterior, ou seja, aumento de 38 mil postos com carteira assinada.

Está prevista para este ano a criação de um Centro de Formação do Trabalhador na Região Nordeste. O objetivo é qualificar profissionais segundo os moldes do Centro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que já existe na cidade italiana de Turim.

No âmbito nacional, assim como para a Região, o destaque ficou por conta da construção civil, setor em que o estoque de empregos cresceu 16,4%, em 12 meses, nacionalmente. Isso se

deve muito à atuação do governo para fomentar o setor. O orçamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para financiamentos imobiliários em 2008 é recorde: R\$ 17 bilhões. Em 2007, uma série de medidas foram tomadas pelo Conselho Curador do FGTS, presidido pelo ministro do Trabalho e Emprego, para facilitar o financiamento da casa própria.

Uma característica nacional e regional que vale destacar é que, no setor agrícola, devido à sazonalidade da produção, especialmente no ramo sucroalcooleiro, são comuns altos níveis de contratações e desligamentos no período de 12 meses, o que faz com que as contratações sejam significativas, mas o saldo do período seja baixo, ou mesmo negativo. Nesse sentido, apenas os estados do Maranhão e Bahia não apresentaram queda do emprego formal no setor agrícola no primeiro bimestre do ano. O recuo do emprego foi maior na Paraíba (22,6%).

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará a produção física industrial cresceu 5,5%, 1,5% e 0,5%, respectivamente, no período de 12 meses,

enquanto no Brasil cresceu 6,3% no mesmo período, com destaque para Minas Gerais (9%).

Já por meio da Pesquisa Mensal do Comércio – PMC, também do IBGE, que indica o volume de vendas no comércio varejista para todos os estados do Nordeste, os destaques foram Alagoas (16,7%), Maranhão (14%), Ceará (10,3%) e Pernambuco (10,3%), contra um crescimento nacional de 10%. Observa-se, portanto, que o Estado de Pernambuco vem apresentando bons números de produção e comércio, com reflexo no emprego.

Por fim, vale observar o comportamento do rendimento na região Nordeste, segundo a PME e a PIMES, com referência a fevereiro de 2008. Segundo a PME, o rendimento médio real estimado, R\$ 1.059,92, apresentou alta de 1,1%, em 12 meses, no conjunto das seis regiões metropolitanas do Brasil pesquisadas. Na RM de Recife, R\$ 700,48, a alta foi de 1,8%. Na RM de Salvador, R\$ 832,10, alta de 9,4% (Gráfico 25). Segundo a PIMES, que considera os salários pagos na indústria, os valores reais médios cresceram no Ceará (3,2%), em Pernambuco (6,8%) e na Bahia (9,3%). O crescimento nacional foi de 4,3%.

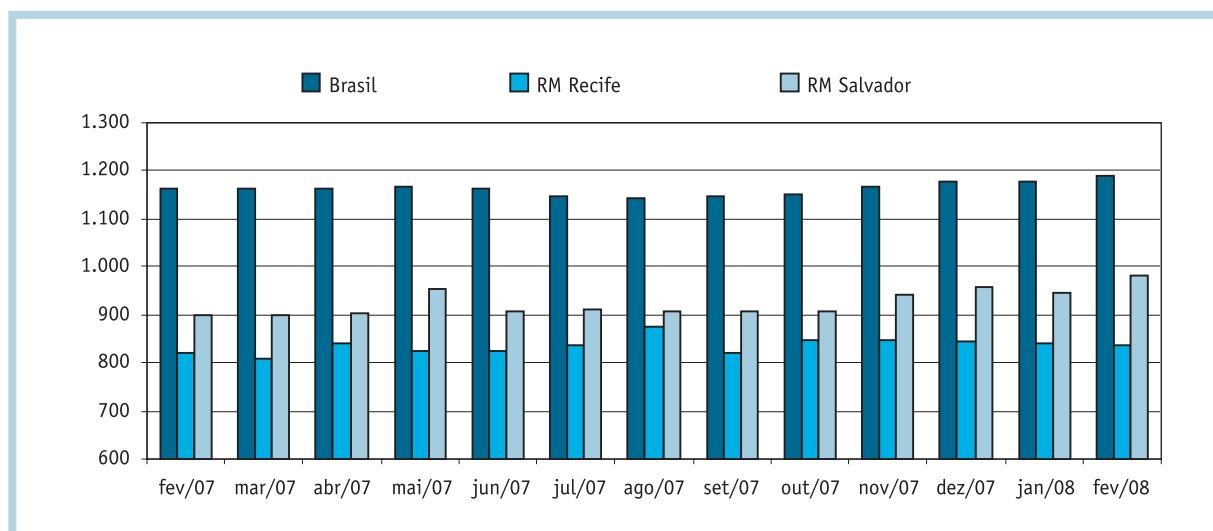


Gráfico 25 - Rendimento Real Habitual Médio (em R\$)

Fonte: (IBGE, 2008d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Revisão da projeção para o PIB. Relatório de Inflação, 23 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2008/03/ri200803b3p.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2008.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2008a.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação anual de informações sociais. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em: 28 mar. 2008b.
- IBGE. Pesquisa industrial mensal de emprego e salário, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/default.shtm>>. Acesso em: 28 mar. 2008a.
- _____. Pesquisa industrial mensal de produção física, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>>. Acesso em: 01 abr. 2008b.
- _____. Pesquisa mensal do comércio, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 28 mar. 2008c.
- _____. Pesquisa mensal de emprego. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 28 mar. 2008d.
- _____. Pesquisa nacional por amostragem de domicílio: 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: 28 mar. 2008e.
- IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho. Ocupação e desemprego em Fortaleza: fevereiro 2008. Disponível em: <<http://www.idt.org.br/institucional.asp#>>. Acesso em: 28 mar. 2008.
- IPEA. Carta de Conjuntura, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 31 mar. 2008.

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Balança Comercial Brasileira

As exportações brasileiras totalizaram US\$ 12,8 bilhões em fevereiro deste ano, valor recorde para meses de fevereiro, representando incremento de 26,4% em comparação com igual período de 2007. Já em relação às exportações de janeiro, houve decréscimo de 3,6%.

As importações somaram US\$ 11,9 bilhões em fevereiro, com expressiva elevação de 68,4% na comparação com fevereiro de 2007, e recuo de 3,4% com relação às importações de janeiro.

Dessa forma, a corrente de comércio (exportações mais importações) alcançou US\$ 24,7 bilhões, recorde para meses de fevereiro e que corresponde a aumento de 42,3% com relação à corrente de comércio de fevereiro do ano anterior. Por outro lado, na comparação com janeiro, houve decréscimo de 3,5%. No acumulado do primeiro bimestre deste ano, a corrente de comércio somou US\$ 50,3 bilhões, representando incremento de 36,7% sobre o primeiro bimestre de 2007 (Gráfico 26).

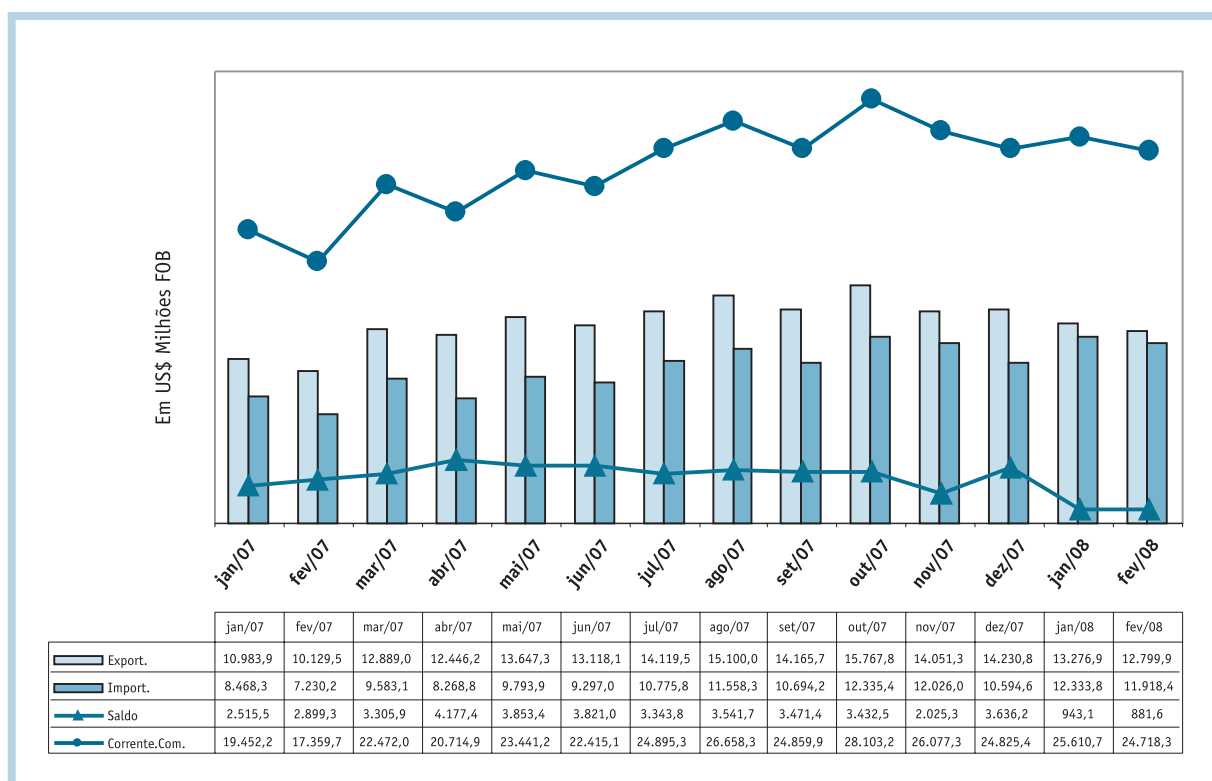


Gráfico 26 - Brasil. Balança Comercial Mensal (Jan./07 a Fev./08)

Fonte: (BRASIL, 2008b).

Já o saldo da balança comercial (exportações menos importações) foi de US\$ 0,9 bilhão, em fevereiro de 2008, contra US\$ 2,9 bilhões registrados no mesmo mês do ano anterior — queda de 69,6%. No mês, o saldo comercial apresentou queda de 6,5% com relação a janeiro. No acumulado dos dois primeiros meses de 2008, o saldo comercial soma US\$ 1,8 bilhão, evidenciando queda de 66,3% com relação aos dois primeiros meses de 2007.

O resultado cada vez mais fraco do comércio exterior fez o mercado financeiro revisar para baixo a projeção para a balança comercial deste ano. De acordo com o Focus - Relatório de Mercado (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b), divulgado em 04.04.08, analistas reduziram a aposta de superávit em 2008 de US\$ 29 bilhões para US\$ 26,1 bilhões. A tendência de queda também foi vista no cenário para 2009: a projeção do saldo caiu de US\$ 23,2 bilhões para US\$ 20 bilhões.

Preocupado com a deterioração do saldo da balança comercial nos dois primeiros meses do ano, o governo implementou em março pacote de medidas para estimular as exportações e frear o ritmo de crescimento das importações. Entre as medidas estão: cobrança de 1,5% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) no ingresso de investimentos estrangeiros em renda fixa, como títulos públicos; isenção de IOF nas operações de câmbio dos exportadores; e autorização que toda receita com vendas externas dos exportadores possa ser deixada fora do País (antes 70% das receitas tinham que ser internalizadas). Com as medidas, o governo busca reduzir a entrada de capital externo de curto prazo no País e assim tentar atenuar a tendência declinante do dólar frente ao real.

Ademais, ainda em abril deste ano, deve ser divulgada pelo governo a nova política industrial, que beneficiará 24 segmentos da indústria nacional, organizada em torno de quatro grandes

metas a serem atingidas até 2010: 1) aumentar a taxa de investimentos da economia (medida pela Formação Bruta de Capital Fixo) para R\$ 604 bilhões, ou 21% do PIB; 2) elevar o gasto privado em pesquisa e desenvolvimento para 0,65% do PIB ou R\$ 18,2 bilhões; 3) aumentar em 10% o número de pequenas e microempresas exportadoras; 4) elevar a participação do Brasil no comércio mundial de 1,15% (2006) para 1,25%, o que equivaleria a vendas externas de R\$ 208,8 bilhões. Para tanto, as exportações precisarão crescer a 11% ao ano (OTTA, 2008).

A nova política industrial, chamada de “Política de Desenvolvimento Produtivo”, prevê investimento de R\$ 251,6 bilhões, até 2010, dividindo os setores em três tipos de abordagem (CRISTIANO, 2008). No primeiro grupo, estão os “programas para consolidar e expandir a liderança” de setores onde o Brasil já é forte do ponto de vista internacional: papel e celulose, mineração, petroquímico, siderurgia, carne e aeronáutico. Esses setores deverão estar entre os primeiros no *ranking* dos exportadores mundiais; ou seja, o Brasil deverá se colocar ou se manter entre os cinco maiores exportadores mundiais nesses seis setores.

No segundo grupo estão os “programas para fortalecer a competitividade”, ou seja, para ajudar os setores da economia brasileira com potencial de desenvolvimento e crescimento no mercado mundial: complexo automotivo; têxtil e confecções; madeira e móveis; construção civil; complexo de serviços; plásticos; higiene e perfumaria; indústria naval e de cabotagem; couro, calçados e artefatos; agroindústria; bens de capital sob encomenda; e bens de capital seriado. Há ainda o terceiro grupo, “mobilizadores em áreas estratégicas”, englobando seis setores cujo desenvolvimento é considerado estratégico para o País: complexo saúde, energia, tecnologias da informação e comunicação, indústria da defesa, nanotecnologia e biotecnologia.

Assim, a política industrial do governo visa colocar as empresas e sistemas produtivos brasileiros entre os cinco “*players*” mundiais, além de fortalecer os fabricantes nacionais e reduzir a dependência externa, diminuindo o déficit comercial verificado em alguns setores.

Ressalte-se a greve dos auditores fiscais da Receita Federal, iniciada em março, que vem prejudicando as atividades relacionadas com o comércio exterior. Segundo a assessoria técnica da NTC & Logística, os prejuízos já alcançam cerca de US\$ 2,25 milhões em despesas para as transportadoras (EMPRESAS..., 2008).

O impacto da paralisação é mais grave nas importações, que estão mais sujeitas à fiscalização do que as exportações. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, as importações recuaram 13% nas duas primeiras semanas de abril em relação a março, pelo critério da média diária. Na mesma base de comparação, as exportações cresceram apenas 0,5%.

Conforme cálculos do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Amazonas (GREVE..., 2008), são 440 dias de prejuízos apenas nos três últimos anos, computando-se a greve dos auditores fiscais e as greves dos fiscais do Ministério da Agricultura e dos funcionários dos Correios.

5.1.1 - Exportações

No acumulado de janeiro a fevereiro deste ano, as exportações brasileiras somaram US\$ 26,1 bilhões, recorde histórico para os dois primeiros meses do ano. Sobre iguais meses de 2007, as exportações cresceram 23,5%.

De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o desempenho das exportações nesse período deveu-se, fundamentalmente, ao crescimento de 21,2% nos preços, a despeito da elevação de 2% no *quantum* exportado. O desempenho observado no primeiro bimestre deste ano, com fraco crescimento do volume exportado, dá continuidade à tendência que se acentuou a partir do fim de 2005.

A análise dos índices de preços por classe de produtos revela que os produtos básicos apresentaram o melhor desempenho, com significativo aumento de 35,3%. Os preços de exportação dos semimanufaturados tiveram elevação de 16,1%, e os dos manufaturados cresceram 7,5%.

Quanto às quantidades exportadas, as maiores altas foram registradas pelos produtos manufaturados (5%), seguidos dos semimanufaturados (4,6%). Por outro lado, os produtos básicos tiveram redução de 5,5% do *quantum* exportado (Tabela 44).

No acumulado janeiro-fevereiro deste ano, as três categorias de produtos registraram incrementos nas exportações: básicos (27,6%); semima-

Tabela 44 - Brasil. Variação (%) dos Índices de Preço e Quantum das Exportações (Jan./Fev. 2008/2007)

	Preço	Quantum
Exportação Total	21,2	2,0
Básicos	35,3	-5,5
Semimanufaturados	16,1	4,6
Manufaturados	13,8	5,0

Fonte: (FUNCEX, 2008a). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

nufaturados (21,4%); e manufaturados (19,9%). No que tange à participação relativa, apenas os produtos básicos aumentaram sua presença nas exportações totais nacionais, passando de 28,9% no período jan.-fev./07, para 29,9% em jan.-fev./08 (Tabela 45).

Entre os produtos básicos, ressaltam-se os incrementos nas exportações de: minérios de manganês e seus concentrados (488,5%); bovinos vivos (245,7%); algodão em bruto (115,7%); minérios de cobre e seus concentrados (70,5%); carne de frango congelada (61,6%); caulim e outras argilas caulínicas (49,2%); tripas e buchos de animais (46,8%); farelo e resíduos da extração de óleo de soja (42,2%); e milho em grãos (40,1%). O destaque negativo fica por conta de minérios de alumínio e seus concentrados (-6,6%).

Com o agravamento da crise externa em decorrência da crise americana, uma queda dos preços de *commodities* é o maior risco para o Brasil, assim como para a América Latina de forma geral (LAMUCCI, 2008). Em desacelerações globais anteriores, os preços desses produtos caíram 35% a 40%. No caso da América Latina, as exportações de *commodities* respondem por 10% do PIB e 40% das receitas de exportação. Segundo a Cepal, tirando o México, 72,9% das exportações latino-americanas são de produtos primários. Portanto, se os preços de *commodities* se mantiverem nos elevadíssimos patamares atuais, a região não deverá enfrentar grandes problemas. Por outro lado,

já se fala numa possível bolha especulativa no mercado de *commodities*. Uma vez que há forte queda dos preços de ativos em outros mercados, muitos investidores têm buscado outras opções, notadamente, os contratos desses produtos, reforçando a tendência de valorização de *commodities*, a exemplo de café, trigo, soja, minérios e outros produtos básicos.

Na pauta de exportações dos semimanufaturados, sublinham-se os desempenhos nas vendas externas de: óleo de soja em bruto (358,4%); ferro-ligas (104,5%); borracha sintética e artificial (62,8%); produtos semimanufaturados de ferro ou aço (46,8%); ferro fundido bruto (44,8%); manteiga, gordura e óleo de cacau (41,5%); e pastas químicas de madeira (37,1%). Em contrapartida, alguns semimanufaturados apresentaram desempenho negativo: zinco em bruto (-37,3%); açúcar de cana em bruto (-34,1%); mates de níquel (-32,1%); e alumínio em bruto (-29,7%).

As exportações de minérios de ferro são responsáveis por 70% dos embarques de *commodities* minerais do Brasil. Segundo projeções, as receitas obtidas com os embarques desse produto devem aumentar 61% em relação a 2007 (MINÉRIO..., 2008a). Segundo a Vale do Rio Doce, diferentemente da instabilidade que vem afetando muitas *commodities*, o minério de ferro revela-se imune a esse processo, tendo reajustado seu preço entre 65% e 87%, fazendo com que a receita obtida com a venda do produto seja

Tabela 45 - Brasil: Exportação por Fator Agregado, em US\$ Milhões FOB (Jan/Fev - 2008/2007)

Exportações	Jan.- Fev./08	Jan.- Fev./07	Var.% 2008/2007	Part. %	
				2008	2007
Básicos	7.784	6.099	27,6	29,9	28,9
Industrializados	17.494	14.551	20,2	67,1	68,9
Semimanufaturados	3.941	3.246	21,4	15,1	15,4
Manufaturados	13.553	11.305	19,9	52,0	53,5
Operações Especiais	799	463	72,6	3,1	2,2
Total	26.077	21.113	23,5	100,0	100,0

Fonte: (SECEX; MDIC, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

fixa (BARROS, 2008). O Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) também aguarda aumentos expressivos na extração de zinco e níquel, o que deve deixar o Brasil em situação mais confortável nesses produtos. Para este ano, o déficit de zinco deve chegar a US\$ 250 milhões, praticamente o mesmo valor de 2007. Para o mercado do níquel, a previsão é superávit de US\$ 420 milhões. No ano passado, o Brasil teve 3% de participação no mercado mundial de níquel. Para 2008, a expectativa é de 11%, atrás apenas da Austrália (14%) e da Rússia (12%).

O *boom* mineral deve se estender até 2010 (MINÉRIO..., 2008a). Do começo da década até fevereiro deste ano, a cotação do ferro subiu 374%; do cobre, 440%, do níquel, 372%; do chumbo, 480%; e do zinco, 178%. O dinamismo das maiores economias emergentes, como China e Índia, tem compensado parcialmente o efeito da contração do crescimento das economias desenvolvidas (EUA, Europa e Japão).

O cenário para as exportações do açúcar continua baixista. O mercado internacional do açúcar passa por uma mudança significativa desde a safra 2007/08, com conseqüências diretas para o ciclo 2008/09, iniciado a partir de abril no Brasil. Países sem forte tradição na produção da *commodity* estão mais presentes neste segmento, caso da China, e da Índia (um importante produtor, que deverá se transformar em exportador). Países dependentes de importação, como a China e a Rússia, passaram a investir na produção local nos últimos anos. Dessa forma, esses países deverão recorrer aos seus próprios estoques de açúcar antes de decidirem importar. Apesar da recuperação dos preços do açúcar desde o início do ano, a tendência é que as cotações não tenham muito espaço para subir até pelo menos 2009 (CENÁRIO..., 2008).

Dentre os produtos manufaturados exportados sobressaíram-se: óleo de soja refinado (269,5%); óleos combustíveis (190,3%); madeira compensa-

da (64,4%); compostos de funções nitrogenadas (62,5%); café solúvel (62,2%); máquinas e aparelhos para uso agrícola, exceto trator (61,9%); aviões (59,7%); e tratores (49,2%). Entre os destaques negativos estão: produtos laminados planos de ferro ou aços (-32,6%); tubo de ferro fundido (-19,3%); açúcar refinado (-15,9%); aparelhos transmissores ou receptores e componentes (-12,7%); polímeros de etileno (-11,3%); obras de mármore e granito (-11%); alumínio em barras (-3,4%); e álcool etílico (-1,6%).

Todos os principais blocos econômicos ampliaram suas exportações, na comparação do acumulado dos dois primeiros meses de 2008, com o mesmo período de 2007, à exceção da Europa Oriental, que registrou retração de 4,3%. A maior variação ocorreu nas vendas externas brasileiras para o Mercosul (53,9%). Com esse resultado, a participação do bloco na pauta de exportações do Brasil passou de 9,8% para 12,2%. Destacam-se as exportações para a Argentina – principal parceiro comercial do Brasil dentro do Bloco e segundo maior comprador de produtos brasileiros –, que tiveram incremento de 53% no mesmo período, elevando sua participação relativa de 8,1% para 10,1% na pauta de exportações brasileiras.

A Ásia apresentou o segundo maior crescimento dentre as regiões compradoras de produtos brasileiros: 38,9%. A participação desse bloco nas vendas externas do Brasil teve aumento de 13,8% para 15,5%. A China, principal compradora de produtos brasileiros nessa região, ampliou suas compras de produtos do Brasil em 28%. Esse resultado deixa a China como o quarto principal comprador de produtos brasileiros no mundo, atrás apenas de Estados Unidos, Argentina e Países Baixos (Tabela 46).

As vendas do Brasil para a África registraram o terceiro melhor desempenho, com elevação de 28,8%. Já as exportações para a União Européia e para o Oriente Médio elevaram-se 17,7% e 15,9%,

Tabela 46 - Brasil. Exportação – Principais Blocos Econômicos. Jan./Fev. - 2008/2007 (Milhões FOB)

	Janeiro/Fevereiro		Var.% 2008/07	Part.%	
	2008	2007		2008	2007
União Européia	6.365	5.407	17,7	24,4	25,6
Aladi	6.139	4.784	28,3	23,5	22,7
- Mercosul	3.185	2.070	53,9	12,2	9,8
- Argentina	2.621	1.713	53,0	10,1	8,1
- Demais da ALADI	2.954	2.714	8,8	11,3	12,9
EUA*	3.924	3.558	10,3	15,0	16,9
Ásia	4.039	2.908	38,9	15,5	13,8
- China	1.414	1.105	28,0	5,4	5,2
África	1.365	1.060	28,8	5,2	5,0
Oriente Médio	1.056	911	15,9	4,0	4,3
Europa Oriental	599	626	-4,3	2,3	3,0
Demais	2.590	1.859	39,3	9,9	8,8
Total	26.077	21.113	20,5	100,0	100,0

Fonte: (SECEX; MDIC, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (*) Inclui Porto Rico.

respectivamente (apesar disso, ambos apresentaram queda de participação relativa na pauta exportadora brasileira). Para os países da Aladi (exceto Mercosul), observou-se variação positiva de 8,8% nas vendas externas. No entanto, houve queda de sua participação relativa, de 12,9% para 11,3%.

Segundo o relatório da balança comercial dos 27 países da União Européia, divulgado em março, o Brasil foi o país com o maior crescimento em exportações para o bloco em 2007 (20%), ficando na frente de grandes emergentes, como China (19%) e Índia (16%) (NINIO, 2008).

Por fim, as compras de produtos brasileiros pelos Estados Unidos apresentaram expansão de

10,3% entre janeiro e fevereiro de 2008, na comparação com igual período de 2007. Esse resultado levou a uma redução de participação nas exportações do Brasil, de 16,9% para 15%.

Todas as regiões brasileiras apresentaram expansão nas exportações no primeiro bimestre deste ano, na comparação com o mesmo período de 2007, destacando-se a região Centro-Oeste, com elevação de 54%. Em seguida aparecem: Sul (36,9%), Norte (23,7%), Sudeste (17,6%) e Nordeste (16,1%). Em termos absolutos, o Nordeste ficou em terceiro lugar, com vendas externas no valor de US\$ 2,3 bilhões, atrás das regiões Sudeste (US\$ 14,7 bilhões) e Sul (US\$ 5,5 bilhões).

5.1.2- Importações

No acumulado de janeiro a fevereiro deste ano, as importações brasileiras somaram US\$ 24,3 bilhões, valor recorde histórico para os dois primeiros meses do ano. Na comparação com o acumulado jan.-fev./07, houve incremento de 54,5%.

De acordo com a Funcex, as importações do País, nesse período, tiveram seu desempenho influenciado pela elevação de 30,7% do *quantum*, a despeito do crescimento de 18,1% dos preços dos produtos importados (Tabela 47).

Entre as categorias de uso, o melhor desempenho, em termos das quantidades importadas, foi dos bens de consumo duráveis, com expansão de 92,3%. Em seguida aparecem os bens de capital, com o segundo melhor desempenho: incremento de 53,9%. Os bens intermediários apresentaram elevação de 33,5% do *quantum* importado, ao passo que os bens de consumo não-duráveis tiveram o menor crescimento dentre as categorias (19,4%). No que tange à categoria combustíveis, houve recuo de 1,2% do *quantum* importado.

Por outro lado, com relação aos preços de importação, a categoria combustíveis apresentou o maior incremento entre todas (48,5%). Em seguida aparecem bens intermediários (14,5%), bens de consumo não-duráveis (13,2%) e bens de capital (8,5%). O menor incremento dos preços de importações foi registrado pela categoria bens de consumo duráveis (6,2%).

A análise das importações brasileiras, por categoria de uso, revela crescimento em todas as categorias, com três setores crescendo acima do total das importações (54,5%): bens de capital; bens de consumo duráveis; e matérias-primas e bens intermediários. Destaca-se a expansão de 78,7% das importações de bens de consumo duráveis – o melhor desempenho dentre todas as categorias, entre janeiro e fevereiro de 2008, na comparação com igual período de 2007 (Tabela 48).

Sublinha-se ainda o expressivo crescimento de 61,5% nas importações de bens de capital – o

segundo melhor desempenho –, a despeito da expansão de cerca de 15% da produção interna de bens de capital, tomando como base o resultado de janeiro. O dólar baixo tem incentivado as empresas brasileiras a substituírem a compra doméstica de bens de capital pela importação de máquinas e equipamentos. Trata-se de um sinal de que a indústria está em processo de forte ampliação da sua capacidade produtiva, o que é positivo para a preservação do controle da inflação. No entanto, apesar desse sinal positivo, há que se avaliar os riscos de um possível processo de substituição da produção doméstica por importações nesse setor.

Esses dados demonstram o forte aquecimento da demanda interna e a disposição do setor produtivo de expandir sua capacidade, refletindo o dinamismo do investimento e do consumo. O ritmo da economia brasileira, bem como a apreciação do real frente ao dólar, deverá manter aquecidas as importações, principalmente dessas duas categorias.

Em seguida aparecem as importações de matérias-primas e bens intermediários, e combustíveis e lubrificantes, que tiveram elevação de 56,8% e 40,9%, respectivamente. Por último, vêm as importações de bens de consumo não-duráveis, com incremento de 28,7%.

Verifica-se que, apesar de todas as categorias de produtos apresentarem crescimento das importações, em termos absolutos, as categorias

Tabela 47 - Brasil. Variação dos Índices de Preço e Quantum das Importações (Jan.- Fev. 2008/ 2007)

	Preço	Quantum
Importação Total	18,1	30,7
Bens de Capital	8,5	53,9
Intermediários	14,5	33,5
Bens de Consumo Duráveis	6,2	92,3
Bens de Consumo Não-Duráveis	13,2	19,4
Combustíveis	48,5	-1,2

Fonte: (FUNCEX, 2008b). Elaboração Própria.

Tabela 48 - Brasil. Importação por Categoria de Uso. Jan./Fev. - 2008/2007. (US\$ Milhões FOB)

	Janeiro/Fevereiro		Var.% 2008/07	Part. %	
	2008	2007		2008	2007
Bens de Capital	5.239	3.243	61,5	21,6	20,7
Matérias-primas e Intermediários	12.443	7.936	56,8	51,3	50,6
Bens de Consumo	2.995	1.983	51,0	12,3	12,6
- Não-duráveis	1.409	1.095	28,7	5,8	7,0
- Duráveis	1.587	888	78,7	6,5	5,7
. Automóveis	568	207	174,4	2,3	1,3
Combustíveis e Lubrificantes	3.574	2.536	40,9	14,7	16,2
- Petróleo	2.031	1.558	30,4	8,4	9,9
Total	24.252	15.699	54,5	100,0	100,0

Fonte: (SECEX; MDIC, (2008b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE de Conjuntura Econômica.

bens de consumo não-duráveis e combustíveis e lubrificantes reduziram sua participação relativa nas importações totais nacionais, comparando-se o acumulado do primeiro bimestre de 2008 com o mesmo período de 2007.

No que tange às importações de matérias-primas e intermediários, categoria mais relevante da pauta de importações nacional, respondendo por 51,3% das compras totais do País, os maiores crescimentos ocorreram nas importações de: alimentos para animais (130,8%); produtos alimentícios (121,7%); outras matérias-primas para agricultura (115,3%); acessórios de equipamentos de transporte (62,8%); e materiais de construção (56,4%).

Com relação às importações de bens de capital, segunda categoria com maior peso nas importações do Brasil, sublinham-se os desempenhos satisfatórios de: máquinas e ferramentas (275,6%); outros bens ou equipamentos para agricultura (157,4%); maquinaria industrial (82,3%); ferramentas (77,4%); e outros bens de capital (75,2%).

Em março do corrente ano, o governo reduziu as alíquotas da Tarifa Externa Comum²⁸ para 174 bens de capital que não têm produção nacional (VERÍSSIMO, 2008). O incentivo foi concedido principalmente para a importação de máquinas e equipamentos, bens de informática e telecomunicações, além de equipamentos de rádio digital (alíquotas reduzidas para 2%). As novas tarifas valem até 31 de dezembro de 2008.

Na categoria combustíveis e lubrificantes, resalta-se o aumento de 30,4% nas importações de petróleo em bruto, devido ao aumento de 52,1% nos preços, uma vez que houve redução das quantidades importadas desse produto. Em 10 de março deste ano, o barril do petróleo do tipo WTI, comercializado em Nova York, atingiu a maior cotação da história do indicador, fechando em US\$ 107,9 (MONTEIRO, 2008). Embora a Petrobras tenha anunciado em 2006 a conquista da auto-suficiência, o País continua a importar petróleo leve. Segundo a empresa, as compras de petróleo deverão diminuir nos próximos meses, por causa da entrada em operação de novas plataformas neste ano.

²⁸ É o imposto de importação aplicado sobre produtos importados de países de fora do Mercosul.

No rol das compras de bens de consumo duráveis, houve incremento das importações de: veículos automóveis de passageiros (174,4%); utensílios domésticos (67,9%); móveis e outros equipamentos para casa (63,9%); máquinas e aparelhos de uso doméstico (62,2%); e outros bens de consumo duráveis (47,4%).

Por fim, contribuíram para o crescimento das importações de bens de consumo não-duráveis as aquisições de: vestuários e outras confecções têxteis (53,5%); produtos alimentícios (50,6%); outros bens de consumo não-duráveis (36,4%); produtos de toucador (24,2%); e produtos farmacêuticos (7,4%).

Com relação às importações de produtos têxteis, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit) pretende negociar com os chineses uma renovação do acordo de restrição voluntária de exportação, que estabeleceu, em 2006, limites nas vendas de artigos têxteis chineses para o Brasil (JURGENFELD, 2008). A Associação defende a prorrogação do prazo, que vence em dezembro deste ano, e quer incluir novas categorias de produtos entre as oito já abrangidas. Em dezembro, na verdade, expira o acordo firmado pelo Brasil e outros países com a China na Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo qual foram criadas cotas de exportação para têxteis chineses e a possibilidade de conter essas exportações em casos de crescimento excessivo com a aplicação de salvaguardas.

Quanto os principais mercados fornecedores de produtos para o Brasil, verifica-se que houve incremento em todos os principais blocos econômicos no período de janeiro a fevereiro de 2008, na comparação com igual período de 2007: Europa Oriental (136,4%); Oriente Médio (99,1%); Mercosul (67,8%); Ásia, exclusive Oriente Médio (66,7%); União Européia (55,3%); ALADI, exclusive Mercosul (49,8%); Estados Unidos, inclusive

Porto Rico (38,1%); e África, exclusive Oriente Médio (23,2%).

Segundo o relatório da balança comercial dos 27 países da União Européia (NINIO, 2008), que traz o Brasil como o país que mais exportou para o bloco em 2007, o aquecimento da economia brasileira também colocou o País entre os três mercados que mais compraram do bloco: com alta de 20% em relação a 2006, as importações brasileiras só perderam para as da Rússia (23%) e da Índia (21%).

Analisando as importações de acordo com as regiões brasileiras, verifica-se que todas apresentaram elevação, no acumulado de jan.-fev./08, na comparação com igual acumulado de 2007. O maior incremento ocorreu nas importações da região Sul, 87,4%. Em seguida aparecem: Norte (60,2%), Nordeste (59,2%), Sudeste (44,4%) e Centro-Oeste (43,7%). Em termos absolutos, o Nordeste destaca-se como a terceira região que mais importou no período, com compras externas no valor de US\$ 2,3 bilhões, atrás das regiões Sudeste (US\$ 13,9 bilhões) e Sul (US\$ 5,3 bilhões).

Não há dúvidas de que a balança comercial brasileira passa por transformações que poderão levá-la ao ressurgimento de déficits setoriais. Analisando-se os dados da Funcex para as exportações e importações, verifica-se perda de dinamismo das exportações e extraordinário crescimento das importações, sobretudo de bens duráveis: enquanto as exportações totais apresentaram crescimento de apenas 2% do *quantum*, as importações registraram incremento de 30,7%, no primeiro bimestre deste ano. O bom desempenho da economia brasileira aliado ao real fortalecido deve manter aquecidas as importações em 2008, a despeito das medidas de contenção de valorização da moeda nacional anunciadas em março pelo Governo.

5.2 - Balança Comercial Nordestina

5.2.1 - Exportações

A análise do setor externo brasileiro entre 1996 e 2007 revela significativo crescimento das atividades de comércio exterior. As exportações (em valor) expandiram-se à taxa média anual de 11,6%, e as importações a 7,7%. A região nordestina, em particular, apresentou aumento um pouco maior: 11,7% a.a. nas exportações e 9,9% a.a. das importações. Cumpre ressaltar que a taxa de incremento das exportações mundiais entre 1996 e 2006 foi de 8,4%, o que coloca o comportamento das exportações brasileiras e nordestinas como mais dinâmico que a média mundial (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2008)

Até o ano 2000, ainda sob o efeito da valorização do real que se verificou na segunda metade da década de 1990, a balança comercial brasileira era deficitária. Para o Nordeste, o déficit comercial permaneceu até o ano de 2002. No período de 2002 a 2005, a economia nordestina apresentou forte expansão de suas exportações, com taxas superiores às nacionais, excetuando-se o ano de 2004. Em 2006 (10%) e 2007 (12,5%),

a economia nordestina registrou crescimento das exportações inferior ao nacional – este último em torno de 16% (Tabela 49).

A análise das exportações nordestinas, neste período de balança comercial superavitária, com relação aos setores de contas nacionais (bens de capital, intermediários, bens de consumo, combustíveis e lubrificantes e demais operações), revela o avanço da participação do segmento de bens intermediários. Estes passaram de 63,6% da pauta em 2002, para 69,2% em 2007, sendo que os insumos industriais atingiram 57,1% do total. Desta maneira, a região nordestina consolidou-se, em nível internacional, como produtora de bens intermediários.

Outro destaque qualitativo para as exportações do Nordeste foram as vendas de peças e acessórios de equipamentos de transporte. Em 2002, estas eram apenas 0,3% da pauta, atingindo, em 2007, 2,7%, em virtude da instalação da indústria automobilística baiana, em 2001.

Tabela 49 - Brasil e Nordeste. Comércio Exterior (2000 - 2007)

BRASIL				REGIÃO NORDESTE		
US\$ 1.000 FOB				US\$ 1.000 FOB		
	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações	Saldo
2000	55.118.920	55.850.663	-731.743	4.026.157	4.776.450	-750.293
2001	58.286.593	55.601.758	2.684.835	4.187.781	5.128.804	-941.023
2002	60.438.653	47.242.654	13.195.999	4.655.567	4.659.979	-4.412
2003	73.203.222	48.325.567	24.877.655	6.112.111	4.328.650	1.783.461
2004	96.677.497	62.835.616	33.841.882	8.043.285	5.510.521	2.532.764
2005	118.529.184	73.600.376	44.928.809	10.561.141	6.307.782	4.253.359
2006	137.807.470	91.350.841	46.456.629	11.629.126	8.854.754	2.774.372
2007	160.649.073	120.626.986	40.022.087	13.086.243	11.794.982	1.291.262

Fonte: (SECEX, (2008c).

Em termos de participação dos principais capítulos da NCM na pauta de exportações nordestinas, constata-se a presença de 13 grupos principais em 2007: produtos químicos orgânicos (9,1%); combustíveis, óleos e ceras minerais (7,7%); cobre e suas obras (7,1%); pastas de madeira ou outras matérias fibrosas (6%); veículos automóveis, tratores, ciclos (5,9%); ferro fundido, ferro e aço (5,6%); alumínio e suas obras (5,6%); frutas, cascas de cítricos e de melões (5,4%); açúcares e produtos de confeitaria (5,2%); plásticos e suas obras (3,6%); minérios, escórias e cinzas (3,5%); calçados, polainas e suas partes (3,5%) e sementes e frutos oleaginosos (3,4%) (Gráfico 27).

No que concerne ao destino das exportações nordestinas em 2007, estas foram direcionadas

preponderantemente para os países da União Européia (30,4%), seguidos pelos Estados Unidos²⁹ (21,7%), Ásia³⁰ (12,7%), Mercosul (10,2%) e ALADI – exclusive Mercosul (9,9%). Além dos Estados Unidos, destacaram-se como países isolados compradores de produtos nordestinos: Holanda (10,3%), Argentina (9,4%), China (7,1%), Itália (3,7%) e México (3,7%).

Quanto ao desempenho dos estados nordestinos, todos apresentaram elevação das suas exportações, à exceção de Alagoas (-4,1%), na comparação entre 2007 e 2006. Destaque para os estados de Sergipe (83,2%), Maranhão (27,1%), Piauí (20%) e Ceará (19,4%) que apresentaram as maiores taxas de crescimento relativamente a 2006. Com relação à participação dos estados

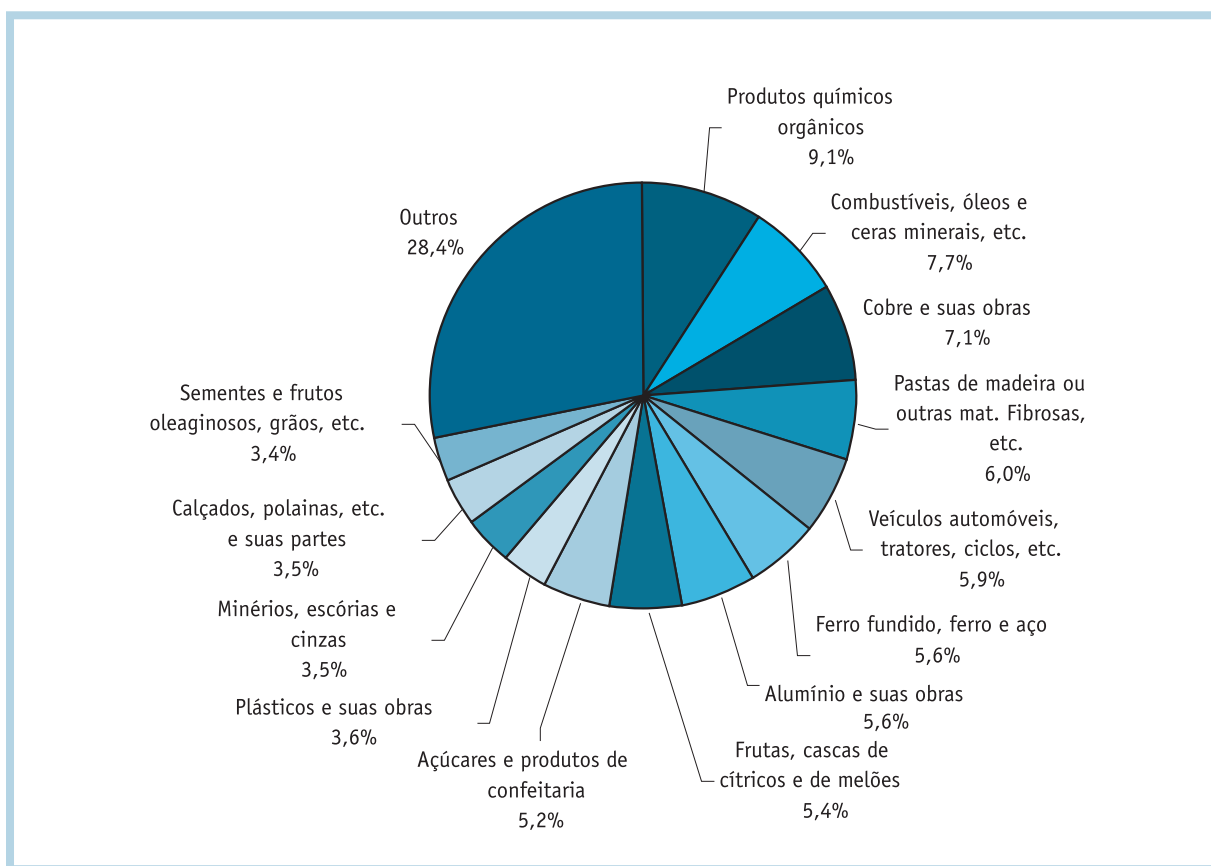


Gráfico 27 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

²⁹ Inclusive Porto Rico.

³⁰ Exclusive Oriente Médio.

no total exportado pelo Nordeste, contata-se que Maranhão, Ceará e Sergipe aumentaram suas participações, ao passo que Bahia, Alagoas e Rio Grande do Norte perderam posições relativas. Os demais estados da Região praticamente mantiveram suas participações (Gráfico 28).

A análise das exportações de cada estado mostra que a Bahia, detentora de cerca de um terço do PIB nordestino, respondeu, em 2007 por 56,6% (US\$ 7.408,7 milhões) do valor total exportado pela Região. Também é o estado que apresenta a pauta mais diversificada no Nordeste.

Dentre os principais capítulos exportados pela economia baiana, merece destaque o de produtos químicos orgânicos (US\$ 1.124 milhões), cujo valor exportado foi 26,7% superior ao montante de 2006. Do total de produtos químicos orgânicos exportados pelo Brasil em 2007, 42,2% foram de responsabilidade do Estado (Gráfico 29).

O capítulo de pastas de madeira e outras matérias fibrosas (US\$ 779,8 milhões) também apresentou forte expansão: incremento de 24% no valor exportado, comparativamente a 2006.

A exportação de cobre e suas obras (US\$ 932,2 milhões) foi favorecida pelo aumento de preços do minério. Este aumento deve permanecer em 2008, já que em março, em Londres, a tonelada do cobre ensaiava superar os US\$ 9.000 a tonelada métrica (MINÉRIO..., 2008b).

No que concerne ao comportamento descendente, cumpre registrar o declínio, tanto na quantidade quanto no valor exportado, de automóveis, que somaram US\$ 761,5 milhões em 2007, valor 17,2% inferior ao de 2006. Este segmento tem sido favorecido pelo mercado interno fortemente aquecido, que acaba por minorar o efeito da apreciação do real sobre as exportações.

O desempenho da indústria automobilística baiana e o comportamento das exportações de

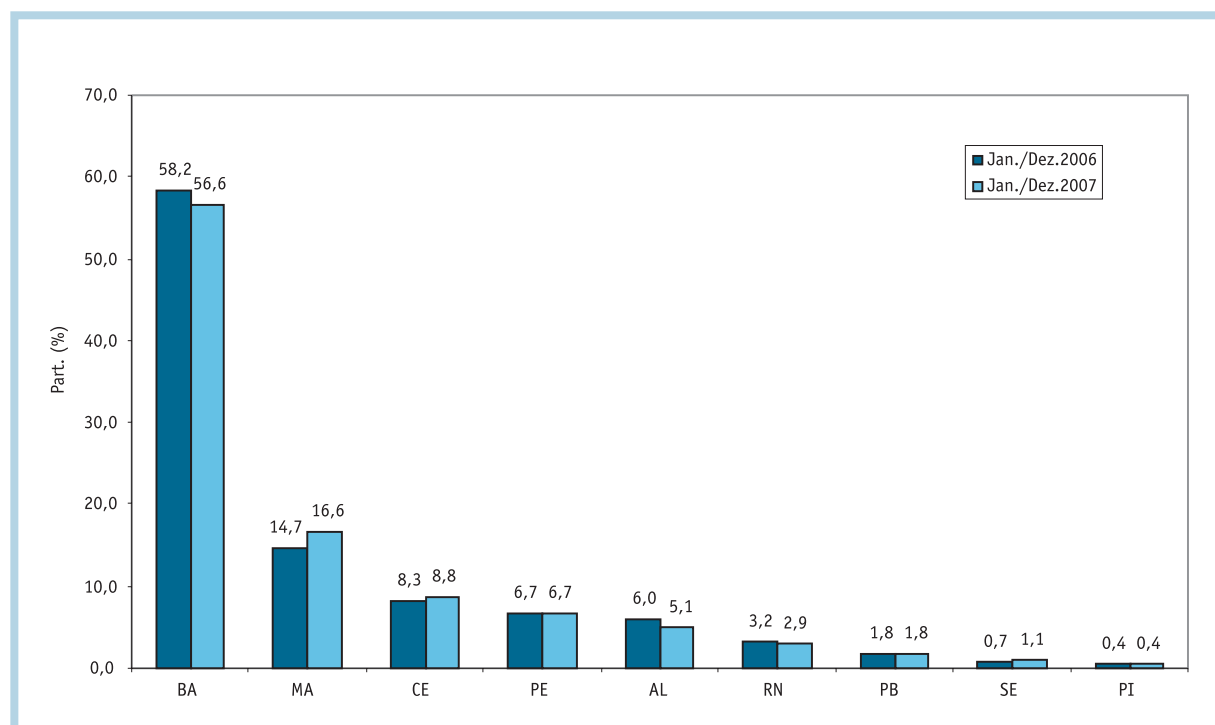


Gráfico 28 - Participação dos Estados na Pauta de Exportação da Região Nordeste (Jan./Dez. 2006/2007)

Fonte: (BRASIL, 2007). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

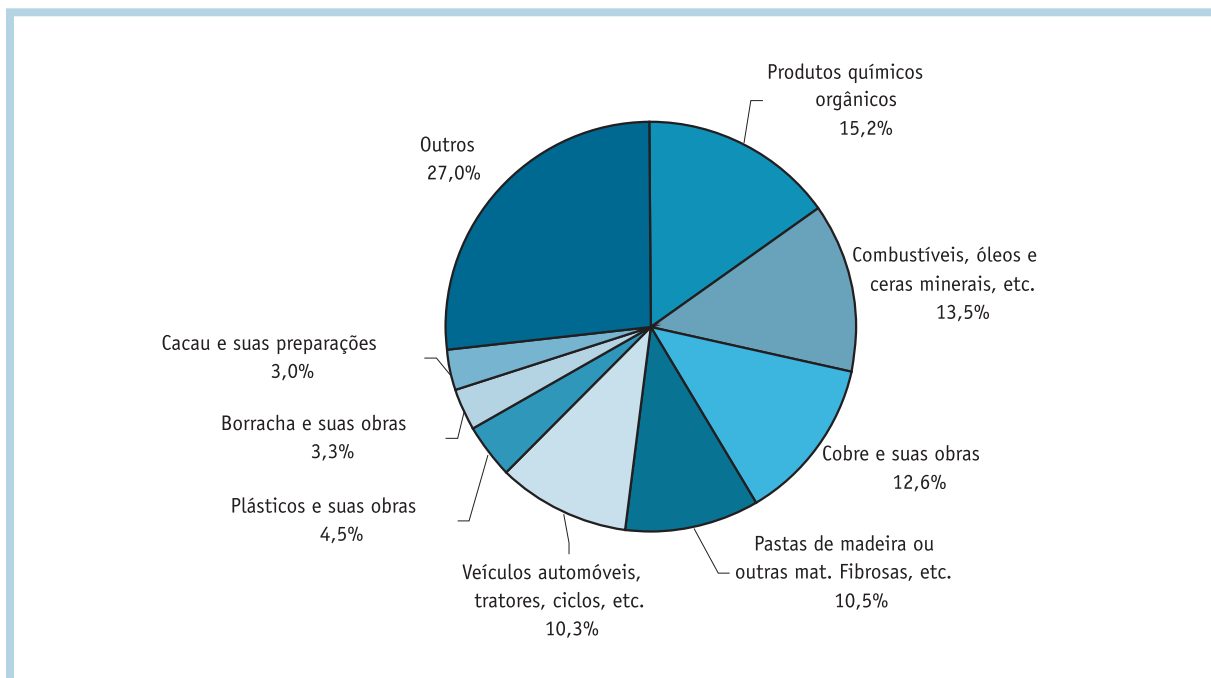


Gráfico 29 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

combustíveis (US\$ 1.003,7 milhões), que se reduziu em 8,7% relativamente a 2006, foram os maiores responsáveis pelo declínio da participação do Estado nas vendas internacionais do Nordeste.

No primeiro trimestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007, constata-se que as exportações baianas (US\$ 1.959,6 milhões) expandiram-se 26,4%. Os principais produtos exportados são os mesmos do ano de 2007, cumprindo destacar a expansão das exportações de *fuel oil* (120,5%) e de pasta química de madeira (81,6%), além do comportamento do valor exportado de automóveis, declinante em -9,7%.

O Estado do Maranhão, detentor do quarto maior produto interno bruto do Nordeste, é o segundo maior exportador (US\$ 2.177 milhões) do Nordeste. Nos últimos dois anos, expandiu sua participação na pauta de exportação nordestina de 14,7% em 2006 para 16,6% em 2007 (Gráfico 30).

As exportações maranhenses têm-se beneficiado tanto do aumento das quantidades vendidas, em especial de minérios (ferro e alumínio), como também da alta de preços dos produtos.

Alumínio e suas obras (US\$ 702,8 milhões) e ferro fundido, ferro e aço (US\$ 573,7 milhões) representaram 58,6% do valor exportado pelo Estado em 2007.

Para 2008, a tendência de alta de minérios permanece. Em março deste ano, o alumínio ultrapassou US\$ 3.200 a tonelada métrica, com problemas na extração da África do Sul e da China (MINÉRIO..., 2008b).

Levantamento do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), do Ministério de Minas e Energia, divulgado no começo do mês de março de 2008, mostra que a tonelada dos metais custava, em média, apenas US\$ 1.000 em 2002. Seis anos mais tarde, esse valor passou a US\$ 4.000.

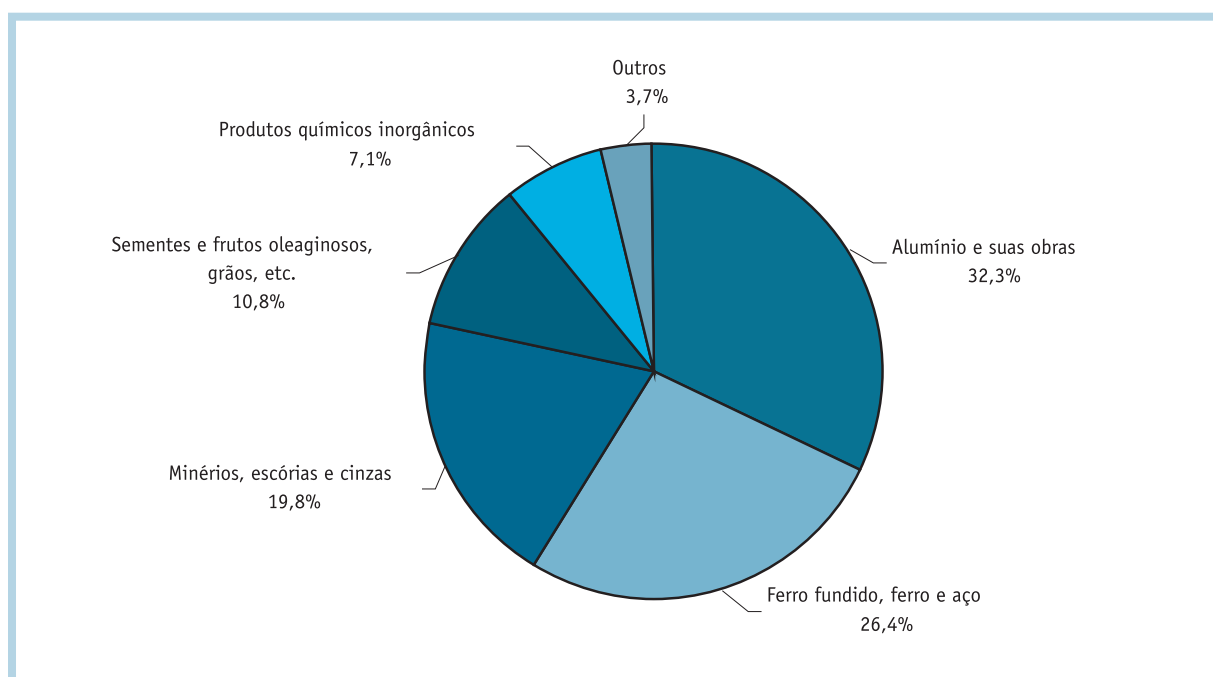


Gráfico 30 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Os três meses iniciais de 2008 revelam declínio das exportações maranhenses, comparativamente ao mesmo período de 2007 (-18,5%). Responsáveis diretos por este declínio foram as quedas

das exportações de ferro fundido bruto (-11,7%), minério de ferro não-ligado (-4,1%) e alumínio não-ligado em forma bruta (-57,7%).

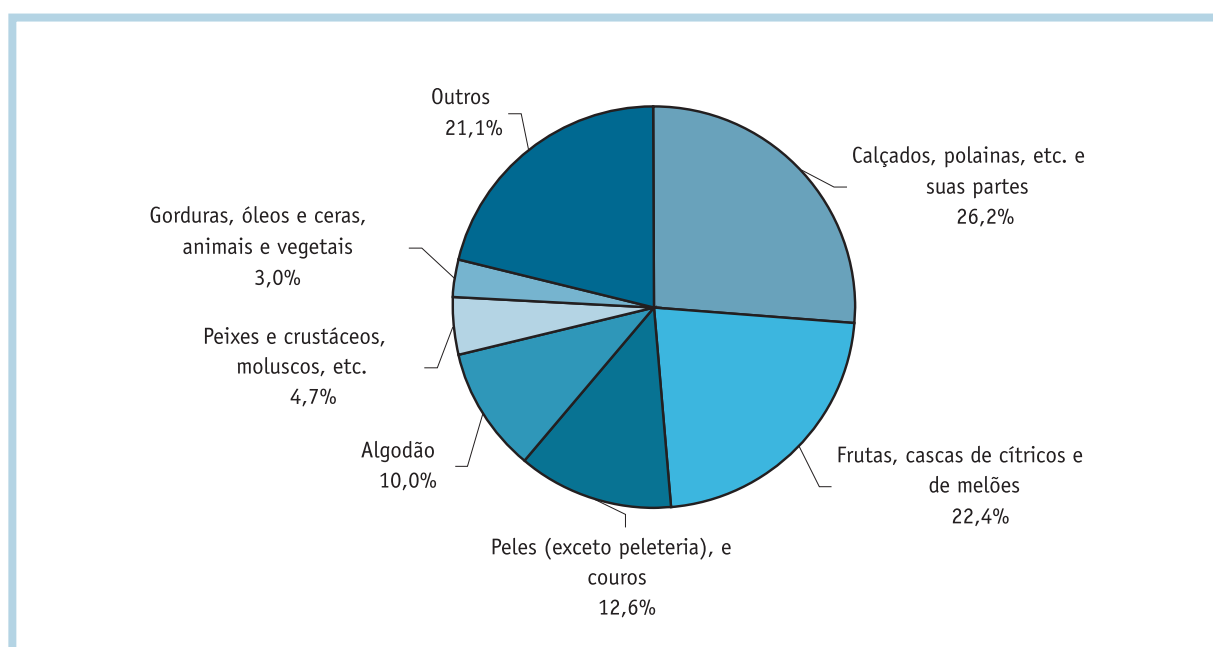


Gráfico 31 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

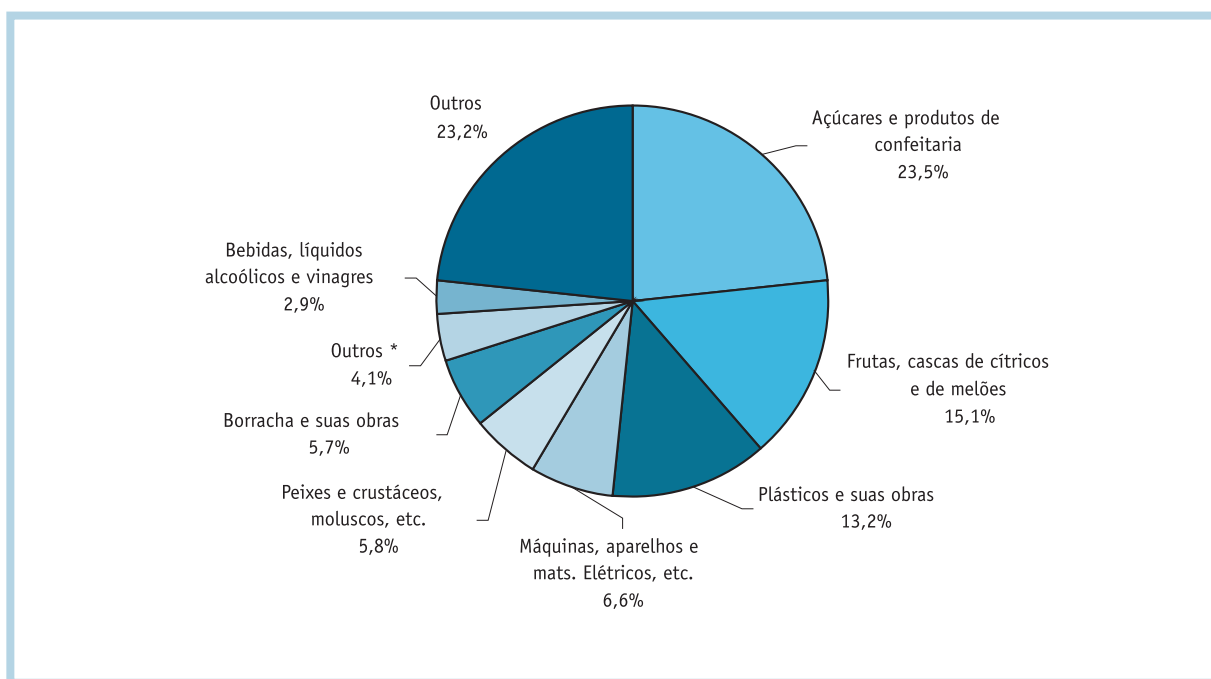


Gráfico 32 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: Outros* = Consumo de Bordo.

Em 2007, o Ceará exportou US\$ 1.148,3 milhões, expandindo as vendas externas em 19,4%, relativamente a 2006.

As exportações cearenses de calçados (26,2%) e frutas, cascas de cítricos e melões (38,5%) apresentaram as mais altas expansões na comparação 2007/06. A atividade calçadista já é responsável no Estado por mais de 48 mil empregos formais, sendo a exportação concentrada em sapatos de material sintético (Gráfico 31).

Dentre as frutas exportadas, destacam-se a castanha de caju (US\$ 180 milhões), os melões frescos (US\$ 41,9 milhões) e abacaxi (US\$ 15,8 milhões).

No primeiro trimestre de 2008, as exportações cearenses (US\$ 308,9 milhões) expandiram-se 16,7%, comparativamente aos três meses iniciais de 2007. Permanece como destaque a indústria calçadista, que somente em calçados de borracha vendeu US\$ 44,9 milhões, 55% a

mais que no primeiro trimestre de 2007. Também apresentaram forte crescimento, passando de 9,2 mil toneladas para 22 mil toneladas, as exportações de melões.

Em 2007, dentre os principais capítulos exportados pela economia pernambucana, plásticos e suas obras (US\$ 114,9 milhões) e frutas, cascas de cítricos e melões (US\$ 131,7 milhões) registraram os maiores incrementos, comparativamente ao ano anterior: 149,8% e 31,5%. O capítulo de açúcares manteve o valor exportado praticamente constante (US\$ 204,1 milhões), e foi o capítulo de maior participação na pauta pernambucana (cerca de 24,4% dos US\$ 870,5 milhões exportados por Pernambuco) (Gráfico 32).

Em 2008, de janeiro a março, Pernambuco exportou US\$ 221,9 milhões, representativos de 8% a mais que no mesmo período de 2007. A pauta é semelhante à de 2007, destacando-se as exportações de açúcares (US\$ 75,3 milhões) e borracha de butadieno (US\$ 15,2 milhões).

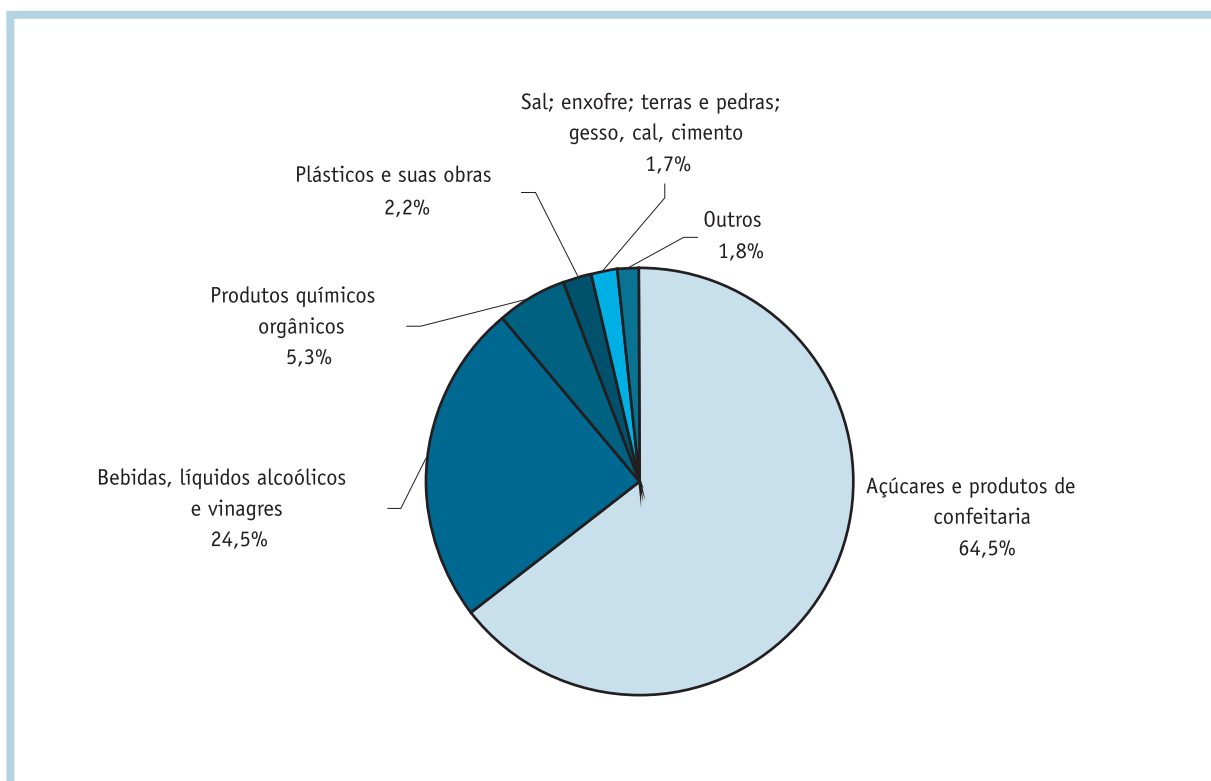


Gráfico 33 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Alagoas tem sua pauta de exportação concentrada em derivados de cana-de-açúcar. Em 2007, dos US\$ 663,7 milhões exportados, 89% pertencem ao capítulo açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 427,9 milhões) e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 162,5 milhões). O primeiro capítulo apresentou declínio de 17,8% comparativamente a 2006, ao passo que o segundo registrou crescimento de 38,8% (Gráfico 33).

Em 2008, nos três meses iniciais, Alagoas já exportou US\$ 279,4 milhões, representativos de decréscimo de 12,8%, relativamente ao mesmo período de 2007. Cumpre destacar o bom desempenho das exportações de álcool etílico, favorecidas pela ampliação do mercado de biocombustíveis mundial.

Em 2007, o Rio Grande do Norte exportou US\$ 380,1 milhões, representativos de aumento de 2,1%, relativamente a 2006. Dentre os capítulos

exportados mais representativos, cumpre destacar o de frutas, casca de cítricos e melões: US\$ 173,3 milhões e expansão de 19,9% na base de comparação 2007/06. O produto isolado de maior destaque foi melões frescos, com US\$ 85,1 milhões exportados (Gráfico 34).

Em 2008, no primeiro trimestre, melões frescos (US\$ 20,1 milhões) permanecem como o principal produto exportado pelo Rio Grande do Norte, cujas exportações somaram US\$ 94,9 milhões.

A Paraíba exportou US\$ 236,1 milhões em 2007, cifra 12,7% superior à registrada em 2006. O Estado tem sua pauta de exportações alicerçada na indústria têxtil, de confecções e de calçados. O capítulo outros artefatos têxteis confeccionados (US\$ 66,8 milhões), abrangendo produtos como roupas de toucador/cozinha, tecidos atalhados de algodão, artigos para acampamento de algodão, cobertores e mantas de algodão não-

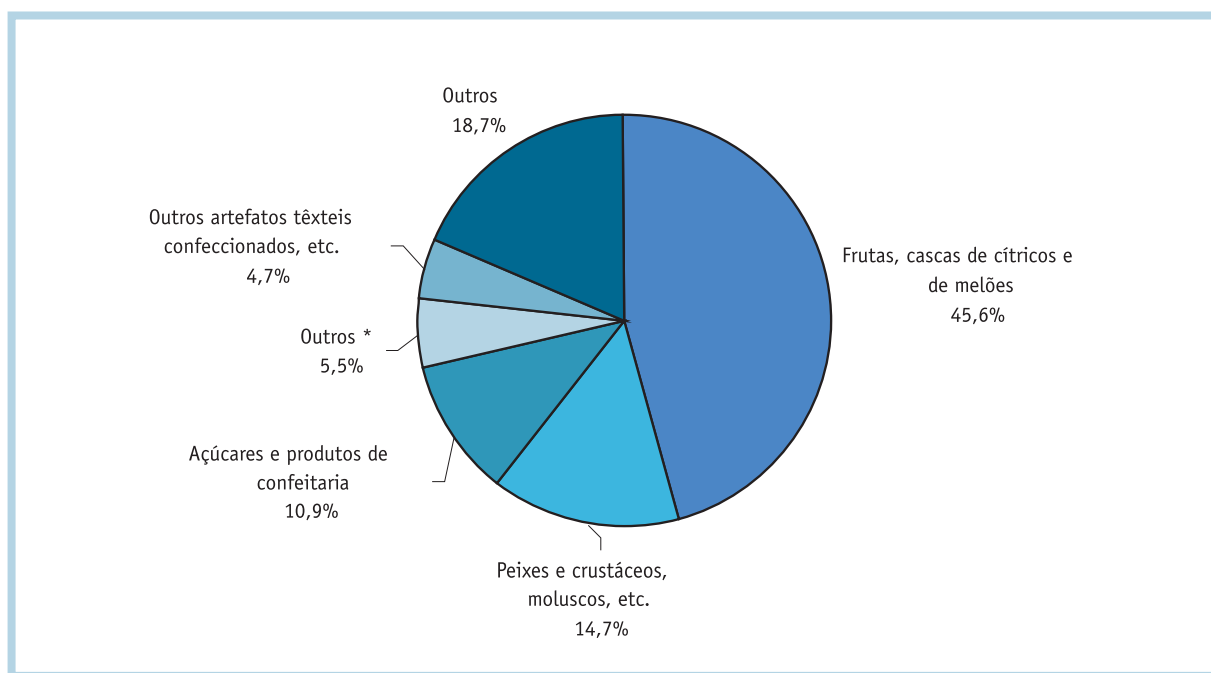


Gráfico 34 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: Outros* = Consumo de Bordo.

elétricos, registrou incremento de 30,1%, relativamente a 2006. O capítulo de calçados (US\$ 52,8 milhões) expandiu-se em 26%, sendo preponderante a exportação de calçados de borracha/plástico (Gráfico 35).

De janeiro a março de 2008, 29,3% da pauta foram vendas de calçados de borracha (US\$ 15,3 milhões), com significativo crescimento de 251,6%. Neste mesmo período, as exportações paraibanas somaram US\$ 52,2 milhões, valor 4,5% menor que o registrado nos mesmos meses de 2007.

Sergipe teve em 2007 exportações de US\$ 144,7 milhões, concentradas em dois produtos: sucos de laranja (US\$ 71,4 milhões) e cimento portland comum (US\$ 34,9 milhões). Ambos apresentaram expressivos incrementos de 122,3% e 154,7%, respectivamente, o que contribuiu para o aumento de participação do Estado nas exportações nordestinas, de 0,7% para 1,1% (Gráfico 36).

De janeiro a março de 2008, Sergipe exportou US\$ 34,7 milhões, representativos de decréscimo de 4,6%, comparativamente ao mesmo período de 2007.

O Estado do Piauí apresenta o menor PIB dentre os estados nordestinos e a menor participação (0,4%) nas exportações da Região. Suas exportações somaram US\$ 56,6 milhões em 2007, valor 20% superior ao registrado em 2006. A cera de carnaúba foi o principal produto exportado (US\$ 27,2 milhões), tendo apresentado incremento de 67%, comparativamente a 2006 (ALVES, 2008) e (Gráfico 37).

Em 2008, no primeiro trimestre, as exportações piauienses somaram (US\$ 14,4 milhões), permanecendo a cera de carnaúba (US\$ 9,3 milhões) como produto mais representativo na pauta, expandindo-se 4,4% relativamente ao mesmo intervalo de 2007.

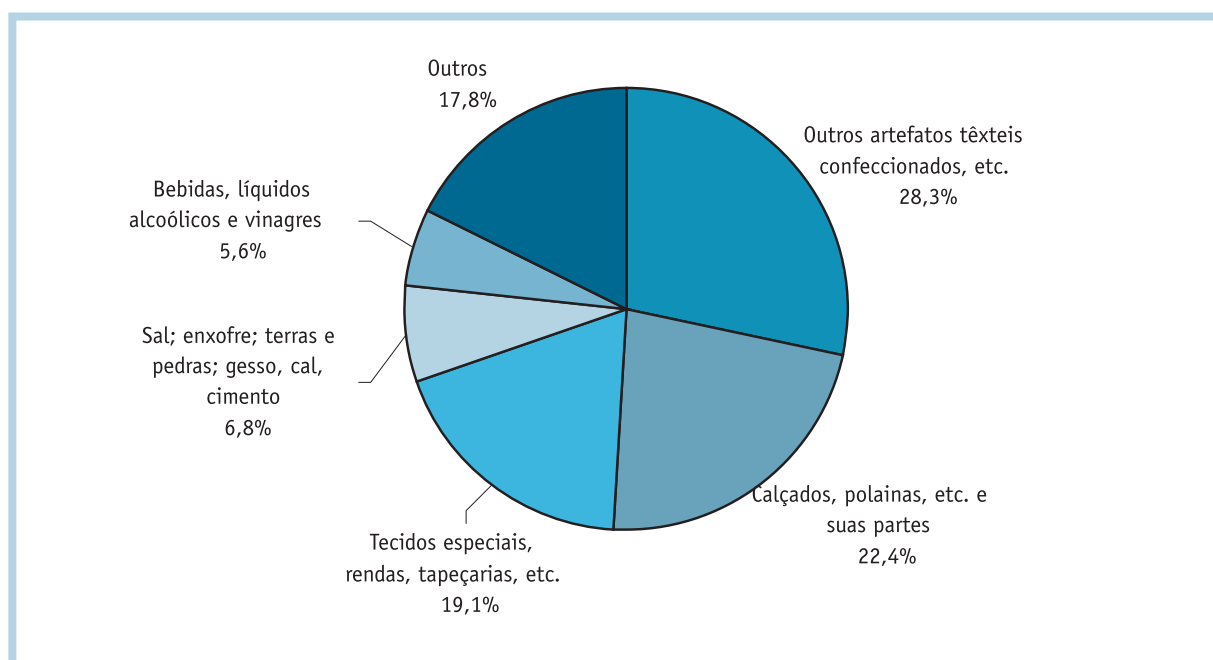


Gráfico 35 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Durante o primeiro trimestre de 2008, as exportações nordestinas como um todo (US\$ 3.372,5 milhões) registraram expansão de 10,9%, com-

parativamente ao mesmo período de 2007. Este crescimento revela a continuidade do comportamento da economia do Nordeste, em que as taxas

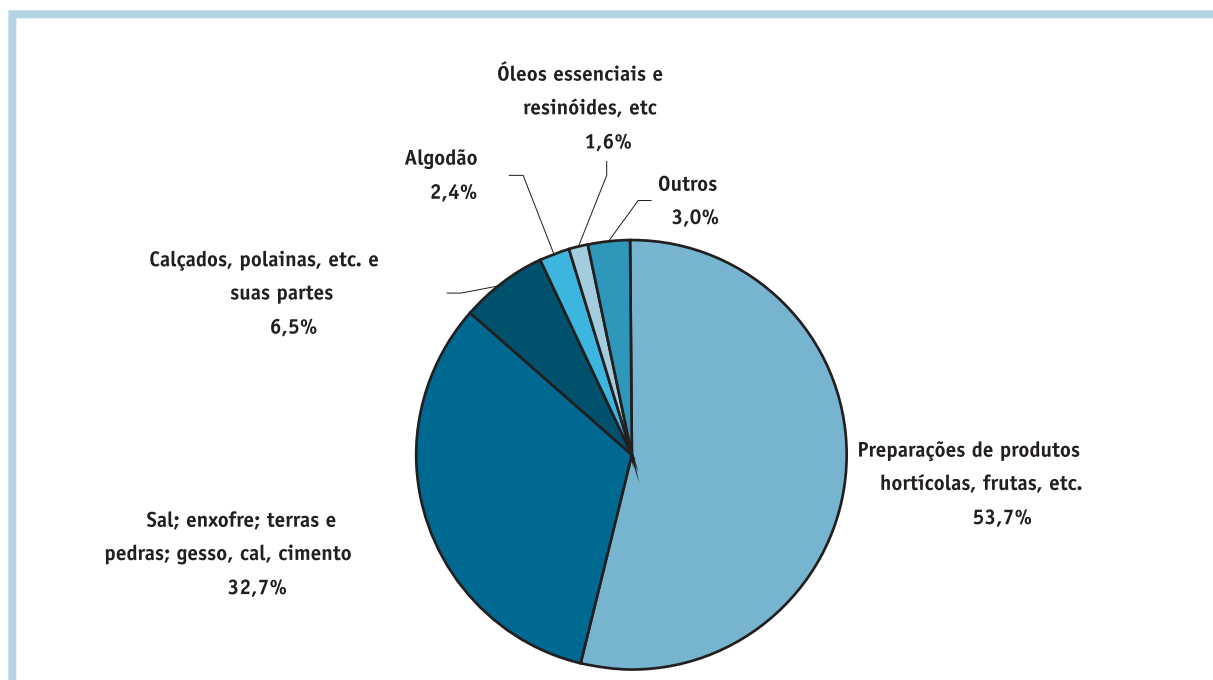


Gráfico 36 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

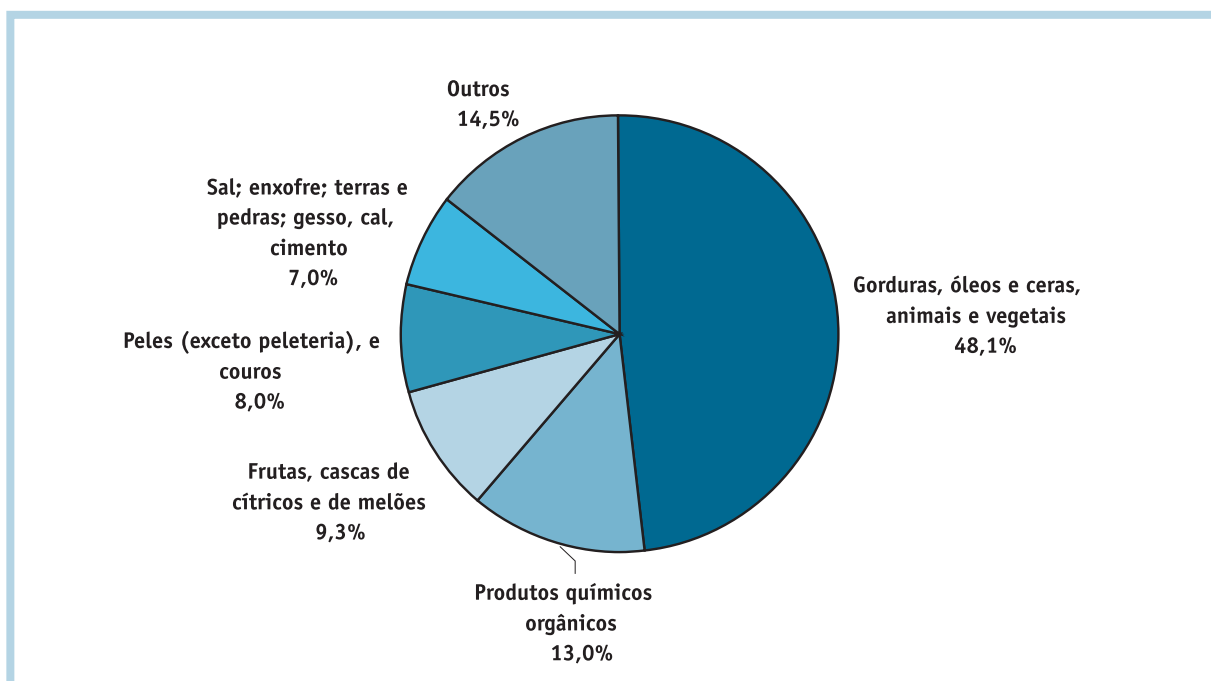


Gráfico 37 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí (Jan./Dez. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

de aumento das vendas externas têm sido inferiores às nacionais (13,8%). Os principais produtos exportados no período foram: *fuel oil* (US\$ 342,5 milhões), pasta química de madeira (US\$ 268,9 milhões), catodos de cobre refinado (US\$ 202,9 milhões), açúcar de cana, em bruto (US\$ 163,6 milhões), automóveis (US\$ 127,3 milhões), ferro fundido bruto não-ligado (US\$ 126,1 milhões), outros açúcares de cana (US\$ 126 milhões), minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (US\$ 93,7 milhões), álcool etílico n/desnaturado (US\$ 86,4 milhões), ligas de alumínio em forma bruta (US\$ 65,5 milhões), calçados de borracha/plástico (US\$ 65 milhões) e benzeno (US\$ 58,9 milhões), que conjuntamente responderam por 51,2% do total da pauta.

As perspectivas para o ano de 2008 são de permanência de altos preços para alguns dos principais produtos exportados pela economia nordestina, como açúcares e álcool, minérios de ferro e produtos químicos orgânicos.

No caso de açúcares e álcool, a demanda mundial por biocombustíveis, as barreiras para importação estabelecidas pelos EUA e o alto preço do petróleo permanecem como fatores de aumento de seus preços.

O preço do petróleo também implica elevação de seus produtos orgânicos derivados.

Já para minérios de ferro, a maior produtora do mundo, a Vale, acordou contratos em condições vantajosas com as principais siderúrgicas mundiais, como as japonesas Nisshin Steel, Kobe Steel, Sumitomo Metals e JFE Steel, a sul-coreana Posco, a alemã ThyssenKrupp, a italiana Ilva (VALE..., 2008) e a chinesa Baosteel.

O setor calçadista deve se expandir com base no declínio dos preços dos produtos exportados. Em 2008, Ceará, Paraíba e Bahia, os estados nordestinos onde se concentra a maior parte da indústria calçadista da Região, exportaram cerca de 30 milhões de pares de calçados, mais da metade (55%) do volume exportado pelo País.

Cumprer ressaltar que a maior parte foi de sintéticos (26,6 milhões de pares), somando US\$ 81 milhões. A indústria calçadista nordestina, em especial aquela voltada para a produção de cabedal de borracha ou plástico, tem apresentado incremento de produtividade e redução do preço final do produto exportado, alcançando no primeiro trimestre de 2008 o valor médio de US\$ 3,04 por par.

Na Bahia, este bom desempenho se reflete pela instalação de mais de dez fábricas em Itapetinga, previstas para este ano, alicerçadas em incentivos fiscais estaduais.

Cumprer ressaltar que o desempenho de calçados de couro tem enfrentado dificuldades no mercado exterior, inclusive com redução do volume exportado nos três meses iniciais de 2008, comparativamente ao mesmo período de 2007.

5.2.2 - Importações

Em 2007, a região Nordeste importou US\$ 11.789,6 milhões, valor 33% superior ao registrado em 2006. Os principais países de origem dos produtos importados foram Estados Unidos, com 11,1% do total da pauta, seguidos pela Argentina (11%), Chile (8,5%), China (7,3%), Índia (7,2%), México (5,3%), Argélia (4%), Rússia (2,9%), Alemanha (2,8%) e Holanda (2,3%).

Cumprer ressaltar o crescimento da participação dos produtos manufaturados na pauta de importação nordestina. De 1996 a 2007, os produtos manufaturados alcançaram 74,8% do total da pauta, em média. Em 2007, esta participação atingiu 77,8%.

A análise das importações sob a ótica das contas nacionais indica que, em 2007, 16,8% foram decorrentes de bens de capital, 43,4% de bens intermediários, 8% de bens de consumo e 31,8% de combustíveis e lubrificantes. Vale salientar que a parcela das importações destinadas a bens de capital tem-se reduzido nos últimos dois anos. Enquanto a média do período 1996/2007 atinge 18,5%, nos últimos dois anos este percentual tem se mantido no patamar de 16,5%. A produção industrial nordestina também apresentou menor expansão que a brasileira em 2007. Desta maneira, a menos que o Nordeste venha aumentando

sua compra interna de bens de capital, este pode ser indício de menor aquecimento do investimento na Região que na economia nacional.

No ano de 2008, durante o primeiro trimestre, o Nordeste importou US\$ 3.721 milhões, 46,8% a mais que no mesmo período de 2006. Constatase que o saldo da balança comercial neste período foi deficitário em US\$ 348,4 milhões. A importação de bens de capital representou um percentual ainda menor da pauta, cerca de 11,6%, não havendo demonstração de aquecimento significativo da atividade industrial em janeiro e fevereiro. Nos dois primeiros meses de 2008, a produção industrial nordestina (IBGE, 2008), relativamente a igual período de 2007, teve incremento de 7,7%, desempenho inferior ao da economia nacional (9,2%).

A apreciação da moeda nacional (acumulada em 15% nos últimos 12 meses) deve permanecer no ano de 2008, tendo em vista o recente ingresso do País no grupo de economias detentoras de grau de investimento, além da elevação da taxa de juros interna. Estes fatores devem assegurar o influxo de dólares, mantendo a moeda estrangeira depreciada e favorecendo o incremento das importações nordestinas em 2008.

5.3 - Balanço de Pagamentos

As informações do balanço de pagamentos para o primeiro bimestre de 2008 revelam um déficit de transações correntes de US\$ 6,3 bilhões (Tabela 50 e Gráfico 38), ante um superávit de US\$ 7 milhões no mesmo período do ano passado, reflexo do crescimento da economia brasileira em 2007 e do processo de valorização da taxa de câmbio.

O resultado negativo do bimestre deve-se, principalmente, ao expressivo crescimento das importações. O superávit da balança comercial brasileira foi de apenas US\$ 1,8 bilhão no acumulado dos dois primeiros meses do ano – queda de 66,3% em relação a idêntico período de 2007. Os números do primeiro bimestre mostram o forte diferencial entre as taxas de crescimento das exportações (24%) e das importações (54%).

O déficit em transações correntes também refletiu o acréscimo de 46,1% do déficit na conta serviços e rendas no acumulado do ano. Esse

aumento resultou da elevação de 39,4% das remessas líquidas de renda para o exterior. A maior contribuição para o déficit acumulado no primeiro bimestre de 2008 na conta rendas deve-se às remessas brutas de lucros e dividendos, que alcançaram US\$ 3,1 bilhões ante US\$ 1,5 bilhão no mesmo período do ano anterior – incremento de 106,7% (Tabela 51).

De acordo com o Banco Central, o setor automobilístico foi o que mais enviou lucros e dividendos no período (US\$ 865 milhões), seguido por serviços financeiros (US\$ 468 milhões) e metalurgia (US\$ 408 milhões). Esse três segmentos responderam por 56,1% do fluxo líquido de lucros e dividendos.

O processo de valorização da moeda nacional, ao aumentar os lucros das empresas em dólares, e a conjuntura favorável de crescimento econômico vêm estimulando o envio de lucros e dividendos para o exterior. Ademais, o expressivo aumento

Tabela 50 - Brasil – Balanço de Pagamentos – US\$ Milhões

Discriminação	2007*			2008*	
	Fev	Jan-Fev	Ano	Fev	Jan-Fev
Balança Comercial (FOB)	2.899	5.415	40.028	882	1.826
Serviços e Rendas	-2.813	-6.017	-42.597	-3.293	-8.794
Transações Correntes	376	7	1.461	-2.090	-6.322
Conta Capital e Financeira	9.630	15.786	89.155	3.959	11.511
Conta Capital ^{1/}	70	140	756	71	98
Conta Financeira	9.560	15.646	88.399	3.888	11.413
Erros e Omissões	-742	-951	-3.131	1.776	1.688
Variação de Reservas (- = Aumento)	-9.264	-14.841	-87.484	-3.645	-6.876
Resultado Global do Balanço	9.264	14.841	87.484	3.645	6.876
Transações Correntes/PIB (%)	-	0	0	-	-3
IED/PIB (%)	-	2	3	-	3

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

1/ Inclui transferências de patrimônio.

* Dados preliminares.

Tabela 51 – Renda de Investimento Direto – US\$ Milhões

Discriminação	2007*		2008*	
	Fev	Jan-Fev	Fev	Jan-Fev
Renda de Investimento Direto	-928	-1.424	-973	-3.036
Receitas	25	338	159	308
Despesas	953	1.762	1.133	3.345
Lucros e Dividendos	-838	-1.210	-990	-3.081
Receitas	19	329	13	37
Despesas	858	1.539	1.004	3.118
Juros de Empréstimos Intercompanhias	-90	-214	17	45
Receitas	6	9	146	272
Despesas	95	223	129	227

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

* Dados preliminares.

Nota: Lucros e Dividendos e Juros de Empréstimos Intercompanhias são um detalhamento da Renda de Investimento Direto.

do estoque de investimentos diretos estrangeiros no País contribui para o aumento dessas remessas. O crescimento importante de 26,3% dos dividendos pagos a estrangeiros que realizaram aplicações em ações também foi decisivo para esse resultado.

A conta serviços, por sua vez, assinalou um déficit de US\$ 2,6 bilhões no acumulado janeiro-fevereiro de 2008 – acréscimo de 64,3% em relação a período correspondente de 2007. O item aluguel de equipamentos foi o que mais contribuiu para esse déficit, atingindo o montante de US\$ 1 bilhão. A maior utilização de bens de capital de não-resi-

dentes reflete as fortes inversões que estão sendo realizadas, visando à ampliação e à modernização da capacidade produtiva do País.

O déficit em conta corrente está sendo financiado por um superávit na conta capital e financeira, com destaque para o substancial ingresso de investimento direto estrangeiro. No primeiro bimestre, foram registrados ingressos líquidos de investimentos diretos estrangeiros de US\$ 5,7 bilhões (2,6% do PIB), acima dos US\$ 3,8 bilhões do primeiro bimestre de 2007. Desse total, US\$ 4,2 bilhões corresponderam à participação no ca-

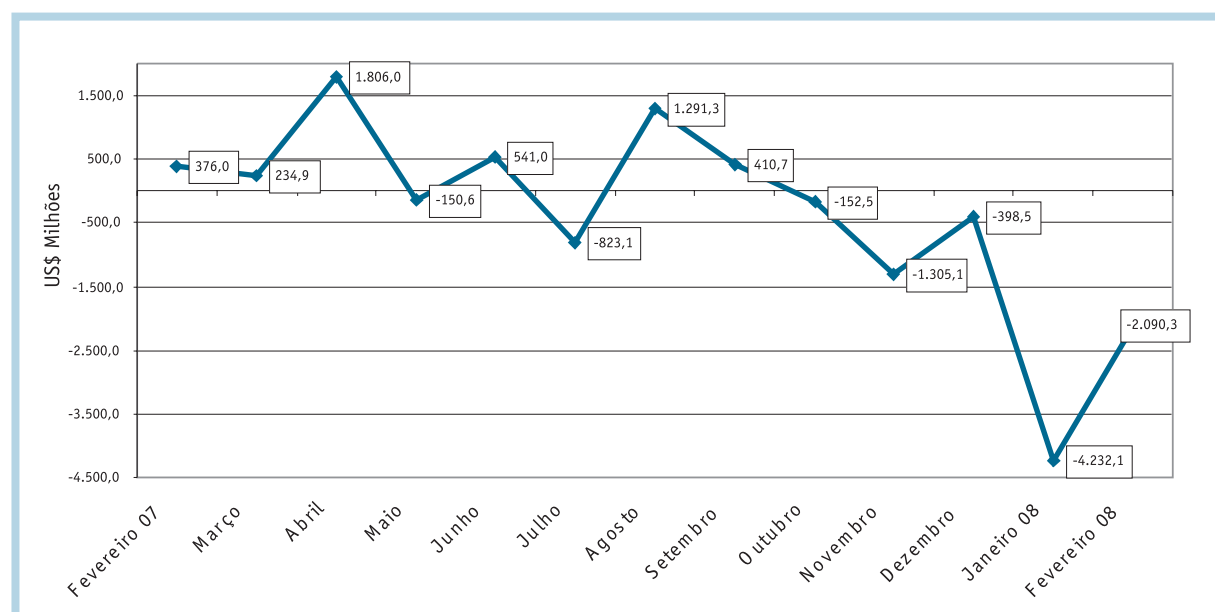


Gráfico 38 – Balanço de Transações Correntes – Fev/2007-Fev/2008

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

Tabela 52 – Brasil – Investimento Direto Estrangeiro – US\$ Milhões

Discriminação	2007*		2008*	
	Fev	Jan-Fev	Fev	Jan-Fev
Total	1.378	3.800	890	5.704
Ingressos	1.826	5.098	2.853	8.452
Saídas	448	1.298	1.963	2.748
Participação no Capital	1.160	3.261	631	4.291
Empréstimos Intercompanhias	218	538	259	1.412

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a). * Dados preliminares.

Nota: Participação no Capital e Empréstimos Intercompanhias são detalhes do total do Investimento Direto Estrangeiro.

pital e US\$ 1,4 bilhão a empréstimos intercompanhias (Tabela 52).

No que se refere às modalidades de implantação, os investimentos na criação de nova capacidade de produção vêm predominando sobre as fusões e aquisições, que são mais compatíveis à conjuntura atual de crescimento econômico. De acordo com a Sobeet ([2008]), 70% dos ingressos de IDE representam operações de *greenfield*.

No tocante ao investimento em carteira, observam-se entradas líquidas de apenas US\$ 456 milhões no acumulado dos dois primeiros meses do ano, ante ingressos líquidos de US\$ 5,2 bilhões no mesmo período do ano anterior – recuo de 91,2%. Esse resultado foi fortemente influenciado pela retirada de investidores estrangeiros do

mercado acionário brasileiro, com saídas líquidas de US\$ 3,3 bilhões no primeiro bimestre – recuo este fortemente influenciado pela instabilidade financeira internacional (Tabela 53).

Vale mencionar também a retração das ações negociadas no exterior (Anexo V – American Depositary Receipt³¹) (G. FILHO, 2004), que totalizaram apenas US\$ 8 milhões no acumulado janeiro-fevereiro – queda de 98,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mês de fevereiro, esses recibos de ações de companhias brasileiras negociados no exterior registraram saldo negativo de US\$ 18 milhões.

Já o ingresso de recursos para aplicações em títulos de renda fixa praticamente dobrou no primeiro bimestre do corrente ano (US\$ 4,1 bi-

Tabela 53 – Brasil – Investimentos Estrangeiros em Carteira – US\$ Milhões

Discriminação	2007*		2008*	
	Fev	Jan-Fev	Fev	Jan-Fev
Total	3.557	5.365	2.617	847
Investimentos em Ações	2.302	2.677	-270	-3.351
Negociadas no País	1.738	2.153	-251	-3.358
Negociadas no Exterior (Anexo V - ADR)	563	524	-18	8
Títulos de Renda Fixa	1.256	2.689	2.886	4.198
Negociados no País	1.363	1.552	3.036	4.721
Negociados no Exterior	-107	1.137	-150	-523

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

* Dados preliminares.

31 American Depositary Receipt – emissão de certificados, por bancos norte-americanos, representativos de ações de empresas sediadas fora dos Estados Unidos. Uma vez que tais certificados são negociáveis no mercado de valores mobiliários nos Estados Unidos, cria-se, na prática, a possibilidade de esse mercado de títulos negociar ações de empresas de outros países.

lhões) na comparação com idêntico período de 2007 (US\$ 2,6 bilhões). A interrupção do ciclo de queda da Selic associada aos recentes recuos das taxas de juros americanas estão sendo determinantes para a expansão dessa modalidade de investimento.

A incidência de 1,5% no Imposto sobre Aplicações Financeiras (IOF) nas aplicações em renda fixa e títulos públicos, anunciada no início de março do corrente ano, poderá implicar redução da entrada de recursos nessas opções de investimento. Vale destacar que as aplicações em bolsas de valores, assim como em operações de derivativos de renda variável e de índice de preços, permanecem isentas de tributação.

Já as captações brasileiras nas modalidades de *bônus*, *notes* e *commercial papers* assinalaram resultado negativo de US\$ 523 milhões no acumulado de 2008, ante saldo positivo de US\$ 1,1 bilhão em correspondente período do ano anterior.

Em resumo, os resultados dos primeiros meses de 2008 confirmam as previsões de interrupção da trajetória de superávit da conta de transações correntes. Entretanto, a manutenção do superávit da conta capital e financeira acima do déficit em conta corrente possibilitou um resultado global do balanço de pagamentos de US\$ 6,8 bilhões no primeiro bimestre. Essa *performance* permitiu a continuidade de expansão das reservas cambiais, atingindo US\$ 192,9 bilhões em fevereiro, e a manutenção da trajetória favorável dos indicadores de endividamento externo (Tabela 54).

O grande destaque em relação a esses indicadores foi a forte retração da dívida externa total líquida³², que passou de US\$ 164,9 bilhões em 2002 para um montante negativo de US\$ 10,8 bilhões em 2007. Esse resultado negativo significa que o Brasil tornou-se credor externo, fato nunca constatado na história econômica brasileira (Gráfico 39).

Tabela 54 – Brasil – Indicadores de Endividamento Externo

Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
						Mar	Jun	Set	Dez
Serviço da Dívida/Exportações (%)	82,7	72,5	53,7	55,8	41,3	41,8	35,7	36,1	32,3
Serviço da Dívida/PIB (%)	9,9	9,6	7,8	7,5	5,3	5,3	4,6	4,5	4,0
Juros/Exportações (%)	23,6	19,4	14,8	12,2	10,8	10,6	9,8	9,7	9,5
Dívida Total/PIB (%)	41,8	38,8	30,3	19,2	16,1	16,2	16,3	15,8	14,9
Dívida Total do Setor Público/Dívida Total (%)	59,4	63,1	65,7	59,2	51,7	48,5	45,7	44,6	44,4
Dívida Total do Setor Público não Financeiro / Dívida Total (%)	52,4	55,7	57,0	51,7	44,2	42,2	38,3	36,7	36,3
Dívida Total Líquida/PIB (%)	32,7	27,3	20,4	11,5	7,0	5,4	2,5	1,4	- 0,8
Reservas (Liquidez)/Dívida Total (%)	18,0	22,9	26,3	31,7	49,7	60,2	76,9	83,4	93,2
Dívida Total/Exportações	3,5	2,9	2,1	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2
Dívida Total Líquida/Exportações	2,7	2,1	1,4	0,9	0,5	0,4	0,2	0,1	- 0,1
Reservas (Liquidez)/Serviço da Dívida	0,8	0,9	1,0	0,8	1,5	1,8	2,7	2,9	3,5
Reservas (Liquidez)/Juros	2,7	3,5	3,7	3,7	5,8	7,3	10,1	11,0	11,8

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

32 A dívida externa total líquida representa a dívida externa total bruta deduzida dos ativos estrangeiros no País.

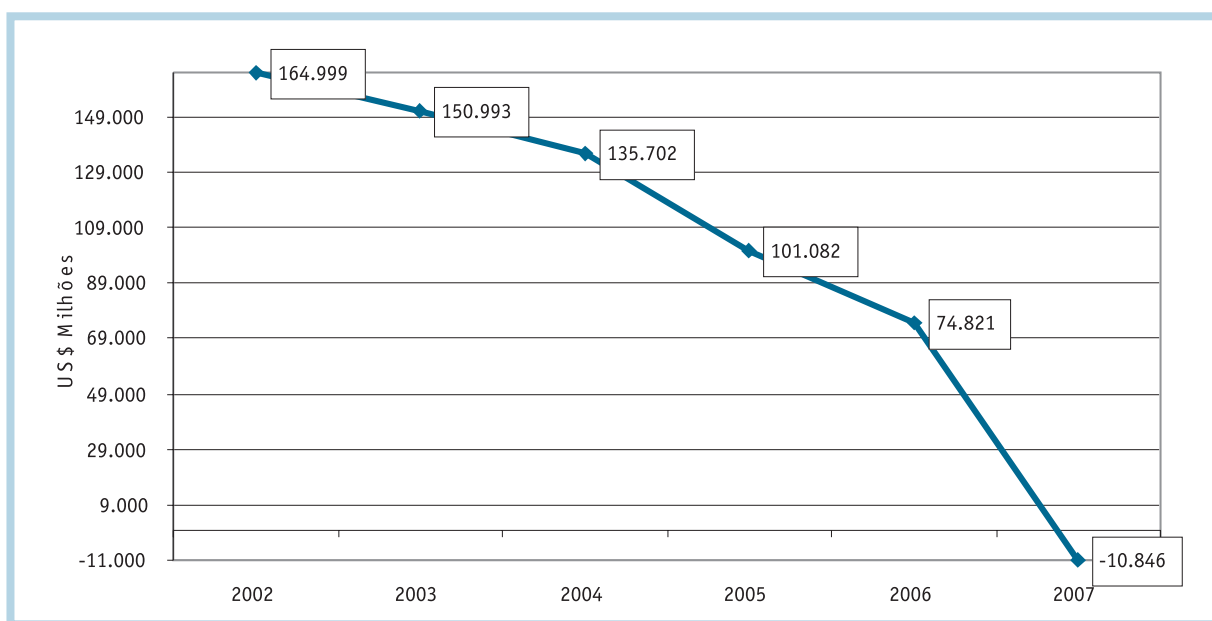


Gráfico 39 - Brasil - Dívida Externa Total Líquida (2002 -2007) US\$ Milhões

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Odete; COELHO, Jackson Dantas. Extrativismo da carnaúba: relações de produção, tecnologia e mercados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2008a.

_____. Relatório de mercado, 04 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008b.

BARROS, Guilherme. Exportação da Vale será de US\$ 20,0 bi neste ano. Folha de São Paulo, 28 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2008a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2008b.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

CENÁRIO está mais baixista para o açúcar. Valor Econômico, 27 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

CRISTIANO, Romero. Políticas de estímulo à produção. Valor Econômico, 25 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

EMPRESAS reclamam de perdas com a greve. Folha de São Paulo, 29 mar. 2008. Disponível em:

<<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

FUNCEx. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 07 abr. 2008a.

_____. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 08 abr. 2008b.

G. FILHO, E. Dicionário de comércio exterior. São Paulo: Saraiva, 2004.

GREVE de auditores fiscais completa 28 dias e afeta mais as importações. Valor Econômico, 16. abr. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

IBGE. **Pesquisa industrial mensal:** produção física, fev. 2008.

JURGENFELD, Vanessa; LEO, Sérgio. Setor têxtil quer novo acordo com a China. Valor Econômico, 19 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

LAMUCCI, Sérgio. AL teme retração das commodities. Valor Econômico, 18. mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

MINÉRIO de ferro deve render 61% mais. Folha de São Paulo, 16 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008a.

_____. Folha de São Paulo, 16 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u382397.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2008b.

MONTEIRO, Ricardo Rego. Barril alcança US\$ 108, mas Petrobras nega reajuste. Jornal do Brasil, 11 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

NINIO, Marcelo. Brasil tem a maior alta nas exportações à UE. Folha de São Paulo, 20 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

OTTA, Lu Aiko. Plano é ter seis setores na liderança mundial. O Estado de São Paulo, 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

SECEX; MDIC. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2008a.

_____. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2008b.

_____. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008c.

SOBEET. Recorde de US\$ 34,6 bilhões de ingressos de investimento direto estrangeiro (IDE) coloca Brasil na quinta posição entre países em desenvolvimento. Boletim Sobeet, ano 7, n. 52. Disponível em www.sobeet.com.br. Acesso em: 30 mar. 2008.

VALE reajusta preço de minério de ferro para siderúrgica chinesa. Folha on line, 22 fev. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u374970.shtml>>. Acesso em: 05. maio 2008.

VERÍSSIMO, Renata; MARQUES, Gerusa. Camex reduz alíquotas da TEC. O Estado de São Paulo, 25 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2007_e/appendix_e/a01a.xls>. Acesso em: 10 abr. 2008.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Governo Federal

6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

O desempenho fiscal do Governo Central, que inclui o Tesouro, a Previdência Social e o Banco Central, registrou, em dezembro de 2007, um superávit primário acumulado de R\$ 57,8 bilhões (equivalentes a 2,27% do PIB estimado para o exercício), valor superior ao superávit observado em 2006, de R\$ 48,9 bilhões (ou 2,1% do PIB). Em dezembro, as contas do Governo Central apresentaram um déficit primário de R\$ 8,1 bilhões, por conta dos resultados negativos observados nas contas do Tesouro Nacional (déficit de R\$ 4,2 bilhões), da Previdência Social (-R\$ 3,9 bilhões) e Banco Central (-R\$ 14,6 milhões). De qualquer maneira, à exceção desse fraco resultado de dezembro, as expectativas de superávit das empresas estatais federais, juntamente com os bons resultados obtidos ao longo do ano, permitiram que a meta de superávit primário estabelecida pelo Governo fosse plenamente alcançada em 2007.

A arrecadação do Governo experimentou crescimento de 13,9% em 2007, atingindo R\$ 618,9 bilhões, ou 24,3% do PIB. Dentre os fatores que influenciaram essa expansão das receitas federais destacam-se o comportamento da economia (crescimento de 5,4% em 2007), a evolução do nível de preços e da massa salarial e a implementação de medidas para recuperação de créditos em atraso.

Os principais tributos que apresentaram crescimento em 2007 relativamente a 2006 foram o Imposto de Importação, cuja arrecadação se expandiu 22,1% no ano passado, em função do crescimento, em dólar, do valor das importações tributadas; o Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, que aumentou 20% devido ao bom desempenho da indústria no período; e o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física-IRPF, que teve uma expansão de 60%, decorrente, principalmente, da abertura de capital da Bolsa de Valores de São Paulo e da intensificação do controle sobre as declarações de operações imobiliárias.

As receitas do Tesouro, em 2007, apresentaram crescimento de R\$ 61,8 bilhões (14,4%) comparativamente a 2006, alcançando R\$ 490,9 bilhões ou 19,23% do PIB estimado para o período. Desse montante, 8,4% foram provenientes da arrecadação de impostos, 8,55% de contribuições e 2,29% relativos às demais receitas. As despesas do Tesouro, por sua vez, cresceram R\$ 33,7 bilhões em 2007, significando um crescimento de 14,4% relativamente a 2006.

Como proporção do PIB, os gastos do Tesouro passaram de 10,05%, em 2006, para 10,51% no ano passado. Em termos desagregados, observou-

se crescimento de R\$ 10,9 bilhões (10,3%) nos gastos com pessoal e encargos sociais, sendo boa parte disso explicada pela reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares, além do crescimento vegetativo. Por esta razão, os dispêndios com a folha salarial passaram de 4,52% do PIB, em 2006, para 4,56% do PIB, em 2007. Além disso, ocorreu crescimento de R\$ 23 bilhões (17,9%) nos dispêndios de custeio e capital, por conta da elevação das despesas do FAT³³, subsídios e subvenções econômicas e benefícios assistenciais como o LOAS³⁴/RMV³⁵.

A Previdência, por sua vez, apresentou déficit de R\$ 44,9 bilhões (1,76% do PIB), em 2007, contra R\$ 42,1 bilhões em 2006. Esse resultado é decorrente do desequilíbrio entre a evolução

das receitas de contribuições, cuja arrecadação líquida atingiu R\$ 140,4 bilhões em 2007, e as despesas com benefícios previdenciários, que, em termos absolutos, alcançaram R\$ 185,3 bilhões. Uma das razões do crescimento da arrecadação líquida foi o comportamento do emprego no setor formal, que apresentou saldo líquido positivo, entre as admissões e desligamentos, bem como a elevação da massa salarial, a qual repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento (Tabela 55).

Esse crescimento nominal do déficit da previdência, em 2007, deveu-se ao aumento do número médio de benefícios pagos (elevação de 576,8 mil), entre aposentadorias, pensões por morte e auxílio-doença, bem como ao aumento no va-

Tabela 55 - Resultado Primário do Governo Central (*) . Brasil, 2006-2007 (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro - Dezembro		Variação (%) 2007/2006
	2006	2007	
I. RECEITA TOTAL	543.505,4	618.872,4	13,87
I.1. Receitas do Tesouro	418.416,2	477.141,6	14,04
I.2. Receitas da Previdência Social	123.520,2	140.411,8	13,68
I.3. Receitas do Banco Central	1.569,0	1.319,1	-15,93
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	92.779,9	105.604,7	13,82
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	450.725,4	513.267,7	13,88
IV. DESPESA TOTAL	401.833,4	455.442,8	13,34
IV.1. Despesas do Tesouro	234.507,9	268.185,6	14,36
IV.1.1 Pessoal e Encargos Sociais (1)	105.496,5	116.372,0	10,31
IV.1.3. Custeio e Capital	128.316,0	151.292,8	17,91
IV.1.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	695,4	520,8	-25,11
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	165.585,3	185.293,4	11,90
IV.3. Despesas do Banco Central	1.740,3	1.963,8	12,84
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	48.892,0	57.824,9	18,27
V.1. Tesouro Nacional	91.128,3	103.351,3	13,41
V.2. Previdência Social(RGPS) (2)	-42.065,1	-44.881,7	6,70
V.3. Banco Central (3)	-171,2	-644,7	276,58
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	2,10%	2,27%	8,10

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2008c). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui Transferência do Tesouro Nacional).

33 Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT. O FAT é um fundo especial de natureza contábil-financeira vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Destina-se ao custeio do seguro-desemprego, abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

34 Lei Orgânica de Assistência Social

35 Renda Mensal Vitalícia

lor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário-mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso. De qualquer maneira, merece registrar

que o déficit da previdência, em proporção do PIB, registrou uma queda em 2007, passando de -1,8%, em 2006, para -1,76%, em 2007.

6.1.2 - Dívida Pública Federal

Nada obstante as reduções experimentadas pela taxa de juros ao longo de 2007, bem como os sucessivos superávits primários, o estoque da dívida pública federal em poder do público chegou a R\$ 1.333,75 bilhões, ao final de 2007, significando crescimento nominal de 7,8%, relativamente ao montante existente em dezembro de 2006 (Tabela 56). A carga de juros alcançou 6,25% do PIB ao longo do ano (contra 6,86 em 2006), o que contribuiu para o resultado nominal de 2,27% do PIB, inferior aos observados nos últimos anos. As expectativas do mercado são de manutenção dessa trajetória de queda do déficit nominal e de redução da participação da dívida pública no PIB, que passaria do patamar de 42,8%, observado ao final do ano passado, para 41,5% esperado para o final de 2008.

Essa estabilidade da relação dívida pública/PIB demonstra a consistência da política fiscal adotada pelo governo, a qual vem garantindo os sucessivos superávits primários e, ao mesmo tempo, favorecendo a manutenção do equilíbrio macroeconômico. No entanto, é fundamental uma boa gestão da dívida pública, pois o êxito da política monetária estará condicionado ao controle sobre essa variável.

Em função disso, a estratégia governamental em 2007 priorizou a emissão de títulos prefixados (Letras do Tesouro Nacional-LTN e Notas do Tesouro Nacional-Série F-NTN-F) em volumes e prazos que permitiram aumentar a participação desses títulos na composição da dívida pública e o alongamento

gradual do seu prazo médio de emissão; a ênfase na emissão de Notas do Tesouro Nacional-Série B-NTN-B, títulos referenciados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, evitando-se a emissão de Notas do Tesouro Nacional-Série C-NTN-C, títulos referenciados ao Índice Geral de Preços de Mercado-IGPM; o resgate dos títulos remunerados pela taxa Selic (Letras Financeiras do Tesouro-LFT); e a continuação da política adotada desde 2003 de não emitir Notas do Tesouro Nacional-Série D-NTN-D, títulos referenciados à variação cambial.

Com relação à composição da dívida pública federal ao final de 2007, houve crescimento da parcela dos títulos com remuneração prefixada, bem como daqueles indexados aos índices de preços na composição da dívida pública mobiliária federal interna. A participação dos indexados à taxa Selic reduziu-se de 33,4%, em dez./06, para 30,7%, em dez./07, o mesmo se verificando com relação aos títulos indexados ao câmbio, cuja participação caiu de 1,2%, para 0,9% no mesmo intervalo (Tabela 56).

Vale notar que o custo médio da dívida pública mobiliária federal interna acumulado em 12 meses reduziu-se de 14,82% a.a., em dezembro de 2006, para 12,88%, em dezembro de 2007. Essa queda no custo médio acumulado no ano reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

Tabela 56 - Composição da Dívida Pública Federal em Poder do Público

	dez/06		dez/07		R\$ Bilhões
DPF	1.236,95	100,00%	1.333,75	100,00%	
DPMFi	1.093,50	88,40%	1.224,87	91,84%	
Prefixados	395,04	31,94%	456,97	34,26%	
Índice Preços	246,43	19,92%	321,65	24,12%	
Selic	413,66	33,44%	409,02	30,67%	
Câmbio	14,17	1,15%	11,61	0,87%	
TR	24,19	1,96%	25,62	1,92%	
DPFe	143,45	11,60%	108,88	8,16%	
Dólar	119,13	9,63%	83,25	6,24%	
Euro	15,86	1,28%	13,68	1,03%	
Real	6,72	0,54%	10,88	0,82%	
Outros	1,74	0,14%	1,08	0,08%	

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: DPF = Dívida Pública Federal; DPMFi = Dívida Pública Mobiliária Federal Interna; e DPFe = Dívida Pública Federal Externa

6.1.3 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

A necessidade de financiamento do setor público, que inclui Governo Central, governos regionais e estatais, alcançou R\$ 57,9 bilhões ao final de 2007, correspondentes a 2,27% do PIB, significando que o superávit primário de R\$ 101,6 bilhões (3,98% do PIB) não foi suficiente para cobrir as obrigações relativas ao pagamento dos juros, que alcançaram o montante de R\$ 159,5 bilhões, ou 6,25% do PIB. A maior contribuição para o superávit primário foi proveniente do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS), que gerou um superávit

primário de R\$ 59,4 bilhões, cerca de 2,3% do PIB (Tabela 57).

As demais esferas de Governo (estados, municípios e empresas estatais) geraram superávit de R\$ 42,2 bilhões (1,65% do PIB), com uma contribuição de 42% do excedente observado no período. Vale notar que os elevados superávits primários que vêm sendo obtidos, associados à queda dos juros incidentes sobre a dívida pública, têm permitido uma contínua redução do déficit fiscal (resultado nominal), que era de 3% ao final de 2006, caindo para 2,27%, em dezembro de 2007.

Tabela 57 - Necessidade de Financiamento do Setor Público. Fluxo acumulado em 12 meses.

Discriminação	R\$ Milhões		% do PIB	
	Jan./Dez.06	Jan./Dez.07	Jan./Dez.06	Jan./Dez.07
Nominal	69.883	57.926	3,00	2,27
Juros Nominais	160.027	159.532	6,86	6,25
Primário	-90.144	-101.606	-3,86	-3,98
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	-51.352	-59.439	-2,20	-2,33
Empresas Estatais	-19.077	-12.234	-0,82	-0,48
Governos Regionais (Estados e Municípios)	-19.715	-29.934	-0,85	-1,17

Fonte: (BANCO CENTRAL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

6.2.1 - Transferências Constitucionais

As transferências constitucionais são parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios, a exemplo dos fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM).³⁶ O Nordeste recebe 52,4% do FPE e 35,2% do FPM.

Em 1989, os secretários estaduais de Fazenda e Finanças definiram o coeficiente individual para cada estado, conforme estabelecido no Anexo da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989. A distribuição dos recursos do FPM aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes estimado pelo IBGE, seguindo o coeficiente municipal específico elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

Os maiores estados da região – Bahia, Pernambuco e Ceará – detêm as maiores participações

do FPM, em razão do número de habitantes. Com relação ao FPE, a esses três estados associa-se o Maranhão, que tem uma participação um pouco maior que Pernambuco (Tabelas 58 e 59).

O crescimento do FPE, em 2007, tendo como base o ano de 2006, foi de 13,6%, um pouco abaixo do aumento médio do FPM (15,7%). O estado que mais cresceu em transferência de FPM foi o Piauí, 18,9%, acompanhado do Maranhão, 16,4%, e da Bahia, 16,2%.

As transferências são recursos importantes para os estados mais pobres. A relevância desses fundos pode ser vista se compararmos o FPE e o FPM com os recursos arrecadados via ICMS. Em 2006, a soma do FPE e FPM representava 96,8% do ICMS do Nordeste. Em 2007, os dois fundos

Tabela 58 - Fundo de Participação dos Estados do Nordeste (R\$ mil)

UF	2006	2007	% Nordeste
Alagoas	1.172.354	1.331.635	7,9
Bahia	2.647.935	3.007.695	17,9
Ceará	2.067.605	2.348.520	14,0
Maranhão	2.034.154	2.310.524	13,8
Paraíba	1.349.556	1.532.912	9,1
Pernambuco	1.944.539	2.208.733	13,2
Piauí	1.217.810	1.383.267	8,2
Rio Grande do Norte	1.177.370	1.337.333	8,0
Sergipe	1.171.002	1.330.099	7,9
Nordeste	14.782.325	16.790.718	100

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

36 Atualmente as transferências via FPE e FPM correspondem, respectivamente, a 21,5% e 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A Emenda Constitucional nº 55, de 22 de setembro de 2007, alterou o art. 159 da CF/88, expressando que deve ser repassado ao FPM mais 1% da arrecadação do IR e IPI, a ser entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano. A partir de março de 2007, 16,66% desses recursos são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB.

Tabela 59 - Fundo de Participação dos Municípios dos Estados do Nordeste (R\$ mil)

UF	2006	2007	% Nordeste	var.%
Alagoas	701.308	808.196	6,7	15,2
Bahia	2.634.413	3.060.397	25,5	16,2
Ceará	1.541.917	1.774.307	14,8	15,1
Maranhão	1.215.954	1.415.473	11,8	16,4
Paraíba	952.750	1.097.037	9,1	15,1
Pernambuco	1.437.331	1.640.400	13,6	14,1
Piauí	757.093	900.089	7,5	18,9
Rio Grande do Norte	732.335	842.332	7,0	15,0
Sergipe	417.780	481.067	4,0	15,1
Nordeste	10.390.881	12.019.298	100,0	15,7

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

passaram a representar 103,8% do ICMS arrecadado na Região.

Olhando os dados das transferências do FPE no primeiro bimestre de 2008 e comparando-os com o mesmo período de 2007, observa-se um crescimento significativo nos valores para cada estado. O crescimento foi de 29,6%, mais que o dobro de 2007 com relação a 2006 (13,6%), um sinal claro do aumento da arrecadação dos tributos federais (IR e IPI).

Com relação ao FPM, o crescimento no primeiro bimestre de 2008, com relação ao mesmo período de 2007, no Nordeste, foi de 19,2%, acima do crescimento de 2007 (15,7%). No entanto, nota-se um fato interessante: todos os estados tiveram crescimento acima dos 20%, menos Bahia, que sofreu queda de 4,6% nessas transferências (Tabela 60).

Tabela 60 - Fundo de Participação dos Municípios dos Estados do Nordeste (R\$ Correntes)

UF	FPM (a)				
	Jan.-Fev/07		Jan.Fev/08		var.%
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste	
Alagoas	132.814.842,26	6,3	170.868.015,73	6,8	28,7
Bahia	649.918.069,96	30,7	619.931.471,54	24,5	-4,6
Ceará	291.620.525,93	13,8	375.402.198,58	14,9	28,7
Maranhão	231.213.564,94	10,9	300.330.553,89	11,9	29,9
Paraíba	180.089.274,09	8,5	232.350.648,77	9,2	29,0
Pernambuco	269.298.415,14	12,7	361.198.840,45	14,3	34,1
Piauí	147.864.185,12	7,0	178.927.409,24	7,1	21,0
Rio Grande do Norte	138.302.537,38	6,5	181.488.899,57	7,2	31,2
Sergipe	79.008.663,61	3,7	107.183.015,79	4,2	35,7
Nordeste	2.120.130.078,43	100,0	2.527.681.053,56	100,0	19,2

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

6.2.2 - Transferências Voluntárias

O Nordeste recebeu 36,5% das transferências voluntárias da União. O Sudeste recebeu um pouco menos, 30,6%, e o Centro-Oeste apenas 7,5%. A divisão dessas transferências para estados e municípios foi quase uniforme, cabendo aos estados 48,6% dos recursos e aos municípios 51,4% (Tabela 61).

O crescimento médio das transferências voluntárias para os estados do Nordeste, em 2007, com relação a 2006, foi de 18%. Atente-se para o crescimento do Maranhão, 109%, Ceará, 53%, e Pernambuco, 25%. Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte experimentaram perda de transferência em 2007, comparativamente a 2006.

Olhando o crescimento das transferências voluntárias para os municípios em 2007, observa-

se que apenas dois estados tiveram queda com relação a 2006: Alagoas (-11,6%) e Pernambuco (-3,1%).

As transferências para os Estados concentraram-se nos ministérios relacionados a seguir, os quais transferiram 68,1% do total: Educação, Transportes, Integração Nacional do Desenvolvimento e do Combate à Fome. Com relação às transferências voluntárias para os municípios, a concentração em alguns órgãos superiores é mais acentuada. Excetuando-se o Ministério dos Transportes, os outros ministérios acima citados concentram 87,1% das transferências voluntárias para os municípios. Do total de transferências para os municípios, 50,7% são do Ministério da Educação.

Tabela 61 - Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União - 2007 (valores em R\$ mil)

Região	Estados e Distrito Federal	% do Total	Municípios	% do Total	Total das Transferências	% do Total
Centro-Oeste	334.186	8,1	307.366	7,0	641.552	7,5
Nordeste	1.490.154	36,1	1.611.673	36,8	3.101.827	36,5
Norte	649.273	15,7	439.446	10,0	1.088.719	12,8
Sudeste	1.190.400	28,8	1.410.198	32,2	2.600.598	30,6
Sul	466.334	11,3	608.690	13,9	1.075.024	12,6
Total	4.130.347	100,0	4.377.373	100,0	8.507.720	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b). Elaboração; Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

6.2.3 - Arrecadação de ICMS

Olhando a taxa de crescimento do ICMS, com relação ao ano anterior, o Nordeste cresceu no biênio 2005/06 em um ritmo maior que a média nacional. No biênio 2006/07, a situação inver-

teu-se: enquanto o ICMS no Nordeste cresceu 6,7%, este crescimento no Brasil foi de 9% (Tabela 62).

Tabela 62 - Taxa de Crescimento da Arrecadação do ICMS (%)

REGIÃO	2004 - 2005	2005 - 2006	2006 - 2007
Norte	17,3	13,3	8,6
Nordeste	12,8	14,4	6,7
Sudeste	11,5	11,8	9,9
Sul	14,3	4,9	7,0
Centro-Oeste	8,8	9,4	10,7
Brasil	12,2	10,9	9,0

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O menor crescimento do ICMS no Nordeste deve-se, principalmente, a dois dos maiores estados da Região: Bahia, com crescimento de 3,9%, e Ceará, com crescimento de 4,3%. Some-se a isso o baixo crescimento ocorrido, também, no Rio Grande do Norte, 4,8%, e em Sergipe, 5%. A Tabela 63 mostra o valor arrecadado em 2006 e 2007 e a taxa de crescimento em cada estado da Região.

A taxa de crescimento do ICMS no Nordeste, em 2007, representa apenas 46,5% da taxa de crescimento de 2006. A queda no Estado do Ceará foi mais profunda. Em 2007, o ICMS do Estado cresceu apenas 4,3%, que corresponde a 22,2% do crescimento ocorrido em 2006 com relação a 2005 (19,4%). Essa relação foi de 39,4% para a

Bahia e de 26,1% para o Rio Grande do Norte. As maiores razões dessa menor taxa de crescimento em 2007, nesses estados, estão na Tabela 64.

Em Sergipe, além dos dois itens citados na tabela 64, o item “Outros” (Outras Fontes de Receita) teve uma variação negativa, em 2007, de 54,4%: tinha uma participação relativa no ICMS de 7,4% em 2006 e caiu para 3,2% em 2007.

O consumo de energia elétrica, mais as perdas nos sistemas de distribuição e transmissão, cresceu 4,8% em 2007, na região Nordeste, excluindo o Maranhão. O ICMS, na mesma referência, cresceu apenas 2%. As possíveis explicações são o aumento nas ligações clandestinas (incluídas nas perdas) e reduções no consumo de setores produtivos, em que a energia é mais cara.

Tabela 63 - Arrecadação do ICMS (Valores em R\$ Mil)

Discriminação	Jan. - Dez.		var. %	Part. Em 2006	Part. Em 2007
	2006	2007			
Maranhão	1.827.931	2.003.109	9,6	1,1	1,1
Piauí	1.068.985	1.176.108	10,0	0,6	0,6
Ceará	3.755.799	3.917.618	4,3	2,2	1,9
Rio Grande do Norte	1.913.542	2.006.233	4,8	1,1	1,1
Paraíba	1.532.786	1.677.914	9,5	0,9	0,9
Pernambuco	4.864.103	5.415.683	11,3	2,8	2,9
Alagoas	1.281.320	1.401.858	9,4	0,7	0,8
Sergipe	1.146.646	1.204.150	5,0	0,7	0,6
Bahia	8.604.177	8.940.621	3,9	5,0	4,8
Nordeste	25.995.288	27.743.294	6,7	15,1	14,7
Brasil	172.127.092	187.556.702	9,0	100,00	100,0

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 64 - Taxa de Crescimento de Itens do ICMS em 2007, com Relação a 2006

Estado	Item do ICMS	Participação no Total do ICMS - %		var. %
		2006	2007	
Bahia	Petróleo,comb. ¹	28,8	25,1	-9,6
	Outros	3,7	1,6	-54,1
Ceará	Energia Elétrica	14,0	12,2	-9,1
	Petróleo,comb. ¹	22,8	18,8	-13,9
Rio Grande do Norte	Energia Elétrica	8,7	8,6	3,9
	Setor Secundário	31,9	24,4	-19,9
Sergipe	Energia Elétrica	10,4	10,0	0,6
	Setor Primário	5,0	2,5	-47,8

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota 1: Petróleo, combustíveis e lubrificantes.

Uma das razões para a queda do ICMS em petróleo, combustíveis e lubrificantes, no Ceará, foi a redução das atividades da Lubnor, subsidiária da Petrobras, especializada na produção de lubrificantes. Essa foi também a explicação dada por

técnicos do IBGE para o baixíssimo crescimento do PIB industrial do Estado.

Cinco estados nordestinos tiveram crescimento da arrecadação de ICMS acima da média nacio-

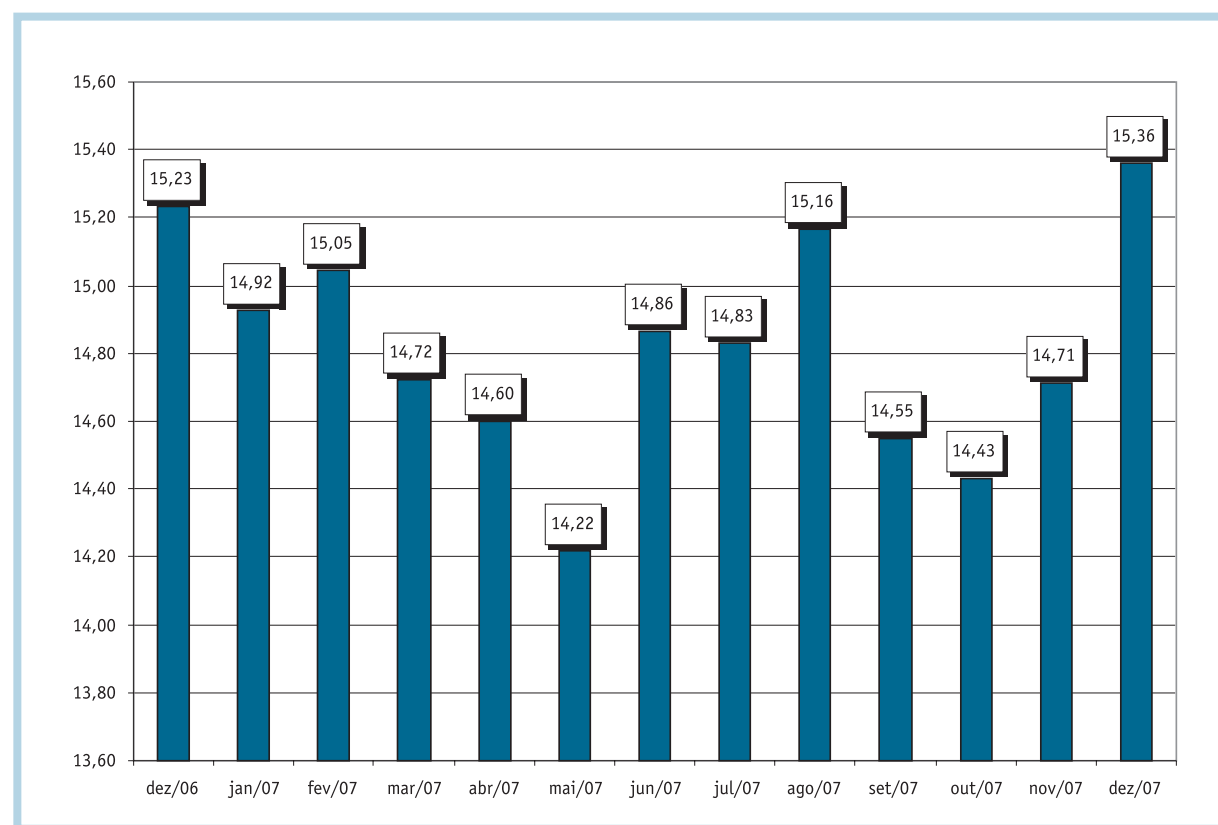


Gráfico 40 - Participação do Nordeste na Arrecadação de ICMS no Brasil - Dez. 06 / Dez. 07.

Fonte: (BRASIL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

nal. Vale destacar o crescimento do Piauí, 10%, e de Pernambuco, 11,3%, quando a média nacional foi 9%. A participação relativa do Nordeste no total de ICMS recolhido no País caiu em 2007. O ICMS nordestino representava 15,1% do ICMS bra-

sileiro em 2006. Em 2007, passou a representar 14,7%. O mês de maio foi o pior em arrecadação, quando ela caiu para 14.2% relativamente ao total do País. O Gráfico 40 mostra a participação mensal no ano de 2007.

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central**, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008a.

_____. **Boletim do Banco Central**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2008b.

BRASIL. Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), Comissão Técnica Permanente do ICMS(COTEPE). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2008a.

_____. Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), Comissão Técnica Permanente do ICMS(COTEPE). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 11 mar. 2008b.

CONFAZ. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.asp>>.

Acesso em: 10 mar. 2008.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 17 mar. 2008a.

_____. Disponível em <<http://www.tesouro.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008b.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008a.

_____. **Relatório mensal de dívida pública federal**, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2008b.

_____. **Resultado do Tesouro Nacional**, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2008c.

7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 - A Intermediação Financeira no Âmbito das Contas Nacionais

De acordo com o IBGE, a economia brasileira cresceu 5,4% em 2007. Uma análise desagregada revela que o subsetor com maior taxa de expansão foi o de intermediação financeira e seguros (13%), vindo em seguida os de serviços de Informação (8%), comércio (7,6%), agropecuária (5,3%) e indústria de transformação (5,1%), para citar apenas os mais relevantes.

De outra parte, uma análise sob a ótica da demanda mostra que o consumo das famílias, principal componente da procura final, responde por 60,9% do PIB e apresentou aumento de 6,5%, representando o quarto ano consecutivo de crescimento dessa variável. Referido resultado foi determinado pela elevação de 3,6% da massa salarial dos trabalhadores, em termos reais e pelo

acréscimo, em termos nominais, de 28,8% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas.

Esses comentários mostram a crescente importância e a contribuição da intermediação financeira para os resultados da economia brasileira, nos últimos anos. Esse aumento de participação deveu-se, entre outros motivos, à consolidação da estabilidade macroeconômica, à ampliação permanente e sustentada da demanda interna, ao aumento dos investimentos e ao aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais praticados pelo sistema bancário nacional.

A Tabela 65 traz um resumo dos segmentos com maiores taxas acumuladas de variação em pe-

Tabela 65 - Brasil - Taxas Acumuladas ao Longo do Ano de Atividades Seleccionadas com Maiores Resultados Quarto Trimestre de 2006 ao Quarto Trimestre de 2007

Setor/Atividade Seleccionada	Variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior, %				
	2006.IV	2007.I	2007.II	2007.III	2007.IV
Intermediação financeira e seguros	6,2	9,3	9,4	10,7	13,0
Serviço de informação	2,5	7,3	7,1	7,6	8,0
Comércio	5,1	6,1	7,1	7,2	7,6
Agropecuária	4,2	3,7	2,3	4,5	5,3
Indústria de Transformação	2,0	3,1	5,3	5,5	5,1
PIB a preços de mercado	3,8	4,4	4,9	5,1	5,4

Fonte: (IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

períodos recentes, evidenciando-se que a intermediação financeira e seguros apresentou o melhor desempenho dentre as atividades que compõem as contas nacionais, desde o quarto trimestre de

2006. O seu crescimento foi mais que o dobro da taxa experimentada pelo PIB, em todos os períodos apresentados.

7.2 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito

No final de 2007, o saldo dos depósitos totais do sistema financeiro nacional alcançou R\$ 1.611,5 bilhões, aumento real de 21,8% sobre dezembro de 2006. Devido à sua elevada taxa de crescimento, o peso dos depósitos bancários em relação ao PIB atingiu 63% (52,4%, em dez./06), refletindo a expansão que a intermediação financeira experimentou em anos recentes.

Vale mencionar que os bancos privados, além de terem registrado a maior expansão real em dezembro de 2007 (25,8%), também responderam pela maior parcela dos depósitos totais do sistema financeiro nacional (68,9%). Em termos de participação e de taxa de crescimento, vêm em seguida o Banco do Brasil (15,1% e 16,6%, respectivamente) e a Caixa Econômica Federal (11,4% e 9,6%). A Tabela 66 detalha mais essa variável.

Com relação ao crédito, no final de 2007, o saldo das operações chegou a R\$ 932,3 bilhões, expansão real de 17,6% em comparação a dezembro de 2006. Referido valor correspondeu a 34,7% do PIB brasileiro, valendo registrar que essa participação tem sido crescente nos últimos anos. Em dezembro de 2005, por exemplo, a relação operações de crédito/PIB era de 28,1% (Tabela 67).

O setor privado foi responsável pela absorção de 98% do saldo das operações de crédito, enquanto o setor público ficou com apenas 2%.

Decompondo-se a taxa de crescimento real³⁷ do estoque das operações de crédito no final de 2007 (17,6%), observa-se que a maior contribuição para esse resultado deveu-se de forma

Tabela 66 - BRASIL - Saldo Total de Depósitos, por Instituição Financeira - Dezembro de 2006 e 2007 - Em R\$ Milhões Correntes

Instituição Financeira	Dezembro 2006	Dezembro 2007	Variação Real % (*)	Participação Dez/07, em %	Depósito/PIB 2007, em %
Banco do Brasil	192.727	243.100	16,6	15,1	9,5
Caixa Econômica Federal	155.003	183.757	9,6	11,4	7,2
Bcos. Federais, exceto BB	6.543	8.137	15,0	0,5	0,3
Bancos Privados	815.082	1.109.584	25,8	68,8	43,4
Bancos Estaduais	53.637	66.946	15,4	4,2	2,6
Total	1.222.992	1.611.524	21,8	100,0	63,0

Fonte: (SISBACEN, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

³⁷ Essa decomposição representa uma média ponderada obtida da multiplicação do crescimento do saldo das operações de crédito de cada atividade econômica por sua respectiva participação em dezembro de 2006. Assim, a contribuição do crédito às pessoas físicas foi de 41,9%, a indústria ficou com 25,5%, outros serviços ficaram com 16,9% e o comércio com 9%.

preponderante à expansão do crédito às pessoas físicas, em função das condições favoráveis de financiamento e da expansão da massa salarial, as quais estimularam demanda maior por empréstimos bancários das famílias, notadamente para aquisição de bens de consumo durável. Numa posição secundária apareceram os créditos à indústria, aos outros serviços e ao comércio.

Ademais, o saldo das operações de crédito realizadas com recursos livres alcançou, em dezembro de 2007, R\$ 659 bilhões (70,6% do total), com crescimento real de 22,2% sobre o mesmo mês de 2006. As operações com recursos direcionados, realizadas com recursos compulsórios ou governamentais, somaram R\$ 273,3 bilhões (29,4% do total), com expansão real de 7,9%.

O aumento das operações de crédito em um ambiente de redução do seu custo médio tem propiciado uma melhora na qualidade do crédito. Dessa forma, a inadimplência, definida por operações vencidas há mais 90 dias, que representava 3,7% do valor do saldo das operações de crédito

em dez./05, caiu para 3,2% em dezembro passado. Nas operações de risco 1 (atraso de pagamento de 61 a 180 dias), caiu de 6,8% para 5,1%. E nas operações de risco 2 (atraso de pagamento superior a 180 dias), a inadimplência passou de 3,3% para 2,9%, no mesmo período considerado. Essas informações encontram-se detalhadas na Tabela 68.

De outra parte, o custo médio das operações de crédito (pessoa jurídica e pessoa física) caiu seis pontos percentuais em 12 meses (39,8% a.a., em dez./06, para 33,8% a.a. em dez./07), resultado que se deveu, em grande medida, à diminuição dos juros dos empréstimos familiares. Vale mencionar, ainda, que o atual custo médio das operações de crédito é o menor da série histórica iniciada em junho de 2000.

Além da queda dos juros, houve também alongamento dos prazos de pagamento. Em dezembro de 2006, o prazo médio era de 296 dias, ampliando-se para 351 dias em dezembro passado. Mais uma vez, esse resultado foi influenciado pelo

Tabela 67 - Brasil - Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Saldo por Atividade Econômica - Dezembro de 2006 e 2007 - R\$ Milhões Correntes

Destino do Crédito	Dezembro	Dezembro	Variação Real	Participação
	2006	2007	em % (*)	Dez/07, em %
Setor Público				
Governo Federal	4.194	3.596	-20,7	0,4
Governos Estaduais e Municipais	14.678	15.235	-4,1	1,6
Subtotal	18.872	18.831	-7,8	2,0
Setor Privado				
Indústria	164.581	213.577	20,0	22,9
Habitação	35.689	44.846	16,2	4,8
Rural	77.681	89.053	6,0	9,6
Comércio	78.433	97.431	14,8	10,5
Pessoa Física	235.816	313.620	22,9	33,6
Outros Serviços	121.518	154.953	17,9	16,6
Sub-total	713.718	913.480	18,3	98,0
Total Geral	732.590	932.311	17,6	100,0

Fonte: (BANCO CENTRAL, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

Tabela 68 - Brasil - Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Qualidade do Crédito e Provisões, como % das Operações de Crédito

Períodos	Risco Normal (a)	Risco 1 (b)	Risco 2 ©	Inadimplência (d)	Provisões (e)
2005 Dez	90,0	6,8	3,3	3,7	6,4
2006 Mar	89,6	6,9	3,6	3,8	6,7
Jun	89,6	6,9	3,5	3,8	6,8
Set	89,6	6,7	3,7	3,8	6,7
Dez	90,7	5,9	3,4	3,7	6,2
2007 Mar	90,9	5,7	3,4	3,6	6,2
Jun	91,3	5,5	3,2	3,5	6,0
Set	91,5	5,4	3,1	3,4	5,7
Dez	91,9	5,1	2,9	3,2	5,5

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Segundo o BACEN, a qualidade do crédito obedece à seguinte classificação:

(a) Operações classificadas nos níveis de risco AA a C (operações em dia e com atraso de pagamento até 60 dias)

(b) Operações classificadas nos níveis de risco D a G (atraso de pagamento de 61 a 180 dias)

© Operações classificadas no nível de risco H (atraso de pagamento superior a 180 dias)

(d) Total de crédito vencido há mais de 90 dias

(e) Provisões são exigidas a partir do nível de risco A.

elastecimento de prazo dos empréstimos concedidos às famílias (de 368 dias para 440 dias, nas mesmas datas). O prazo médio para as pessoas jurídicas aumentou apenas 41 dias.

De acordo com o Banco Central, as operações de crédito referenciais para taxa de juros, concedidas às pessoas físicas, estão concentradas em apenas duas modalidades. Na posição de dezembro do ano passado, o crédito pessoal (inclui

operações consignadas em folha de pagamento e exclui cooperativas) respondia por 42% do total, vindo em seguida a aquisição de bens (basicamente veículos), com 39,1% do volume de crédito. Essas duas modalidades foram responsáveis por 81,1% do total dos créditos concedidos às pessoas físicas. As outras categorias, como cheque especial, financiamento imobiliário e cartão de crédito tiveram participações modestas.

7.3 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito

A intermediação financeira no Nordeste não apresentou a mesma representatividade nem o desempenho observado em âmbito nacional. Em relação ao PIB, o saldo dos depósitos no Brasil é quase três vezes o valor para o Nordeste, enquanto o saldo das operações de crédito no País é mais do dobro da relação observada regionalmente. Em termos de evolução, a taxa de crescimento

para essas duas variáveis sob a ótica nacional foi quase duas vezes maior do que o ritmo apresentado pelo Nordeste.

Ademais, enquanto o PIB do Nordeste representava cerca de 13,1% da economia brasileira, em 2007, o peso da intermediação financeira regional era bem menor: 4,8% do saldo dos depósitos e 5,7% das operações de crédito do Brasil.

Dito de outra forma, o sistema bancário nordestino não tem a mesma representatividade que sua economia, na comparação nacional.

O saldo total dos depósitos do sistema financeiro do Nordeste, no final de dezembro de 2007, alcançou R\$ 77,1 bilhões, registrando um crescimento real de 9,8% em relação a idêntico mês de 2006.

Conforme já comentado, o peso da intermediação financeira no Nordeste, em relação ao seu PIB, é bastante inferior à posição nacional. A relação depósitos/PIB no Brasil era de 63%, em dezembro passado, quase três vezes o valor da mesma relação para o Nordeste (23%). Se por um lado esse resultado mostra, para as regiões mais adiantadas do país, uma maior integração dos agentes econômicos e um maior envolvimento com a intermediação financeira, de outro revela o quanto essa atividade pode se expandir no Nordeste.

Em âmbito regional, o desempenho das instituições financeiras quanto aos saldos de depósitos foi um pouco diferente do quadro nacional, no final do ano passado. No Nordeste, o maior crescimento real foi obtido pelo Banco do Brasil (14%), vindo em seguida a Caixa Econômica Federal (11,5%) e os bancos privados (6,3%). Em termos de participação em relação ao total dos depósitos, os bancos privados detêm a maior fatia (34,9%), vindo em seguida o Banco do Brasil, com 33,7% e a Caixa Econômica, com 25,3% (Tabela 69).

Esse resultado expõe um quadro diferente no Nordeste, em relação ao Brasil. Enquanto regionalmente as instituições financeiras públicas são responsáveis por dois terços dos depósitos bancários totais, nacionalmente essa mesma proporção é dominada pelos bancos privados. Esse quadro comporta pelo menos três leituras. A primeira, mostra a importância que o setor público

ainda desempenha no sistema bancário do Nordeste. A segunda, é o espaço que os bancos privados podem e devem ocupar no processo de intermediação financeira na Região. A terceira, mais conceitual, é que o processo de crescimento econômico e da expansão da intermediação financeira é acompanhado por uma diminuição do peso das instituições financeiras públicas e aumento da participação dos bancos privados, nacionais e estrangeiros.

Em termos de operações de crédito no Nordeste, elas totalizaram, no final de 2007, R\$ 51,3 bilhões, representando uma expansão real de 15,5% em relação a dezembro de 2006. Referido valor correspondeu a 15,3% do PIB da Região, um pouco acima da participação registrada em 2006, que foi de 13,5%.

No período sob análise, o maior crescimento real das operações de crédito foi experimentado pelos bancos estaduais, com a marca de 26,2%, vindo em seguida o Banco do Brasil (20,2%), os bancos privados (19,4%) e a Caixa Econômica Federal (7,1%).

Em termos de participação no total das operações de crédito realizadas, as instituições financeiras públicas, no Nordeste, representavam a maior parcela (60,1%) contra 39,9% da banca privada. No Brasil essa posição era invertida: os bancos privados participavam com 70,7% e as instituições financeiras públicas com 29,3%.

Conforme ficou evidenciado, no Nordeste, as instituições financeiras públicas detêm a maior parcela do valor dos depósitos bancários e das operações de crédito. No Brasil, ocorre o contrário.

No final de 2007, cerca da metade do saldo das operações de crédito no Nordeste era enquadrada como de curto prazo (empréstimos e títulos descontados), 40% como de longo prazo (financiamentos industriais, comerciais, rurais e

Tabela 69 - Nordeste - Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira
Posição em Final de Mês - R\$ Milhões Correntes

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos. Federais, excet		Bancos Privados	Bancos Estaduais	Total
			Total	BNB			
Depósitos							
Dezembro de 2006	21.099	16.187	2.911	2.648	23.430	1.271	64.898
Dezembro de 2007	26.012	19.523	3.206	3.117	26.934	1.437	77.112
Variação real, em % (*)	14,0	11,5	1,8	8,8	6,3	4,5	9,8
Participação dez/07,em %	33,7	25,3	4,2	4,0	34,9	1,9	100,0
Depósito/PIB, 2007, em %	7,8	5,8	1,0	0,9	8,0	0,4	23,0
Operações de Crédito							
Dezembro de 2006	12.395	7.868	4.504	3.578	15.840	455	41.062
Dezembro de 2007	16.115	9.115	5.008	3.916	20.462	621	51.321
Variação real % (*)	20,2	7,1	2,8	1,2	19,4	26,2	15,5
Participação dez/07,em %	31,4	17,8	9,8	7,6	39,9	1,2	100,0
Ope.Crédito/PIB, 2007, em %	4,8	2,7	1,5	1,2	6,1	0,2	15,3

Fonte: (SISBACEN, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

imobiliários) e a parcela restante (10,7%) como outros créditos (financiamentos de títulos e valores mobiliários, financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento e provisões para operações de crédito). No Brasil, as operações de crédito de longo prazo atingiram participação menor (35,4%), o mesmo ocorrendo com as operações de curto prazo (36,8%), enquanto o peso dos outros créditos (27,8%) era quase três vezes a participação regional (10,7%).

Em termos de desempenho regional, a maior taxa real de crescimento, no final do ano passado, foi a de saldos de financiamentos (20,8%), vindo em seguida os empréstimos e títulos descontados (19,2%), os financiamentos imobiliários (13,4%) e os financiamentos agroindustriais (12%). Os financiamentos rurais cresceram apenas 4,6%. A Tabela 70 apresenta mais informações a respeito.

Tabela 70 - Nordeste - Discriminação das Principais Operações de Crédito - Dezembro de 2006 e 2007 - Saldos em R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Dez-06	Dez-07	Variação Real, em % (*)	Participação Dez-07, em %
Operações de Crédito	41.062	51.321	15,5	100,0
Empréstimos e Títulos Descontados	20.023	25.820	19,2	50,3
Financiamentos	6.969	9.105	20,8	17,7
Financiamentos Rurais	4.809	5.440	4,6	10,6
Financiamentos Agroindustriais	142	172	12,0	0,3
Financiamentos Imobiliários	4.310	5.286	13,4	10,3
Outros Créditos	4.809	5.498	5,7	10,7

Fonte: (SISBACEN, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

7.4 - BNB - Depósitos e Operações de Crédito

No final de 2007, o saldo dos depósitos do Banco do Nordeste totalizava R\$ 3,1 bilhões, crescimento real de 8,8% sobre dezembro 2006, ligeiramente abaixo da taxa registrada para a Região (9,8%). Em termos de participação, o saldo dos depósitos do BNB, em dez./07, equivalia a 4% do total regional.

Por outro lado, na mesma data, o estoque de crédito concedido pelo BNB alcançou R\$ 3,9 bilhões, representando uma expansão real de 1,2% sobre dez./06. O saldo das operações de crédito do BNB, no final do ano passado, correspondia a 7,6% do total da Região.

Tabela 71 - Nordeste - Discriminação das Principais Operações de Crédito - Saldos em Dezembro de 2006 e 2007 - R\$ Milhões Correntes

Discriminação	BNB (a)	FNE (b)	BNB + FNE (c) = (a) + (b)	SISBACEN (d)	Sistema Financeiro (e) = (b) + (d)	Relações em %	
						a/d	c/e
Dezembro de 2006							
Total das Operações de Crédito	3.578	14.648	18.226	41.062	55.710	8,7	32,7
Empréstimos e Títulos Descontados	542	667	1.209	20.023	20.690	2,7	5,8
Financiamentos	1.020	2.865	3.885	6.969	9.834	14,6	39,5
Financiamentos Rurais	1.640	9.517	11.157	4.809	14.326	34,1	77,9
Financiamentos Agroindustriais	50	319	369	142	461	35,2	80,0
Outros Créditos	326	1.280	1.606	9.120	10.400	3,6	15,4
Dezembro de 2007							
Total das Operações de Crédito	3.916	18.735	22.651	51.321	70.056	7,6	32,3
Empréstimos e Títulos Descontados	701	838	1.539	25.820	26.658	2,7	5,8
Financiamentos	1.084	3.829	4.913	9.105	12.934	11,9	38,0
Financiamentos Rurais	1.776	11.814	13.590	5.440	17.254	32,6	78,8
Financiamentos Agroindustriais	33	495	528	172	667	19,2	79,2
Outros Créditos	322	1.759	2.081	10.784	12.543	3,0	16,6
Variação Real (*) em %, Dez-07/Dez-06							
Total das Operações de Crédito	1,2	18,2	14,9	15,5	16,2		
Empréstimos e Títulos Descontados	19,6	16,1	17,7	19,2	19,1		
Financiamentos	-1,8	23,5	16,9	20,8	21,6		
Financiamentos Rurais	0,1	14,8	12,6	4,6	11,3		
Financiamentos Agroindustriais	-39,0	43,4	32,3	12,0	33,7		
Outros Créditos	-8,7	27,0	19,8	9,3	11,5		

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008; SISBACEN, 2008). Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

Nota: O FNE, por possuir um sistema contábil independente do BNB, não figura nos levantamentos do SISBACEN.

38 Por determinação legal, o sistema contábil do BNB não inclui as operações do FNE, que possui um sistema contábil independente e também não figura nos levantamentos do Banco Central/SISBACEN. O FNE foi criado pela Assembleia Nacional Constituinte, sendo operacionalizado pelo BNB desde sua regulamentação, em 1989.

Em sintonia com suas características de banco de fomento, as operações de crédito do BNB estão concentradas preponderantemente em operações de longo prazo (73,9%). As operações de curto prazo representam uma fatia mais modesta (26,1%).

Essa marca de atuação no longo prazo fica mais evidente quando são acrescentadas às contas do BNB as operações de crédito concedidas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE³⁸. Sob essa ótica de análise, o saldo das operações de crédito, em dezembro de 2007, atingiram R\$ 22,7 bilhões, com uma expansão real de 14,9% em relação a idêntico mês de 2006. Do referido total, o FNE participou com 82,7%, sendo a principal fonte de recursos de longo prazo do BNB.

Em termos de modalidade de crédito concedido (BNB + FNE), os financiamentos à agroindústria foram os que mais cresceram em termos reais no final do ano passado (32,3%), vindo em seguida os empréstimos e títulos descontados (17,7%), os financiamentos (16,9%) e os financiamentos rurais (12,6%). Essas informações encontram-se detalhadas na Tabela 71.

Vale recordar, ainda, que o Banco do Nordeste, como principal agente de fomento regional, foi responsável, no final de dezembro do ano passado, por 78,8% dos financiamentos concedidos aos setores rural e agroindustrial e por 61,7% dos financiamentos totais de longo prazo da Região.

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central**, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2008.

SISBACEN. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

38 Por determinação legal, o sistema contábil do BNB não inclui as operações do FNE, que possui um sistema contábil independente e também não figura nos levantamentos do Banco Central/SISBACEN. O FNE foi criado pela Assembleia Nacional Constituinte, sendo operacionalizado pelo BNB desde sua regulamentação, em 1989.

ISSN 1807883-4



9 771 807 883 004

***Banco do
Nordeste***



O nosso negócio é o desenvolvimento

Cliente Consulta / Ouvidoria: 0800 728 3030 clienteconsulta@bnb.gov.br www.bnb.gov.br